https://sanderlei.com.br/ https://sanderley.com/ https://sanderleisilveira.com.br/

O Processo

Franz Kafka

https://sanderlei.com.br/ https://sanderley.com/ https://sanderleisilveira.com.br/

Breve notícia bibliográfica

Foi o escritor checo de língua alemã, Max Brod (1884-1968), editor e amigo de Franz Kafka (1883-1924), quem revelou postumamente ao público, em 1925, a obra *O Processo*, pertencendo-lhe também a escolha e a sistematização dos textos, aos quais viria a acrescentar outros nas reedições de 1935 e 1946; preferiu ainda intitular o original alemão *Der Prozess*, quando em todo o manuscrito surge sempre a ortografia *Der Process*. Durante largas dezenas de anos foi naturalmente esta sistematização de Max Brod que serviu de base às inúmeras traduções publicadas em todo o mundo.

Recentes trabalhos universitários de investigação directa e minuciosa dos manuscritos deram, porém, origem a novas edições – portanto muito mais próximas da presumível vontade do autor que, aliás, nunca chegou a depurar o texto – designadamente a de Malcolm Pasley (em 1990) e a de Roland Reuss e Peter Staengle (em 1997) que apresentam *O Processo* dividido em dez capítulos não numerados e seis trechos fragmentários.

A nova estrutura – que tudo indica será a definitiva – preside portanto, igualmente, a esta edição, para manifesto benefício e enriquecimento cultural de todos os leitores portugueses.

Detenção

Alguém devia ter caluniado Josef K., porque foi preso uma manhã, sem que ele houvesse feito alguma coisa de mal. A cozinheira da Senhora Grubach, a dona da pensão, que lhe levava o pequeno-almoço todos os dias por volta das oito horas, não apareceu desta vez. Isto nunca tinha acontecido. K. aguardou mais um pouco; apoiado na almofada da cama, viu a velha senhora que morava em frente da sua casa a observá-lo com uma curiosidade completamente inacostumada; mas depois, sob o efeito simultâneo da surpresa e da fome, tocou a campainha. Bateram logo à porta e entrou um homem que ele nunca vira naquela casa. Era esbelto e, no entanto, de constituição sólida, trajava um fato preto muito justo que, à semelhança dos fatos de viagem, possuía diversas pregas, algibeiras, botões e um cinto, em consequência do que, sem que se conseguisse designar-lhe o uso, parecia particularmente prático.

– Quem é o senhor? – perguntou K., soerguendo-se na cama.

Mas o homem ignorou a pergunta, como se fosse obrigatório aceitar a sua aparição e respondeu simplesmente:

– Chamou alguém?

– Anna deve trazer-me o meu pequeno-almoço – disse K. e começou por tentar, conservando o silêncio, graças a um esforço de atenção e de reflexão, descobrir quem podia ser aquele homem.

Mas este último não se expôs muito tempo ao seu olhar; voltou-se para a porta e entreabriu-a para dizer a alguém que, visivelmente, se encontrava mesmo ali atrás:

– Ele quer que Anna lhe traga o pequeno-almoço.

Um riso breve ecoou então na sala contígua; ao ouvi-lo, ficava-se com a certeza de que várias pessoas tinham participado nele. Embora o desconhecido não pudesse revelar assim nada que ele não soubesse já, insistiu em dizer a K. num tom de declaração:

– É impossível.

– Seria a primeira vez – disse K. saltando da cama para enfiar rapidamente as calças. – Vou ver que espécie de gente se encontra aqui ao lado, e como é que a Senhora Grubach me vai explicar este incómodo.

Para dizer a verdade, ocorreu-lhe logo ao espírito que não deveria ter dito isto em voz alta, e que reconhecia assim de certo modo um direito de olhar ao desconhecido; mas isto não lhe parecia agora muito importante. No entanto, foi assim que este se apercebeu das suas intenções, porque disse:

– Não prefere permanecer aqui?

– Não quero permanecer aqui nem que o senhor me dirija a palavra, enquanto não se tiver apresentado.

– Foi com boa intenção – disse o desconhecido ao mesmo tempo que abria a porta.

Na sala contígua, onde K. entrou mais devagar do que desejava, tudo parecia, à primeira vista, exactamente como na véspera à noite. Era o salão da Senhora Grubach, talvez houvesse hoje naquela divisão sobrecarregada de móveis, de *napperons*, de porcelanas e de fotografias, um pouco mais de espaço do que habitualmente, mas não se dava por isso imediatamente, ainda menos porque a diferença principal resultava da presença de um homem sentado próximo da janela aberta, com um livro, e que erguia agora os olhos.

– Deveria ter permanecido no seu quarto! Franz não lho disse?

– Sim, e o que é que o senhor quer? – replicou K., cujo olhar se desviou do recém-chegado para o denominado Franz, que tinha ficado no limiar da porta, regressando, depois, novamente ao outro.

Através da janela aberta, ainda se avistava a velha senhora que, com uma curiosidade deveras senil, se havia aproximado da janela, agora mesmo em frente, para continuar a observar tudo.

– Vou dizer à Senhora Grubach... – principiou K., parecendo fugir à influência dos dois homens, todavia a boa distância dele, e quis avançar.

– Não – disse o homem próximo da janela, atirando o livro para cima de uma mesa e levantando-se. – O senhor não tem o direito de ir-se embora, porque está detido.

– Tem todo o ar disso – retorquiu K. – Mas então porquê? – perguntou em seguida.

– Não fomos encarregados de lho dizer. Vá para o seu quarto e espere. O processo judicial acaba de ser instaurado, e saberá tudo na altura oportuna. Ultrapasso a minha missão ao falar-lhe tão amistosamente. Mas espero que ninguém, excepto Franz, me ouça, e aliás também ele o trata simpaticamente, à revelia do regulamento. Se continuar a ter tanta sorte como para a designação dos seus guardas, pode ficar sossegado.

K. queria sentar-se, mas reparou agora que nada mais havia na sala, além da cadeira perto da janela.

– Em breve compreenderá quanto tudo isto é verdadeiro – disse Franz avançando na sua direcção ao mesmo tempo que o outro homem.

Este último, em particular, era nitidamente mais alto do que K. e não parava de bater-lhe no ombro. Ambos examinaram a camisa de noite de K. e disseram que teria agora de usar uma muito menos delicada, mas que eles guardariam aquela com todo o resto da sua roupa, e lha devolveriam se o seu caso terminasse bem.

– Mais vale dar-nos as suas coisas do que deixá-las no depósito – disseram eles –, porque no depósito muitas vezes desaparecem e, além disso, vendem todas as coisas decorrido um certo tempo, sem se preocuparem que o respectivo processo esteja ou não concluído. E como estes processos se eternizam, sobretudo nestes últimos tempos! Claro que acabará por receber do depósito o produto da venda, mas por um lado esta importância é já mínima em si, porque no momento da venda não é o montante da oferta que é determinante mas o do suborno; por outro lado, a experiência mostra que o produto destas vendas diminui ao passar de mão em mão e ao longo dos anos.

K. não prestou muita atenção a este discurso; ligava pouco valor ao direito que era talvez ainda o seu de dispor das suas coisas; interessava-lhe muito mais obter esclarecimentos acerca da sua situação; mas na presença daquela gente nem sequer podia reflectir, a barriga do segundo guarda – porque só podiam ser guardas – empurrava-o constantemente, quase de modo amigável; contudo, quando erguia os olhos, avistava um rosto muitíssimo mal adequado àquele corpo rechonchudo: seco, ossudo, nariz forte, torcido de um lado, e que trocava por cima dele sinais de conivência com o outro guarda. Que espécie de gente era então esta? De que falavam? A que administração pertenciam? K. vivia no entanto num estado regido pelo Direito, a paz reinava em todo o lado, todas as leis estavam em vigor, quem ousava invadir-lhe a casa? Tinha sempre tendência para levar as coisas de ânimo leve, tanto quanto possível, para só acreditar no pior quando o pior acontecia, para não tomar nenhuma precaução relativamente ao futuro, mesmo quando estava cercado de ameaças. Mas aqui, esta atitude não

lhe parecia ser a adequada; claro que se podia considerar este caso como uma brincadeira, uma brincadeira grosseira que, por motivos desconhecidos, talvez porque hoje era o dia do seu trigésimo aniversário, os seus colegas do banco lhe tinham feito, era possível, claro: talvez lhe bastasse rir de certa maneira na cara dos guardas, e eles ririam com ele, talvez fossem homens de recados da esquina da rua, tinham um pouco o ar disso – contudo, quase desde o instante em que avistara o guarda Franz, decidira firmemente não desperdiçar a mínima vantagem que pudesse ter sobre esta gente. O risco de que, depois, dissessem que ele não tinha compreendido a brincadeira, era totalmente desinteressante do seu ponto de vista; em contrapartida – sem que, aliás, tivesse por hábito extrair a lição das suas experiências –, recordava-se de certos casos, em si sem importância, nos quais, ao contrário dos amigos, havia adoptado cientemente uma conduta pouco prudente, sem de modo algum encarar as possíveis consequências, e nos quais fora castigado pelo resultado. Isto não devia voltar a acontecer; em todo o caso, desta vez, se era uma comédia, ora bem, desempenharia nela o seu papel.

Por enquanto ainda estava livre.

– Com licença – disse enquanto deslizava precipitadamente por entre os guardas para regressar ao quarto.

– Tem um ar sensato – ouviu atrás de si.

Mal chegado ao quarto, puxou bruscamente as gavetas da secretária; estava ali tudo muito bem arrumado, mas, na sua agitação, não encontrou logo os documentos de identificação que precisamente procurava. Acabou por encontrar o registo da matrícula da bicicleta, e ia mostrá-lo aos guardas, mas o documento pareceu-lhe demasiado insignificante: continuou a procurar e encontrou a sua certidão de nascimento. Na altura em que entrou de novo na sala contígua, a porta à sua frente abriu-se e a Senhora Grubach mostrou tenção de entrar. Só a viram um instante porque, mal reconheceu K., foi invadida por um embaraço evidente, apresentou as suas desculpas e desapareceu, fechando a porta com grandes precauções. K. teve apenas o tempo de dizer:

– Vamos, entre!

De pé no meio da sala, com os documentos, o olhar ainda pregado na porta que não se tornara a abrir, foi arrancado ao seu torpor por um apelo dos guardas, sentados à mesinha em frente da janela aberta e, K. deu agora conta, a devorar o seu pequeno-almoço.

– Porque é que ela não entrou? – perguntou.

– Não é permitido – disse o mais alto. – Afinal o senhor encontra-se sob prisão.

– Como posso eu encontrar-me sob prisão? E desta maneira, quem pode estar?

– Cá o temos agora a recomeçar – disse o guarda enquanto molhava uma fatia de pão no pequeno boião de mel. – Nós não respondemos a esse género de perguntas.

– Vão ter de responder – disse K. – Aqui estão os meus documentos, mostrem-me agora os vossos e, antes de tudo, o mandado de prisão.

– Ó meu Deus! – disse o guarda. – Como é incapaz de adaptar-se à situação e parece determinado a irritar-nos inutilmente, a nós que, entre todos os outros, somos sem dúvida os mais próximos de si!

– Ele tem razão, creia – disse Franz que, em vez de levar à boca a chávena de café que segurava na mão, lançou a K. um olhar que talvez quisesse dizer algo, mas incompreensível.

K. trocou involuntariamente vários olhares com Franz, depois, e apesar disso, começou a

desdobrar os seus documentos enquanto dizia:

– Aqui estão os meus documentos de identidade.

– Que quer que façamos com eles? – exclamou então o guarda alto. – O seu comportamento é pior do que o de uma criança. Que pretende então? Quer apressar o fim do seu maldito grande processo, discutindo a identidade e o mandado de prisão connosco, os guardas? Somos apenas funcionários, quase incapazes de nos entendermos com documentos de identidade e cujo único elo com o seu caso é ficarmos de guarda dez horas por dia à sua casa, sendo pagos para isso. Eis tudo quanto somos; todavia, somos capazes de perceber que as altas autoridades que servimos, antes de ordenarem uma tal detenção, se informam pormenorizadamente dos motivos da prisão e da pessoa do acusado. Não existe erro possível. As autoridades de que dependemos, tanto quanto as conheço, e apenas conheço os escalões mais baixos, não são do género de ir procurar a culpa no seio da população; pelo contrário, como diz a lei, é a culpa que as atrai, e elas devem então mandar-nos, os guardas. É a lei. Onde poderia haver erro?

– Ignoro tal lei – disse K.

– Tanto pior para si – disse o guarda.

– Ela só existe, sem dúvida, nas vossas cabeças – disse K., que queria descobrir, de uma maneira ou de outra, os pensamentos dos guardas, desviá-los a seu favor ou dominá-los.

Mas o guarda ignorou simplesmente a sua observação, dizendo:

– Há-de sentir-lhe os efeitos.

Franz interveio então:

– Estás a ver, Willem, que ele reconhece que ignora a lei, e afirma ao mesmo tempo estar inocente.

– Tens perfeitamente razão, mas não há outra maneira de fazê-lo escutar alguma coisa – disse o outro.

K. não respondeu mais nada. «Devo», pensou «deixar-me perturbar ainda mais pelas futilidades destes meias-tigelas – pois eles próprios se reconhecem como tal? De qualquer modo, falam de coisas de que não compreendem nada. A sua firmeza é produto da sua estupidez. Duas ou três palavras que trocarei com uma pessoa do meu nível tornarão as coisas incomparavelmente mais claras do que uma interminável conversa com estes indivíduos.» Andou um certo número de vezes para trás e para diante no espaço livre da sala; do outro lado, viu a velha senhora: tinha trazido para a janela um velhote ainda mais idoso, que segurava nos seus braços. K. devia pôr termo a esta exibição:

– Conduzam-me ao vosso superior – disse.

– Quando ele o desejar; antes, não – disse o guarda que fora tratado por Willem. – E agora – acrescentou –, aconselho-o a ir para o seu quarto, a adoptar um comportamento calmo e a esperar pelo que for decidido a seu respeito. Aconselhamo-lo a não se dispersar com pensamentos inúteis, mas a concentrar-se, porque muito será exigido de si. Não nos tratou conforme a nossa cortesia merecia; sejamos o que sejamos, esqueceu-se de que actualmente, relativamente a si, somos pelo menos homens livres, e não é uma vantagem irrisória. Mesmo assim, se tem dinheiro, estamos prontos a ir buscar-lhe um pequeno-almoço ao café em frente.

Sem responder a esta oferta, K. permaneceu imóvel por momentos. Talvez os dois homens não se atrevessem a retê-lo se abrisse a porta do quarto contíguo, ou mesmo a porta do vestíbulo; talvez a solução mais simples de toda esta história fosse extremá-la. Mas talvez então eles lhe pusessem as mãos em cima e, uma vez vencido, perderia também a

superioridade que ainda conservava apesar de tudo, em certa medida, perante eles. Foi por isso que, preferindo a certeza da solução que o curso natural das coisas forçosamente traria, voltou para o quarto, sem que outra palavra fosse pronunciada por ele ou pelos guardas.

Atirou-se para cima da cama e apanhou na mesinha-de-cabeceira uma bela maçã que tinha posto de lado na véspera à noite para o seu pequeno-almoço. Agora ia reduzir-se a esta maçã; em todo o caso, como se certificou quando a mordeu com avidez, ela era muito melhor do que o pequeno-almoço provindo de um café miserável que teria podido obter através das boas graças dos guardas. Sentia-se em forma, confiante; claro que não estava no seu posto no banco, essa manhã, mas atendendo à posição relativamente elevada que ali ocupava, isso ser-lhe-ia facilmente desculpado. Deveria apresentar o verdadeiro motivo? Encarava fazê-lo. Se não o acreditassem, o que seria compreensível no caso presente, poderia invocar o testemunho da Senhora Grubach ou então o dos dois velhos do outro prédio, que estavam sem dúvida a encaminhar-se para a janela da frente. K. admirava-se ou pelo menos achava espantoso, na lógica dos guardas, que estes últimos o tivessem deixado voltar para o quarto onde ficou sozinho, quando havia a grande possibilidade de se suicidar. Para dizer a verdade, perguntava a si mesmo ao mesmo tempo, desta vez na sua própria lógica, que motivo poderia ter para agir assim. Porque estavam os outros dois sentados na sala contígua e tinham apreendido o seu pequeno-almoço? Teria sido a tal ponto absurdo suicidar-se que, mesmo se quisesse fazê-lo, o absurdo da coisa tê-lo-ia tornado incapaz. Se a limitação intelectual dos guardas não houvesse sido tão manifesta, poderia supor-se que também eles, fortalecidos pela própria convicção, não viam nenhum perigo em deixá-lo sozinho. Se lhes apetecesse, podiam agora vê-lo dirigir-se para um pequeno armário onde conservava uma boa aguardente, e esvaziar um primeiro copinho para substituir o seu pequeno-almoço, antes de confiar a um segundo copinho a missão de dar-lhe coragem, isto por pura precaução, para o caso improvável de que tivesse necessidade dela.

Foi então que um apelo proveniente da sala contígua o fez sobressaltar, ao ponto de os dentes embaterem no copo.

– O inspector chama-o – ouviu.

Apenas o grito o assustou, aquele grito brusco, desabrido, militar, do qual não teria julgado capaz o guarda Franz. Quanto à ordem em si, recebia-a de boa vontade. «Enfim!», exclamou para consigo como resposta; fechou o armário e correu logo para a sala contígua. Os dois guardas estavam ali de pé e empurraram-no para o quarto, com toda a naturalidade.

– Mas em que anda a pensar? – exclamaram. – É de camisa que tenciona apresentar-se perante o inspector? Ele mandá-lo-á moer de pancada, e nós de acordo!

– Deixem-me, vão para o Diabo! – exclamou K., que eles já haviam empurrado até ao guarda-fato. – Se me surpreendem na cama, não devem esperar encontrar-me em traje de gala.

– É inútil – disseram os guardas, que se mantinham sempre muito calmos, quase tristes até, quando K. se punha a gritar, e conseguiam assim perturbá-lo ou trazê-lo mais ou menos à razão.

– Ridículas cerimónias! – resmungou mais uma vez, mas pegara já num casaco pousado em cima da cadeira e mantinha-o no ar há alguns instantes nas duas mãos, como para submetê-lo ao julgamento dos guardas. Estes menearam a cabeça.

– Tem de ser um casaco preto – disseram.

Ao ouvir estas palavras, K. atirou o casaco para o chão e disse, sem ele mesmo saber em

que sentido o dizia:

– No entanto ainda não estamos na audiência plenária. Os guardas sorriram, mas contentaram-se em repetir: – Tem de ser um casaco preto.

– De bom grado, se é o meio de acelerar o processo – disse K.

Abriu o armário, procurou demoradamente entre os numerosos fatos e escolheu o seu melhor fato preto, cujo corte tinha quase feito sensação entre os seus conhecidos; pôs também uma camisa nova e começou a vestir-se com cuidado. Julgava intimamente ter conseguido acelerar tudo, porque os guardas tinham-se esquecido de obrigá-lo a tomar banho. Observou-os receoso de que eles se lembrassem disso, mas claro que a ideia nem sequer os aflorou; em contrapartida, Willem não se esqueceu de mandar Franz anunciar ao inspector que K. estava a vestir-se.

Quando ficou completamente pronto, teve de passar por Willem quando cruzava a sala contígua, onde não estava mais ninguém, para chegar à sala seguinte, cuja porta de batente duplo estava já completamente aberta. Esta divisão, K. sabia-o muito bem, era habitada há pouco tempo por uma tal Menina Bürstner, dactilógrafa, que saía habitualmente muito cedo para o escritório, regressava tarde e com a qual K. não tinha trocado mais do que simples cumprimentos. A sua mesinha-de-cabeceira fora afastada da cama e colocada no meio do quarto para servir de mesa de audiência, e o inspector estava sentado junto dela. Tinha as pernas cruzadas e um braço pousado nas costas da cadeira.

Num canto do quarto estavam três jovens que observavam as fotografias da Menina Bürstner, dispostas numa moldura fixada na parede. Uma blusa branca estava pendurada no fecho da janela aberta. Na janela em frente, os dois velhos estavam novamente no seu posto; mas o grupo tinha-se alargado, porque atrás deles, dominando-os com a sua grande altura, encontrava-se um homem em camisa de colarinho aberto, que apertava entre os dedos a barba e a torcia.

– Josef K.? – perguntou o inspector, talvez com o único fito de atrair para si o olhar distraído de K. – Este aquiesceu. – Ficou sem dúvida muito surpreendido com os acontecimentos desta manhã? – perguntou o inspector, ao mesmo tempo que afastava com as duas mãos os poucos objectos que se achavam colocados em cima da pequena mesinha-de-cabeceira, a vela com os fósforos, um livro e um novelo com agulhas, como se se tratasse de objectos necessários para a audiência.

– Certamente – disse K., e sentiu um imenso bem-estar por se encontrar enfim diante de um homem sensato, com o qual podia falar da sua situação –, estou certamente surpreendido, mas de modo algum excessivamente.

– Não excessivamente? – perguntou o inspector enquanto colocava agora a vela no meio da mesinha e reagrupava os outros objectos à sua volta.

– Talvez me tenha feito compreender mal – apressou-se a observar K. – Quero eu dizer... – Aqui, K. interrompeu-se e procurou com o olhar um assento. – Apesar de tudo, posso sentar-me? – perguntou.

– Não é costume – respondeu o inspector.

– Quero dizer – explicou agora K. sem delongas – que fiquei, claro, muito surpreendido; mas quando se passou dos trinta anos nesta terra e se tem de sair de embaraços sozinho, como foi o meu caso, fica-se acostumado às surpresas e deixa-se de levá-las demasiado para o lado trágico. Sobretudo a de hoje.

– Porquê sobretudo a de hoje?

– Não quero dizer que tomo todo este assunto como uma brincadeira, pois o dispositivo posto em campo parece-me de uma enorme amplitude. Seria preciso que os outros hóspedes da casa participassem nela, e todos vocês igualmente; isso ultrapassaria os limites de uma brincadeira. Não quero, portanto, dizer que se trata de uma brincadeira.

– Muito correcto – disse o inspector enquanto verificava o número de fósforos contidos na caixa.

– Mas por outro lado – prosseguiu K. voltando-se ao mesmo tempo para todas as pessoas presentes (até incluíra de bom grado os três indivíduos que observavam as fotografias) –, por outro lado, não pode tratar-se de um assunto muito importante. Deduzo isto do facto de ser acusado, mas incapaz de encontrar o mínimo erro de que possam acusar-me. No entanto também isto é secundário; a questão essencial é a seguinte: quem me acusa? Que autoridades lançaram o processo judicial? Os senhores são funcionários? Ninguém usa uniforme, a não ser que se queira chamar ao seu traje – aqui virou-se para Franz – um uniforme, mas é antes um traje de viagem. Peço explicações acerca destas questões, e estou convencido de que poderemos separar-nos amigavelmente após estes esclarecimentos.

O inspector fez estalar a caixa de fósforos quando a pousou na mesa.

– Está redondamente enganado – disse ele. – Estes senhores aqui presentes e eu próprio somos de uma importância completamente ínfima em relação ao seu caso, do qual até ignoramos pouco mais ou menos tudo. Poderíamos usar os uniformes mais regulamentares, e a sua causa não ficaria em piores lençóis. Também não posso dizer-lhe em absoluto que está acusado ou, antes, ignoro se está. Encontra-se detido, é exacto, não sei mais nada. Talvez os guardas hajam dito outra coisa enquanto tagarelavam, mas não passava de tagarelice, nada mais. Portanto, se não posso responder às suas perguntas, posso pelo menos dar-lhe este conselho: não pense tanto em nós e no que vai suceder-lhe; pense antes em si próprio. E não clame com tanta veemência a sua inocência, pois isso prejudica a boa impressão que causa em todo o lado. Deveria também ser mais comedido nas suas palavras; mesmo que só tivesse dito duas ou três palavras, ter-se-ia podido deduzir do seu comportamento quase tudo o que disse antes; aliás, não há nada que lhe seja manifestamente favorável.

K. fitou o inspector com insistência. Ali estava um indivíduo, talvez mais novo do que ele, a dar-lhe lições! A sua franqueza era punida com uma reprimenda? E não sabia nada acerca do motivo da sua prisão nem acerca dos que haviam dado a ordem? Tomado por um certo nervosismo, caminhou de um lado para o outro no quarto, não sendo impedido por ninguém; arregaçou os punhos da camisa, apalpou o peito, arranjou o cabelo, passou em frente dos três cavalheiros, dizendo «é realmente insensato», ao que estes se viraram para ele e o fitaram com benevolência, embora com ar grave, e acabou por parar de novo diante da mesa do inspector.

– O procurador Hasterer é um dos meus bons amigos – disse –, posso telefonar-lhe?

– Certamente – retorquiu o inspector –, mas não estou a ver que justificação isso teria, a não ser que tenha um assunto particular a tratar com ele.

– Que justificação? – exclamou K., mais consternado do que irritado. – Quem é então o senhor? Reclama justificação e representa a comédia mais disparatada que imaginar se possa? E não haveria nada que causasse comoção? Estes cavalheiros começaram por se introduzir em minha casa, e agora ficam aqui, sentados ou de pé, e obrigam-me a fazer acrobacias diante de

si. Que justificação teria telefonar a um procurador, quando me encontro, parece, sob prisão? Muito bem, não telefonarei.

– Claro que sim, telefone – disse o inspector estendendo a mão para o vestíbulo onde estava o telefone –, faça favor, telefone lá.

– Não, já não quero – disse K., e dirigiu-se para a janela.

Do outro lado, os três curiosos ainda estavam à janela, e foi só quando viram K. aproximar-se por sua vez que pareceram um pouco perturbados na sua tranquila contemplação. Os velhos fizeram menção de levantar-se, mas o homem atrás deles acalmou-os.

– Ali também há espectadores – gritou K. ao inspector, com uma voz forte, apontando o indicador para o exterior. – Desapareçam! – gritou depois na mesma direcção.

Os três outros recuaram logo dois ou três passos; os dois velhotes colocaram-se mesmo atrás do homem que os protegia com a sua corpulência e, a avaliar pelo movimento dos seus lábios, dirigia-lhes palavras tornadas incompreensíveis pela distância. Mas eles não desapareceram por completo; pareciam antes aguardar o momento em que pudessem voltar à janela sem ser vistos.

– Gente indiscreta e incómoda! – disse K. voltando-se para o interior da sala.

Talvez o inspector estivesse de acordo com ele, K. julgou notar isto quando lhe deitou um olhar discreto. Mas era muito possível também que não tivesse escutado, porque tinha uma das mãos apoiada firmemente na mesa e parecia comparar o comprimento dos dedos. Os dois guardas encontravam-se sentados numa arca coberta por um bonito pano e esfregavam os joelhos. Os três jovens tinham as mãos nas ancas e passeavam os olhares à sua volta. A calma reinava, como num qualquer gabinete esquecido.

– Ora bem, meu senhores – exclamou K., e durante um momento teve a impressão de levar todos às costas –, a julgar pelo vosso ar, o meu caso parece arrumado. Sou de opinião que o melhor é não mais perguntar se os vossos procedimentos são justificados ou injustificados e concluir tudo isto trocando um aperto de mão, em sinal de reconciliação. Se forem também da minha opinião, então, façam favor... – e avançou para a mesa do inspector de mão estendida.

O inspector ergueu os olhos, mordeu os lábios e fitou a mão estendida; K. ainda julgou que o inspector a iria apertar. Mas levantou-se, pegou num chapéu de coco que estava pousado na cama da Menina Bürstner e com as duas mãos ajustou-o na cabeça, como se faz quando se experimenta um chapéu novo.

– Como tudo lhe parece simples! – disse ao mesmo tempo a K. – Deveríamos concluir tudo isto com uma reconciliação, foi o que disse? Não, não, está fora de causa. Não quero dizer que deva desesperar. Claro que não, porquê? Apenas se encontra sob prisão, nada mais. É o que eu tinha para lhe comunicar, fi-lo e verifiquei igualmente como acolheu a coisa. Isto por hoje chega e podemos despedir-nos, pelo menos para já. Quer, sem dúvida, ir agora para o banco?

– Para o banco? – perguntou K. – Julgava-me sob prisão.

K. fez a pergunta num certo tom de desafio, porque embora o seu aperto de mão tivesse sido recusado, sentia-se cada vez mais independente perante toda aquela gente, sobretudo depois de o inspector se ter levantado. Brincava com eles. Tencionava, no caso de partirem, correr para a porta da entrada e oferecer-se para se deixar prender. Por isso repetiu:

– Como posso eu ir ao banco, se me encontro detido?

– Ah! – disse o inspector que se achava já próximo da porta –, compreendeu-me mal;

encontra-se sob prisão, claro, mas isso não deve impedi-lo de exercer a sua profissão. Também não deve sentir-se incomodado nos seus hábitos.

– Sendo assim, não é muito mau estar preso – disse K., aproximando-se do inspector.

– Eu nunca afirmei outra coisa – disse este.

– Assim, nem sequer parece realmente necessário ter-me informado da minha detenção – disse K. aproximando-se mais.

Os outros também se tinham aproximado. Achavam-se agora todos reunidos num espaço exíguo, perto da porta.

– Era o meu dever – disse o inspector.

– Um dever idiota – replicou K. duramente.

– Talvez – respondeu o inspector –, mas não vamos perder o nosso tempo em conversas deste género. Supunha que desejasse ir ao banco. Uma vez que presta atenção a tudo quanto dizemos, acrescento que não o obrigo a ir ao banco, apenas tinha suposto que o desejasse. E para facilitar-lhe a tarefa e atrair o menos possível a atenção para a sua chegada ao banco, pus à sua disposição estes três cavalheiros, que são seus colegas.

– O quê? – exclamou K. encarando os três homens, espantado.

Aquelas personagens tão insignificantes, tão anémicas, tão jovens, de quem ele apenas se recordava em grupo, de pé próximo das fotografias, eram efectivamente empregados do seu banco, não eram colegas, a fórmula era excessiva e indicava uma falha na omnisciência do inspector, mas sim pequenos funcionários do banco. Como pudera isto escapar a K.? Como devia estar absorvido pelo inspector e pelos guardas, a ponto de não reconhecer aqueles três indivíduos! Rabensteiner, hirto e balançando as mãos, Kullych, o louro dos olhos enterrados nas órbitas, e Kaminer, cujo sorriso insuportável era devido a uma contracção muscular crónica.

– Bom dia – disse K. após um pequeno instante, e estendeu a mão aos cavalheiros que se inclinaram delicadamente. – Não vos tinha reconhecido. Portanto, vamos agora para o escritório, é isso?

Os cavalheiros aquiesceram, rindo com ar solícito, como se, durante todo aquele tempo, não tivessem esperado outra coisa; mas no momento em que K. verificou que havia esquecido o chapéu, que tinha ficado no quarto, eles correram para ir buscá-lo, todos juntos e em fila, revelando apesar de tudo um certo embaraço. K. permaneceu imóvel e seguiu-os com o olhar através das duas portas abertas; o último era, claro, o indiferente Rabensteiner, que se contentava com um elegante trotezinho. Kaminer entregou o chapéu a K. e, como era, aliás, muitas vezes obrigado a fazê-lo no banco, K. teve de recordar-se expressamente de que o sorriso de Kaminer não era intencional e de que ele era mesmo incapaz de sorrir quando queria. No vestíbulo, a Senhora Grubach, que não tinha o ar de sentir-se muito culpada, abriu a todos estes cavalheiros a porta da entrada e, como tantas vezes fazia, K. baixou os olhos para o cordão do seu avental, que cavava muito inutilmente uma linha no seu corpo maciço. No rés-do-chão, K. decidiu, de relógio na mão, utilizar um automóvel, a fim de não agravar inutilmente o seu atraso, que já ia em meia hora. Kaminer correu para a esquina da rua à procura do carro; os dois outros esforçavam-se manifestamente por distrair K., quando de súbito Kullych apontou com o dedo a porta da casa fronteira, onde surgira justamente o homem da pêra branca: ao princípio um pouco incomodado por aparecer agora em toda a sua altura, recuou para a parede e encostou-se-lhe. Os velhotes encontravam-se sem dúvida ainda na

escada. K. ficou irritado por Kullych ter chamado a atenção para este homem, que ele mesmo já avistara, e que já contava até avistar.

– Não olhe para ali! – exclamou, sem reparar que era uma maneira singular de falar a homens e a adultos.

Mas não foi necessária nenhuma explicação, porque o automóvel já estava a chegar; sentaram-se e meteram-se a caminho. Então K. recordou-se de que não tinha dado pela partida do inspector e dos guardas; o inspector havia-lhe dissimulado os três funcionários, e estes o inspector. Isto não revelava presença de espírito, e K. resolveu vigiar-se cada vez mais a tal respeito. Não obstante, voltou-se mais uma vez sem querer e inclinou-se para trás, por cima da capota do automóvel, a fim de tentar avistar o inspector e os guardas. Mas endireitou-se logo sem ter realmente tentado distinguir fosse o que fosse, e instalou-se confortavelmente num canto da viatura. Apesar das aparências, teria precisado de ser reconfortado naquele preciso momento, mas os cavalheiros pareciam cansados; Rabensteiner olhava para a direita, a cabeça debruçada para o exterior da viatura, Kullych, para a esquerda, e só restava Kaminer com o seu trejeito, de que, por uma questão de humanidade, era infelizmente proibido gracejar.

Conversa com a Senhora Grubach, depois com a Menina Bürstner

Nessa Primavera, K. criara o costume de passar as noites, quando isso era ainda possível depois do trabalho – porque na maioria das vezes ficava no escritório até às nove horas –, dando um pequeno passeio, sozinho ou com pessoas suas conhecidas; depois, dirigia-se à cervejaria onde ficava habitualmente sentado à sua mesa preferida até às onze horas na companhia de cavalheiros, em geral mais velhos do que ele. Mas esta ocupação do tempo tinha também excepções, por exemplo, quando K. se via convidado pelo director do banco, que muito apreciava a sua eficácia no trabalho e a sua competência, para um passeio de automóvel ou para um jantar na sua moradia. Além disso, K. ia uma vez por semana a casa de uma jovem chamada Elsa que trabalhava à noite e até de manhã como criada numa taberna, e durante o dia recebia todas as suas visitas metida na cama.

Mas, nessa noite – o dia passara depressa sob a pressão do trabalho e das numerosas provas de respeito e de amizade que recebera por ocasião do seu aniversário –, K. quis logo voltar para casa. Não cessara de pensar nisso durante todas as pequenas pausas do dia; sem saber exactamente porquê, parecia-lhe que os acontecimentos da manhã tinham espalhado uma grande desordem no apartamento da Senhora Grubach, e que a sua própria presença era indispensável para restabelecer a ordem. Ora, logo que esta ordem ficasse restabelecida, todos os vestígios desses acontecimentos seriam apagados, e as coisas retomariam o seu curso normal. Não havia nada de especial a temer da parte dos três funcionários; tinham mergulhado novamente na massa do pessoal do banco e não se verificava qualquer mudança na sua atitude. K. tinha-os convocado várias vezes para o seu gabinete, separadamente ou todos juntos, com o único fito de os observar; e pudera sempre mandá-los embora tranquilamente.

Quando às nove e meia chegou em frente da casa onde habitava, encontrou à porta um jovem rapagão que ali estava de pé, pernas afastadas, a fumar cachimbo.

– Quem é você? – perguntou logo K. aproximando o seu rosto do do rapaz, porque não se via grande coisa na penumbra do vestíbulo.

– Sou o filho do porteiro, senhor – respondeu o rapaz, ao mesmo tempo que retirava o cachimbo da boca e se afastava.

– O filho do porteiro? – perguntou K. batendo com a bengala no chão, com impaciência.

– O senhor deseja alguma coisa? Devo ir buscar o meu pai?

– Não, não – disse K. com uma espécie de mansuetude na voz, como se o rapaz houvesse feito alguma coisa errada, mas que ele desculpava. – Está tudo bem – acrescentou enquanto avançava, mas antes de subir a escada, voltou-se mais uma vez.

Teria podido seguir directamente para o quarto, mas como desejava falar com a Senhora Grubach, bateu à sua porta. Estava sentada a passajar, em frente de uma mesa onde havia um monte de meias velhas. Com ar distraído, K. desculpou-se por chegar tão tarde, mas a Senhora Grubach foi muito amável e não quis ouvir falar em desculpas: podia ir sempre procurá-la, sabia muito bem que era o seu melhor hóspede, o seu hóspede favorito. K. examinou a sala em seu redor; tinha recuperado perfeitamente o seu estado inicial; a louça do pequeno-almoço que, nessa manhã, estava posta na mesinha perto da janela, tinha também sido arrumada. As mãos femininas realizavam bem tarefas sem nada dizerem, pensou, porque ele teria partido a

louça logo ali, talvez, mas certamente não conseguiria levantá-la da mesa. Encarou a Senhora Grubach com um certo reconhecimento.

– Porque trabalha até tão tarde? – perguntou.

Agora estavam os dois sentados à mesa, e K. mergulhava de vez em quando a mão no monte das meias.

– Há muito trabalho – disse ela – durante o dia, pertenço aos hóspedes; se quero pôr em ordem as minhas coisas, só me restam as noites.

– Hoje dei-lhe, sem dúvida, mais trabalho do que habitualmente.

– Como assim? – perguntou ela animando-se um pouco e pousando a costura nos joelhos.

– Estou a falar dos cavalheiros que vieram aqui esta manhã.

– Ah, sim! – disse ela, recuperando a calma. – Isso não me deu particularmente trabalho.

Sem dizer nada, K. viu-a recomeçar a passajar. «Parece admirar-se por eu falar nisto», pensou, «parece achar despropositado que eu fale nisto. É ainda mais importante que eu o faça. Só com uma mulher idosa posso falar disto.»

– Sim, deu-lhe seguramente trabalho – disse ele então –, mas não voltará a suceder.

– Não, isso não pode voltar a suceder – acentuou ela sorrindo a K. com um ar quase melancólico.

– Pensa assim, a sério? – perguntou K.

– Sim – disse ela mais baixinho –, mas antes de tudo o senhor não deve levar as coisas para o lado trágico. Acontecem tantas coisas no mundo! Já que me está a falar com tal confiança, Senhor K., posso muito bem confessar-lhe que escutei um pouco atrás da porta e que também a mim os dois guardas me contaram duas ou três coisas. É que se trata da sua felicidade e que eu me interesso muito por ela, mais talvez do que deveria, porque sou apenas a dona da pensão onde vive. Ora bem, ouvi então duas ou três coisas, mas não posso dizer que seja particularmente grave. Não. Claro que se encontra sob prisão, mas não como se prende um ladrão. Quando se é preso como um ladrão, então é grave, mas esta detenção... Isto dá-me a impressão de algo de sábio, desculpe-me se digo disparates, dá-me a impressão de algo de sábio, que não compreendo, é verdade, mas que também não somos forçados a compreender.

– Não disse nenhum disparate, Senhora Grubach; em todo o caso, eu também sou em parte da sua opinião; mas julgo a coisa ainda com mais severidade; não vejo nela absolutamente nada de sábio, estimo-a nula e sem valor. Fui apanhado de surpresa, eis tudo. Se mal acordei, me tivesse levantado logo sem me deixar desconcertar pela ausência de Anna, e se tivesse ido procurar a senhora, sem prestar a mínima atenção a quem quer que me barrasse o caminho, se tivesse, dessa vez, excepcionalmente, tomado o meu pequeno-almoço na cozinha, por exemplo, se lhe tivesse pedido que fosse buscar a minha roupa ao quarto, em suma, se tivesse agido razoavelmente, nada teria sucedido; tudo quanto supostamente sucedesse teria de início ficado anulado. Mas estamos muito pouco preparados. No banco, por exemplo, estou preparado, nada disto poderia acontecer-me lá: tenho um empregado só para mim, o telefone directo e o telefone interno estão diante de mim na minha secretária, há gente sem parar, clientes, empregados que entram; mas além disso e antes de tudo, estou constantemente inserido no contexto do trabalho, tenho portanto o espírito alerta, sentiria mesmo prazer em achar-me confrontado ali com este género de situação. Bom, tudo isto já passou e, de facto, eu não tinha nenhuma intenção de falar dele, queria simplesmente escutar a sua opinião, a opinião de uma mulher sensata, e sinto-me encantado por estarmos de acordo. E agora, deve apertar-

me a mão, um tal acordo deve ser selado por um aperto de mão.

«Ela irá estender-me a mão? O inspector não me estendeu a mão», pensou, e lançou à mulher um olhar diferente, inquisidor. Ela levantou-se, pois também ele se tinha levantado; estava um pouco embaraçada, porque não tinha compreendido tudo o que K. dissera. Mas este embaraço fê-la proferir palavras que não tinha qualquer intenção de proferir e, ainda mais, palavras deslocadas:

– Não leve tanto as coisas para o lado trágico, Senhor K. – disse com a voz embargada e esquecendo-se, claro, do aperto de mão.

– Que eu saiba, não levo as coisas para o lado trágico – disse K., subitamente cansado e vendo bem o pouco valor que tinha o assentimento daquela mulher.

Próximo da porta, perguntou-lhe ainda:

– A Menina Bürstner está em casa?

– Não – respondeu a Senhora Grubach, acompanhando com um sorriso esta informação muito seca e, com um pouco de atraso, com uma dose razoável de simpatia. – Está no teatro. Queria pedir-lhe alguma coisa? Devo transmitir-lhe algum recado?

– Oh, queria só dizer-lhe duas palavras!

– Infelizmente ignoro quando ela regressará; sempre que vai ao teatro, volta habitualmente tarde.

– Isso não tem nenhuma importância – disse K. voltando-se já para a porta para sair, de cabeça baixa –, queria apenas pedir desculpa por ter ocupado o seu quarto esta manhã.

– É inútil, Senhor K., é muito atencioso, aliás ela não está ao corrente de nada, saiu de casa de manhã cedo, e tudo foi posto em ordem, veja pessoalmente.

E abriu a porta do quarto da Menina Bürstner.

– Obrigado, acredito em si – disse K., mas mesmo assim dirigiu-se para a porta aberta.

A Lua, silenciosa, iluminava o quarto escuro. Tanto quando se podia ver, tudo estava efectivamente no seu lugar, mesmo a blusa já não estava pendurada no fecho da janela. As almofadas pareciam particularmente dispostas ao alto na cama e estavam em parte iluminadas pela Lua.

– Ela volta muitas vezes tarde – disse K. encarando a Senhora Grubach como se tivesse a responsabilidade disso.

– Ah!, quando somos jovens! – disse a Senhora Grubach, com indulgência.

– Claro, claro – disse K. –, mas isso pode levar demasiado longe.

– É bem verdade – retorquiu a Senhora Grubach –, como tem razão, Senhor K. Talvez sobretudo neste caso preciso.

Longe de mim o desejo de caluniar a Menina Bürstner, é uma boa e simpática rapariga, amável, ordenada, pontual, trabalhadora; aprecio muito todas estas qualidades, mas é verdade que deveria mostrar mais orgulho, mais recato. Já a vi duas vezes este mês em ruas isoladas, e de cada vez com um senhor diferente. Isto deu-me muita pena, e Deus é testemunha de que só o conto a si, Senhor K., mas terei de ser eu própria a falar com ela. Não é, aliás, o único pormenor que a mim a torna suspeita.

– Está completamente enganada – disse K. com uma raiva que foi quase incapaz de dissimular –, além disso compreendeu manifestamente mal a minha observação a propósito dela, não é o que eu queria dizer. Desaconselho-a por completo a fazer-lhe a mínima observação, equivoca-se redondamente, eu conheço muito bem esta menina, nada do que disse

é verdade. Aliás, estou a ir talvez demasiado longe; não quero impedi-la, diga-lhe o que quiser. Boa noite.

– Senhor K. – disse a Senhora Grubach, numa voz suplicante, correndo atrás de K., que já tinha aberto a sua porta –, mas não tenciono falar por enquanto com ela; claro, continuarei a observá-la antes de o fazer, o senhor é a única pessoa a quem confiei o que sabia. Afinal, os proprietários são obrigados a meter na cabeça estas coisas se querem manter a tranquilidade da sua pensão, e eu é só o que procuro com isto.

– A tranquilidade! – exclamou K. através da porta entreaberta. – Se pretende manter a tranquilidade da sua pensão, sou eu o primeiro que deve ser despedido.

Depois bateu com a porta, deixando de se preocupar com as pancadas discretas que soavam do outro lado.

No entanto, por não ter nenhuma vontade de dormir, decidiu não se deitar imediatamente e aproveitar a ocasião para ver a que horas a Menina Bürstner voltaria. Talvez houvesse também um meio, mesmo se fosse inconveniente, de trocar duas palavras com ela. À janela, apoiado nos cotovelos, e esfregando os olhos cansados, pensou mesmo castigar a Senhora Grubach, persuadindo a Menina Bürstner a des pedir-se ao mesmo tempo que ele. Mas esta reacção pareceu-lhe logo terrivelmente exagerada, e suspeitou até que procurava mudar de domicílio por causa dos acontecimentos da manhã. Nada teria sido mais insensato e sobretudo mais vão e mais desprezível.

Quando se cansou de vigiar a rua deserta, deitou-se no canapé, depois de ter entreaberto a porta do vestíbulo, a fim de estar em condições de avistar logo, ali deitado, quem quer que fosse que entrasse em casa. Até perto das onze horas, permaneceu tranquilamente deitado no canapé a fumar um charuto. Depois, incapaz de ficar quieto, foi por instantes ao vestíbulo, como se pudesse desse modo apressar a vinda da Menina Bürstner. Não sentia um desejo especial por ela, nem sequer chegava a recordar-se exactamente de como ela era, mas agora queria falar-lhe, e sentia-se irritado com o pensamento de que, com o seu atraso, também ela introduzia a agitação e a desordem naquele fim de dia. Era também culpa sua se, naquela noite, não tinha jantado e se abstivera da sua visita prevista para hoje a casa de Elsa. Claro que podia remediar estas duas coisas indo à taberna onde Elsa trabalhava. Tencionava, aliás, fazê-lo mais tarde, depois da conversa com a Menina Bürstner.

Já passava das onze e meia quando soaram passos na escada. K., mergulhado nos seus pensamentos, percorria com passos sonoros o vestíbulo de um lado para outro, como se se tratasse do seu próprio quarto, e refugiou-se atrás da sua porta. Era a Menina Bürstner que estava de volta. Enquanto fechava a porta da entrada apertou, estremecendo, um xaile sobre os ombros frágeis. Ia entrar no quarto no instante seguinte e estava fora de questão que K. lá pudesse entrar à meia-noite; devia, portanto, falar-lhe agora, mas infelizmente tinha-se esquecido de ligar a luz no seu quarto, de modo que ao sair desta divisão obscura muito se arriscava a dar a impressão de assalto ou, pelo menos, de causar-lhe grande pavor. Na sua confusão, e como não havia um instante a perder, murmurou pela porta entreaberta:

– Menina Bürstner!

Parecia mais uma oração do que um apelo.

– Está aí alguém? – perguntou a Menina Bürstner olhando à sua volta, de olhos arregalados.

– Sou eu – disse K. adiantando-se.

– Ah, o Senhor K.! – disse a Menina Bürstner, sorrindo. – Boa noite! – e estendeu-lhe a

mão.

– Queria dizer-lhe duas palavras: permite-me que o faça agora?

– Agora? – perguntou a Menina Bürstner. – É indispensável que seja agora? É um pouco estranho, não acha?

– Estou à sua espera desde as nove horas.

– Ah, sim, estava no teatro, ignorava que estava à minha espera!

– Aquilo que tenho para falar consigo data de hoje apenas.

– Bom, ora bem, não vejo grande objecção, a não ser que estou a cair de cansaço. Entre então um instante no meu quarto. Não é adequado falar aqui, vamos acordar toda a gente, e isso incomodar-me-ia ainda mais por nós do que pelos outros. Espere que eu acenda a luz o meu quarto, depois apague a luz aqui.

K. assim procedeu, mas aguardou depois que a Menina Bürstner, do quarto, o convidasse mais uma vez muito baixinho a entrar.

– Sente-se – disse ela, designando o divã; manteve-se de pé junto da cama, apesar do cansaço de que falara; nem sequer pousou o pequeno chapéu enfeitado com um montão de flores. – Que queria então? Estou realmente com curiosidade de saber.

Cruzou as pernas com à-vontade.

– Vai talvez dizer – começou K. – que o assunto não era tão urgente que fosse preciso falar dele agora, mas...

– Nunca ouço os preâmbulos – disse a Menina Bürstner.

– Isso vai facilitar-me a tarefa – retorquiu K. – Esta manhã, o seu quarto foi, de certo modo por culpa minha, um pouco desarrumado por estranhos, contra a minha vontade e, no entanto, como já lhe disse, por culpa minha; por isso queria apresentar-lhe as minhas desculpas.

– O meu quarto? – perguntou a Menina Bürstner e, em vez de examinar o quarto, dirigiu a K. um olhar inquisidor.

– É a verdade – disse K., e ambos se entreolharam pela primeira vez –, o modo como isso aconteceu dispensa comentários.

– Mas é, no entanto, a única coisa interessante – replicou a Menina Bürstner.

– Não – disse K.

– Bom – prosseguiu a Menina Bürstner –, não quero imiscuir-me nos seus segredos, se mantém que não reveste interesse, não faço nenhuma objecção. Aceito de bom grado as desculpas que me apresenta, tanto mais que não vejo qualquer vestígio de desarrumação. – De mãos apoiadas nas ancas, deu uma volta pelo quarto. Deteve-se diante da barafunda que continha as fotografias. – Sim, olhe! – exclamou. – As minhas fotografias estão todas misturadas. Aqui está uma coisa muito desagradável. Alguém, de facto, entrou sem autorização no meu quarto.

K. aquiesceu e amaldiçoou intimamente o empregado Kaminer, sempre incapaz de dominar a sua estúpida e vã agitação.

– É singular – disse a Menina Bürstner – que eu seja obrigada a proibir-lhe o que o senhor deveria proibir a si próprio, a saber: entrar no meu quarto na minha ausência.

– No entanto, expliquei-lhe, menina – disse K. acercando-se também das fotografias –, que não fui eu que tocou nas suas fotografias; mas já que não me acredita, devo confessar-lhe que a comissão de inquérito trouxe três funcionários do banco e que um deles, que eu mandarei despedir na próxima ocasião, provavelmente mexeu nas fotografias. Sim, veio aqui uma

comissão de inquérito – acrescentou K. perante o seu olhar interrogador.

– Tinha que ver consigo? – perguntou ela.

– Sim – respondeu K.

– Não! – exclamou ela sorrindo.

– Mas tinha – disse K. –, portanto julga-me inocente?

– Enfim, inocente... – disse ela. – Não quero pronunciar um juízo apressado e talvez carregado de consequências; afinal, não o conheço; apesar de tudo, é preciso ser um grande criminoso para ter às costas uma comissão de inquérito. Mas uma vez que está livre... deduzo pelo menos da sua calma que não se evadiu da prisão..., não pode ter cometido um crime grave.

– É verdade – disse K. –, mas é possível que a comissão de inquérito se tenha apercebido de que não sou culpado ou em todo o caso no grau que supunham.

– Claro que é possível – disse a Menina Bürstner, muito atenta.

– Bem vê – prosseguiu K. – que não tem muita experiência em matérias judiciais.

– Não, não tenho muita – disse a Menina Bürstner –, e já o lamentei muitas vezes, porque gostava de saber tudo e sinto justamente um imenso interesse pelas questões judiciais. O tribunal tem algo de particularmente atraente, não acha? Mas vou seguramente ampliar os meus conhecimentos neste domínio, porque entro no mês que vem como empregada num escritório de advogados.

– Excelente – disse K. –, nesse caso poderá ajudar-me um pouco no meu processo.

– É possível – respondeu a Menina Bürstner –, porque não? Gosto muito de utilizar os meus conhecimentos.

– Estou a falar a sério – disse K. – ou, pelo menos, meio a sério, como a menina. O caso é realmente muito pouco importante para recorrer a um advogado, mas poderia precisar muito bem dos serviços de um conselheiro.

– Sim, mas se devo aconselhá-lo, preciso de saber de que se trata – retorquiu a Menina Bürstner.

– Aí é que está o problema – disse K. –, eu próprio o ignoro.

– Nesse caso esteve a brincar comigo – disse a Menina Bürstner, excessivamente decepcionada –, foi completamente inútil escolher uma hora tão tardia para isto.

E afastou-se das fotografias em frente das quais tinham permanecido de pé juntos todo este tempo.

– Mas, minha menina – disse K. –, eu não estou a brincar. Porque se recusa a acreditar-me? Acabo de dizer-lhe o que sei. Até mais do que sei, porque não se tratava de uma comissão de inquérito; eu designo-a assim à falta de arranjar-lhe outro nome. Não houve inquérito, fui simplesmente detido, mas por uma comissão.

A Menina Bürstner estava sentada no divã e tornara a sorrir.

– Então como é que isso se passou? – perguntou.

– Foi horrível – disse K. mas agora não pensava muito nisso, absorvido por completo pelo espectáculo da Menina Bürstner que tinha o rosto apoiado numa das mãos, com o cotovelo a descansar na almofada do divã, enquanto a outra mão acariciava lentamente a anca.

– É um pouco vago – disse a Menina Bürstner.

– O que é que é demasiado vago? – perguntou K. Depois lembrou-se e perguntou: – Quer que lhe mostre como foi que as coisas se passaram?

Queria mexer-se, sem no entanto partir.

– Estou muito cansada – disse a Menina Bürstner. – Regressou muito tarde – disse K.

– E para acabar faz-me censuras; com toda a razão, aliás, porque eu não deveria tê-lo deixado entrar. E isso também não era necessário.

– Era necessário, e só agora é que vai compreendê-lo – disse K. – Posso afastar a mesinha-de-cabeceira da sua cama?

– Mas que ideia! – disse a Menina Bürstner. – Claro que não!

– Então não poderei mostrar-lhe – replicou K. rapidamente, como se lhe tivessem infligido assim um imenso prejuízo.

– Bom, se é indispensável para a descrição, então empurre a mesinha, mas com cuidado – disse a Menina Bürstner, e depois acrescentou, após um breve instante, numa voz fraca: – O meu cansaço torna-me mais compreensiva do que deveria ser.

K. colocou a mesinha no meio do quarto e sentou-se atrás. – Deve imaginar bem a disposição das personagens, é muito interessante. Eu sou o inspector; ali na arca estão sentados dois guardas; perto das fotografias há três jovens de pé. No fecho da janela, menciono-o apenas de passagem, está pendurada uma blusa branca. E agora vai começar. Ah, sim, já me esquecia, eu, a personagem mais importante, mantenho-me, pois, em frente da mesinha! O inspector está sentado muito à vontade, as pernas cruzadas, deixando pender o braço aqui, por cima das costas da cadeira, um perfeito grosseirão. E agora, portanto, isto começa deveras. O inspector grita como se tivesse de me acordar, berra a plenos pulmões; e peço desculpa mas, se quero fazê-la compreender, tenho de berrar também, aliás, é só o meu nome que ele berra assim.

A Menina Bürstner, que escutava a rir, pousou o indicador na boca para impedi-lo de berrar, mas era demasiado tarde, K. achava-se demasiado absorvido pelo seu papel, berrou lentamente: «Josef K.!», aliás com menos força do que ameaçara fazê-lo, mas no entanto suficiente para que este grito, que soltara de um só impulso, parecesse espalhar-se progressivamente pelo quarto.

Logo se ouviram várias pancadas sonoras, breves e regulares, na porta do quarto contíguo. A Menina Bürstner empalideceu e levou a mão ao peito. K. sobressaltou-se de um modo particularmente violento, porque, durante um curto instante, o seu pensamento ficara prisioneiro dos acontecimentos da manhã e da jovem diante da qual estava a reconstituí-los. Mal se recompôs, saltou para junto da Menina Bürstner e tomou-lhe a mão.

– Nada receie – murmurou –, eu vou tratar de tudo. Mas quem pode ser? Apenas existe o salão ao lado, onde ninguém dorme.

– Sim – cochichou a Menina Bürstner ao ouvido de K. –, desde ontem que um sobrinho da Senhora Grubach dorme aqui, um capitão. Não há outro quarto livre neste momento. Também eu me tinha esquecido. Tinha necessidade de gritar com tanta força? Sinto-me muito infeliz.

– Não tem nenhuma razão – disse K. e, enquanto ela se deixava cair de novo sobre a almofada, beijou-lhe a testa.

– Vá-se embora, vá-se embora – disse ela levantando-se subitamente –, saia já, saia, em que está a pensar, ele está à escuta junto da porta, vai ouvir tudo. Como me atormenta!

– Não sairei até ficar um pouco mais calma – retorquiu K. – Venha para o outro canto do quarto, ele não poderá ouvir-nos daí. – Ela deixou-se conduzir. – Esquece-se – disse ele – de que se trata de um dissabor para si, é verdade, mas que não corre qualquer perigo. Sabe que a

Senhora Grubach, que é a única pessoa que importa aqui, sobretudo se o capitão é seu sobrinho, tem por mim uma verdadeira veneração e acredita rigorosamente em tudo o que lhe digo. Além disso está-me grata porque me pediu emprestado uma elevada quantia de dinheiro. Aceito qualquer explicação que possa propor para a nossa presença juntos, desde que tenha um mínimo de verosimilhança, e comprometo-me a agir de modo a que a Senhora Grubach fique não só convencida diante de terceiros, mas que ela própria acredite com toda a sinceridade. Sobretudo, não me poupe. Se quiser que digam que a agredi, a Senhora Grubach será esclarecida nesse sentido e acreditará sem me retirar a sua confiança, a tal ponto me está ligada.

A Menina Bürstner, emudecida e um pouco abatida sobre si mesma, olhava fixamente para o chão.

– Porque é que a Senhora Grubach não acreditaria que eu a agredi? – acrescentou K.

Fitava os cabelos dela, mesmo à sua frente, cabelos ruivos, com um risco ao meio, bem apanhados num carrapito baixo. Julgou que ia levantar os olhos, mas sem mudar de atitude ela disse:

– Desculpe-me, foram estas pancadas bruscas que me assustaram, não tanto as consequências que poderia ter a presença do capitão. Houve um tal silêncio depois do seu grito, depois bateram, foi o que me fez tanto medo; além disso estava sentada perto da porta, as pancadas ecoaram quase ao meu lado. Agradeço as suas propostas, mas recuso-as. Posso assumir a responsabilidade de tudo o que se passa no meu quarto, e perante seja quem for. Admira-me que não sinta o que as suas propostas têm de melindre, para lá das suas boas intenções que não deixo, claro, de reconhecer. Mas agora saia, deixe-me sozinha, preciso disso ainda mais do que antes. Os poucos minutos que pediu transformaram-se em mais de meia hora.

K. tomou-lhe a mão, depois o pulso:

– Mas não está zangada comigo? – disse.

Ela afastou a mão de K. e respondeu:

– Não, não, nunca fico zangada com ninguém.

Ele voltou a segurar-lhe o pulso, o que ela agora permitiu e levou-o assim até à porta. Estava firmemente decidido a ir-se embora. Mas diante da porta, como se não esperasse encontrar uma porta naquele sítio, tropeçou e a Menina Bürstner aproveitou esse instante para soltar-se; abriu a porta e deslizou para o vestíbulo, de onde murmurou na direcção de K.:

– Vamos, venha agora, peço-lhe – apontava com o dedo a porta do capitão de onde saía um raio de luz –, ele acendeu a luz e diverte-se à nossa custa.

– Vou já – disse K. acorrendo; atraiu-a a si, beijou-a na boca, depois em todo o rosto, como um animal sedento bebe com a língua a água de uma nascente enfim descoberta. Por fim beijou-lhe o pescoço, à altura da garganta e deixou os seus lábios demorarem-se aí longamente. Um ruído proveniente do quarto do capitão fê-lo levantar os olhos. – Agora vou-me embora – disse ele; desejou tratar a Menina Bürstner pelo primeiro nome, mas ignorava-o.

Ela aquiesceu, com um ar cansado, abandonou-lhe a mão para beijar desviando-se já um pouco, com o ar de não saber nada, e um pouco curvada, reentrou no quarto. Pouco depois, K. estava deitado na cama. Adormeceu muito depressa; antes de adormecer, pensou por instantes, mais uma vez, na sua conduta: sentia-se satisfeito, mas admirou-se por não se sentir ainda mais; efectivamente, preocupava-se com a Menina Bürstner, por causa do capitão.

Primeiro interrogatório

K. tinha sido avisado por telefone de que no domingo seguinte realizar-se-ia um pequeno interrogatório no âmbito do seu caso. Observaram-lhe que tais interrogatórios se sucederiam regularmente, ou mesmo todas as semanas, pelo menos muito frequentemente. Por um lado, era do interesse geral terminar o processo rapidamente; mas por outro lado, era indispensável que tudo fosse examinado em profundidade durante as sessões, sem todavia as fazer durar demasiado tempo, em virtude do cansaço que provocavam. Assim, tinham optado pela solução destes interrogatórios frequentes, mas breves. Haviam escolhido o domingo como dia de interrogatório, para não prejudicar K. nas suas actividades profissionais. Supunham que ele estaria de acordo e, se conviesse outro dia, esforçar-se-iam, na medida do possível, por corresponder ao seu desejo. Os interrogatórios podiam, por exemplo, também ocorrer à noite, mas K. não estaria, sem dúvida, suficientemente fresco nessa altura. Fosse como fosse, salvo objecção da parte de K., ficariam pelo domingo. Claro que ele devia comparecer sem falta, não era preciso insistir nesse ponto. Comunicaram-lhe o número do prédio onde devia dirigir-se; situava-se numa rua de um subúrbio distante, onde K. ainda nunca tinha ido.

K. pousou o auscultador sem responder, depois de ter recebido esta mensagem; decidiu logo lá ir, no domingo; era certamente necessário; o processo começara e devia enfren tá-lo, devendo este primeiro interrogatório ser também o último. Ainda se encontrava de pé junto do aparelho, com ar sonhador, quando ouviu atrás de si a voz do director interino; queria telefonar, mas K. barrava-lhe a passagem.

– Más novas? – perguntou o director interino sem reflectir, não para se informar, mas para afastar K. do aparelho.

– Não, não – disse K. afastando-se, sem todavia se ir embora.

O director interino pegou no aparelho e disse por cima do auscultador, enquanto aguardava a sua comunicação:

– Queria perguntar-lhe, Senhor K., se me daria o prazer de, no domingo, vir fazer connosco uma excursão no meu veleiro? Vai estar muita gente, lá encontrará sem dúvida pessoas conhecidas. O procurador Hasterer, designadamente. Quer vir? Vamos, aceite!

K. esforçava-se por prestar atenção ao que o director interino dizia. Isto tinha importância para ele, porque o convite do director interino, com quem nunca se entendera muito bem, significava um esforço de reconciliação da sua parte e indicava o ascendente que K. assumira no banco, assim como o valor que a segunda personagem da hierarquia ligava à sua amizade ou, pelo menos, à sua neutralidade. Mesmo lançado por cima do auscultador enquanto aguardava uma ligação telefónica, este convite era humilhante para o director interino. Mas K. deve ter-lhe infligido uma segunda humilhação quando respondeu:

– Muito obrigado, mas infelizmente não posso, no domingo tenho outro compromisso.

– É pena – disse o director interino, virando-se para apanhar a chamada que acabara de ser estabelecida.

A conversa não foi breve, mas K. estava tão distraído que permaneceu de pé ao lado do aparelho enquanto ela durou. Foi só no momento em que o director interino desligou que teve um sobressalto e informou, para desculpar um pouco a sua presença inútil:

– Acabam de telefonar-me a dizer que devo ir a um sítio qualquer, mas esqueceram-se de dizer-me a que horas.

– Então ligue mais uma vez – disse o director interino.

– Não é assim muito importante – retorquiu K., embora a sua anterior desculpa, já tosca em si mesma, ainda menos credível ficasse.

Enquanto se retirava, o director interino falou ainda de diversas coisas. K. obrigou-se a responder-lhe, mas estava sobretudo a pensar que o melhor seria lá ir no domingo às nove horas da manhã, pois é a hora em que todos os tribunais começam o trabalho, nos dias úteis.

Estava um tempo cinzento naquele domingo; K. sentia-se muito cansado; tinha ficado até muito tarde no restaurante, porque haviam festejado qualquer coisa com os clientes habituais e por pouco que não acordava a horas. À pressa, sem ter tempo de reflectir e de pôr em ordem os diversos projectos que elaborara durante a semana, vestiu-se e partiu a correr, sem ter tomado o pequeno-almoço, para o subúrbio que lhe tinham indicado. Estranhamente, embora não dispusesse de muito tempo para olhar à sua volta, encontrou os três funcionários ligados ao seu processo: Rabensteiner, Kullych e Kaminer. Os dois primeiros passaram num eléctrico com que se cruzou no caminho, mas Kaminer estava sentado na esplanada de um café, e à passagem de K. inclinou-se, com curiosidade, por cima da balaustrada. Sem dúvida todos o acompanharam com o olhar, admirados por verem o seu superior a correr; numa espécie de desafio, K. tinha decidido não apanhar um carro; naquele caso que era o seu, a mínima ajuda exterior, por menor que fosse, causava-lhe horror; desejava igualmente não recorrer a ninguém, para não pôr ninguém ao corrente, mesmo muito vagamente; enfim, não sentia nenhuma vontade de rebaixar-se diante da comissão de inquérito devido a um excesso de pontualidade. No entanto, agora corria, para chegar, na medida do possível às nove horas, embora nem sequer tivesse sido convocado para uma hora precisa.

Julgava que reconheceria o prédio de longe, graças a uma indicação qualquer de que não fazia exactamente ideia, ou ainda graças à agitação especial que reinaria em torno da sua entrada. Mas a Juliusstrasse onde devia ficar o edifício e à entrada da qual K. permaneceu um momento parado, era ladeada por prédios quase uniformes, grandes prédios de rendimento, cinzentos, habitados por gente pobre. Àquela hora de domingo, havia gente em quase todas as janelas; homens em mangas de camisa estavam apoiados nos cotovelos a fumar ou então seguravam crianças pequenas nos parapeitos, com prudência e afeição. Noutras janelas, amontoava-se roupa de cama por cima da qual a cabeça de uma mulher toda despenteada fazia uma furtiva aparição. Gritavam mensagens de um lado para o outro da rua, e mesmo por cima de K. uma delas provocou grandes risos. Com intervalos regulares ao longo de toda esta comprida rua, havia pequenas mercearias, num nível inferior ao passeio, às quais se acedia por alguns degraus. Mulheres entravam e saíam ou ficavam de pé a conversar nesses degraus. Um vendedor ambulante de fruta que anunciava a sua mercadoria para as janelas, mais acima, sem prestar mais atenção do que K., quase o atropelou com a sua carroça. No mesmo instante, um gramofone que conhecera dias melhores nos bairros mais favorecidos, pôs-se a grazinar abominavelmente.

K. embrenhou-se na rua, sem pressas, como se tivesse agora todo o tempo ou como se o juiz de instrução estivesse a observá-lo do alto de uma janela, e soubesse portanto que ele viera à audiência. Pouco passava das nove horas. O prédio ficava muito afastado; era de uma proporção quase inabitual: o portão da entrada, em especial, era alto e largo. Era manifestamente destinado aos camiões pertencentes aos diversos armazéns que, agora encerrados, rodeavam o grande pátio e exibiam o nome de diversas firmas; K. conhecia

algumas, graças ao registo de transacções do banco. Contrariamente ao seu hábito, observou com grande atenção todos estes pormenores exteriores, e deteve-se também um instante à entrada do pátio. Perto dele, um homem descalço estava sentado numa caixa a ler um jornal. Dois rapazes balouçavam-se num carro de mão. Uma jovem franzina, de roupão, estava de pé ao lado de uma bomba de água e fitava K. enquanto a água corria no seu cântaro. Num canto do pátio, estendiam entre duas janelas uma corda onde a roupa já estava estendida a enxugar. Em baixo, um homem dirigia o trabalho gritando algumas ordens.

K. dirigiu-se para a escada, a fim de alcançar a sala de interrogatório, mas deteve-se novamente, porque além da primeira, avistou no pátio mais três outros vãos de escada; uma pequena passagem na extremidade do pátio parecia também abrir-se para um segundo pátio. Sentia-se furioso por não lhe terem indicado com mais precisão a localização da sala; tratavam-no realmente com particular negligência ou indiferença, e contava chamar a atenção para isso em alto e bom som. Acabou, porém, por subir a escada e divertiu-se a recordar a fórmula do guarda Willem, segundo o qual o crime atraía a justiça: daqui resultava que a sala de interrogatório devia, de facto, dar para a escada que K. escolhesse ao acaso.

Enquanto subia, perturbou as numerosas crianças que brincavam na escada e o fitaram com ar maldoso quando passou por elas. «Se tiver de voltar aqui brevemente», disse para consigo, «terei de trazer guloseimas para lhes agradar, ou então a bengala para as castigar.» Mesmo antes do primeiro patamar, teve até de esperar por instantes que um berlinde terminasse o seu percurso, enquanto dois rapazes, com a cara dura de malandros experientes, o retinham pelas calças; se tivesse querido soltar-se, teria sido forçado a fazer-lhes mal, e receou os seus gritos.

No primeiro andar começou a verdadeira busca. Não podendo, apesar de tudo, perguntar onde ficava a comissão de inquérito, inventou um marceneiro chamado Lanz – este nome ocorreu-lhe, porque era o do sobrinho da Senhora Grubach, o capitão –; ia agora perguntar em todos os apartamentos se o marceneiro chamado Lanz morava ali, de forma a poder deitar uma olhadela para dentro das casas. Contudo, na maioria das vezes, isto foi possível sem dificuldade, porque quase todas as portas estavam abertas, e as crianças entravam e saíam a correr. Tratava-se quase sempre de pequenas salas com uma única janela, que também servia de cozinha. Várias mulheres tinham bebés nos braços e afadigavam-se diante do forno, com a mão livre. Jovens adoles centes que pareciam apenas vestidas com um avental corriam em todos os sentidos, com um ar muito atarefado. Em todos os quartos, as camas estavam ainda ocupadas, com doentes ou dorminhocos, ou ainda pessoas deitadas completamente vestidas. Quando a porta de um apartamento estava fechada, K. batia e perguntava se um marceneiro chamado Lanz morava ali. Na maioria das vezes, era uma mulher quem abria; escutava a pergunta e voltava-se para alguém no quarto, que se soerguia na cama.

– O senhor pergunta se um marceneiro chamado Lanz mora aqui.

– Um marceneiro chamado Lanz? – perguntava o outro metido na cama.

– Sim – respondia K., embora não tivesse nenhuma dúvida de que a comissão de inquérito não ficava ali, e que ali nada mais saberia.

Muitos julgavam que K. tinha imperativamente necessidade de encontrar o marceneiro Lanz; reflectiam durante muito tempo, citavam o nome de um marceneiro, mas que não se chamava Lanz, ou então um nome que se parecia vagamente com Lanz, ou então perguntavam aos vizinhos, ou então acompanhavam K. até uma porta muito afastada, onde lhes parecia que um

indivíduo deste género era talvez sublocatário, onde talvez morasse alguém susceptível de fornecer melhores informações. K. acabou por quase nem precisar de ser ele a formular a pergunta, fazendo-se assim levar de andar em andar. Arrependeu-se de ter adoptado este plano que ao princípio lhe parecera muito prático. Antes de alcançar o quinto andar, decidiu-se a abandonar as pesquisas, cumprimentou um amável jovem operário que queria conduzi-lo mais acima, e desceu. Mas sentiu-se novamente contrariado pela ideia de ter empreendido tudo aquilo em vão; voltou para trás e bateu à primeira porta do quinto andar. A primeira coisa que avistou na pequena sala foi um grande relógio de parede que indicava já dez horas.

– Mora aqui um marceneiro chamado Lanz? – perguntou.

– Faça o favor de entrar – disse uma mulher jovem de olhos pretos brilhantes, ocupada a lavar roupa de criança num alguidar, e que designou com a mão encharcada a porta aberta da sala contígua.

K. teve a impressão de que invadira uma assembleia. Uma multidão das mais diversas proveniências – ninguém se ocupou do recém-chegado – enchia uma enorme sala com duas janelas, uma galeria a meia altura à volta, também ela cheia, e onde as pessoas eram forçadas a inclinar-se para se manterem de pé e batiam com as costas e a cabeça no tecto. Achando a atmosfera irrespirável, K. voltou a sair e disse à jovem que, sem dúvida, o tinham compreendido mal:

– Foi por um marceneiro, um certo Lanz que eu perguntei, não foi?

– Sim – disse a mulher –, entre, faça favor.

K. talvez não lhe tivesse obedecido se a mulher não avançasse para ele e não tivesse agarrado na maçaneta da porta enquanto dizia:

– Devo fechá-la depois de o senhor entrar, mais ninguém tem o direito de entrar.

– Eis uma coisa razoável – disse K. –, mas há demasiada gente.

Entrou, apesar de tudo.

Deslizando entre dois homens que conversavam mesmo ao lado da porta – um tinha as duas mãos estendidas para a frente e fingia contar dinheiro, o outro fixava-o nos olhos –, uma das mãos pegou na de K. Era um rapazinho de faces vermelhas.

– Venha, venha – disse.

K. deixou-se conduzir; descobriu que através desta multidão fervilhante havia apesar de tudo uma estreita passagem, separando talvez dois partidos opostos; isto parecia também confirmado pelo facto de que à direita e à esquerda, nas primeiras filas, K. não avistou rostos voltados para ele, mas somente as costas de pessoas cujas palavras e gestos apenas se dirigiam a membros do seu próprio partido. Estavam quase todos vestidos de preto, com compridos fatos de domingo coçados que flutuavam em redor deles. Apenas estes trajes deixavam K. perplexo; de outro modo, teria tomado tudo aquilo por uma reunião política de bairro.

No outro lado da sala onde conduziram K., estava colocada de viés num estrado muito baixo, igualmente repleto, uma mesinha por detrás da qual, muito próximo da borda, estava sentado um homem baixinho e gordo, com a respiração ofegante, que conversava soltando gargalhadas com um indivíduo de pé, atrás dele, cotovelos apoiados nas costas da cadeira e as pernas cruzadas. Erguia de vez em quando o braço no ar, como para caricaturar alguém. O rapaz que guiara K. teve dificuldade em fazer-se anunciar. Erguido na ponta dos pés, tinha já por duas vezes tentado dizer algo, sem que o homem, lá em cima, lhe houvesse prestado a

mínima atenção. Foi só quando um dos indivíduos no estrado lhe apontou o rapaz que o homem se virou e se inclinou para escutar o que ele segredou. Puxou em seguida pelo relógio e lançou uma olhadela rápida a K.

– Devia já ter chegado aqui há uma hora e cinco minutos – disse ele.

K. aprestava-se para responder, mas não teve tempo para isso, porque mal o homem falara, logo se elevou um vozear geral no lado direito da sala.

– Devia já ter chegado aqui há uma hora e cinco minutos – repetiu o homem então, elevando a voz e lançando ao mesmo tempo um rápido relance de olhos à sala.

Logo o vozear se amplificou e se dissipou pouco a pouco, pois o homem não disse mais nada. Reinava agora na sala um silêncio muito maior do que quando K. entrou. Só as pessoas na galeria não cessavam de trocar observações. Pareciam menos bem vestidas do que os de baixo, tanto quanto era possível distinguir fosse o que fosse lá em cima, através da penumbra, do fumo e da poeira. Alguns tinham trazido almofadas que haviam colocado entre as suas cabeças e o tecto para não se esfolarem.

K. tinha decidido observar mais do que falar, por isso renunciou a justificar o seu pretenso atraso e disse simplesmente:

– Se cheguei atrasado, em todo o caso aqui estou agora.

Seguiram-se aplausos novamente do lado direito. «Eis pessoas fáceis de conquistar», pensou K., e só ficou perturbado pelo silêncio do lado esquerdo da sala, que ficava exactamente atrás dele, e de onde apenas haviam esguichado alguns aplausos muito isolados. Reflectiu sobre o que poderia dizer para cativar todo o auditório ao mesmo tempo ou, se tal fosse impossível, pelo menos por algum tempo, a outra metade.

– Sim – disse o homem –, mas agora não sou já obrigado a interrogá-lo – novo vozear, mas ambíguo desta vez, porque o homem prosseguiu fazendo sinal às pessoas para que se calassem –, no entanto, excepcionalmente, hoje acedo. Mas um tal atraso não poderá repetir-se. E agora avance.

Alguém saltou do estrado a fim de arranjar um lugar para K., e este último subiu para lá. Ficou de pé, encostado à mesa; a balbúrdia atrás dele era tal que teve de resistir para não fazer cair do estrado a mesa do juiz de instrução, ou mesmo o próprio juiz.

Mas este não se preocupou; sentado à vontade no seu cadeirão e depois de ter dirigido uma derradeira observação ao homem que estava atrás dele, pegou num caderninho, único objecto que se encontrava em cima da mesa. Assemelhava-se a um caderno escolar, velho e muito deformado, à força de ter sido folheado.

– Portanto – disse o juiz de instrução, enquanto folheava o caderno, voltando-se para K. num tom peremptório –, o senhor é pintor de prédios?

– Não – retorquiu K. –, sou gerente num grande banco.

Esta resposta suscitou em baixo, do lado direito da sala, uma tão franca hilaridade que K. não pôde deixar de também rir. As pessoas apoiavam as mãos nos joelhos e eram sacudidas como por uma violenta crise de tosse. Algumas até riam na galeria. O juiz de instrução, agora muitíssimo encolerizado, e não dispondo provavelmente de nenhum poder sobre a gente da plateia, procurou desforrar-se junto da galeria; levantou-se com um salto, ameaçou a galeria, e as suas sobrancelhas, já por si mesmas pouco salientes, contraí ram-se e ficaram negras, espessas e encrespadas por cima dos olhos.

Mas o lado esquerdo da sala continuava silencioso, as pessoas estavam de pé em filas, o

rosto virado para o estrado, e escutavam com a mesma calma as palavras trocadas lá em cima e a barulheira do outro partido; até toleravam que certos indivíduos nas suas fileiras reagissem por momentos do mesmo modo que o outro partido. As pessoas do lado esquerdo, aliás menos numerosas, podiam muito bem ser tão insignificantes como as do lado direito, mas a calma da sua atitude dava-lhes um ar de maior importância. Quando K. se pôs a falar, ficou convencido de que concordavam com ele.

– A sua pergunta, Senhor Juiz de Instrução, a inquirir se sou pintor de prédios... aliás, o senhor não me perguntou nada, atirou-me esta declaração... é reveladora do conjunto do processo intentado contra mim. Pode objectar que não se trata de modo nenhum de um processo judicial, e tem inteiramente razão, porque não se trata de um processo judicial, salvo se eu lhe reconhecer essa qualidade. Ora, reconheço-a neste instante, por compaixão, por assim dizer. A compaixão é a única atitude que pode adoptar-se aqui, supondo que se queira conceder interesse a este processo. Não afirmo que seja um processo mal preparado, mas sinto-me feliz por lhe ter apresentado esta fórmula para que reflicta sobre ela.

K. interrompeu-se e baixou a vista na direcção da sala. Tinha exposto observações severas, mais severas do que pretendera, mas não obstante justas. Teria merecido aplausos aqui e além e, no entanto, reinava o silêncio; aguardavam manifestamente a continuação, com curiosidade; talvez se preparasse um clamor naquele silêncio, clamor que poria fim a todo o caso. Foi desagradável que nesse instante abrissem a porta, ao fundo da sala, e entrasse a jovem mulher que terminara provavelmente a lavagem da roupa e que, apesar de todo o cuidado, atraiu sobre si alguns olhares. Só o juiz de instrução proporcionou uma alegria imediata a K. porque pareceu logo impressionado pelas palavras que acabara de ouvir. Até então, tinha permanecido de pé a escutá-lo, porque a arenga de K. surpreendera-o quando se pusera de pé para interpelar a galeria. Aproveitou esta interrupção para se sentar discretamente, na esperança de que isso passasse despercebido. Sem dúvida para recuperar uma postura calma, voltou a pegar no seu caderninho.

– Inútil – continuou K. –, também o seu caderninho, Senhor Juiz de Instrução, confirma as minhas palavras.

Satisfeito por apenas ouvir ecoar calmamente as suas próprias palavras naquela assembleia de estranhos, K. atreveu-se mesmo a arrancar o caderno das mãos do juiz de instrução e ergueu-o no ar segurando-o com a ponta dos dedos por uma das folhas do meio, como um objecto repugnante, de modo que as páginas cobertas por uma escrita cerrada, maculadas nas bordas amarelecidas, pendiam dos dois lados.

– Aqui estão os autos do juiz de instrução – disse ele, deixando cair o caderno em cima da mesa. – Continue tranquilamente a lê-lo, Senhor Juiz de Instrução, este livro de contas não me mete realmente medo, embora me seja inacessível, porque apenas posso segurá-lo com a ponta dos dedos.

Foi forçosamente com um gesto de profunda humilhação (pelo menos devia-se interpretá-lo assim) que o juiz de instrução pegou no caderninho tal como ele caíra em cima da mesa, se esforçou por voltar a pô-lo um pouco em ordem e o abriu de novo para o ler.

Os rostos das pessoas da primeira fila fixavam K. com uma tal curiosidade que este baixou um curto instante os olhos na sua direcção. Tratava-se sem excepção de homens bastante idosos; alguns tinham uma barba branca. Eram talvez os que decidiam, os que podiam influenciar toda aquela assembleia, à qual nem mesmo a humilhação do juiz de instrução

bastara para abalar o torpor em que estava mergulhada desde o discurso de K.?

– O que me aconteceu – prosseguiu K. um pouco mais suavemente do que antes, sem cessar de perscrutar aqueles rostos na primeira fila, o que dava ao seu discurso um ar um pouco distraído –, o que me aconteceu não passa de um caso isolado, sem grande importância nestes termos, pois não o levo demasiado a sério, mas revelador de procedimentos utilizados contra uma multidão de pessoas. São elas que eu defendo aqui, não a mim.

Tinha elevado o tom sem dar por isso. Algures, alguém aplaudiu erguendo os braços e gritou: «Bravo! E porque não? Bravo! E mais uma vez bravo!» Duas ou três pessoas, na primeira fila, cofiaram a barba, mas ninguém se voltou por causa desta agitação. K. também não lhe concedeu grande importância, mas mesmo assim sentiu-se reconfortado; já não julgava agora necessário que todos aplaudissem, bastava-lhe que o auditório se pusesse a reflectir e que, de vez em quando, uma pessoa se deixasse convencer pela sua força de persuasão.

– Não busco os efeitos fáceis do orador – disse K. seguindo o fio da sua argumentação –, seria aliás incapaz. O Senhor Juiz de Instrução fala sem dúvida muito melhor, isso faz parte do seu ofício. O que desejo é que seja discutida publicamente uma prepotência do serviço público. Escutem: há cerca de dez dias, fui preso; as próprias condições desta prisão fazem-me rir, mas não é essa a questão agora. Fui surpreendido na minha cama de manhã cedo; talvez... esta hipótese não fica excluída, dadas as palavras do juiz de instrução... tivessem ordem para prender não sei que pintor de prédios, tão inocente como eu, mas foi a mim que escolheram. O quarto contíguo estava ocupado por dois guardas, personagens grosseiras. Não teriam podido adoptar melhores precauções se eu fosse um perigoso ladrão. Estes guardas eram, além disso, canalhas sem nenhum senso moral: deram-me cabo dos ouvidos com a sua tagarelice, tentaram fazer-se subornar, contaram-me todo o género de histórias para me apanharem roupa e fatos; queriam dinheiro, com o pretexto de me trazerem um pequeno-almoço, depois de terem já devorado à minha frente e sem a mínima vergonha o meu próprio pequeno-almoço. Mas não é tudo. Fui conduzido para uma terceira sala e posto na presença do inspector. Era o quarto de uma senhora que muito estimo, e tive de ver este quarto por assim dizer profanado por causa de mim, mas não por culpa minha, pela presença dos guar das e do inspector. Senti dificuldade em manter a calma. Mas consegui-o, e perguntei ao inspector com a maior calma... se ele aqui estivesse, seria obrigado a confirmá-lo... por que motivo estava sob prisão. Ora, qual foi a resposta deste inspector, que ainda estou a ver à minha frente, sentado na poltrona da senhora que acabo de evocar, encarnação da mais estúpida arrogância? Meus senhores, no fundo nada me respondeu; talvez não soubesse realmente nada; tinha-me prendido, e isso bastava-lhe. Tinha-se até mostrado zeloso ao trazer para o quarto desta senhora três funcionários subalternos do meu banco, que se puseram a examinar e a desarrumar fotografias pertencentes a essa senhora. A presença destes funcionários tinha, claro, outro fito: tal como a dona da pensão onde moro e a sua criada de quarto, eles deviam espalhar a novidade da minha detenção, prejudicar a minha respeitabilidade e em particular minar a minha situação no banco. Ora, tudo isto falhou lamentavelmente; até a dona da pensão, pessoa sem nenhuma pretensão... pronunciarei aqui o seu nome para prestar-lhe homenagem: chama-se Senhora Grubach..., até a Senhora Grubach foi suficientemente inteligente para compreender que uma tal detenção não significa nada mais do que uma agressão feita na rua por rapazolas entregues a si próprios. Repito: todo este caso só me proporcionou dissabores e uma cólera passageira, mas não podia ter consequências mais graves?

Quando K. se interrompeu e lançou uma olhadela na direcção do juiz de instrução, julgou observar que este, sem nada dizer, fazia justamente sinal com os olhos a alguém na assistência. K. sorriu enquanto dizia:

– Neste mesmo instante, o juiz de instrução a meu lado dirige um sinal combinado a algum de entre vós. Há, portanto, entre vós gente que é manipulada a partir deste estrado. Ignoro se este sinal tinha por fim provocar os assobios ou os aplausos, e ao divulgar desde já este facto, renuncio em perfeito conhecimento de causa a descobrir o significado desse sinal. Ême completamente indiferente e autorizo publicamente o Senhor Juiz de Instrução a transmi tir aos seus empregados, ali na plateia, as suas ordens em voz alta e inteligível em vez de sinais furtivos, dizendo: «Agora assobiem!», ou «Agora aplaudam!»

Embaraçado ou impaciente, o juiz de instrução balançou-se em todos as direcções na sua poltrona. O homem atrás dele, com o qual já tinha conversado, inclinou-se de novo, quer para dar-lhe coragem, quer para dar-lhe um conselho preciso. Na sala, as pessoas conversavam em voz baixa, mas com arrebatamento. Os dois partidos, que pareciam precedentemente ter opiniões tão opostas, misturavam-se; algumas pessoas apontavam K. com o dedo, outras, o juiz de instrução. A atmosfera que reinava na sala era extremamente penosa, impedia até de observar com precisão as pessoas de pé mais afastadas. Isto devia ser particularmente incómodo para os espectadores da galeria, porque eram forçados, não sem lançarem olhares timoratos ao juiz de instrução, a interrogar em voz baixa os membros da assembleia para se informarem mais em pormenor. As respostas eram também comunicadas em voz baixa, ocultavam a boca com as mãos.

– Quase terminei – disse K. e, à falta de sineta nas proximidades, bateu com o punho na mesa; assustadas com este barulho, as cabeças do juiz de instrução e a do seu conselheiro separaram-se de imediato. – Todo este caso diz-me muito pouco respeito, por isso o julgo calmamente e ganhareis muito se me escutardes, admitindo que tenhais um pouco de interesse por este pretenso tribunal. Peço-vos que deixeis para mais tarde os comentários que quiserdes trocar acerca do que afirmo, porque tenho pouco tempo e vou partir em breve.

Fez-se imediatamente silêncio, a tal ponto K. dominava agora a assembleia. Já não gritavam em todos os sentidos como no princípio, nem sequer aplaudiam, mas pareciam já convencidos ou prestes a sê-lo.

– Não resta qualquer dúvida – disse K. muito devagar, porque se comprazia a ver toda a assembleia tensa para escutá-lo: deste silêncio surgia um sussurro mais excitante do que os aplausos mais frenéticos –, não resta qualquer dúvida de que por detrás de todos os procedimentos deste tribunal, portanto no meu caso preciso, por detrás da detenção e da presente instrução, dissimula-se uma vasta organização. Uma organização que não só emprega guardas corruptos, inspectores estúpidos e juízes de instrução modestos no melhor dos casos, mas sustenta além disso uma alta magistratura e uma magistratura suprema, com o seu incontornável cortejo de oficiais de diligências, de escrivães, de polícias e de outros auxiliares, talvez mesmo os seus carrascos, a palavra não me mete medo. E qual é o sentido desta vasta organização, senhores? Consiste em fazer prender pessoas inocentes e em intentar contra elas processos judiciais loucos e, na maior parte das vezes, como no meu caso, sem resultado. Como, perante o absurdo de tudo isto, evitar as formas mais graves de corrupção dos funcionários? É impossível, mesmo para si próprio, o mais alto magistrado não o conseguiria. Eis porque os guardas procuram despojar o acusado das suas roupas, eis porque

os inspectores entram abusivamente na casa de outrem, eis porque, em vez de os submeterem a um interrogatório, humilham inocentes diante de vastas assembleias. Os guardas falaram-me em depósitos onde os bens do acusado ficam consignados; eu gostaria de ver esses depósitos onde apodrecem os bens que o acusado penosamente acumulou à força de trabalho, pelo menos aqueles que não são roubados por funcionários desonestos do depósito.

K. foi interrompido por um grito agudo proveniente do fundo da sala; protegeu os olhos com a mão para olhar nessa direcção, porque a luz mortiça do dia tornara esbranquiçada e ofuscante aquela atmosfera cheia de fumo. Era a lavadeira; desde a sua entrada, K. tinha pressentido nela uma potencial fonte de perturbação. Era impossível dizer se era culpa sua ou não, desta vez K. viu simplesmente que um homem a atraíra para um canto próximo da porta e a apertara contra ele. Não fora ela, porém, quem gritara, mas o homem; tinha a boca completamente aberta e fitava o tecto. Tinha-se formado um pequeno grupo à volta deles; o público da galeria que estava nas proximidades parecia encantado, porque a seriedade espalhada por K. na assem bleia se havia assim dissipado. A primeira reacção de K. foi correr logo para lá, persuadido de que todos desejariam restabelecer ali a ordem e, pelo menos, evacuar o casal da sala, mas as primeiras filas à sua frente mantiveram-se impassíveis, ninguém se mexeu, e ninguém o deixou passar. Pelo contrário, impediram-no de fazê-lo, cavalheiros idosos estenderam os braços e uma mão desconhecida atrás dele – não teve tempo de se voltar – agarrou-o pelo colarinho; para dizer a verdade, K. já não pensava no casal; tinha a impressão de que a sua liberdade estava entravada, que o prendiam de facto e saltou do estrado sem reflectir. Encontrava-se agora frente a frente com a multidão. Tinha-se equivocado acerca daquela gente? Havia sobrestimado o efeito do seu discurso? Tinham representado a comédia enquanto ele falava e, agora que chegara às conclusões, estavam fartos de representar a comédia? Que rostos à sua volta! Olhinhos negros fitavam furtivamente à direita e à esquerda, as faces eram flácidas como nos bêbedos, as barbas compridas eram rígidas e ralas, e quando nelas se passava a mão, era como se se desenhassem garras, não como se se passasse a mão por uma barba. Mas debaixo das barbas – e foi esta a verdadeira descoberta feita por K. – brilhavam na gola dos casacos insígnias de dimensões e de cores diversas. Todos tinham estas insígnias, tanto quanto podia avaliar-se. Pertenciam todos a um mesmo grupo, todos aqueles que pareciam formar os partidos de esquerda e de direita, e quando se voltou subitamente, viu as mesmas insígnias na gola do juiz de instrução que, de mãos dobradas no colo, olhava tranquilamente para baixo.

– É então isso! – exclamou K. erguendo os braços ao céu, porque era preciso espaço para esta súbita descoberta. – Vós sois todos funcionários, pelo que vejo, vós sois o bando de indivíduos corruptos que eu vilipendiei; vós acorrestes para me escutar e me espiar, fingistes formar partidos, e um deles aplaudiu-me para me pôr à prova; queríeis saber como enganar os inocentes. Ora bem, não viestes aqui para nada, espero; quer vos tenhais divertido a ver alguém esperar que tomásseis a defesa de um inocente... deixa-me em paz, ou bato-te – lançou K. à cara de um velho trémulo que se havia aproximado de mais –, quer pelo contrário tenhais realmente aprendido alguma coisa. E com isto, desejo-vos boa sorte no exercício do vosso ofício.

Pegou rapidamente no chapéu, que estava pousado na beira da mesa e precipitou-se para a saída no meio do silêncio geral ou em todo o caso do silêncio da surpresa mais completa. O juiz de instrução pareceu, porém, ter batido K. em velocidade, porque o aguardava perto da

porta.

– Um momento – disse ele; K. deteve-se, mas não fitava o juiz de instrução, apenas fitava a porta cuja maçaneta já tinha empunhado. – Eu queria simplesmente – disse o juiz de instrução – assinalar-lhe que hoje... mas sem dúvida ainda não tomou consciência disso... se privou da vantagem que um interrogatório sempre representa para o acusado.

Voltado para a porta, K. desatou a rir.

– Miseráveis – exclamou –, ofereço-vos isso, ofereço-vos todos os vossos interrogatórios.

Abriu a porta e desceu a escada. Atrás dele elevou-se o barulho da assembleia que se animara de novo; começavam sem dúvida a discutir os acontecimentos, como fazem os estudantes.

Na sala de audiências deserta
O estudante – as Secretarias

K. aguardou, dia após dia na semana seguinte, uma nova convocatória; não podia acreditar que o tivessem tomado à letra quando renunciara aos interrogatórios; e quando a noite de sábado chegou efectivamente sem que tivesse recebido a convocatória que aguardava, considerou-se tacitamente convidado a comparecer de novo à mesma hora e no mesmo local. Voltou lá, portanto, no domingo; desta vez, transpôs directamente escadas e corredores; algumas pessoas que se recordavam dele cumprimentaram-no no patamar, mas já não necessitou de interrogar ninguém e em breve alcançou a boa porta. Assim que bateu, abriram-na e sem se voltar para encarar a mulher que conhecia, de pé junto da porta, quis entrar directamente na sala contígua.

– Hoje não há audiência – disse a mulher.

– E porque não haveria audiência? – perguntou ele, incrédulo.

Todavia, a mulher convenceu-o abrindo a porta da sala. Estava efectivamente vazia e parecia ainda mais pobre, vazia, do que no domingo precedente. Alguns livros estavam pousados na mesa, que se mantinha no mesmo lugar sobre o estrado.

– Posso ver os livros? – perguntou K., sem curiosidade especial, mas simplesmente para que a sua visita não fosse completamente em vão.

– Não – disse a mulher voltando a fechar a porta –, isso não é permitido. Os livros pertencem ao juiz de instrução.

– Ah, bom! – disse K. concordando. – São sem dúvida códigos, e é da natureza desta justiça que sejamos condenados não só em completa inocência, mas ainda em completa ignorância da lei.

– Assim deve ser – disse a mulher, que não o tinha compreendido exactamente.

– Bom, ora bem, vou-me embora – disse K.

– Devo transmitir alguma mensagem ao juiz de instrução? – perguntou a mulher.

– Conhece-o? – perguntou K.

– Claro – disse a mulher –, pois o meu marido é oficial de diligências.

Foi só então que K. se apercebeu de que aquela sala onde não havia nada, no outro dia, a não ser uma cuba para barrela, se apresentava agora como uma sala perfeitamente mobilada. A mulher reparou no seu espanto e disse:

– Sim, estamos aqui alojados gratuitamente, mas devemos desobstruir a sala nos dias de audiência. O trabalho do meu marido tem alguns inconvenientes.

– Não me admiro tanto com a sala – disse K. fitando-a com cólera –, mas com o facto de ser casada.

– Está talvez a fazer alusão ao incidente da última audiência quando o interrompi no meio do seu discurso? – perguntou a mulher.

– Claro que sim – disse K. –, hoje é coisa passada e quase esquecida, mas no outro dia eu estava deveras furioso. E agora, é você mesma que diz que é uma mulher casada.

– O seu discurso ser interrompido não lhe causou prejuízo. Mesmo depois, continuaram a julgá-lo muito desfavoravelmente.

– É muito possível – disse K. desviando a conversa –, mas isso não a desculpa.

– Aos olhos de todos os que me conhecem, estou desculpada – disse a mulher –, o indivíduo que me abraçou nesse dia persegue-me há muito tempo. Esforço-me por não ser atraente aos olhos da maioria, para ele sou. Não há maneira de nos precavermos, mesmo o meu marido acabou por se habituar; se ele quer conservar o lugar, tem de suportá-lo, porque este homem é estudante e será sem dúvida muito poderoso. Anda sempre atrás de mim; saiu exactamente antes de o senhor chegar.

– Isso concorda com tudo o resto – disse K. –, isso não me espanta.

– O senhor quer sem dúvida melhorar uma ou duas coisas aqui? – perguntou a mulher lentamente com ar inquisidor, como se tivesse apresentado propostas perigosas, tanto para si própria como para K. – Bem vi pelo seu discurso, que muito me agradou pessoalmente. Para dizer a verdade, apenas ouvi uma parte, falhei o princípio e durante a conclusão estava deitada no chão com o estudante... Tudo é muito repugnante aqui – disse ela, após um silêncio, pegando na mão de K. – Acredita que irá conseguir melhorar as coisas?

K. sorriu enquanto rodava um pouco a sua mão por entre as mãos ágeis da mulher.

– Na verdade – disse ele –, não estou encarregado de melhorar as coisas aqui, como diz, e se fosse, por exemplo, dizer isso ao juiz de instrução, ele rir-se-lhe-ia na cara ou castigá-la-ia. Na realidade, eu não me teria metido certamente por vontade própria nestes assuntos, e os melhoramentos de que este tribunal necessita nunca me teriam perturbado o sono. Mas, devido à minha pretensa detenção... porque me encontro sujeito a detenção..., fui forçado a intervir aqui, e isso para zelar pelos meus próprios interesses. Mas se puder ao mesmo tempo ser-lhe útil seja no que for, será com muito boa vontade. Não apenas por altruísmo, mas porque além disso também você pode ajudar-me.

– E como é que então eu poderia fazê-lo? – perguntou a mulher.

– Por exemplo, mostrando-me os livros, ali em cima desta mesa.

– Mas com certeza – exclamou a mulher, arrastando-o precipitadamente atrás de si.

Eram velhos livros encarquilhados; uma capa estava quase rasgada ao meio, as folhas apenas presas por fios.

– Como tudo está sujo aqui – disse K. meneando a cabeça, e a mulher limpou, pelo menos superficialmente, o pó com o avental, antes de K. ter podido agarrar os livros.

K. abriu o que se encontrava no cimo da pilha: uma imagem inconveniente surgiu. Um homem e uma mulher nus estavam sentados num canapé, a intenção do desenhador era nitidamente obscena, mas tão grande fora a sua falta de jeito que apenas se via, afinal, um homem e uma mulher cujos corpos excessivamente maciços saltavam da imagem, sentados muito hirtos com uma rigidez excessiva e voltando-se com grande dificuldade um para o outro devido a um erro de perspectiva. K. não folheou mais o livro, abriu simplesmente a página de título da segunda obra, era um romance intitulado *Os Tormentos Que Grete Teve de Suportar da parte do Seu Marido, Hans*.

– Aqui estão os livros de leis que se estudam por cá – disse K. – É por tais indivíduos que devo ser julgado.

– Ajudá-lo-ei – disse a mulher. – Quer?

– Seria realmente capaz sem se colocar em perigo? Disse antes, porém, que o seu marido estava numa situação de extrema dependência perante os seus superiores.

– Quero ajudá-lo, mesmo assim – disse a mulher –, venha, devemos discutir isso. Não torne a falar do perigo que corro, só receio o perigo quando quero. Venha.

Apontou com o dedo o estrado e pediu-lhe que se sentasse ao lado dela no degrau.

– O senhor tem bonitos olhos escuros – disse ela depois de se ter sentado, fitando o rosto de K. a partir de baixo –, parece que eu também tenho olhos bonitos, mas os seus são muito mais belos. Aliás reparei logo neles no outro dia, quando entrou aqui pela primeira vez. E foi por sua causa que vim à sala de reuniões, coisa que nunca faço habitualmente, e que até me está mais ou menos proibida.

«Foi então simplesmente isso», pensou K., «ela oferece-se-me, está corrompida como toda a gente daqui, está farta da gente da justiça, o que é aliás compreensível, eis por que razão cumprimenta o primeiro estranho que aparece elogiando-lhe os olhos.» E K. levantou-se sem uma palavra, como se tivesse exprimido os seus pensamentos em voz alta e explicado assim o seu comportamento à mulher.

– Não creio que possa ajudar-me – disse ele –, para me ajudar realmente seria preciso ter ligações com altos funcionários. Mas apenas conhece certamente os pequenos funcionários que se arrastam por aqui aos milhares. A estes, conhece-os seguramente muito bem e poderia obter deles muitas coisas, não duvido; mas o máximo que poderia obter-se deles não teria o mínimo efeito sobre o desenrolar do processo. Em contrapartida, perderia com isto alguns amigos. Não o desejo. Conserve as mesmas relações que antes tinha com estas pessoas; parece-me, com efeito, que elas lhe são indispensáveis. Não digo isto sem mágoa, porque, para corresponder apesar de tudo um pouco ao seu cumprimento, também me agrada muito, sobretudo quando me olha com esse olhar tão triste, como agora, o que não tem aliás nenhuma razão para fazer. Pertence à sociedade que eu devo combater, mas encontra-se aí muito bem, até ama o estudante e, se não o ama, pelo menos prefere-o ao seu marido. Isto adivinha-se facilmente nas suas palavras.

– Não! – exclamou ela mantendo-se sentada e agarrando a mão de K., que este não retirou muito depressa. – O senhor não tem o direito de partir agora, não tem o direito de partir com um juízo errado acerca de mim! Conseguiria realmente partir agora? Valho assim tão pouco que nem sequer deseja dar-me o prazer de ficar aqui mais um pouco?

– Está a compreender-me mal – disse K. enquanto se sentava –, se deseja verdadeiramente que eu fique aqui, fico de boa vontade, tenho o tempo todo por minha conta; afinal, vim à espera de uma audiência hoje. O que disse, há um instante, visava simplesmente pedir-lhe que nada fizesse em meu favor no meu processo. Mas isso não deve ofendê-la, se pensa que o desenlace do processo não me importa muito e que uma condenação me fará simplesmente rir. Admitindo que este processo chegue realmente um dia ao seu termo, o que eu duvido muitíssimo. Creio antes que, por preguiça ou por negligência ou talvez até por medo, os oficiais de justiça já interromperam o processo ou vão interrompê-lo proximamente. Entretanto, é possível igualmente que prossigam uma farsa de processo na esperança de uma gratificação muito substancial; completamente em vão, posso dizê-lo já hoje, porque não pagarei gratificações a ninguém. Apesar de tudo, há um serviço que poderia prestar-me, seria dar a conhecer ao juiz de instrução, ou a quem quer que se divirta a difundir as notícias importantes, que nunca, por nenhum desses estratagemas de que estes cavalheiros possuem sem dúvida uma panóplia completa, me deixarei incitar a pagar o mínimo suborno. Isto não os levaria a parte nenhuma, pode dizer-lhes francamente. Aliás, talvez já o tenham notado, e até, se não for o caso, eu não tenho realmente interesse que dêem conta a partir de agora. Isso apenas pouparia trabalho a esses senhores, e a mim, é verdade, alguns dissabores, mas

assumo-os de bom grado, sabendo que posso responder à letra ao que me fizerem. E velarei pessoalmente para que tudo assim aconteça. A propósito, conhece o juiz de instrução?

– Claro – disse a mulher –, foi nele mesmo que pensei em primeiro lugar quando lhe propus ajuda. Ignorava que era apenas um pequeno funcionário, mas se o senhor o diz, é provavelmente verdade. Creio, não obstante, que o relatório que ele entrega às autoridades superiores tem apesar de tudo alguma influência. E ele escreve tantos relatórios! Diz o senhor que os funcionários são preguiçosos, mas não o são seguramente todos, sobretudo este juiz de instrução, ele escreve muito. No domingo passado, por exemplo, a sessão durou até à noite. Toda a gente partiu, mas o juiz de instrução ficou na sala, tive de levar-lhe um candeeiro; só tinha um pequeno candeeiro de cozinha, mas contentou-se com ele e começou logo a escrever. Entretanto, também o meu marido tinha chegado, porque estava precisamente de folga nesse domingo; fomos buscar os móveis, reinstalámos o nosso quarto, depois apareceram os vizinhos, conversámos à luz de uma vela, em suma, esquecemo-nos do juiz de instrução e fomos deitar-nos. De súbito durante a noite, que devia ir já muito adiantada, o juiz aparece ao lado da cama e encobre o candeeiro com a mão para que a luz não caia sobre o meu marido; era uma precaução inútil, porque o meu marido dorme tão profundamente que mesmo a luz não o teria despertado. Senti tanto medo que quase gritei, mas o juiz foi muito simpático, recomendou-me prudência, murmurou que tinha passado todo aquele tempo a escrever, que agora me devolvia o candeeiro e que nunca se esqueceria do momento em que me tinha visto adormecida. Tudo isto apenas para lhe dizer que o juiz de instrução escreve realmente uma montanha de relatórios, em particular sobre o senhor, porque o seu interrogatório foi seguramente um dos principais objectos da sessão de domingo. Relatórios de uma tal extensão não podem, seja como for, ser completamente destituídos de importância. Além disso, bem vê por este incidente que o juiz busca os meus favores e que é precisamente agora, nos primeiros tempos (ele acaba sem dúvida de reparar em mim), que posso ter uma grande influência sobre ele. Da sua grande afeição por mim tenho agora várias outras provas. Ontem, por intermédio do estudante em quem deposita uma grande confiança e que é seu colaborador, enviou-me como prenda meias de seda, supostamente para agradecer-me ter arrumado a sala de audiências, mas não passa de um pretexto, porque, de qualquer modo, este trabalho me compete, e vale um salário ao meu marido. São meias bonitas, veja – estendeu as pernas, levantou as saias até aos joelhos e também ela fitou as meias –, são meias bonitas, mas na realidade são demasiado finas e não são feitas para mim.

De súbito interrompeu-se, pousou a mão na de K., como para acalmá-lo, e murmurou:

– Silêncio, Berthold está a ver-nos.

K. levantou lentamente os olhos. Um homem novo mantinha-se no limiar da porta da sala de audiências; era baixo, as pernas não eram completamente direitas e procurava dar um ar importante, graças à barba curta, arruivada e rala, que afagava constantemente. K. fitou-o com curiosidade, porque era o primeiro estudante dessa ciência jurídica, para ele completamente desconhecida, que encontrara em carne e osso, por assim dizer; este homem alcançaria sem dúvida um dia uma posição elevada na hierarquia. O estudante, em contrapartida, não pareceu prestar muita atenção a K.; contentou-se em extrair um dedo da barba para fazer sinal à mulher, e foi para junto dela; a mulher inclinou-se para K. murmurando:

– Não fique zangado comigo, suplico-lhe, não fique também com má opinião a meu respeito; devo ir ter agora com aquele homem horrível, repare nas suas pernas tortas. Mas volto daqui a

um instante, e depois irei consigo, se me levar, irei para onde quiser, poderá fazer de mim o que quiser, ficarei feliz por estar o mais tempo possível longe daqui, tanto melhor se for para sempre.

Acariciou de novo a mão de K., depois levantou-se de um salto e correu para a janela. Sem querer, K. procurou de novo agarrar a sua mão no vazio. Esta mulher atraía-o realmente, e por mais que reflectisse não achava razão válida para não ceder a tal atracção. Afastou sem dificuldade a ideia passageira de que esta mulher estava a preparar uma armadilha para o entregar à justiça. De que modo podia ela armar-lhe uma cilada? Não continuava suficientemente livre para abrir uma brecha no tribunal, pelo menos naquilo que lhe dizia respeito? Não podia ter este mínimo de confiança em si próprio? E aquela oferta de ajuda, aparentemente sincera, não era talvez destituída de interesse. E talvez não houvesse melhor meio de vingar-se do juiz de instrução e dos seus acólitos, do que arrancar-lhe aquela mulher e levá-la consigo. Poderia então suceder que o juiz, depois de se ter afadigado com a redacção dos seus relatórios mentirosos sobre K., já noite avançada, encontrasse vazia a cama daquela mulher. E isto porque ela pertenceria a K., porque aquela mulher junto da janela, aquele corpo quente, flexível, voluptuoso, no seu vestido escuro de tecido pesado e grosseiro, pertenceria a K. e só a ele.

Após ter eliminado deste modo os seus escrúpulos acerca da mulher, começou a achar demasiado longo aquele diálogo em voz baixa junto da janela; bateu no estrado com os dedos, depois com o punho. Por cima do ombro da mulher, o estudante lançou uma olhadela rápida na direcção de K., mas não se deixou perturbar; apertou-se mesmo contra ela e enlaçou-a. A mulher inclinou a cabeça como para escutá-lo atentamente; e enquanto ela se debruçava pousou-lhe um beijo sonoro no pescoço, sem realmente deixar de falar. K. viu nisto a confirmação da tirania que o estudante exercia sobre a mulher e da qual ela se queixara; pôs-se de pé e começou a andar de um lado para o outro na sala. Ao mesmo tempo que lançava olhares de relance ao estudante, reflectia no meio mais rápido de se desembaraçar dele; por isso acolheu com prazer esta observação do estudante, manifestamente incomodado pelas idas e vindas de K. que por instantes mais pareciam um sapateado.

– Se está com pressa, pode partir. Também teria podido partir mais cedo, que ninguém o teria lamentado. Sim, até deveria ter partido quando eu cheguei, e o mais depressa possível.

Mesmo se todo o furor imaginável explodira nesta observação, lia-se nela também a arrogância do futuro magistrado dirigindo-se a um acusado que lhe desagradava. K. parou muito próximo dele e disse a sorrir:

– Estou impaciente, é verdade, mas o modo mais simples que tem de pôr fim a isto será deixar-nos. No caso, porém, de ter vindo estudar... porque ouvi dizer que era estudante... ceder-lhe-ei de bom grado o lugar partindo com esta mulher. Precisará, aliás, de estudar muito, antes de se tornar juiz. Para dizer a verdade, não conheço ainda muito bem a vossa justiça, mas presumo que as insolências que me dirige, certamente, e sem a mínima vergonha, não bastarão para isso.

– Não devíamos tê-lo deixado em liberdade – disse o estudante, como para explicar à mulher as palavras agressivas de K. –, foi um erro. Disse-o ao juiz de instrução. Deveriam pelo menos retê-lo no seu quarto entre os interrogatórios. Às vezes custa compreender o juiz de instrução.

– Discursos inúteis – disse K. estendendo a mão à mulher –, venha.

– Ah, sim? – retorquiu o estudante. – Não e não, não a terá. E com uma força insuspeita nele, puxou-a com um braço e correu para a porta curvando as costas e lançando-lhe um olhar terno. Era evidente que este gesto traduzia um certo temor perante K., mas mesmo assim atreveu-se ainda a atiçar a cólera de K. acariciando e apertando o braço da mulher com a mão que lhe restava livre. K. deu alguns passos a correr ao seu lado, pronto a agarrá-lo e, se fosse preciso, a estrangulá-lo, mas a mulher disse então:

– É inútil, foi o juiz de instrução que me mandou buscar, não posso ir com o senhor, este pequeno monstro – e dizendo estas palavras passou a mão pela cara do estudante –, este pequeno monstro não me largará.

– E não quer ser libertada! – exclamou K. pousando a mão no ombro do estudante, que procurou cravar nela os dentes.

– Não! – gritou a mulher repelindo K. com as duas mãos. – Não, não, sobretudo isso não, em que está a pensar? Seria a minha perda! Deixe-o, peço-lhe, mas deixe-o! Ele apenas executa a ordem do juiz de instrução para conduzir-me a casa dele.

– Pois bem, que ele se vá embora, mas nunca mais a quero ver – disse K. decepcionado e furioso, dando ao estudante uma pancada nas costas que o fez tropeçar, para logo a seguir saltar ainda mais alto com o seu fardo, tão feliz estava por não ter caído.

K. seguiu-os lentamente, compreendendo que era a primeira incontestável derrota que aquela gente lhe infligia. Claro que não era uma razão para se inquietar: apenas sofrera esta derrota porque tinha procurado a batalha. Se ficasse em casa e levasse a sua vida habitual, era mil vezes superior a qualquer um destes indivíduos, e podia afastá-los do seu caminho com um pontapé. Imaginou uma cena, grotesca entre todas: aquele lastimável estudante, aquele gaiato empolado, aquele barbudo disforme ajoelhava-se em frente da cama de Elsa e, de mãos postas, suplicava-lhe que o perdoasse. K. achou esta ideia tão divertida que decidiu, se alguma vez se lhe apresentasse a ocasião, levar o estudante a casa de Elsa.

Por curiosidade, K. correu novamente para a porta, querendo ver para onde a mulher era levada; o estudante, fosse como fosse, não ia levar o corpo nos braços pelas ruas. O itinerário revelou-se muito mais curto. Mesmo em frente do apartamento, uma estreita escada de madeira conduzia presumivelmente às águas-furtadas; formava um cotovelo que impedia ver para onde ia. O estudante içou a mulher ao longo da escada, muito lentamente desta vez, e ofegando, porque a corrida precedente o tinha enfraquecido. A mulher disse adeus com a mão a K., em baixo, e tentou dizer, encolhendo os ombros repetidamente, que estava inocente neste rapto; mas não havia nenhuma mágoa neste gesto. K. fitou-a com ar impassível, como a uma estranha; não queria nem trair a sua decepção nem mostrar também o quanto lhe era fácil ultrapassá-la.

Os dois tinham já desaparecido, mas K. permanecia na soleira da porta. Era obrigado a concluir que a mulher não só o tinha enganado, mas lhe mentira alegando que a levavam para casa do juiz de instrução. Este não podia, fosse como fosse, estar sentado nas águas-furtadas, à sua espera. Por mais que olhasse para a escada de madeira, esta não fornecia nenhuma explicação. Foi então que K. reparou num pequeno letreiro ao lado da entrada; aproximou-se e leu estas linhas escritas por uma mão infantil mal exercitada: «Entrada para as Secretarias do Tribunal». Era portanto aqui, nas águas-furtadas deste prédio de rendimento que ficavam os serviços da justiça? Eis um serviço que não inspirava o mínimo respeito, e era tranquilizador, para um acusado, imaginar os fracos meios financeiros de que este tribunal dispunha, e que se havia instalado ali onde os inquilinos, eles próprios entre os mais pobres, arrumavam as suas

bugigangas. Para dizer a verdade, era possível que tivesse dinheiro suficiente, mas os funcionários deviam atirar-se-lhe antes de ser utilizado para os assuntos da justiça. Isto era mesmo muitíssimo provável, dada a experiência de K. até aqui; e na verdade, se uma tal corrupção era por certo humilhante para um acusado, era também muito mais tranquilizadora, no fundo, do que teria sido a pobreza do tribunal. K. compreendia também agora que tivessem vergonha de convocar o acusado para as águas-furtadas para o primeiro interrogatório, e que preferissem importuná-lo no seu apartamento. E em que posição se encontraria K. perante aquele juiz sentado numas águas-furtadas, quando ele próprio, no banco, dispunha de um vasto gabinete e de uma antecâmara, e podia contemplar a animação da grande praça, em baixo, através de uma imensa parede envidraçada! Claro que não tinha rendimentos acessórios provenientes de gorjetas ou desvios; também não podia pedir ao seu contínuo que lhe trouxesse nos braços uma mulher ao gabinete.

K. ainda estava de pé em frente do letreiro quando um homem subiu a escada, olhou através da porta aberta para o salão, de onde podia também avistar-se a sala de audiências, depois acabou por perguntar a K. se não tinha visto uma mulher ali recentemente.

– O senhor é oficial de diligências, não é? – perguntou K. – Sim – disse o homem –, oh, sim, o senhor é o acusado K., agora reconheço-o, seja bem-vindo.

E estendeu a mão a K., que não esperava isso.

– Mas não há audiência anunciada para hoje – disse em seguida o oficial de diligências, perante o silêncio de K.

– Bem sei – retorquiu K. contemplando o fato civil do oficial de diligências que trazia como única insígnia das suas funções, além de alguns botões vulgares, dois botões dourados que pareciam ter sido arrancados de um velho capote de oficial.

– Falei com a sua mulher há instantes. Já não está aqui. O estudante levou-a ao juiz de instrução.

– Como vê – disse o oficial de diligências –, andam sempre a chamá-la. E, no entanto, hoje é domingo, não é dia de trabalho, mas só para me afastarem, mandam-me levar uma mensagem que não serve para nada. E não me mandam longe, de modo que conservo a esperança de voltar a tempo, se me apressar. Corro, portanto, o mais depressa possível, grito a minha mensagem na secção onde me mandaram, mal abrindo a porta, tão ofegante que pouco a terão entendido, depois corro no regresso, mas o estudante bateu-me em velocidade; é verdade que ele tinha um caminho mais curto, bastava-lhe subir a escada das águas-furtadas. Se eu não estivesse tão dependente desta gente, há muito tempo que teria já esmagado o estudante contra a parede. Aqui, ao lado do letreiro, penso nisso constantemente. É aqui, um pouco acima do pavimento, que ele está esborrachado, de braços esticados, os dedos afastados, as pernas arqueadas, a tal ponto contorcidas que formam um círculo e, em toda a volta, salpicos de sangue. Mas, até agora, isto não passou de um sonho.

– Não existe outro recurso? – perguntou K. a sorrir.

– Que eu saiba, não – disse o oficial de diligências. – E agora é ainda pior; até aqui ele contentava-se em levá-la para casa dele, mas agora, aliás já esperava isto há imenso tempo, leva-a também para junto do juiz de instrução.

– A sua mulher não tem então nenhuma parte de culpabilidade? – perguntou K., e teve de conter-se quando fez a pergunta, tantos ciúmes também ele sentia neste momento.

– Claro que sim – disse o oficial de diligências –, é mesmo a mais culpada. Foi ela que se

atirou a ele. Quanto a ele, anda atrás de todas as mulheres. Só neste prédio, já foi posto fora de cinco apartamentos onde se introduzira. A minha mulher é a mais bela de todo o prédio, é verdade, e sou justamente eu que não posso defender-me.

– Se tal é a situação, não existe de facto nenhum recurso – disse K.

– E porque não? – perguntou o oficial de diligências. – Quando ele se apressa a tocar na minha mulher, seria preciso infligir uma tal sova ao estudante, que é um cobarde, de modo que ele nunca mais se arriscasse a fazê-lo. Mas não posso permitir-mo, e os outros não me fazem este serviço, porque todos receiam o seu poder. Só um homem como o senhor o poderia fazer.

– Porquê eu? – disse K., surpreendido.

– Mas o senhor é o acusado – disse o oficial de diligências.

– Sim – disse K. –, mas deveria recear ainda mais a influência que ele exerce, se não sobre a conclusão do processo, pelo menos provavelmente sobre a instrução preliminar.

– Oh, sim, claro! – disse o oficial de diligências, como se a opinião de K. valesse tanto como a sua. – Mas, regra geral, não há processo sem conclusão entre nós.

– Não sou da sua opinião – disse K. –, mas isso não me impedirá de ocupar-me do estudante, na altura devida.

– Ficar-lhe-ia muito reconhecido – retorquiu o oficial de diligências num tom um pouco cerimonioso, não parecendo acreditar de facto que o seu anseio mais querido pudesse realizar-se.

– Talvez – prosseguiu K. – alguém, entre os vossos funcionários, ou até todos, merecesse igual tratamento.

– Sim, sim – disse o oficial de diligências, como se a coisa fosse evidente. Depois fitou K. com um ar confiante que nunca manifestara até então, apesar de toda a sua amabilidade, e acrescentou: – Toda a gente se rebela.

A conversa parecia apesar de tudo tê-lo deixado um pouco abalado, porque se interrompeu após estas palavras:

– Devo apresentar-me no tribunal, agora. Importa-se de me acompanhar?

– Não tenho nada que fazer lá – disse K.

– Poderá ver as Secretarias. Ninguém se preocupará consigo.

– Isso vale a pena ser visto? – perguntou K. hesitando; mas sentia muita vontade de acompanhá-lo.

– Bom – disse o oficial de diligências –, pensei que lhe interessaria.

– Muito bem – acabou por dizer K. –, acompanho-o.

E subiu a escada mais depressa do que o oficial de diligências.

Quase caiu ao entrar, porque havia mais um degrau para lá da porta.

– Não têm respeito pelo público – disse ele.

– Não têm respeito nenhum, pura e simplesmente – disse o oficial de diligências –, veja esta sala de espera.

Era um corredor comprido que comunicava através de portas feitas de tábuas grosseiras com as diversas divisões das águas-furtadas. Embora não existisse abertura propriamente dita para deixar passar a luz, não estava completamente às escuras, porque, em vez de estarem separadas do corredor por paredes normais, as divisões estavam separadas por simples grades de madeira que subiam até ao tecto, mas deixavam filtrar um pouco de luz e permitiam também ver funcionários, às suas secretárias, a escrever ou muito simplesmente de pé do outro

lado da grade, a olhar as pessoas no corredor através dos buracos. Havia pouca gente no corredor, sem dúvida porque era domingo. Causavam uma impressão muito modesta. A uma distância quase regular uns dos outros, estavam sentados em filas de bancos compridos de madeira dispostos dos dois lados do corredor. Todos traziam um traje descuidado, ainda que a maior parte, a avaliar pela fisionomia, pela atitude, pela maneira como a barba estava cortada, e por uma série de outros pequenos pormenores quase imperceptíveis, pertencesse às melhores classes da sociedade. Como não havia qualquer cabide, seguindo o exemplo uns dos outros, tinham posto os chapéus debaixo dos bancos. Quando aqueles que estavam sentados junto da porta avistaram K. e o oficial de diligências, levantaram-se para cumprimentá-los; vendo isto, os outros também se julgaram obrigados a cumprimentar, de tal modo que todos se levantaram quando os dois homens passaram. Nunca se endireitavam completamente, mantinham as costas inclinadas, os joelhos dobrados, portando-se como mendigos da rua. K. esperou pelo oficial de diligências que caminhava alguns passos atrás dele e disse:

– Como devem estar humilhados!

– Sim – respondeu o oficial de diligências –, são acusados, todos estes que aqui vê são acusados.

– Realmente? – disse K. – São portanto meus colegas? – E voltou-se para o mais próximo, um homem alto, delgado, de cabelos grisalhos. – Que faz aqui? – perguntou K. delicadamente.

Mas esta pergunta inesperada embaraçou o homem, espectáculo tanto mais penoso quanto se tratava manifestamente de um homem que tinha a experiência da sociedade, que sabia seguramente dominar-se noutros sítios e sentia dificuldade em renunciar à superioridade que adquirira perante bom número de pessoas. Mas aqui só sabia responder a uma pergunta, todavia muito simples, e encarava os outros como se fosse dever deles acudir-lhe, e como se ninguém pudesse solicitar resposta da sua parte, se este auxílio lhe fosse recusado. Então o oficial de diligências adiantou-se para o acalmar e encorajar:

– Este senhor pergunta simplesmente o que vem aqui fazer. Vamos, responda!

A voz do oficial de diligências, que ele provavelmente conhecia, foi mais eficaz:

– Espero... – começou e interrompeu-se.

Tinha manifestamente escolhido este começo de frase para responder muito exactamente à pergunta, mas agora já não dava com a continuação. Alguns dos que aguardavam haviam-se acercado e rodeavam o grupo; o oficial de diligências disse-lhes:

– Vão-se embora, vão-se embora, deixem passar.

Eles recuaram um pouco, mas sem voltarem para os seus lugares. Entretanto, o homem interrogado tinha recuperado a presença de espírito e respondeu, até com um ligeiro sorriso:

– Há um mês, enviei alguns requerimentos com provas respeitantes ao meu processo e espero que eles tenham despacho.

– O senhor parece preocupar-se muito – disse K.

– Sim – disse o homem –, é um caso que me diz respeito.

– Nem toda a gente pensa como o senhor – retorquiu K. – Também eu, por exemplo, sou acusado, mas, por minha fé, não apresentei nenhum pedido semelhante nem empreendi fosse o que fosse desse género. Julga então isso necessário?

– Não sei exactamente – disse o homem, voltando a perder o controlo; parecia acreditar que K. zombava dele, e por isso, temendo cometer um novo erro, teria sem dúvida preferido repetir integralmente a sua anterior resposta; mas, perante o olhar impaciente de K., contentou-

se em dizer: – No que me diz respeito, apresentei vários pedidos.

– Não acredita, sem dúvida, que eu seja acusado? – perguntou K.

– Oh, claro que sim! – disse o homem afastando-se um pouco, mas não existia nenhuma convicção na sua resposta, apenas temor.

– Então não acredita em mim? – disse K. e, provocado inconscientemente por este comportamento servil, K. agarrou num braço do homem, como para forçá-lo a acreditar nele.

Mas não queria fazer-lhe mal e aliás tinha exercido uma pressão muito leve; todavia o homem gritou como se K. o tivesse agarrado, não com dois dedos, mas com tenazes incandescentes. Este grito ridículo acabou por se tornar insuportável para K.; se se recusavam a acreditá-lo como acusado, tanto melhor; talvez até aquele homem o tomasse por um juiz. E à laia de despedida agarrou-o com verdadeira firmeza desta vez, empurrou-o para o banco e prosseguiu o seu caminho.

– A maior parte dos acusados é muito sensível – disse o oficial de diligências.

Atrás deles, quase todos os que esperavam, cercavam agora o homem que já cessara de gritar, e pareciam interrogá-lo acerca dos pormenores do incidente. Um guarda veio ao encontro de K., reconhecível principalmente devido a um sabre cuja bainha, pelo menos pela cor, era de alumínio. K. admirou-se disto e chegou a estender a mão para tocar-lhe. O guarda, a quem os gritos haviam atraído, perguntou o que se tinha passado. O oficial de diligências procurou tranquilizá-lo com algumas palavras, mas o guarda declarou que devia ser ele próprio a verificar, depois fez a continência e continuou, com passos rápidos mas curtos, sem dúvida retardados pela gota.

K. depressa esqueceu o guarda e as pessoas, sobretudo porque, a cerca do meio do corredor, verificou que podia virar à direita através de um vão sem porta. Perguntou ao oficial de diligências se era a boa direcção, o oficial aquiesceu, e K. seguiu por ali. Achava irritante dever sempre preceder de um ou dois passos o oficial de diligências, arriscando-se, pelo menos nestes sítios, a passar por um acusado sob escolta até ao juiz. Por isso aguardou por diversas vezes o oficial; mas este ficava logo novamente para trás. Enfim, para pôr termo a este mal-estar, K. declarou:

– Já vi com o que isto se parece por aqui, agora gostava de ir-me embora.

– Ainda não viu tudo – disse o oficial de diligências num tom perfeitamente tranquilo.

– Não quero ver tudo – disse K., sentindo-se aliás deveras cansado –, quero ir-me embora, onde fica a saída?

– Apesar de tudo, não anda já perdido? – perguntou o oficial de diligências, com ar espantado. – Continue por aqui até à esquina, e vá pelo corredor directamente até à porta.

– Venha comigo – disse K. – Indique-me o caminho, vou enganar-me; há muitas divisões por aqui.

– É o único caminho – retorquiu o oficial de diligências, agora num tom de reprimenda –, não posso voltar consigo, porque devo ir entregar a minha mensagem, e já me fez perder muito tempo.

– Venha comigo – repetiu K. mais secamente, como se tivesse enfim apanhado o oficial de diligências em flagrante delito de mentira.

– Mas não grite assim – murmurou o oficial de diligências –, há gabinetes por todo o lado, aqui. Se não quer voltar sozinho, ande mais um bocadinho comigo ou espere aqui que eu tenha entregue a mensagem, depois voltarei de bom grado consigo.

– Não, não – disse K. –, não ficarei à espera; virá comigo agora.

K. ainda não tinha lançado um relance de olhos à sala onde se encontrava; foi só quando se abriu uma das numerosas portas de tábuas que o rodeavam que olhou nessa direcção. Uma jovem, sem dúvida alertada pelo ruído das vozes, entrou e perguntou:

– Que deseja este senhor?

Atrás dela, mais afastado, via-se na penumbra um outro homem aproximar-se. K. encarou o oficial de diligências. Este tinha todavia dito que ninguém lhe prestaria atenção, e eis que acorriam já duas pessoas; um pouco mais, e o conjunto de funcionários daria pela sua presença e pediria uma explicação. A única explicação compreensível e aceitável era que ele era o acusado, e queria saber a data do próximo interrogatório; mas era justamente a que ele não queria dar, tanto mais que não estava conforme à verdade, porque só a curiosidade o impelira a vir ou então, explicação ainda menos de considerar, o desejo de verificar que este tribunal era tão repugnante no interior como no exterior. Aliás, a sua hipótese parecia confirmada; não queria seguir mais adiante, o que vira até aqui tinha-o oprimido suficientemente; neste momento preciso, não se encontrava em estado de enfrentar um funcionário importante, e podia surgir um atrás de cada porta; queria partir, com o oficial de diligências, ou sozinho, se tivesse de ser.

Mas o seu modo de ficar ali de pé sem dizer nada só podia atrair a atenção; na verdade, a jovem e o oficial de diligências fitavam-no como se, no minuto seguinte, ele fosse sofrer uma profunda metamorfose que eles não queriam deixar de observar. E o homem que K. já tinha avistado ao longe conservava-se no mesmo sítio, agarrado ao lintel da porta baixa e balouçando-se um pouco na ponta dos pés, como um espectador impaciente. Mas a jovem acabou por ser a primeira a aperceber-se de que o comportamento de K. provinha de uma ligeira indisposição; trouxe uma cadeira e perguntou:

– Não quer sentar-se?

K. sentou-se logo e, para obter melhor apoio, colocou os cotovelos nos braços da cadeira.

– Sente um pouco a cabeça a andar à roda, não é verdade? – perguntou-lhe ela. O seu rosto encontrava-se agora todo encostado a ele, com a expressão severa que têm certas mulheres, mesmo na flor da juventude. – Não se inquiete – disse –, nada tem de extraordinário, quase toda a gente sofre este género de crise quando vem aqui pela primeira vez. É a sua primeira vez aqui? Ora bem, então isso nada tem de extraordinário. O sol incide com força no vigamento do telhado e é o calor da madeira que torna a atmosfera tão pesada e sufocante. Por isso é que este sítio não serve para instalar secções, apesar das grandes vantagens que por outro lado apresenta. E nos dias de grande afluência, isto é, quase todos os dias, a atmosfera torna-se quase irrespirável. E se pensar ainda que põem aqui todo o género de roupa a secar... não podemos proibi-lo aos inquilinos... não se admirará por se ter sentido um pouco indisposto. Mas acabamos por nos habituar muito bem ao ambiente. Quando aqui vier pela segunda ou terceira vez, quase nem reparará no que ele tem de pesado. Sente-se melhor agora?

K. não respondeu, sofria por se ver à mercê daquela gente, devido à sua súbita fraqueza; além disso, longe de se sentir melhor, agora que acabara de conhecer a origem da sua indisposição, sentia-se um pouco pior ainda. A jovem desde logo reparou nisso; para lhe dar ar fresco, pegou num gancho comprido encostado à parede e serviu-se dele para abrir uma pequena lucarna, situada mesmo por cima de K. e que dava para o exterior. Mas caiu uma tal quantidade de fuligem que a jovem teve de fechar logo a lucarna e limpar com o seu lenço as

mãos de K., porque este estava demasiado cansado para o fazer. Teria ali ficado de bom grado, sentado tranquilamente à espera de recuperar forças suficientes para se ir embora; e quanto menos se ocupassem dele, mais depressa o conseguiria. Mas já a jovem acrescentava:

– O senhor não pode permanecer aqui, impedimos a passagem. – K. interrogou-a com os olhos: «Que passagem impedia ele aqui?» – Se quiser vou levá-lo à enfermaria. Ajude-me por favor – disse ela ao homem que estava de pé na soleira da porta; este aproximou-se logo.

Mas K. não queria ir para a enfermaria, queria justamente evitar ser levado para mais longe, para quanto mais longe o levassem, mais o seu estado pioraria. Por isso respondeu:

– Posso caminhar – e levantou-se a tremer, porque tinha perdido o hábito, a tal ponto a sua poltrona era confortável. Mas achou-se então incapaz de se manter direito. – Não, não consigo – disse, com um meneio de cabeça, e tornou a sentar-se, suspirando.

Lembrou-se do oficial de diligências que, apesar de tudo, o poderia ter conduzido facilmente para o exterior, mas ele parecia ter partido há muito tempo. K. olhou para trás da jovem e do homem de pé à sua frente, mas não conseguiu descobrir o oficial de diligências.

– Creio – disse o homem que, aliás, estava elegantemente vestido e atraía, no meio dos outros, o olhar, devido a um colete cinzento terminado em duas compridas pontas – que a indisposição deste senhor se deve à atmosfera que reina aqui, por isso, o melhor, e sem dúvida o que ele preferirá, é que o conduzamos, não para a enfermaria, mas muito simplesmente para fora do tribunal.

– É isso – exclamou K., tão arrebatado que quase cortou a palavra ao homem –, ficarei certamente logo melhor, aliás não estou assim tão fraco, preciso simplesmente que me amparem um pouco pelos ombros, não vos exigirei muito esforço, e além disso o caminho não é longo; conduzam-me simplesmente à saída, sentar-me-ei um pouco nos degraus e depressa ficarei restabelecido, porque não sou muito sujeito a este género de crises, sou o primeiro a ficar admirado. Também eu, afinal, sou funcionário, e estou habituado ao ar das repartições; mas dir-se-ia que aqui a atmosfera é deveras insuportável, como afirmam. Tenham pois a amabilidade de acompanhar-me um pouco, porque tenho a cabeça a andar à roda e sinto-me mal quando me levanto sozinho.

E soergueu os ombros para permitir aos outros dois agarrá-lo por debaixo dos braços.

Mas o homem, longe de corresponder a este convite, contentou-se em manter calmamente as mãos nas algibeiras das calças e desatou a rir.

– Como está a ver – disse à jovem –, acertei em cheio. É só aqui que este cavalheiro não se sente bem, não é em geral.

A jovem retribuiu com um sorriso, mas bateu com os dedos no braço do homem, como se ele tivesse levado longe de mais a brincadeira relativamente a K.

– Mas o que é que pensa – disse o homem, continuando a rir –, tenciono realmente conduzir este senhor até à saída.

– Então está tudo bem – disse a jovem, inclinando um instante a bonita cabeça. – Não atribua demasiada importância a este riso – disse ela a K. que, de novo descontente, olhava a direito e não parecia reclamar qualquer explicação –, este cavalheiro... permite-me que lho apresente? (o cavalheiro deu licença, com um gesto da mão), este cavalheiro, pois, é o oficial das informações. Fornece aos acusados que aguardam todas as informações de que eles necessitam, e como a nossa justiça é mal conhecida da população, há muitos pedidos de informações. Sabe responder a todas as perguntas; pode pô-lo à prova, se isso lhe agradar.

Mas não é este o seu único mérito. Nós, quero dizer, os funcionários, fomos da opinião de que era preciso vestir com elegância o oficial das informações, a fim de dar logo desde o primeiro contacto uma impressão de dignidade; porque está constantemente, e é o primeiro, em contacto com os acusados. Nós outros, e basta-lhe olhar para mim para se convencer, usamos roupas muito feias e muito usadas, paciência!, mas para quê gastar dinheiro em fatos, pois estamos quase sempre nas secretarias; até dormimos aqui. Todavia, como lhe disse, considerámos necessário para o oficial das informações um bonito fato. Mas como não pudemos obtê-lo da nossa administração, que é um pouco especial a este respeito, lançámos uma subscrição... os acusados também contribuíram... e comprámos-lhe este belo fato, e outros ainda. Tudo estaria agora pronto para ele causar boa impressão, mas estraga tudo com o seu riso que assusta as pessoas.

– É verdade – disse o oficial com ar zombeteiro –, mas não vejo, menina, porque conta todos os nossos assuntos particulares a este senhor ou antes por que lhos inflige, pois ele não tem nenhum interesse em conhecê-los. Repare como continua ali sentado, manifestamente absorvido pelos seus próprios assuntos.

K. nem sequer sentiu vontade de replicar; a jovem tinha talvez boas intenções, procurava talvez distraí-lo ou dar-lhe a possibilidade de recuperar a calma, mas falhou o seu objectivo.

– Tinha de explicar-lhe o seu riso – disse a jovem. – Porque era ofensivo.

– Creio que ele perdoaria ofensas bem piores desde que eu me decida a conduzi-lo lá para fora.

K. não disse nada, não levantou sequer a vista; suportava que aqueles dois indivíduos falassem dele como de uma coisa, até o preferia. Mas de súbito sentiu debaixo de um braço a mão do oficial das informações e debaixo do outro, a da jovem.

– Vamos, levante-se, homem fraco – disse o funcionário.

– Agradeço muito aos dois – disse K., felizmente surpreendido; levantou-se lentamente e ele mesmo guiou aquelas mãos estranhas para onde tinha mais necessidade de ser amparado.

– Poderia julgar-se – murmurou a jovem ao ouvido de K. enquanto se aproximavam do corredor – que faço questão de a todo o custo apresentar o oficial das informações sob uma luz favorável, mas pouco importa, desejo apesar de tudo dizer a verdade. Ele não tem um coração duro. Não é obrigado a acompanhar os acusados doentes e, no entanto, fá-lo, como vê. Talvez ninguém, entre nós, tenha o coração duro, talvez todos desejássemos oferecer a nossa ajuda, mas o nosso estatuto de funcionários da justiça dá-nos facilmente o ar de termos o coração duro e de não querermos ajudar ninguém. Isto faz-me realmente pena.

– Não quer sentar-se um pouco aqui? – perguntou o oficial das informações.

Encontravam-se já longe no corredor e precisamente diante do acusado ao qual K. se dirigira antes. K. quase sentiu vergonha quando o viu; tinha-se mantido tão hirto em frente dele precedentemente, e agora duas pessoas eram obrigadas a ampará-lo; o chapéu balouçava na ponta dos dedos afastados do oficial das informações, estava despenteado, os cabelos pendiam-lhe para a testa coberta de suor. Mas o acusado não pareceu notar nada disto, mantendo-se humildemente de pé diante do oficial das informações cujo olhar passou por cima dele, procurando apenas desculpar-se da sua presença.

– Sei – disse – que os meus requerimentos não puderam ser examinados hoje. Mas mesmo assim vim, pensei que poderia esperar aqui, é domingo, disponho de todo o meu tempo e não incomodo ninguém aqui.

– Não precisa de desculpar-se tanto – disse o oficial das informações –, a sua preocupação é muito louvável; claro que ocupa aqui inutilmente um lugar, mas enquanto isso não me incomodar, não quero impedi-lo de acompanhar em pormenor o curso do seu caso. Quando se viram pessoas que negligenciaram vergonhosamente o seu dever, aprende-se a ser paciente com as pessoas como o senhor. Sente-se.

– Como ele sabe falar com os acusados – murmurou a jovem.

K. aquiesceu, mas logo se sobressaltou, porque o oficial das informações lhe perguntou mais uma vez:

– Não quer sentar-se aqui?

– Não – disse K. –, não quero descansar.

Dissera isto num tom tão categórico quanto possível; na realidade, ter-lhe-ia feito muito bem sentar-se. Estava como que invadido pelo enjoo do mar. Julgava-se num navio no meio de uma travessia difícil. Tinha a impressão de que a água rebentava contra os tabiques de madeira, de que um ronco subia das profundezas do corredor, como vagas que rebentam; parecia-lhe que o corredor arfava e que as pessoas que aguardavam de ambos os lados ora subiam ora desciam. A calma da jovem e do homem que o conduziam era por isso ainda mais incompreensível. Estava à mercê deles e se o largassem cairia como uma tábua. Os seus pequenos olhos lançavam olhares penetrantes à direita e à esquerda, K. sentia os seus passos regulares, sem neles participar, porque era quase içado a cada passo. Acabou por notar que falavam, mas não compreendeu o que diziam; ouvia simplesmente o ruído que enchia todo o espaço e que parecia produzir continuamente um som agudo, como se viesse de uma sirene.

– Mais alto – murmurou, de cabeça baixa e muito envergonhado, porque sabia que eles tinha falado com voz muito alta, embora as suas frases lhe tivessem parecido incompreensíveis.

Por fim, como se a parede à sua frente tivesse sido rasgada, uma corrente de ar fresco veio ao seu encontro, e ouviu pronunciar estas palavras ao seu lado:

– Primeiro quer partir, mas depois podemos repetir-lhe cem vezes que é a saída, e ele não se mexe.

K. apercebeu-se de que se achava em frente da porta de saída, que a jovem tinha aberto. Teve a impressão de que todas as suas forças lhe haviam voltado de uma só vez; para ter a sensação de um gosto prévio de liberdade, desceu logo um degrau e despediu-se dos seus acompanhadores, que se inclinaram para ele.

– Muito obrigado – repetiu.

Apertou a mão a ambos várias vezes e interrompeu-se apenas quando julgou observar que, habituados ao ambiente das Secretarias, eles suportavam com dificuldade o ar relativamente fresco proveniente da escada. Mal estavam em condições de responder, e a rapariga teria talvez caído se K. não tivesse fechado rapidamente a porta. K. permaneceu mais um instante sem se mexer, puxou por um espelho de bolso, pôs em ordem os cabelos, pegou no chapéu que estava no patamar seguinte – sem dúvida o oficial das informações tinha-o atirado –, depois desceu a escada com tal rapidez e com tão grandes passadas que aquela mudança quase lhe meteu medo. O seu estado de saúde, habitualmente forte, nunca lhe havia pregado até então tais partidas. Teria o seu corpo, por acaso, o intuito de revoltar-se e de preparar-lhe um novo processo, porque ele suportava o antigo com demasiada facilidade? Não afastou por completo a ideia de ir ao médico na próxima ocasião, mas resolveu em todo o caso – e aqui podia fiar-se em si próprio – utilizar doravante todas as suas manhãs de domingo muito melhor do que

desta vez.

O flagelador

Algumas noites depois, K. passava pelo corredor que separava o seu gabinete da escada principal – e, desta vez, era quase o último a regressar a casa, apenas dois empregados trabalhavam ainda no serviço de expedições, à fraca claridade de uma lâmpada incandescente –, quando atrás de uma porta (que ele sempre julgara que desse para uma simples arrecadação), ouviu gemer. Surpreso, parou e apurou o ouvido novamente para se assegurar de que não se enganara – houve um pequeno instante de silêncio, depois novamente gemidos. Ao princípio, quis ir procurar um dos empregados: talvez fosse necessária uma testemunha; mas foi dominado por uma curiosidade tão irresistível que abriu brutalmente a porta. Como suspeitara, era uma arrecadação. Mesmo atrás da soleira, o chão estava juncado de impressos inúteis e de frascos de tinta de porcelana, caídos. Mas, no interior desta divisão encontravam-se três homens, curvados devido à falta de altura. Uma vela posta numa prateleira iluminava-os.

– Que fazem aqui? – perguntou K., dominado por uma viva agitação, mas sem elevar a voz.

O homem que dominava manifestamente os outros, e que primeiro atraía o olhar, estava vestido com uma espécie de fato de couro que lhe descobria amplamente o pescoço, até ao peito, e os braços completamente. Não respondeu, mas os dois outros exclamaram:

– Senhor! Devemos ser chicoteados porque te queixaste de nós ao juiz de instrução.

Somente então K. se apercebeu de que eram efectivamente os guardas Franz e Willem, e que a terceira personagem segurava na mão uma chibata para os flagelar.

– Mas vejamos – disse K. olhando-os fixamente –, eu não me queixei, disse simplesmente como se tinham desenrolado as coisas em minha casa. E é verdade que a vossa conduta não foi acima de qualquer repreensão.

– Senhor – disse Willem, ao passo que Franz procurava manifestamente proteger-se da terceira personagem, escondendo-se atrás dela –, se soubesse a que ponto somos mal pagos, teria melhor opinião a nosso respeito. Tenho uma família a sustentar, e o Franz aqui queria casar; procuramos enriquecer como podemos, e o trabalho só por si, mesmo o mais assíduo, não chega. A delicadeza da sua roupa seduziu-me; claro que os guardas não têm o direito de agir deste modo, fizemos mal, mas é de tradição que a roupa fique para os guardas; foi sempre assim, creia-me; isto aliás compreende-se: que importância podem ainda ter estas coisas para aquele que tem a infelicidade de ser preso? Mas se falar disto publicamente, deve haver um castigo.

– Desconhecia o que me dizem e de modo algum reclamei para que fossem punidos; vi nisso uma questão de princípio.

– Franz – disse Willem voltando-se para o outro guarda –, eu não te dizia que o cavalheiro não tinha reclamado que fôssemos castigados? Agora acabas de ouvir que ele nem sabia que devíamos sê-lo.

– Não te deixes comover por estes discursos – disse a K. a terceira personagem –, este castigo é tão justo como inevitável.

– Não o ouças – disse Willem, e interrompeu-se para levar rapidamente à boca a mão na qual recebera uma chibatada –, só nos castigam porque tu nos denunciaste. Nada nos teria sucedido sem isso, mesmo se tivessem sabido o que fizemos. Podemos chamar justiça a isto? Nós os dois, mas sobretudo eu, tínhamos dado amplamente as nossas provas como guardas...

tu próprio deves admitir que, do ponto de vista das autoridades, montámos bem a guarda..., tínhamos perspectivas de progressão e ter-nos-íamos seguramente tornado flageladores como este, que teve apenas a sorte de não ser denunciado por ninguém, porque este género de denúncia é realmente muito raro. Agora, senhor, está tudo perdido, acabou-se a nossa carreira, teremos de executar tarefas ainda mais subalternas do que a de guarda e, além disso, vamos receber este castigo que dói tremendamente.

– Esta chibata pode então infligir tamanhas dores? – perguntou K. enquanto examinava a chibata que o flagelador agitava à sua frente.

– Vamos ter de nos pôr completamente nus – disse Willem.

– Vejamos – retorquiu K. enquanto examinava o flagelador; era bronzeado como um marinheiro e tinha uma cara brutal que respirava saúde. – Não há maneira de evitar a chibata a estes dois? – perguntou-lhe.

– Não – disse o flagelador meneando a cabeça, com um sorriso. – Dispam-se! – ordenou aos guardas. E para K. acrescentou: – Não acredites em tudo o que eles dizem, o medo das chibatadas já os tornou um pouco idiotas. O que este, por exemplo – designou Willem –, te contou sobre a sua possível carreira, é francamente ridículo. Vês como é gordo... as primeiras chibatadas perder-se-ão certamente na sua gordura. Sabes como é que ele ficou tão gordo? Tem o hábito de devorar o pequeno-almoço de todos os acusados. Não devorou também o teu? Ora bem, é o que eu dizia. Ora, um homem com um ventre assim nunca poderá, em tempo algum, tornar-se flagelador, fica completamente excluído.

– Este género de flagelador também existe – afirmou Willem, que estava a desapertar o cinto das calças.

– Não – disse o flagelador, acariciando-lhe o pescoço com a chibata, de um modo que o fez estremecer –, em vez de estares a ouvir a conversa, deves é despires-te.

– Dar-te-ei uma boa recompensa se os deixares partir – disse K. puxando pela carteira sem tornar a encarar o flagelador, porque é preferível para as duas partes tratar deste género de negócios com os olhos baixos.

– Tencionas sem dúvida denunciar-me também a seguir – disse o flagelador –, e fazer-me também bater. Não e não!

– Vamos, sê razoável – disse K. –, se eu quisesse mandar castigar estes dois indivíduos, não procuraria comprar-lhes agora a liberdade. Poderia simplesmente fechar esta porta, decidir não ver nem ouvir mais nada, e voltar para casa. Mas não faço nada disso; pelo contrário, pretendo realmente libertá-los; se tivesse suspeitado que iam ser punidos, ou simplesmente que eram susceptíveis de o ser, nunca teria citado os seus nomes. Porque não os considero culpados; a organização é que é culpada, são os funcionários superiores.

– É assim mesmo – exclamaram os guardas, que receberam de imediato um golpe nas costas agora desnudadas.

– Se tivesses aqui sob a tua chibata um alto magistrado – disse K. e, enquanto falava, segurou a chibata que ia ser de novo levantada –, francamente, não te impediria de bater com toda a força; pelo contrário, ainda te daria dinheiro para consagrares toda a tua energia nessa digna causa.

– É verdade, aparentas boa-fé – disse o flagelador –, mas recuso deixar-me corromper. Estou encarregado da chibata, portanto fustigo.

O guarda Franz, talvez na expectativa de um feliz desenlace após a intervenção de K.,

mantivera uma atitude mais reservada; adiantou-se agora na direcção da porta, apenas com as calças vestidas, agarrou-se ao braço de K. ao mesmo tempo que se ajoelhava e murmurou:

– Se não consegues que nos poupem aos dois, experimenta pelo menos libertar-me. Willem é mais velho do que eu, é menos sensível sob todos os pontos de vista; além disso já foi, há alguns anos, condenado a receber a chibata, uma pena leve; mas eu ainda não fui desonrado, e só agi impelido por Willem, porque sou bom aluno, tanto no bem como no mal. Em baixo, diante do banco, a minha pobre noiva aguarda o desenlace; sinto tanta vergonha!

Enxugou a cara lavada em lágrimas no casaco de K.

– Já esperei o suficiente – disse o flagelador.

Tomou a chibata nas mãos e bateu em Franz, ao passo que Willem se agachava num canto e olhava disfarçadamente, sem se atrever a voltar a cabeça. Então o grito soltado por Franz elevou-se, um som único e ininterrupto que parecia provir não de um ser humano mas de um instrumento martirizado; ecoou por todo o corredor, o prédio inteiro deve tê-lo ouvido; «não grites», exclamou K., incapaz de conter-se e, ao mesmo tempo que lançava um olhar inquieto na direcção de onde os empregados não demorariam a aparecer, empurrou Franz, não com muita força, mas o bastante para ele cair meio desmaiado tacteando convulsivamente o solo com as mãos; mas não pôde escapar aos golpes: mesmo no chão, a chibata tornou a encontrá-lo e enquanto se torcia sob os golpes, a sua ponta subia e descia cadenciadamente. Em breve apareceu um empregado ao longe e, a alguns passos dele, um segundo. K. tinha fechado logo a porta com força; acercou-se de uma das janelas do pátio e abriu-a. Os gritos haviam cessado por completo. Para não sobressaltar os empregados, lançou:

– Sou eu!

– Bom dia, Senhor Gerente! – gritaram-lhe em resposta. – Aconteceu alguma coisa?

– Não, não – respondeu K. –, foi apenas um cão a ganir no pátio. – Mas como os empregados não se mexiam, acrescentou: – Podem continuar a trabalhar.

Para não ser obrigado a entabular conversa, debruçou-se na janela. Quando após alguns instantes voltou a olhar para o corredor, eles tinham desaparecido. Mas K. manteve-se agora junto da janela, não se atrevendo a entrar na arrecadação e não queria também voltar para casa. O seu olhar mergulhava num pequeno pátio quadrado, rodeado por todos os lados por escritórios; as janelas já estavam agora sombrias, só as do último andar captavam o reflexo da Lua. K. esforçou-se por penetrar num canto do pátio onde alguns carrinhos de mão estavam encaixados uns nos outros. Estava atormentado por não ter conseguido impedir as chibatadas, mas não era culpa sua se a tentativa não resultara: se Franz não tivesse gritado – aquilo tinha-lhe certamente doído muito, mas nos momentos cruciais, era preciso dominar-se –, se ele não tivesse gritado, K. teria, pelo menos segundo toda a probabilidade, encontrado outro meio de persuadir o flagelador. Se o conjunto dos pequenos funcionários eram canalhas, porque é que justamente o flagelador, que tinha o encargo mais desumano de todos, deveria constituir uma excepção? Aliás K. tinha reparado bem no clarão que lhe perpassara pelos olhos quando vira a nota; se tivesse começado a administrar as chibatadas a sério, era manifestamente para fazer aumentar mais um pouco o montante do suborno. E K. não teria olhado à despesa, estava deveras interessado em libertar os guardas; já que começara a atacar a corrupção desta justiça, era muito natural que interviesse também deste lado. Mas a partir do instante em que Franz desatara a berrar, não havia, claro, mais nada que fazer. K. não podia permitir que os empregados acorressem, e talvez com outra gente, e o surpreendessem na conversa com

aqueles homens na pequena arrecadação. Nada podia realmente exigir dele uma tal abnegação. Se tivesse tais intenções, teria sido quase mais simples que K. se despisse e se oferecesse aos golpes do flagelador, em vez dos guardas. Aliás, o flagelador não teria certamente aceitado esta substituição porque, sem nada ganhar com isso, teria assim faltado gravemente ao seu dever, e isto provavelmente por dois motivos, porque, enquanto o seu processo estivesse em curso, K. era sem dúvida intocável para todos os funcionários do tribunal. É verdade que disposições especiais também podiam aplicar-se aqui. Fosse como fosse, K. não tivera outra alternativa que não fosse fechar a porta, mesmo se tal gesto não o colocasse inteiramente ao abrigo de todos os perigos. Quanto ao novo golpe que tinha aplicado em Franz para acabar, era lamentável e só a emoção podia desculpá-lo.

Ao longe, ouviu os passos dos empregados; para não chamar a atenção, fechou a janela e dirigiu-se para a grande escadaria. Chegado à porta da arrecadação, manteve-se imó vel alguns instantes, de ouvido atento. Não havia um ruído que fosse. O homem pudera fustigar até à morte os guardas, porque eles estavam inteiramente à sua mercê. K. estendia já a mão para o ferrolho, mas retirou-a. Já não podia socorrer ninguém, e os empregados iam forçosamente chegar de um momento para o outro; prometeu, porém, a si próprio revelar publicamente este caso e, na medida das suas forças, castigar como mereciam os verdadeiros culpados, aqueles funcionários superiores dos quais nenhum se atrevera ainda a aparecer. Enquanto descia a escada em frente do banco, observou cuidadosamente todos os transeuntes, mas mesmo ao longe, não avistava qualquer rapariga à espera de alguém. Quando declarara que a noiva o aguardava, Franz dissera portanto uma mentira, por certo desculpável, com o único fito de suscitar mais piedade.

No dia seguinte, K. não cessou de pensar nos guardas; estava distraído no seu trabalho e teve de ficar no gabinete um pouco mais tempo do que na véspera para cumpri-lo. No caminho de regresso para casa, quando passou de novo em frente da arrecadação, abriu-a como por hábito. Ficou perturbado com o que viu, em vez da obscuridade de que estava à espera. Estava tudo no mesmo estado da véspera à tarde, quando abrira a porta. Os impressos e as garrafas de tinta mesmo atrás da soleira, o flagelador com a chibata, os guardas ainda completamente vestidos, a vela na prateleira; e os guardas começaram a lamentar-se gritando: «Senhor!» K. fechou logo de seguida a porta atirando com ela e bateu-lhe com os punhos como para fechá-la mais solidamente. À beira das lágrimas, correu à procura dos empregados que trabalhavam tranquilamente na máquina de copiar e que interromperam o trabalho, com ar de espanto.

– Decidam-se de uma vez por todas a limpar a arrecadação – exclamou –, estamos afogados em porcaria.

Como os empregados estavam prontos a fazê-lo logo no dia seguinte, K. aquiesceu: com a noite já tão avançada, também não podia obrigá-los a trabalhar como tencionara primeiramente. Sentou-se por momentos a fim de manter os empregados junto de si alguns instantes, pegou em duas ou três cópias, julgando dar assim a impressão de que as examinava, depois, vendo que os empregados não se atreveriam a partir ao mesmo tempo que ele, saiu e regressou a casa cansado, o cérebro vazio.

O tio – Leni

Uma tarde – K. estava muito ocupado um pouco antes da expedição do correio –, Karl, seu tio, pequeno proprietário rural, entrou no gabinete esgueirando-se entre dois empregados que traziam documentos. K. sentiu-se menos receoso com este espectáculo do que se sentira, há já algum tempo, com a ideia da vinda do tio. O tio ia necessariamente vir, K. tinha a certeza disso há cerca de um mês. Já então julgava vê-lo, um pouco curvado, amarfanhando o panamá na mão esquerda, a estender-lhe de longe a mão direita, depois apresentando-lha precipitadamente por cima da secretária, sem precaução e derrubando tudo ao passar. O tio estava sempre com pressa, porque, aquando das suas estadas na capital, que nunca excediam um dia, vivia obcecado pela embaraçosa ideia de dever executar todos os projectos que a si próprio impusera, e além disso de não falhar nenhuma conversa, nenhum negócio, nenhuma distracção que pudessem apresentar-se. Em tudo isto, K. que tinha para com o seu antigo tutor uma dívida de gratidão especial, devia ajudá-lo o melhor que pudesse e além disso albergá-lo nessa noite. «O fantasma da província»: eis como o apelidava.

Logo que se cumprimentaram – K. tinha-o convidado a sentar-se na poltrona, mas ele não tinha tempo – pediu a K. uma breve conversa em privado.

– É preciso – disse engolindo com dificuldade –, é preciso para minha tranquilidade.

K. mandou logo sair os empregados do seu gabinete, com ordem para não deixarem entrar ninguém.

– Que soube eu, Josef? – exclamou o tio quando ficaram sós, e se sentou na secretária, amontoando sem olhar para trás várias folhas debaixo do assento para melhor se acomodar. K. calou-se, sabendo o que ia seguir-se; mas sentindo-se subitamente liberto de um trabalho penoso, começou por abandonar-se a uma agradável lassidão, e observou pela janela o passeio em frente, do qual apenas se avistava da sua poltrona uma pequena parcela triangular, uma simples parede entre duas montras de lojas.

– Estás a olhar pela janela! – exclamou o tio erguendo os braços. – Por amor de Deus, Josef, responde-me! É verdade? É, pois, possível que seja verdade?

– Querido tio – disse K. arrancando-se ao seu devaneio –, não estou realmente a ver o que queres de mim.

– Josef – disse o tio no tom de advertência –, tu sempre disseste a verdade, tanto quanto sei. Devo ver nas tuas últimas palavras um mau presságio?

– Adivinho um pouco o que pensas – disse K. numa voz obediente –, ouviste, sem dúvida, falar do meu processo.

– De facto – respondeu o tio aquiescendo lentamente –, ouvi falar do teu processo.

– Então quem foi que te falou? – perguntou K.

– Erna escreveu-me – disse o tio –, ela não tem nenhum contacto contigo, tu não te preocupas infelizmente nada com ela e apesar de tudo ouviu falar. Recebi a sua carta hoje e, claro, vim a correr. Sem outra espécie de motivo, mas esse parece-me suficiente. Posso ler-te a passagem da carta que te diz respeito. – Extraiu a carta da carteira. – Aqui está. Escreve-me ela: «Há já muito tempo que não vejo o Josef; uma vez, na semana passada, fui ao banco, mas Josef estava tão ocupado que não me deixaram entrar; aguardei durante quase uma hora, mas depois tive de regressar, porque tinha uma lição de piano. Teria falado de bom grado com ele, talvez a ocasião se apresente em breve. Pelo meu aniversário, mandou-me uma grande caixa

de chocolates, foi muito simpático da sua parte. Tinha-me esquecido de falar-lhe nisto na minha última carta, só agora me recordo porque mo perguntou. Para lhe dizer tudo, o chocolate desapareceu depressa na pensão: mal nos apercebemos de que recebemos chocolates de presente, eles já desapareceram. Mas a propósito de Josef, queria dizer-lhe ainda outra coisa: como mencionei, não me levaram ao pé dele no banco, porque estava em negociações com um cavalheiro. Depois de ter aguardado tranquilamente algum tempo, perguntei a um empregado se a reunião ainda demorava muito. Ele disse que era muito possível, porque se tratava provavelmente do processo intentado contra o Senhor Gerente. Perguntei então de que género de processo se tratava, se não estava enganado, mas ele disse que não estava enganado, que se tratava de um processo e até de um processo grave, mas que não sabia mais nada. Bem gostaria de ajudar pessoalmente o Senhor Gerente, porque este era muito bom e muito justo, mas não sabia como proceder e desejava sobretudo que pessoas influentes zelassem por ele. Seria, aliás, seguramente o caso e tudo acabaria bem, mas por enquanto, a julgar pelo humor do Senhor Gerente, as coisas iam muitíssimo mal. Claro que não atribuí grande importância a tais palavras, esforcei-me por acalmar este empregado ingénuo, proibi-o de falar a outras pessoas e considerei tudo isto tagarelice. Todavia, talvez seja bom, querido pai, que tu te informes deste caso quando da tua próxima visita; ser-te-á fácil obter informações mais correctas e, se for deveras necessário, intervir por intermédio das pessoas muito influentes que tu conheces. Se, em compensação, tal não for necessário, o que é o mais provável, isso dará pelo menos à tua filha a ocasião de abraçar-te em breve, o que lhe daria prazer.» Que criança tão boa! – disse o tio quando terminou a leitura, e enxugou algumas lágrimas.

K. aquiesceu; devido às perturbações destes últimos tempos, tinha-se esquecido por completo de Erna; nem sequer pensara no dia do seu aniversário, e ela tinha manifestamente inventado a história dos chocolates com o único fito de o deixar bem perante o tio e a tia. Este gesto era muito afectuoso e os lugares de teatro que ele contava mandar-lhe regularmente estariam longe de ser uma recompensa suficiente; mas não se sentia capaz neste momento de ir fazer visitas à pensão e conversar com uma pequena estudante liceal de dezassete anos.

– E que dizes tu agora? – peguntou o tio ao qual a carta fizera esquecer toda a sua pressa e agitação, e que parecia lê-la mais uma vez.

– Sim, meu tio – disse K. –, é verdade.

– Verdade? – exclamou o tio. – O que é que é verdade? Como pode isso ser verdade? Que espécie de processo? Não um processo criminal, ao menos?

– Um processo criminal – respondeu K.

– E tu estás aqui tranquilamente sentado, com um processo criminal às costas? – exclamou o tio, que falava cada vez mais alto.

– Quanto mais calmo eu estiver, melhor será para o andamento do processo – disse K. num tom cansado. – Não receie nada.

– Isso não serve para me acalmar! – exclamou o tio. – Josef, meu querido Josef, pensa em ti, pensa na tua família, no nosso bom nome. Até aqui foste o nosso orgulho, não tens o direito de nos envergonhar. A atitude que assumes – e encarou K. inclinando a cabeça – desagrada-me, não é a atitude de um homem injustamente acusado, e que luta ainda com todas as suas forças. Agora, diz-me depressa de que se trata para eu poder ajudar-te. Claro, trata-se do banco.

– Não – disse K. levantando-se –, mas tu falas muito alto, meu querido tio, o empregado

está sem dúvida de pé atrás da porta a escutar-nos. Isso deixa-me comprometido. Prefiro que saiamos. Responderei então a todas as tuas perguntas, na medida do possível. Sei muito bem que devo prestar contas à minha família.

– É verdade! – exclamou o tio. – É perfeitamente verdade, mas apressa-te, Josef, apressa-te lá.

– Tenho ainda duas ou três ordens a dar – disse K., e telefonou ao seu adjunto, que entrou após um breve instante.

Na sua agitação, o tio indicou-lhe com a mão que K. o tinha mandado chamar, o que não levantava, aliás, nenhuma dúvida. K. de pé à frente da secretária, e designando-lhe diversos documentos, explicou em voz baixa ao jovem, que escutava com um ar frio, mas atento, quais os assuntos que ainda faltavam resolver hoje na sua ausência. O tio incomodava-o: primeiro ficou ali a rebolar os olhos muito abertos e a morder nervosamente os lábios, sem realmente escutar, mas com todo o ar disso, o que era já incómodo. Depois percorreu a sala de uma ponta à outra, parando de vez em quando em frente da janela ou em frente de um quadro, não cessando de lançar exclamações, do tipo: «É perfeitamente incompreensível para mim» ou ainda: «Que me digam mesmo por alto quais podem ser as consequências.» O jovem fez de conta que não notava nada, escutou calmamente as instruções de K., tomou algumas notas para seu uso pessoal e partiu após se ter inclinado diante de K., assim como diante do tio; mas este último voltava-lhe justamente as costas, olhava pela janela e, de mãos estendidas, estava a amarrotar as cortinas. Assim que a porta se fechou, o tio exclamou:

– Enfim lá partiu este fantoche; agora também nós podemos ir embora. Já não é sem tempo!

Não houve infelizmente maneira de impedir o tio de fazer as suas perguntas sobre o processo na antecâmara onde se encontravam alguns funcionários e alguns empregados, e que o director interino ia justamente a atravessar.

– Ora bem, Josef – começou o tio, enquanto correspondia com um ligeiro cumprimento aos que se inclinavam ao vê-los –, diz-me agora com toda a franqueza o que vem a ser este processo.

K. fez algumas observações insignificantes, riu também um pouco, e esperou chegar à escada para explicar ao tio que não quisera falar com toda a franqueza diante daquela gente.

– Tens razão – disse o tio –, mas agora fala.

De cabeça inclinada, puxando do charuto pequenas baforadas precipitadas, escutava.

– Antes de tudo, meu tio – disse K. –, não se trata de um processo perante um tribunal normal.

– É grave – disse o tio.

– O quê? – retorquiu K. fitando o tio.

– A minha opinião é de que é grave – repetiu o tio.

Estavam de pé na grande escadaria que dava para a rua; o porteiro parecia escutar, por isso K. levou o tio para baixo; o grande movimento na rua acolheu-os. O tio, que tinha dado o braço a K., já não o pressionava com perguntas acerca do processo, caminharam até algum tempo sem falar.

– Mas como aconteceu? – acabou por perguntar o tio, detendo-se tão bruscamente que as pessoas que caminhavam atrás dele se afastaram, tomadas de susto. – Este género de coisas não acontecem assim de repente, levam muito tempo a preparar, deve haver sinais antecedentes, porque não me escreveste? Sabes que faria tudo por ti; afinal, ainda sou o teu

tutor, de certo modo, e sentia orgulho disso até hoje. Claro, ainda te ajudarei agora, mas com o processo já em curso, é muito difícil. O melhor, em todo o caso, será que tu tires umas curtas férias e que venhas para nossa casa na província. Aliás, emagreceste um pouco, estou agora a reparar. Recuperarás as forças no campo, será bom, porque te aguardam seguramente muitas fadigas. E, sobretudo, ficarás assim de certo modo afastado da influência do tribunal. Eles dispõem aqui de todos os meios coercivos imagináveis, que utilizarão forçosa e automaticamente contra ti também; mas na província, terão de começar por delegar em agentes ou procurar agir sobre ti por carta, por telégrafo ou por telefone. Isto diminui, claro, o efeito; por certo não recuperarás assim a liberdade, mas isto permitir-te-á respirar.

– Eles poderiam muito bem proibir a minha partida – disse K., que começara a seguir um pouco o raciocínio do tio.

– Não creio que o façam – disse o tio, com ar sonhador –, a perda de poder que implica a tua partida não é assim tão grande.

– Eu julgava – disse K. dando o braço ao tio para impedi-lo de ficar imóvel – que tu concedesses ainda menos importância do que eu a todo este caso, e eis que agora o tomas a sério.

– Josef – exclamou o tio procurando escapar ao seu braço para poder parar de caminhar, mas K. impediu-o –, como tu mudaste! Sempre tiveste uma percepção tão justa das coisas e é agora que ela te abandona? Queres então perder este processo? Sabes o que isso significa? Significa que te põem muito simplesmente um risco em cima. E todos os teus próximos serão arrastados contigo ou sofrerão pelo menos uma humilhação extrema. Reconsidera, Josef. A tua indiferença enlouquece-me. Ao ver-te, seríamos quase tentados a acreditar no ditado: «Ter um processo assim é tê-lo já perdido.»

– Meu querido tio – disse K. –, esta excitação é totalmente inútil; é-o da tua parte e sê-lo-ia também da minha. Não é nesta excitação que se ganha um processo; concede um pouco de crédito à minha experiência concreta, eu que conservo, ainda hoje, o maior respeito pela tua, mesmo quando ela me surpreende. Já que dizes que também a nossa família sofreria com o processo... o que pela minha parte não compreendo em absoluto, mas pouco importa... concordo em seguir-te em todos os pontos. Mas, mesmo no teu ponto de vista, parece-me que essa estada no campo seria em meu desfavor, porque seria sinónimo de fuga e de confissão da minha culpabilidade. Além disso, se é verdade que me perseguem mais aqui, também posso dar maior atenção ao caso.

– É justo – disse o tio numa voz que sugeria que eles por fim se aproximavam –, apenas te propus isso, porque via a tua causa ameaçada pela tua indiferença, se ficasses aqui: achava então preferível trabalhar para ti em teu lugar. Mas se queres ocupar-te pessoalmente, consagrando-lhe todas as tuas forças, é evidente que isso é preferível.

– Parece portanto que estamos de acordo neste ponto – disse K. – E tens agora uma proposta para o que devo fazer de imediato?

– Devo, obviamente, reflectir mais sobre o caso – disse o tio –, bem sabes que desde há vinte anos vivo quase sempre na província: perde-se o faro para este género de assuntos. Certas relações importantes com pessoas que talvez percebam mais neste domínio afrouxaram um pouco. Estou algo isolado na província, sabes bem. Na verdade, é só nestas ocasiões que damos por isso. O teu caso colheu-me também meio de surpresa, embora, estranhamente, tenha suspeitado de alguma coisa deste género pela carta de Erna, e haja obtido a quase-certeza

quando te vi hoje. Mas pouco importa, o essencial agora é não perder tempo.

Antes mesmo de ter acabado de falar, erguendo-se na ponta dos pés, tinha chamado um táxi e, ao mesmo tempo que gritava uma morada ao condutor, puxou K. para dentro da viatura.

– Vamos agora falar com o advogado Huld1 – disse ele –, é um dos meus camaradas de escola. O seu nome é-te seguramente familiar. Não? Isso é estranho. Ele tem, no entanto, uma sólida reputação como defensor e também como advogado dos pobres. Mas é sobretudo no homem que tenho uma grande confiança.

– Aprovarei tudo o que empreenderes – disse K., ainda que a forma apressada e brusca com que o tio tratava do caso o indispusesse.

Não era muito gratificante para um acusado ir a casa de um advogado dos pobres.

– Ignorava – disse – que fosse preciso consultar um advogado para um caso desta natureza.

– Mas claro – disse o tio –, é evidente. Porque não? E agora conta-me tudo o que se passou até aqui, para eu conhecer o caso em pormenor.

K. começou logo a sua narrativa, sem omitir fosse o que fosse, sendo a sua inteira franqueza o único protesto que podia permitir a si mesmo opor à opinião do tio, aos olhos

1 Boas graças (*N. dos T.*) do qual o processo representava uma infâmia. Apenas mencionou o nome da Menina Bürstner uma vez de passagem, mas isto não prejudicava a sua franqueza, porque a Menina Bürstner não tinha nenhuma ligação com o processo. Durante a narrativa, olhou pela janela e observou que se aproximavam justamente do arrabalde onde ficavam as secretarias do tribunal; assinalou isto ao tio, mas este não viu nada de particularmente notável em tal coincidência. A viatura parou diante de uma casa escura. O tio tocou logo na primeira porta do rés-do-chão; enquanto aguardavam, sorriu mostrando os seus grandes dentes e murmurou:

– Oito horas, uma hora de visita inabitual para clientes. Mas Huld não ficará aborrecido comigo.

Através do ralo apareceram dois grandes olhos pretos, que fixaram os dois visitantes um breve instante e desapareceram; mas a porta não se abriu. O tio e K. certificaram-se mutuamente que tinham visto bem os dois olhos.

– Uma nova criada de quarto que tem medo dos estranhos – disse o tio, voltando a bater na porta. Apareceram novamente os olhos, agora dir-se-iam tristes, mas talvez também isso não passasse de uma ilusão, provocada pela chama nua de um candeeiro a gás que ardia fortemente, silvando mesmo por cima das suas cabeças, mas difundindo pouca luz.

– Abra – gritou o tio enquanto batia na porta com o punho –, somos amigos do Senhor Advogado.

– O Senhor Advogado está doente – murmuraram atrás deles.

Na soleira de uma porta, no outro extremo do pequeno corredor, estava um cavalheiro de roupão que lhes comunicou esta informação numa voz quase imperceptível. O tio, já furioso por ter esperado tanto tempo, voltou-se bruscamente e exclamou:

– Doente? Está doente, diz o senhor? – e avançou para ele com um ar quase ameaçador, como se o cavalheiro fosse a doença em pessoa.

– Abrem já – disse o cavalheiro apontando para a porta do advogado, e, fechando o roupão, desapareceu.

Tinham efectivamente aberto a porta; uma rapariga – K. reconheceu de novo os olhos escuros um pouco salientes – vestida com um comprido avental branco encontrava-se de pé no

vestíbulo, com um castiçal na mão.

– Na próxima vez, há-de abrir mais depressa – disse o tio, à guisa de cumprimento, enquanto a rapariga esboçava uma reverência.

– Vem, Josef – disse depois a K., que entrou devagar diante da rapariga.

– O Senhor Advogado está doente – disse ela quando viu o tio correr para uma porta, sem se deter.

K. continuava a fitar a rapariga que se tinha voltado para fechar de novo a porta da entrada; tinha um rosto redondo, como uma boneca; não só os contornos das faces pálidas e do queixo eram redondos, como também as fontes e a orla da testa.

– Josef! – gritou o tio de novo, e perguntou à rapariga: – É a sua doença do coração?

– Creio que sim – respondeu a rapariga, tendo arranjado tempo para precedê-los com a luz e para abrir a porta do quarto.

Num canto do quarto, que a claridade da vela ainda não iluminava, um rosto de barba comprida ergueu-se na cama.

– Leni, quem é? – perguntou o advogado, ofuscado pela chama da vela que ainda o impedia de reconhecer os visitantes.

– É Albert, o teu velho amigo – disse o tio.

– Ah, Albert! – disse o advogado deixando-se cair de novo nas almofadas como se, para esta visita, os fingimentos fossem inúteis.

– Isso está assim tão mal? – perguntou o tio, sentando-se na borda da cama. – Não posso acreditar. É um acesso da tua doença do coração que passará, como os precedentes.

– É possível – disse o advogado em voz baixa –, mas é o mais grave de todos. Custa-me a respirar, quase não durmo e todos os dias perco um pouco mais as forças.

– Ah! – fez o tio ao mesmo tempo que esmagava o seu panamá com a mão enorme em cima do joelho. – Aqui estão más notícias. És de facto bem tratado? Além disso, é tudo muito triste aqui, muito sombrio. Há já muito tempo que cá não vinha, a atmosfera tinha-me parecido mais agradável. Mesmo a tua pequena donzela não parece muito divertida, ou então está a representar.

A enfermeira mantinha-se junto da porta, de castiçal na mão; tanto quanto o seu olhar indeciso deixava adivinhar, fitava mais K. do que o tio, mesmo quando este falava dela. K. encostara-se a uma poltrona que tinha empurrado para junto da rapariga.

– Quando se está doente como eu – disse o advogado –, é preciso repouso. Não acho isto triste. – Após uma pequena pausa, acrescentou: – E Leni ocupa-se bem de mim, é simpática.

Mas isto não conseguiu convencer o tio; estava visivelmente desconfiado com a enfermeira e, se não retorquiu nada ao doente, nem por isso deixou de perseguir a rapariga com um olhar severo enquanto esta se acercava da cama, pousava o castiçal na mesinha-de-cabeceira, se inclinava para o doente e sussurrava ao mesmo tempo que ajeitava as almofadas. Quase esquecendo as atenções devidas ao doente, ele levantou-se, seguiu a enfermeira de um lado para o outro, e K. não teria ficado surpreendido se o visse puxar-lhe as saias para a afastar da cama. Quanto a K., observava tudo isto com calma, a doença do advogado nem sequer o contrariava seriamente; não tendo podido opor-se ao zelo que o tio concebera para o seu caso, acolhia de bom grado a maneira como este zelo se via agora desviado sem intervenção da sua parte. Foi então que o tio, talvez como único objectivo de ofender a enfermeira, pronunciou estas palavras:

– A menina importa-se de deixar-nos sós um instantinho, tenho um assunto pessoal a tratar com o meu amigo.

A enfermeira, que ainda estava debruçada por completo sobre o doente, para alisar o lençol contra a parede, virou simplesmente a cabeça e disse numa voz muito calma, contrastando de modo claro com as palavras do tio, que sob o efeito da cólera, hesitavam ou fluíam alternadamente:

– Como vê, o senhor está muito doente, não pode tratar de nenhum assunto.

Havia provavelmente recuperado as palavras do tio por simples comodidade, mas mesmo sem ser de propósito, podia ver-se nisso zombaria; o tio, claro, acusou o toque.

– Mas que grande velhaca... – resmungou numa voz primeiro enrouquecida e depois incompreensível devido à contrariedade.

K. sobressaltou-se, embora já contasse com algo deste género, e correu para o tio, na firme intenção de fechar-lhe a boca com as duas mãos. Mas felizmente o doente soergueu-se por detrás da rapariga; o rosto do tio obscureceu, como se estivesse a engolir algo repugnante, depois disse numa voz mais calma:

– Ainda não perdemos a cabeça, como sabe; se o que peço fosse impossível, eu não o pediria. Agora saia, faz favor.

A enfermeira mantinha-se muito direita junto da cama, enfrentando o tio; K. julgou observar que com uma das mãos acariciava a mão do advogado.

– Podes dizer tudo diante da Leni – disse o doente, num tom que o convidava de imediato a prosseguir.

– Não é de mim que se trata – disse o tio –, não é segredo meu.

E voltou-se, como se se recusasse a qualquer outro trato, mas concedia-lhe mais alguns minutos de reflexão.

– De quem se trata então? – perguntou o advogado numa voz moribunda, e afundou-se novamente na cama.

– Do meu sobrinho – disse o tio –, trouxe-o, aliás, comigo. – E fez as apresentações: – O gerente Josef K.

– Oh! – fez o doente numa voz muito mais animada, e estendeu a mão a K. – Todas as minhas desculpas, não o tinha visto... Vai, Leni – disse depois para a mulher, que também deixou de lutar, e estendeu-lhe a mão, como para dizer-lhe adeus antes de uma longa separação. – Portanto – disse por fim ao tio que, também ele mais bem-disposto, se tinha aproximado –, tu não vieste visitar-me na minha cama de doente, vieste em negócios.

Dir-se-ia que a ideia de uma visita por causa da doença tinha paralisado até então o advogado, tão revigorado parecia agora: manteve-se sempre apoiado no cotovelo, o que devia ser muito cansativo, e sem parar de puxar pelos pêlos da barba.

– Já pareces estar muito melhor – disse o tio –, agora que esta feiticeira saiu. – Interrompeu-se e murmurou: – Aposto que ela ficou à escuta – e saltou para a porta.

Mas não havia ninguém atrás da porta, o tio voltou, não de todo decepcionado – porque o facto de ela não escutar à porta lhe parecia uma vilania ainda maior –, mas muito irritado.

– Estás enganado a seu respeito – disse o advogado sem levar mais longe a defesa da sua enfermeira; talvez quisesse dizer com isto que ela não precisava de ser defendida. Mas prosseguiu numa voz compadecida: – Relativamente ao caso do teu sobrinho, considerar-me-ia feliz se as minhas forças chegassem para essa tarefa particularmente árdua; muito receio

que não cheguem, mas em todo o caso, quero tentar o impossível; se eu não bastar, estaremos sempre a tempo de recorrer a outra pessoa suplementar. Para ser honesto, este caso interessa-me de mais para que possa renunciar a qualquer forma de participação. Se o meu coração não resistir, pelo menos encontrará aí uma ocasião digna de desfalecer por completo.

Com a impressão de não compreender nada em todo este discurso, K. não deixava de fitar o tio, na esperança de uma explicação, mas este, sentado e segurando um castiçal por cima da mesinha-de-cabeceira de onde um frasco já rebolara para o tapete, aquiescia com tudo quanto o advogado dizia, estava de acordo com tudo, e lançava de vez em quando um olhar a K. para lhe indicar que partilhasse essa aprovação. Teria o tio talvez já falado do processo com o advogado? Mas não, era impossível, tudo o que precedia contradizia esta hipótese. Por isso declarou:

– Não compreendo...

– Bom, talvez eu o tenha compreendido mal? – perguntou o advogado, tão espantado e perplexo como K. – Talvez tenha sido demasiado apressado. De que queria então falar-me? Julgava que se tratava do seu processo.

– Claro – disse o tio, que perguntou depois a K.: – Que queres tu então?

– Sim, mas onde arranjou as informações a meu respeito e do meu processo? – perguntou K.

– Ah, é então isso! – disse o advogado, com um sorriso –, mas sou advogado, frequento os meios judiciais, referem-se vários processos, e guardam-se na memória os que mais chamam a nossa atenção, sobretudo quando se trata do sobrinho de um amigo. Não há nada de surpreendente nisto, parece-me.

– Que queres tu então? – perguntou o tio novamente –, como estás inquieto!

– O senhor frequenta os meios judiciais? – perguntou K. – Sim – disse o advogado.

– Fazes perguntas como uma criança – disse o tio.

– Quem quer que eu frequente a não ser gente da minha especialidade? – acrescentou o advogado.

Isto parecia tão irrefutável que K. não respondeu. Gostaria de responder: «Todavia o senhor exerce junto do tribunal situado no Palácio da Justiça e não junto daquele situado nas águas-furtadas», mas não pôde decidir-se a dizê-lo.

– Pense então – prosseguiu o advogado num tom de evidência, como se a sua explicação fosse supérflua e apenas constituísse um parêntesis –, pense então que tais visitas me proporcionam também vantagens consideráveis para a minha clientela, sob mais do que um aspecto, e que por vezes é mesmo preciso silenciar. Claro que estou agora um pouco limitado, devido à minha doença, mas recebo apesar disso a visita de bons amigos do tribunal, e fico a saber duas ou três coisas. Talvez saiba mais do que muita gente que está de perfeita saúde e que passa todo o dia no tribunal. Assim, por exemplo, um amigo muito querido faz-me neste exacto momento uma visita – e apontou para um canto escuro do quarto.

– Onde está? – perguntou K. quase indelicadamente, dominado pela surpresa.

Olhou hesitante à sua volta; a luz da pequena vela estava longe de iluminar até à parede em frente. E de facto algo, ali no canto, começou a mexer. À luz do castiçal que o tio agora segurava com o braço estendido, distinguia-se, sentado junto de uma mesinha, um senhor muito idoso. Sem dúvida mal tinha respirado, para passar assim despercebido tanto tempo. Levantou-se cerimoniosamente, manifestamente desagradado por terem chamado a atenção para ele. Dir-se-ia que, ao agitar as mãos como pequenas asas, queria repelir todas as

apresentações e cumprimentos, que não queria de modo algum incomodar os outros com a sua presença, e que pedia insistentemente para ser de novo mergulhado na obscuridade e para que a sua presença fosse esquecida. Mas já não era possível satisfazê-lo.

– Ora bem, apanhou-nos de surpresa – disse o advogado, à guisa de explicação e ao mesmo tempo fez ao homem um sinal de encorajamento para se aproximar, o que ele fez lentamente, olhando em seu redor, com um ar hesitante e, apesar disso, com uma certa dignidade. – Senhor Secretário do Tribunal... ah, sim, apresento todas as minhas desculpas, não fiz as apresentações...! aqui está o meu amigo Albert K., o seu sobrinho, o gerente Josef K., e aqui está o Senhor Secretário do Tribunal... portanto, o Senhor Secretário teve a gentileza de fazer-me uma visita. Para dizer a verdade, só pode apreciar a importância de uma tal visita o iniciado que sabe até que ponto o Senhor Secretário do Tribunal se acha sobrecarregado de trabalho. Ora, veio aqui, mesmo assim, e conversámos sossegadamente tanto quanto a minha fraqueza o permitiu; sem ter proibido Leni de deixar entrar as visitas, porque nenhuma estava prevista, pensávamos no entanto dever ficar sós; mas foi então que soaram os teus toques à porta, Albert; o Senhor Secretário recuou para o canto com a sua poltrona e a sua mesa, mas acontece agora que temos presumivelmente, isto é, se o desejarem, um caso em comum para discutir, e que podemos muito bem aproximar-nos de novo. Senhor Secretário... – disse, inclinando a cabeça, com um sorriso obsequioso, ao mesmo tempo que lhe indicava uma poltrona junto da cama.

– Infelizmente não posso ficar mais do que alguns minutos – disse o secretário, num tom amistoso, enquanto se sentava confortavelmente na poltrona e olhava para o relógio –, os processos chamam-me. Mas não quero deixar passar a ocasião de travar conhecimento com um amigo do meu amigo.

Inclinou ligeiramente a cabeça na direcção do tio, que pareceu encantado com este encontro, mas que, sendo por natureza incapaz de exprimir qualquer deferência, acompanhou as palavras do secretário com um riso embaraçado, se bem que sonoro. Um espectáculo horrível! K. podia observar tudo tranquilamente, porque ninguém se ocupava dele; agora que o haviam feito ressurgir, o secretário tomou as rédeas da conversa, como parecia ser seu hábito; o advogado, cuja fraqueza de há pouco tinha talvez por único fito afastar os novos visitantes, escutava atentamente, com a orelha no côncavo da mão; o tio, que fazia ofício de porta-vela – mantinha-a em equilíbrio na perna, e o advogado lançava-lhe frequentemente um olhar inquieto –, depressa ficou livre do seu embaraço, e apenas sentiu enlevo ao saborear a eloquência do director do secretariado enquanto contemplava o suave gesticular da mão com que ele acompanhava as palavras. K., encostado aos pés da cama, era porventura completamente ignorado pelo secretário mesmo involuntariamente, e servia de simples auditor àqueles idosos senhores. Aliás, mal sabia do que se tratava e pôs-se ora a pensar na enfermeira e na forma desagradável como o tio a tratara, ora a perguntar a si mesmo se não teria já visto uma vez o secretário, talvez mesmo na assembleia aquando da sua primeira comparência. Mesmo que de facto estivesse enganado, o secretário não deixaria de fazer excelente figura entre os membros da assembleia sentados na primeira fila, no meio dos idosos cavalheiros de barba rala.

Foi então que um barulho de loiça partida no vestíbulo fez com que todos apurassem o ouvido.

– Vou ver o que se passa – disse K., e saiu lentamente, como para dar ainda aos outros o

tempo de retê-lo.

Mal K. penetrara no vestíbulo, procurando habituar-se à obscuridade, quando sobre a sua mão, que ainda segurava a maçaneta, uma mãozinha, muito mais pequena do que a dele, se pousou e fechou a porta devagarinho. Era a enfermeira que estava ali à espera.

– Não se passou nada – murmurou ela –, atirei simplesmente um prato contra a parede, para o fazer sair. Embaraçado, K. respondeu:

– Eu também estava a pensar em si.

– Tanto melhor – disse a enfermeira. – Venha.

Depois de terem dado alguns passos, alcançaram uma porta de vidro fosco que ela abriu para K.

– Vamos, entre – disse.

Tratava-se seguramente do escritório do advogado; tanto quanto podia avaliar-se pelo luar que apenas iluminava vivamente um pequeno rectângulo de chão debaixo de cada uma das grandes janelas, estava mobilado com grandes móveis antigos.

– Por aqui – disse ela, indicando uma arca sombria cujo espaldar era de madeira esculpida. Uma vez sentado, K. olhou em seu redor; era uma grande sala, de tecto alto; a clientela do advogado dos pobres devia sentir-se perdida aqui. K. imaginou os visitantes a aproximarem-se com passos curtos desta imponente secretária. Mas depressa deixou de pensar nisso e só teve olhos para a enfermeira, que se tinha sentado ao lado dele e o apertava quase contra os braços do assento.

– Pensava – disse ela – que viesse ter comigo por sua iniciativa, sem que precisasse de chamá-lo. De qualquer modo é curioso: em primeiro lugar, olha-me sem descanso desde que chegou e depois faz-me esperar... Trate-me por Leni – acrescentou bruscamente, como se não devesse perder um só instante desta conversa.

– De bom grado – disse K. – Mas quanto à minha estranheza, Leni, é fácil de explicar. Primeiramente, eu tinha de ouvir a tagarelice daqueles idosos cavalheiros, e não podia sair sem motivo; em segundo lugar, não sou descarado, mas antes tímido, e você não tem realmente o ar de alguém que se conquista num abrir e fechar de olhos.

– Não é isso – disse Leni, pousando o braço no espaldar do assento e fitando K. –, eu é que não lhe agradava e provavelmente continuo a não lhe agradar.

– Agradar, a palavra é demasiado fraca – disse K. para ganhar tempo.

– Oh! – sorriu ela, e a observação de K. e esta pequena exclamação conferiram-lhe uma certa superioridade.

Por isso, K. ficou por um breve instante silencioso. Tinha-se acostumado à obscuridade da sala, e distinguia agora alguns pormenores do mobiliário. Reparou sobretudo num grande quadro pendurado à direita da porta; inclinou-se para a frente, a fim de poder examiná-lo melhor. Representava um homem com a toga de magistrado, sentado numa grande poltrona sobrelevada cujos dourados sobressaíam em várias partes do quadro. O que havia de singular era que este juiz não estava calmamente sentado, envolto na sua dignidade, mas apoiava o braço esquerdo com força no espaldar e no braço do assento, ao passo que o braço direito estava completamente solto e apenas tocava no braço do assento com a mão, como se fosse saltar de um instante para o outro num movimento violento e talvez indignado para dizer qualquer coisa de decisivo ou até para pronunciar o veredicto. Era sem dúvida necessário imaginar o acusado junto da escada, cujos degraus superiores se avistavam no quadro,

cobertos com um tapete amarelo.

– Talvez seja este o meu juiz – disse K., designando o quadro.

– Eu conheço-o – disse Leni levantando também ela a vista para o quadro –, vem muitas vezes aqui. Este quadro data da sua juventude, mas é impossível que ele tenha alguma vez tido a mínima semelhança com este retrato, porque tem uma altura quase minúscula. Todavia, fez-se esticar pelo pintor, porque possui uma vaidade louca, como toda a gente aqui. Mas eu também sou vaidosa e sinto-me muito descontente por não lhe agradar.

A esta última observação, K. limitou-se a responder enlaçando Leni e atraindo-a para si; ela pousou sem nada dizer a cabeça no seu ombro. Mas prosseguindo, ele perguntou:

– Qual é o posto dele?

– É juiz de instrução – disse ela apossando-se da mão com que K. a mantinha enlaçada e brincando com os seus dedos.

– Também este é apenas juiz de instrução – disse K. decepcionado –, os altos funcionários ocultam-se. Mas está, apesar disso, instalado numa grande poltrona.

– Tudo isto é pura invenção – disse Leni, o rosto inclinado para a mão de K. e falando lentamente –; na realidade está sentado numa cadeira de cozinha com uma velha manta de sela de cavalo dobrada em cima. Mas terá de pensar incessantemente no seu processo?

– Não, de modo nenhum – disse K. –, penso nele sem dúvida até muito pouco.

– É nisso que está errado – disse Leni –, pelo que ouvi dizer, é demasiado intransigente.

– Quem disse isso? – perguntou K.

Sentia o corpo de Leni encostado ao seu peito e contemplava a sua comprida e opulenta cabeleira castanha de tranças apertadas.

– Seria indiscreta se lhe respondesse – disse Leni. – Por favor não me peça nomes, mas perca essa esquisitice, não seja tão intransigente; não há meio de lutar contra este tribunal, somos obrigados a confessar. Faça logo confissões na primeira ocasião. É indispensável para arranjar um meio de se livrar, é indispensável. E mesmo isso é impossível sem ajuda do exterior; mas não deve inquietar-se por causa dessa ajuda, sou eu própria quem lha dará.

– Conhece muitíssimo bem este tribunal e as armadilhas que aqui são usuais – disse K. e, como ela se apertara um pouco violentamente de mais contra ele, levantou-a e sentou-a nos seus joelhos.

– Está bem assim – disse ela, e instalou-se-lhe nos joelhos, alisando o vestido e endireitando a blusa. Depois passou-lhe as mãos à volta do pescoço e fitou-o demoradamente.

– E se eu não fizer confissões, não poderá ajudar-me? – perguntou K. para a pôr à prova.

«Cá ando eu a recrutar ajudas femininas», pensou quase surpreendido: «primeiro a Menina Bürstner, depois a mulher do oficial de diligências e por fim esta pequena enfermeira que parece sentir por mim um desejo incompreensível. Fica aqui sentada nos meus joelhos, como se fosse o único sítio que lhe convém!»

– Não – respondeu Leni sacudindo lentamente a cabeça –, nesse caso não poderei ajudá-lo. Mas no fundo não quer a minha ajuda, dá-lhe pouca importância, é obstinado e não se deixa convencer. – Após um breve instante, perguntou: – Tem uma amante?

– Não – disse K.

– Oh, claro que sim! – disse ela.

– Sim, é verdade – disse K. –, reneguei-a quando até tenho comigo a sua fotografia.

A pedido dela, mostrou-lhe uma fotografia de Elsa; enroscada nos seus joelhos, ela

examinou a foto. Era um instantâneo. Elsa fora apanhada numa fotografia no fim de uma dessas danças rodopiantes, como gostava de executar na taberna, as pregas da saia ainda voavam em seu redor; tinha as mãos nas ancas e, estendendo o pescoço, olhava de lado enquanto sorria; a imagem não permitia ver para quem sorria.

– O seu espartilho está muito apertado – disse Leni indicando o sítio onde isto se via, segundo ela. – Não me agrada, é desajeitada e rude. Talvez seja meiga e simpática consigo, é a impressão que poderia dar esta fotografia. As grandes mocetonas deste género são muitas vezes incapazes de ser outra coisa senão meigas e simpáticas. Mas sacrificar-se-ia por si?

– Não – disse K. –, tal como não é meiga e simpática, não poderia sacrificar-se por mim. Aliás, nunca até agora lhe exigi nem uma coisa nem outra. Nem sequer tinha ainda observado esta fotografia tão atentamente como o fez.

– Então não lhe está muito ligado – disse Leni –, não é, portanto, a sua amiga.

– Sim – disse K. –, não volto com a palavra atrás.

– Mesmo que seja sua amante neste momento – disse Leni –, não lhe faria muita falta se a perdesse ou se a trocasse por outra qualquer, eu por exemplo.

– Certamente – disse K. a sorrir –, isso seria de considerar, mas ela tem uma grande vantagem sobre si: não sabe nada do meu processo, e, mesmo que soubesse alguma coisa, não pensaria muito nele. Não procuraria sequer persuadir-me a ceder.

– Não é uma vantagem – disse Leni. – Se ela não tem mais nenhuma, eu não perco a coragem. Tem algum defeito físico?

– Um defeito físico? – perguntou K.

– Sim – disse Leni –, porque eu tenho um pequeno, veja.

Afastou o médio e o anelar da sua mão direita: a membrana que os ligava subia até quase à última articulação dos seus dedos mínimos. Na obscuridade, K. não viu imediatamente o que ela queria mostrar-lhe, por isso ela guiou-lhe a mão para ele poder tocar.

– Que capricho da natureza – disse K. acrescentando depois de ter examinado a mão por completo: – uma bonita garrazinha!

Com uma espécie de orgulho, Leni observou a maneira como K. não cessava de afastar e de reaproximar os seus dois dedos, com um ar admirado; por fim, aflorou-os com um beijo e largou-os.

– Oh! – exclamou ela. – Beijou-me!

A toda a velocidade, de boca aberta, içou-se no colo dele, ajudando-se com os joelhos; K. olhou-a, estupefacto. Agora que estava tão perto dela, ele sentia que um odor apimentado, acre e excitante, emanava dela; empurrou a cabeça dele contra o seu peito, debruçou-se, mordeu-lhe e beijou-lhe o pescoço e até lhe mordeu os cabelos.

– Fez a troca por mim – exclamava de vez em quando –, está a ver, acabou por trocá-la por mim!

Então o seu joelho deslizou e, soltando um gritinho, quase caiu no tapete; K. enlaçou-a para a segurar, mas foi arrastado com ela para o chão.

– Agora tu pertences-me – disse ela. – Olha, aqui tens a chave da casa, vem quando quiseres, segredou-lhe ela ao despedir-se.

Foram as suas derradeiras palavras, e um beijo atirado ao acaso aterrou ainda nas costas de K. quando este se retirava. Quando transpôs o gradeamento, uma chuva ligeira caía; dirigiu-se para o meio da rua para talvez ainda avistar Leni à janela quando, do automóvel que estava à

espera em frente da casa e em que K., demasiado distraído, não reparara, surgiu o tio, que o agarrou pelos braços e o empurrou contra o gradeamento, como para ali o pregar.

– Mas, meu rapaz! – exclamou ele. – Como pudeste fazer isto? Prejudicaste terrivelmente a tua causa, que estava no bom caminho. Vais meter-te com esta pequena indecente que além disso é manifestamente a amante do advogado e ausentas-te durante horas. Nem sequer procuras um pretexto, não dissimulas nada, não, ages abertamente, corres para ela e lá ficas. E, durante este tempo, estamos sentados juntos, o teu tio que luta por ti, o advogado que é preciso ganhar para a tua causa e sobretudo o secretário, esta grande personagem, que é muito simplesmente senhor do teu caso, no estádio em que ele se acha presentemente. Aprestamo-nos a discutir os meios que existem para ajudar-te, estou preocupado a manejar o advogado, este a manobrar o secretário, e tu terias todos os motivos para me apoiar, pelo menos. Em vez disso, a tua ausência prolonga-se. Acaba por tornar-se impossível dissimular a coisa; bom, estes cavalheiros têm regras de conduta, não falam nisso, poupam-me, mas também eles acabam mesmo assim por não aguentar mais e como não podiam falar do caso, calam-se. Ficámos ali sentados durante vários minutos sem uma palavra, a ver se tu irias voltar. Tudo isto em vão. Por fim, o secretário, que ficou muito mais tempo do que primeiro tencionava, levanta-se, despede-se, lastima-me visivelmente sem poder ajudar-me; com uma gentileza incompreensível, aguarda mais alguns instantes à porta, depois vai-se embora. Claro que fiquei aliviado por ele ter partido, já nem conseguia respirar. E tudo isto teve sobre o pobre advogado efeitos ainda mais violentos; o bom homem já nem uma palavra conseguia dizer quando me despedi dele. Tu contribuíste sem dúvida para arruinar completamente a sua saúde e precipitas assim a morte de um homem de que depende a tua sorte. E a mim, teu tio, fazes-me esperar aqui à chuva durante horas... vamos, estou completamente encharcado.

O advogado. O industrial. O pintor

Num dia de Inverno – lá fora nevava sob uma luz esbranquiçada – K. estava sentado à sua secretária, já extremamente cansado, apesar da hora matinal. Para se proteger pelo menos dos funcionários menores, tinha dado instruções ao seu adjunto para não deixar entrar nenhum, dizendo que estava ocupado com um trabalho importante. Mas em vez de trabalhar, rodopiou na poltrona, afastou lentamente alguns objectos na sua secretária, depois, sem dar por isso, deixou o braço pousado ao comprido em cima da secretária e permaneceu imóvel, a cabeça inclinada.

A ideia do processo já não o largava. Perguntava muitas vezes a si próprio se não seria bom preparar uma defesa por escrito e apresentá-la no tribunal. Queria fazer nela uma breve história da sua vida e, para cada facto mais significativo, explicar os motivos que haviam determinado os seus actos, em que medida este modo de agir lhe parecia retrospectivamente louvável ou condenável, e por fim que motivos podia invocar numa ou noutra hipótese. As vantagens de semelhante defesa sobre a que o advogado apresentava não ofereciam dúvidas. Para mais, se esse advogado não fosse irrepreensível. K. ignorava aliás que diligências o advogado estava a efectuar; não seria grande coisa, em todo o caso: havia já um mês que não o convocava, e em nenhuma das anteriores conversas K. tivera o sentimento de que este homem pudesse fazer alguma coisa por si. Sobretudo, quase não o tinha interrogado. Havia, no entanto, imensas perguntas a fazer. Fazer perguntas era o essencial. K. tinha o sentimento de que ele próprio teria podido formular todas as perguntas necessárias. O advogado, em contrapartida, em vez de as fazer, tomava a palavra ou então ficava sentado à sua frente sem dizer nada, inclinando-se um pouco para diante por cima da secretária, sem dúvida porque ouvia mal, puxava por alguns pêlos da barba e fixava o tapete, talvez exactamente no sítio onde K. se tinha deitado com Leni. De vez em quando, dirigia a K. alguns conselhos sem sentido, como os que se dirigem às crianças. Palavras tão inúteis como fastidiosas que K. contava não remunerar com um cêntimo quando lhe pagasse os honorários. Uma vez convencido de o ter humilhado suficientemente, o advogado acabava quase sempre por lhe incutir um pouco de coragem. Referia então que já tinha ganho na sua totalidade ou em parte vários processos deste género, que, talvez sem serem realmente tão difíceis como este, pareciam na aparência ainda mais desesperados. Possuía a lista destes processos, ali na sua gaveta – dizendo isto, tamborilava ao acaso com os dedos numa das gavetas da secretária –, infelizmente o sigilo profissional proibia-o de mostrar estes documentos. Contudo, a grande experiência que havia adquirido através de todos estes processos ia, claro, aproveitar a K. Claro que metera logo mãos à obra, e o primeiro requerimento estava já quase terminado. Era muito importante, porque a primeira impressão produzida pela defesa determinava muitas vezes toda a orientação do processo judicial. Infelizmente, via-se forçado a assinalá-lo a K., acontecia por vezes que o tribunal não lia os primeiros requerimentos. Colocavam-nos simplesmente na pasta de arquivo, indicando que, à partida, a audiência e a vigilância ao acusado contavam mais do que todos os documentos escritos. Se o arguido insiste, esclarecem que, antes do veredicto, na altura em que todos os documentos estiverem reunidos, todas as peças relativas ao caso serão, claro, examinadas, incluindo portanto esse primeiro requerimento. Infelizmente – acrescentava o advogado –, também isto é falso na maior parte dos casos: o pri meiro requerimento é em geral mal arquivado, até mesmo pura e

simplesmente perdido; e quando sucede ser conservado até ao fim – pelo menos segundo rumores que tinham chegado aos ouvidos do advogado –, mal o lêem. Tudo isto era lamentável, mas não inteiramente injustificado: K. não devia esquecer que o processo judicial não é público; se o tribunal o julgar necessário, pode torná-lo público, mas a lei não o exige. Segue-se que os documentos conservados no tribunal, e sobretudo a peça de acusação, são inacessíveis ao acusado e à sua defesa; por isso é que em geral não se sabe, ou pelo menos exactamente, sobre o que o primeiro requerimento deve tratar, de tal modo que só por efeito do acaso ele pode conter alguma coisa importante para o processo. É só mais tarde que se fica em condições de elaborar requerimentos com uma real pertinência e bem argumentados, quando durante as audições do acusado o pormenor dos artigos de acusação e o seu fundamento aparecem com mais nitidez, ou se deixam adivinhar. Nestas circunstâncias, a defesa encontra-se claramente numa situação muito desvantajosa e difícil. Mas isto é também propositado. Porque, na realidade, a lei não autoriza a defesa, tolera-a simplesmente; e a questão de saber se a alínea em causa deve ser interpretada pelo menos no sentido da tolerância, é ela própria controversa. Por isso não existem, estritamente falando, advogados da defesa que sejam reconhecidos pelo tribunal; os que intervêm perante este tribunal não passam todos, no fundo, de advogados ocultos. Claro que isto prejudica consideravelmente toda a dignidade da profissão, e na próxima vez que K. fosse às secretarias do tribunal, bastar-lhe-ia espreitar para a sala reservada aos advogados para formar a sua opinião. Ficaria sem dúvida horrorizado com o espectáculo da gente que ali se reúne. Basta a sala baixa e estreita que lhes é atribuída para indicar o desprezo do tribunal perante os advogados. A única claridade provém de uma pequena lucarna, situada tão alto que, quando alguém quer olhar para o exterior, onde aliás vai respirar o fumo da chaminé que desemboca mesmo debaixo do seu nariz e que vai enegrecer-lhe a cara, deve procurar em primeiro lugar um colega que o ponha às costas. Há no soalho desta sala – para dar um derradeiro exemplo da sua deterioração – um buraco, com mais de um ano, não suficientemente grande para que uma pessoa passasse através dele, mas o bastante para que nele enfiasse completamente uma perna. A sala dos advogados fica no segundo andar das águas-furtadas, de modo que, se alguém cai nele, a sua perna fica pendurada no tecto do primeiro sótão, e isto no meio do corredor onde os acusados aguardam. Não há nenhum exagero, da parte dos advogados, ao qualificarem de escandalosa esta situação. As reclamações junto da administração não obtêm o mínimo resultado, não obstante é rigorosamente vedado aos advogados modificar seja o que for na sala à sua própria custa. Todavia, mesmo esta maneira de tratar os advogados tem as suas razões. Visa-se neutralizar ao máximo a defesa, tudo deve assentar nas respostas do próprio acusado. Ponto de vista que, no fundo, não é mau, contudo seria um grave erro deduzir daqui que junto deste tribunal os advogados são inúteis para o acusado. Pelo contrário, eles são aqui mais indispensáveis do que perante qualquer outro tribunal. Porque em geral o processo judicial é mantido secreto não só para o público, mas também para o acusado. Isto, claro, na medida em que é possível guardar o segredo. De facto, o acusado não tem acesso aos processos do tribunal, e é muito difícil determinar a partir dos interrogatórios sobre que documentos eles assentam, particularmente para um acusado intimidado e distraído por toda a espécie de preocupações. Ora, é aqui que a defesa intervém. Em geral, os advogados não têm o direito de estar presentes nos interrogatórios; por isso, é depois do interrogatório, e se possível ao sair da sala de audiências, que eles devem sondar o acusado sobre o

interrogatório, e nesses relatos já muito esbatidos encontrar elementos úteis à defesa. Mas isto não é o essencial, porque não se fica a saber grande coisa desta maneira, mesmo se, aqui como noutro lado qualquer, um homem hábil perceba mais do que os outros. O mais importante, apesar de tudo, são as relações pessoais do advogado: é o que determina principalmente o valor da defesa. Ora, pela sua experiência pessoal, K. tinha agora compreendido que a organização do tribunal, nos escalões inferiores, não é perfeita, inclui funcionários desleais e corruptos, o que provoca de certo modo falhas no sistema fechado do tribunal. E é por aí que se infiltra a maioria dos advogados, é aí que se suborna e que se escuta às portas; até houve, pelo menos nos primeiros tempos, casos de roubos de documentos. É indesmentível que desta forma se obtêm a curto prazo resultados espantosamente favoráveis ao acusado, o que dá a estes pequenos advogados matéria para se pavonearem e atraírem novos clientes; mas para o desenrolar ulterior do processo, isso não significa nada, ou nada de bom. Verdadeiro valor têm só as relações pessoais honestas, e isto com os altos funcionários, ou seja, claro, os altos funcionários dos escalões inferiores. É apenas por seu intermédio que se torna possível influenciar, por certo de uma forma ao princípio imperceptível, mas depois cada vez mais nítida, o desenrolar do processo. Claro que só um pequeno número de advogados o consegue, e fora aí que a escolha de K. tinha sido particularmente feliz. Não mais de um ou dois advogados talvez pudessem valer-se de relações comparáveis às do doutor Huld. Esses não se preocupam com a gente que frequenta a sala dos advogados e não têm nada que fazer nela. Mas as suas relações com os funcionários do tribunal são das mais estreitas. Ele, o doutor Huld, nem sempre necessitara de ir ao tribunal, ficar à espera na antecâmara dos juízes de instrução que estes se dignassem fazer a sua aparição e obter, conforme o seu humor, um sucesso aparente, na verdade nulo na maioria dos casos. Nada disto, e K. vira-o pessoalmente: os magistrados, mesmo alguns de nível superior, dão de bom grado informações, explícitas ou menos fáceis de interpretar, discutem o seguimento imediato do processo, chegam até nalguns casos a deixar-se convencer e adoptam então uma opinião diferente da sua. Contudo, neste capítulo, não se devia confiar demasiado neles; podem exprimir com força novas intenções favoráveis à defesa, e talvez logo no regresso ao seu gabinete irão elaborar para o dia seguinte uma decisão judicial diametralmente oposta e talvez mais severa ainda para o acusado do que a sua primeira intenção, que declaravam ter abandonado. Contra isto não havia, claro, nenhuma resposta possível; com efeito, o que eles disseram no encontro a sós apenas foi dito, precisamente, num encontro a sós, e não autoriza nenhuma conclusão oficial, mesmo se a defesa não devesse procurar, de qualquer modo, conservar os favores destes cavalheiros. Por outro lado, era também perfeitamente exacto que, se estes cavalheiros se relacionam com a defesa – uma defesa competente, claro –, não é por simples filantropia ou por amizade, mas antes porque numa certa medida dependem dela.

Aqui percebia-se bem o inconveniente de uma justiça que estipula de início a inquirição secreta. Os funcionários não têm nenhum contacto com a população, estão habilitados para os processos ordinários, de uma importância corrente: um tal processo segue o seu curso quase por si próprio e apenas pede para ser activado de vez em quando; mas perante os casos muito simples e os casos particularmente muito difíceis, encontram-se muitas vezes desamparados; confinados constantemente, dia e noite, na sua lei, não possuem o sentido das relações humanas, e isso falta-lhes cruelmente nos casos deste género. É então que vão procurar o advogado e pedir-lhe conselho, acompanhados por um oficial de diligências que transporta

estes documentos habitualmente muito confidenciais. Nesta janela, puderam ver-se numerosos cavalheiros que ninguém esperaria aí encontrar, lançando à rua um olhar desolado, ao passo que no seu gabinete o advogado estudava as peças para lhes poder dar um bom conselho. Era aliás nestas ocasiões que se podia verificar a seriedade extrema com que estes senhores exercem a sua profissão, e o grande desespero em que os precipitam obstáculos que a sua natureza não lhes permite ultrapassar.

Em geral, a sua posição não era fácil – continuava o advogado –, não se devia ser injusto para com eles e considerar que era fácil. Não, a sua situação não era fácil. A hierarquia da justiça abrange escalões infinitos e, mesmo o iniciado tinha dificuldade em se identificar nela. Em contrapartida, se os processos judiciais perante os tribunais são em geral mantidos secretos, mesmo para os funcionários subalternos, é porque eles raramente podem acompanhar na sua totalidade os casos que tratam; as causas aparecem no seu horizonte sem que saibam muitas vezes de onde vêm, e prosseguem sem que lhes conheçam o destino. Os ensinamentos que pode proporcionar o estudo das diferentes fases do processo, do veredicto e dos seus considerandos são, pois, inacessíveis a estes funcionários. Apenas têm o direito de se ocupar da parte do processo delimitada para eles pela lei, e quanto ao resto, isto é, aos resultados do seu próprio trabalho, sabem em geral menos do que a defesa que, em princípio, permanece quase até ao fim do processo em ligação constante com o acusado. Também deste lado, por conseguinte, a defesa pode fornecer-lhes muitas informações úteis. Se K. tivesse tudo isto presente no espírito, ainda se admiraria com a irritabilidade dos funcionários, que se exprime por vezes – cada qual experimentava isso – de forma ofensiva para os acusados? Todos os funcionários andam irritados, mesmo quando têm um ar calmo. Claro que os pequenos advogados são os primeiros a sofrer. Conta-se por exemplo a história seguinte, que tem toda a aparência da verdade. Um velho funcionário, um cavalheiro bom e silencioso, tinha estudado um caso difícil que os requerimentos do advogado tinham particularmente confundido, e isto sem interrupção, durante um dia e uma noite – porque estes funcionários são realmente de um zelo incomparável. Ora, pela manhã, após vinte e quatro horas de um trabalho sem dúvida muito pouco frutuoso, ele foi à porta de entrada, pôs-se de atalaia e atirou pela escada abaixo todos os advogados que procuravam entrar. Os advogados reuniram-se ao fundo no patamar e deliberaram sobre a atitude a adoptar; por um lado, não tinham realmente o direito de entrar, por isso não estavam em condições de empreender qualquer diligência legal contra este funcionário e deviam, já o mencionámos, zelar por não enfurecer os funcionários. Mas, por outro lado, cada dia passado fora do tribunal é perdido para eles, por isso muito lhes interessava abrir uma passagem. Acabaram por pôr-se de acordo para cansar o velho cava lheiro. Os advogados foram enviados um a um; cada qual subia a escada, depois, após ter oposto a maior resistência passiva possível, deixava-se atirar para baixo, onde os colegas o recolhiam. Isto durou cerca de uma hora; depois o velho cavalheiro já esgotado pelo seu trabalho nocturno, foi esmagado pela fadiga, e regressou ao seu gabinete. Os lá de baixo recusaram-se de início a acreditar nisto, e começaram por enviar um deles com a missão de verificar se atrás da porta não havia de facto ninguém. Foi só então que entraram, provavelmente sem sequer ousarem qualquer queixa. Porque os advogados – dos quais mesmo o mais humilde possui uma vista pelo menos parcial da situação – estão muito longe de querer introduzir ou impor os mínimos melhoramentos na justiça; em compensação – e é muitíssimo revelador – quase todos os acusados, incluindo as pessoas mais simples, começam desde o

princípio do processo a encarar melhoramentos a propor e desperdiçam muitas vezes assim um tempo e forças que poderiam utilizar com muito melhor proveito. A única atitude judiciosa era contentarem-se com a situação tal como ela era. Mesmo se fosse possível melhorar os pormenores – mas esta é uma ilusão absurda –, teriam na melhor das hipóteses obtido algo para os casos futuros, mas teriam causado a si próprios o maior prejuízo, atraindo para eles a atenção destes funcionários, sempre rancorosos. Sobretudo não atrair a atenção! Manterem-se tranquilos, mesmo com total repugnância! Esforçarem-se por compreender que este grande organismo judicial está por assim dizer perpetuamente em equilíbrio instável; ao modificar-se algo por iniciativa própria, mina-se o chão debaixo dos pés e arrisca-se mesmo a soçobrar definitivamente, ao passo que o grande organismo recupera facilmente algures esta leve perturbação – porque tudo anda ligado – e permanece imutável; a menos, coisa muito provável, que não se torne ainda mais fechado, ainda mais vigilante, ainda mais severo, ainda mais malévolo. Que se deixe, portanto, o advogado fazer o seu trabalho em vez de o incomodar. As censuras são totalmente inúteis, sobretudo quando não se conseguem fazer compreender os motivos em todo o seu sentido; era, porém, preciso dizer a K. o quanto ele prejudicara a sua própria causa com a sua atitude perante o secretário do Tribunal. Era quase necessário riscar este homem influente da lista das personagens junto das quais se podia tentar alguma coisa a favor de K. Fazia-se desentendido às alusões mais discretas ao processo. De facto, em muitos aspectos, os funcionários eram como crianças. Ninharias (entre as quais, para dizer a verdade, não podia infelizmente incluir-se a conduta de K.) bastam muitas vezes para ofendê-los, a tal ponto que não mais dirigem a palavra mesmo a bons amigos, afastam-se deles quando os encontram e trabalham o mais que podem para prejudicá-los. Depois, um belo dia e, coisa surpreendente, sem razão especial, deixam-se alegrar com um pequeno gracejo que só se arrisca porque tudo parece perdido, e ei-los reconciliados. Era de todo difícil e fácil comportar-se com eles, não existem princípios estabelecidos.

Espantava por vezes que uma vida fosse suficiente para admitir que alguma vez pudesse ter êxito. Por certo, há horas sombrias, como todos já experimentaram, em que se julga nada ter realizado, em que se tem a impressão de que só os processos destinados desde o princípio a um desenlace favorável, terminam bem, mesmo sem ajuda exterior, ao passo que os outros perderam apesar de todas as diligências, de todas as fadigas, de todos os pequenos êxitos aparentes com que tanto se regozijavam. Então, nesses momentos, nada mais parece certo de que os processos, por si mesmos bem encaminhados, não foram desviados do seu curso senão por uma intervenção exterior. Isto também é uma forma de confiança em si, mas é tudo o que então resta. Os advogados são particularmente expostos a este género de crises – porque são simples crises, claro, nada mais – quando de súbito lhes retiram um processo que eles conduziram tão longe e de maneira satisfatória. É sem dúvida o pior que pode suceder a um advogado. Não que seja o acusado que lhe retira o processo, isso nunca acontece, creio eu; um acusado, uma vez que tomou um advogado, deve conservá-lo sempre, seja o que for que suceda. Como poderia, com efeito, ele aguentar-se sozinho, depois de haver recorrido à sua assistência? Isto nunca sucede; mas acontece por vezes que o processo toma uma direcção em que o advogado já não tem o direito de acompanhá-lo. O advogado limita-se a ver ser-lhe retirado o processo, o acusado e tudo o resto; então, mesmo as melhores relações com os funcionários já não podem servir para nada, porque eles próprios não estão informados. O processo acaba por entrar numa fase onde é doravante impossível trazer qualquer ajuda, entre

as mãos de tribunais inacessíveis e onde o advogado nem sequer pode contactar com o acusado. Regressamos então um belo dia a casa para achar em cima da secretária a montanha de requerimentos que foram redigidos com muito zelo e formando as mais belas esperanças para este processo: como não podem ser transmitidos neste novo estádio do processo, foram devolvidos; não são mais do que pedaços de papel. Dito isto, o processo não está perdido, de modo nenhum; pelo menos não há nenhuma razão decisiva para supô-lo; simplesmente não se sabe mais nada do processo, e dele não se terá mais nenhuma notícia. Felizmente, os casos deste género são excepcionais, e ainda que o processo de K. devesse assumir estes contornos, encontrava-se por enquanto muito afastado deste estádio. O advogado tinha ainda muito a fazer, e K. podia ficar certo de que a ocasião não seria perdida. Como lhe dissera, o requerimento ainda não fora apresentado, mas nada o instava; muito mais importantes eram as discussões prévias com as autoridades competentes, e isso já tinha sido feito. Com êxitos diversos, devia-se admitir com toda a franqueza. Mais valia por enquanto não entregar os pormenores que apenas pudessem ter uma influência desfavorável a K., incitando-o a excessos de optimismo ou de inquietação; bastava dizer que certas pessoas haviam defendido ideias muito favoráveis e se tinham mostrado muito corteses, ao passo que outras haviam exposto ideias menos favoráveis, sem no entanto recusarem por completo a sua ajuda. O resultado era pois muito satisfatório no seu conjunto, mas não se deviam extrair conclusões precisas; porque todos os processos judiciais de ins trução preliminar começam da mesma maneira e só a sua evolução ulterior permite avaliar o valor desses preliminares. Fosse como fosse, nada estava ainda perdido, e se conseguissem apesar de tudo recuperar ainda o secretário do Tribunal – diversas manobras de aproximação tinham sido já efectuadas nesse sentido –, então, como dizem os cirurgiões, a ferida ficaria limpa por completo e poderiam aguardar a continuação, com confiança.

Neste género de discursos, o advogado era inesgotável. Repetiam-se em todas as visitas. Havia sempre progressos, mas nunca a natureza destes progressos podia ser comunicada. Trabalhava-se incessantemente no primeiro requerimento, mas não estava terminado, o que, aquando da visita seguinte, se revelava a maior parte das vezes uma bênção, porque, sem que se pudesse prever, a ocasião teria sido particularmente mal escolhida para apresentar o requerimento. Se K., esgotado com estes discursos, observava por vezes que mesmo levando em conta todas as dificuldades, as coisas avançavam com grande lentidão, retorquiam-lhe que as coisas não avançavam com lentidão, mas que estariam sem dúvida muito mais longe, se K. se tivesse dirigido ao advogado na devida altura. Infelizmente não o fizera, e esta negligência arrastaria outros inconvenientes ainda, para além do tempo dos prazos.

Leni era a única interrupção benfazeja aquando destas visitas; arranjava sempre maneira de levar o chá ao advogado na presença de K. Depois ficava de pé, atrás de K., fingindo observar o advogado que, debruçado com uma espécie de avidez por cima da chávena, despejava o chá e o bebia, enquanto ela deixava K. pegar-lhe na mão às escondidas. Reinava o silêncio total. O advogado bebia, K. apertava a mão de Leni, e Leni aventurava-se por vezes a acariciar suavemente os cabelos de K.

– Ainda estás aí? – perguntava o advogado depois de ter acabado.

– Queria levar a chávena – dizia Leni; havia ainda uma derradeira pressão da mão, o advogado limpava a boca e recomeçava a arengar K. com novo vigor.

Mas o que queria ele? Encorajá-lo? Ou retirar-lhe toda a esperança? K. ignorava-o, mas

depressa se convenceu de que a sua defesa não estava em boas mãos.

Tudo quanto o advogado contava podia ser verdade, embora tentasse manifestamente por todos os meios valorizar-se, e nunca se ocupara, sem dúvida, de um processo da importância que atribuía ao de K. Mas as suas relações pessoais com os funcionários, de que se vangloriava permanentemente, não eram menos suspeitas. Ia explorá-las no único interesse de K.? O advogado nunca deixava de sublinhar que eram apenas pequenos funcionários, que se encontravam portanto numa situação muito dependente, cuja carreira podia sem dúvida beneficiar de certas reviravoltas do processo. Eles utilizavam o advogado para provocar tais reviravoltas, claro que sempre desfavoráveis ao acusado? Talvez não agissem assim em todos os processos, era seguramente pouco provável: sem dúvida havia processos onde eles proporcionavam certas vantagens ao advogado para recompensá-lo dos seus serviços, porque deviam também preservar a sua reputação. Mas se as coisas se passavam verdadeiramente assim, como interviriam eles no processo de K. que, como o advogado explicara, era um processo de uma dificuldade e, portanto, de uma importância especiais, e que tinha, desde o começo, suscitado uma grande atenção ao tribunal? Não havia muitas dúvidas sobre isso. Podia encontrar-se já um indício no facto de o primeiro requerimento continuar a não ser apresentado, embora o processo durasse já há meses e, no dizer do advogado, tudo se encontrasse ainda no princípio, o que era naturalmente feito para adormecer o acusado e mantê-lo sem defesa, para depois lhe aplicar de surpresa o veredicto ou pelo menos o anúncio de que a instrução, concluída em seu desfavor, fora transmitida a uma instância superior.

Era indispensável que K. interviesse pessoalmente. Mesmo nos momentos de grande fadiga, como naquela manhã de Inverno em que contra a sua vontade tudo lhe rodopiava na cabeça, esta convicção impunha-se. O desprezo que antes nutrira pelo processo desaparecera. Se estivesse sozinho no mundo, ser-lhe-ia fácil desdenhar o processo, embora não tivesse a mínima dúvida de que então este não seria iniciado. Mas agora, o tio havia-o já arrastado ao escritório de um advogado e outras considerações familiares entravam em jogo; a sua posição já não era de todo independente da evolução do processo; ele próprio cometera a imprudência de aludir a isso na presença de pessoas suas conhecidas, com uma espécie de inexplicável prazer; outras tinham, não se sabia como, ouvido falar; as suas relações com a Menina Bürstner pareciam ter ficado suspensas ao mesmo tempo que o processo – em suma, já não tinha a opção de aceitar ou de recusar o processo: achava-se mergulhado nele e devia defender-se. Se estava cansado, tanto pior para ele.

Contudo, não havia razão para se preocupar demasiado por enquanto. Tinha conseguido em muito pouco tempo elevar-se à força de pulso ao posto elevado que ocupava no banco e manter-se aí, fazendo reconhecer por todo o lado os seus méritos; agora só tinha de consagrar a este processo um pouco do talento que lhe permitira aquela ascensão, e tudo acabaria bem, isso estava fora de dúvida. Mas para chegar a alguma coisa, devia recusar por completo qualquer ideia de culpabilidade. Não existia delito. O processo não passava de um grande caso, como já muitas vezes concluíra outros em proveito do banco, um caso em que, como era de regra, diversos perigos ameaçavam, perigos que ele tratava precisamente de afastar. Para consegui-lo, ficava-lhe absolutamente vedado considerar a mínima ideia de falta; devia pelo contrário ligar-se cada vez mais à ideia do seu próprio interesse. Nesta perspectiva, era necessário retirar o mais depressa possível o seu mandato ao advogado, logo nessa noite, se possível. Por certo, a acreditar nas suas histórias, esse era um gesto sem precedentes e sem

dúvida uma grave ofensa, mas K. não podia tolerar que obstáculos dos quais o seu próprio advogado era talvez a causa, viessem criar embaraços aos seus esforços no quadro do processo. Uma vez eliminado o advogado, seria preciso apresentar logo o requerimento e se possível insistir quotidianamente para ele ser examinado. Evidentemente, não bastaria que K. ficasse sentado como os outros no corredor e pusesse o chapéu debaixo do banco. Seria necessário que ele próprio, ou as mulheres ou outros mensageiros tomassem de assalto dia após dia os funcionários e os obrigassem, em vez de olharem para o corredor através dos tabiques de madeira, a sentar-se à secretária e a estudar os requerimentos de K. Estes esforços nunca deveriam afrouxar, seria preciso organizar tudo, e tudo vigiar; ao menos desta vez, o tribunal ia ser confrontado com um acusado que sabia defender os seus direitos.

Mas embora K. estivesse certo de que podia cumprir tudo isto, a redacção do requerimento era de grande dificuldade. Alguns dias antes, há cerca de uma semana, tinha sentido vergonha, só com a ideia de dever eventualmente redigir ele próprio um tal requerimento; que isso também pudesse ser difícil, eis aquilo em que não pensara. Recordou-se de como, uma manhã em que estava sobrecarregado de trabalho, tinha afastado de súbito tudo e pegado no seu bloco de apontamentos para esboçar as grandes linhas de um requerimento deste género, e pô-las talvez à disposição daquele advogado preguiçoso; nesse momento preciso, a porta da direcção abrira-se e o director interino entrara soltando uma grande gargalhada.

Este fora um momento muito penoso para K., embora, claro, o director interino não se risse do requerimento, do qual nada sabia, mas de uma anedota que se contava na Bolsa e que ele acabara de ouvir; para fazer compreender esta anedota, era necessário um desenho que o director interino, inclinado na secretária de K. e tendo-lhe tirado da mão o lápis, tinha executado no bloco de apontamentos destinado ao requerimento.

Hoje em dia, K. já não sentia qualquer vergonha; era preciso redigir o requerimento. Se não arranjasse tempo para consagrar-lhe no escritório, o que era muito provável, deveria redigi-lo em casa durante a noite. Se as noites não bastassem, deveria tirar férias. Sobretudo, não escolher meias-medidas, porque era o pior método, tanto nos negócios como em qualquer outra circunstância. Claro que o requerimento implicava um trabalho quase interminável. Não é preciso ser-se muito angustiado por natureza para nos convencermos facilmente de que ele seria impossível de alguma vez terminar. Não por preguiça ou por dolo, as únicas razões que impediam o doutor Huld de o terminar, mas porque, ignorando o motivo da acusação e os seus prolongamentos eventuais, K. devia rememorar toda a sua vida, expô-la e examiná-la sob todos os ângulos, até às acções e aos factos mais ínfimos. E como era triste este trabalho! Era talvez o indicado para ocupar a mente cansada de um reformado e o ajudar a passar os longos dias de ócio. Mas agora K. necessitava de reunir todas as suas forças para o seu trabalho; ainda em plena ascensão e constituindo já uma ameaça para o director interino, via passar as horas a correr; como um jovem, queria aproveitar os fins de tarde e as noites tão curtas, e eis que devia meter-se a redigir aquele requerimento. Ia novamente desfazer-se em lamentações. Quase involuntariamente, com o único fito de cortar o mal pela raiz, aflorou com o dedo o botão da campainha eléctrica ligada à antecâmara. Enquanto premia, levantou a vista para o relógio. Eram onze horas; tinha passado duas horas a meditar, um tempo longo e precioso e, claro, ainda estava menos fresco do que antes. Mas não tinha perdido o seu tempo; tomara decisões talvez salutares. Os empregados trouxeram, além do correio, os cartões-de-visita de dois cavalheiros que aguardavam K. há já bastante tempo. Eram precisamente dois

importantes clientes do banco e, para dizer a verdade, não convinha fazê-los esperar sob nenhum pretexto. Porque apareciam tão fora de propósito? E porque, pareciam por sua vez perguntar os cavalheiros atrás da porta fechada, o muito assíduo K. consagrava a problemas privados os melhores momentos para tratar dos negócios? Cansado das preocupações precedentes e já cansado com o que ia seguir-se, K. levantou-se para acolher o primeiro visitante.

Era um senhor baixinho e jovial, um industrial que K. conhecia bem. Exprimiu as suas desculpas por ter incomodado K. no meio de um trabalho importante, e K. exprimiu as suas por ter feito esperar por tanto tempo o industrial. Mas até estas desculpas ele formulou de modo maquinal e numa voz quase destituída de sinceridade, o que o industrial, se não estivesse inteiramente absorvido pelo seu negócio, não teria deixado de notar. Em vez disso, apressou-se a tirar de todos os seus bolsos facturas e tabelas que exibiu diante de K.; explicou diversos artigos, corrigiu um pequeno erro de cálculo que lhe tinha saltado à vista apesar da rapidez do seu exame, lembrou a K. um negócio similar que tratara com ele há cerca de um ano, mencionou de passagem que, desta vez, um outro banco estava pronto a fazer enormes sacrifícios para obter o contrato, e enfim calou-se, para por sua vez escutar a opinião de K. Ao princípio, K. tinha acompanhado bem as palavras do industrial, o pensamento deste negócio importante tinha também absorvido a sua atenção, mas infelizmente pouco tempo; tendo deixado em breve de escutar, tinha continuado por instantes a aquiescer com as exclamações mais sonoras do industrial, mas acabara por nem sequer lhe prestar atenção, contentando-se em fitar aquela cabeça calva debruçada sobre os seus papéis e perguntando a si próprio quando o industrial daria enfim conta de que todo o seu discurso era inútil. Quando ele se calou, K. convenceu-se de que era para lhe dar a oportunidade de admitir que era incapaz de escutar. E foi com pesar que verificou pelo olhar tenso do industrial, visivelmente pronto para todas as objecções, que devia prosseguir a discussão do negócio. Inclinou portanto a cabeça como para obedecer a uma ordem e pôs-se a percorrer lentamente os papéis, de lápis na mão, parando de vez em quando para olhar fixamente um número. O industrial supôs que ele fosse levantar objecções: talvez os números não fossem realmente os definitivos, talvez não fossem determinantes, em todo o caso o industrial cobriu os papéis com uma das mãos e acercando-se muito de K. recomeçou a descrever as grandes linhas do negócio.

– É difícil – disse K., franzindo os lábios. E como os papéis, única realidade tangível, estavam dissimulados, apoiou-se no braço da poltrona. Só fingiu levantar a vista quando a porta da direcção se abriu e, de forma assaz vaga, como por detrás de um véu de gaze, o director interino ali apareceu.

K. não reflectiu mais sobre esta aparição, verificou simplesmente o efeito imediato, que foi muito satisfatório para si. Porque o industrial saltou logo da sua poltrona e correu para o director interino; K. gostaria que ele fosse ainda dez vezes mais rápido, porque receava que o director interino desaparecesse novamente. Temor inútil: os cavalheiros encontraram-se, estenderam a mão e aproximaram-se juntos da secretária de K. O industrial queixou-se de ter encontrado no gerente tão pouco interesse pelo negócio, e apontou com o dedo K. que, sob o olhar do director interino, se inclinou de novo para os papéis. Quando em seguida os dois homens se encostaram à secretária e o industrial tentou ganhar o director interino para a sua causa, K. teve a impressão de que sobre a sua cabeça duas personagens, cuja dimensão a sua

imaginação exagerava, estavam a negociá-lo a ele próprio. Lentamente, erguendo a vista com prudência, procurando saber o que se passava lá em cima, pegou sem olhar numa das folhas postas na secretária, pousou-a aberta na mão e, ao mesmo tempo que ele próprio se punha de pé, fê-la subir pouco a pouco na direcção daqueles cavalheiros. Ao fazer isto, não pensava em nada de preciso; agia unicamente na ideia de que deveria conduzir-se assim quando tivesse terminado o grande requerimento que acabaria por o inocentar. O director interino consagrava toda a sua atenção à conversa e apenas deitou um breve relance de olhos à folha; nem leu o que lá estava escrito, porque o que tinha importância para o gerente não tinha nenhuma para ele; tomou-a da mão de K. dizendo: «Obrigado, já estou ao corrente», e tornou a pousá-la calmamente na mesa. K. olhou-o de viés, cheio de amargura. Mas o director interino não deu por isso, ou então, se deu conta, tal só aumentou o seu bom humor, fazendo-o soltar várias gargalhadas; devido a uma réplica sarcástica, embaraçou o industrial, tirou-o logo desta situação dirigindo a si mesmo uma objecção e acabou por convidá-lo a passar pelo seu gabinete, onde poderiam concluir o negócio.

– É um negócio muito importante – disse ao industrial –, compreendo-o muito bem. E o Senhor Gerente – até mesmo ao pronunciar estas palavras se dirigia de facto apenas ao industrial – apreciará certamente que o livremos deste assunto, o qual exige que reflictamos com calma. Ora, ele parece ter hoje muito trabalho; além disso, há muito tempo que várias pessoas o aguardam na antecâmara.

K. teve ainda a presença de espírito suficiente para se desviar do director interino e dirigir apenas ao industrial um sorriso amistoso, embora crispado; à parte isso, em nada mais interveio; inclinando-se um pouco, apoiou as duas mãos na secretária como um caixeiro atrás do balcão e acompanhou com o olhar os dois cavalheiros que, enquanto conversavam familiarmente, pegaram nos papéis que estavam em cima da mesa e desapareceram no gabinete da direcção. Na ombreira da porta, o industrial voltou-se e disse que não se despedia ainda; claro que informaria o Senhor Gerente do desenrolar das negociações e tinha ainda uma outra pequena coisa a comunicar-lhe.

K. estava enfim só. Não pensava mandar entrar outros clientes, sentindo-se apenas vagamente consciente de como era agradável que lá fora as pessoas se achassem persuadidas de que ele ainda estava a negociar com o industrial e que por tal motivo ninguém, nem mesmo o adjunto, podia entrar no seu gabinete. Foi até à janela, sentou-se no parapeito, agarrando-se com uma das mãos ao fecho e contemplou a praça lá em baixo. A neve continuava a cair, o tempo ainda não clareara.

Permaneceu assim muito tempo, sem saber o que de facto o preocupava; só de vez em quando, com um ligeiro arrepio, lançava um olhar por cima do ombro à porta da antecâmara, onde julgava ter ouvido um ruído. Mas como ninguém entrou, recuperou a calma, dirigiu-se para o lavatório, lavou-se com água fria e, de espírito mais livre, voltou ao seu lugar à janela. A decisão de encarregar-se da sua própria defesa parecia-lhe agora mais séria do que ao princípio supusera. Enquanto confiara a defesa no advogado, o processo, de facto, pouco o tinha afectado; tinha-o observado à distância e mantivera-se quase fora do seu alcance; pudera, quando quisera, verificar em que pé se encontrava o seu caso, mas também retirar-se quando o desejara. Agora, em compensação, se assegurasse a sua própria defesa, deveria pelo menos temporariamente pôr-se à mercê do tribunal; claro que isto acabaria mais tarde com a sua libertação completa e definitiva mas, para obtê-la, deveria entretanto correr riscos muito

maiores do que antes. No caso de ter dúvidas, a reunião de hoje com o director interino e o industrial poderia tê-lo por completo convencido do contrário. Como ficara para ali sentado, completamente atordoado pela simples decisão de defender-se a si próprio! E como evoluiriam as coisas? Que dias o esperavam? Encontraria o caminho que o levaria, apesar de todos os obstáculos, a um fim feliz? Uma defesa cuidada – de outro modo, aquilo não fazia nenhum sentido –, uma defesa minuciosa não implicava ao mesmo tempo a necessidade de isolar-se, na medida do possível, de tudo o resto? Consegui-lo-ia sem estorvos? E como se passariam as coisas no banco? Além disso, não se tratava apenas do requerimento, para o qual uma licença talvez chegasse, se bem que um pedido de licença fosse muito arriscado neste momento: tratava-se de um processo completo, cuja duração era imprevisível. Que obstáculo acabara de surgir na carreira de K.!

E devia agora trabalhar para o banco? – Lançou um relance de olhos à secretária. – Devia agora mandar entrar os clientes e negociar com eles? Enquanto o processo prosseguisse o seu curso, enquanto nas águas-furtadas os funcionários do tribunal examinassem as suas peças, devia ocupar-se dos negócios do banco? Isto não se assemelhava a um suplício que, devidamente aprovado pelo tribunal, estava ligado ao processo e o acompanhava? E no banco teriam em conta a sua situação especial para avaliarem o seu trabalho? Ninguém pensaria nisso, nunca. O seu processo não era inteiramente ignorado, era ainda mesmo difícil dizer quem estava ao corrente, e até que ponto. Mas podia esperar-se que o rumor ainda não tivesse chegado ao director interino; de outro modo, ter-se-ia certamente já verificado que sem nenhuma solidariedade nem nenhum senso de humanidade ele se teria servido dele contra K. E o director? Claro que estava ao lado de K. e, mal ouvisse falar do processo, faria sem dúvida todo o possível para facilitar as tarefas de K.; mas ele não o conseguiria, porque o contrapeso representado por K. até então começava a enfraquecer, achava-se cada vez mais submetido à influência do director interino, que utilizava também a falta de saúde do director para reforçar o seu próprio poder. Que podia, pois, esperar K.? Talvez estas reflexões enfraquecessem a sua resistência, mas também não seria necessário não se iludir e conservar a lucidez tanto quanto possível?

Sem motivo especial, simplesmente para não ser obrigado a voltar logo para o trabalho, abriu a janela. Era difícil de abrir, e teve de rodar o fecho com as duas mãos. Então engolfando-se sobre toda a largura e altura da janela, uma mistura de nevoeiro e de fumo penetrou na sala e encheu-a de um ligeiro odor a queimado. O vento fez entrar também alguns flocos de neve.

– Um Outono horrível – disse atrás de K. o industrial, que tinha entrado discretamente no gabinete depois de ter deixado o director interino. K. aquiesceu e fitou com apreensão a pasta do industrial, que iria sem dúvida extrair dela papéis para comunicar a K. o resultado da sua conversa com o director interino. Mas o industrial seguiu o olhar de K., tamborilou com os dedos na pasta e, sem a abrir, disse:

– Quer saber como as coisas se passaram? Bastante bem. Tenho quase o contrato na pasta. Um homem encantador, o vosso director interino, mas temível! – Riu-se, apertou a mão de K. e procurou também fazê-lo rir. Pelo seu lado, K. julgou suspeito que o industrial não quisesse mostrar-lhe os papéis e não achou motivo para rir na sua observação. – Senhor Gerente – disse o industrial –, dir-se-ia que o tempo não lhe vale de nada. Está com um ar muito abatido.

– Sim – respondeu K., levando a mão à testa. – Dores de cabeça, preocupações familiares.

– É isso – disse o industrial, um homem apressado que era incapaz de escutar outrem como deve ser –, cada um deve transportar a sua cruz.

K. dera sem querer um passo na direcção da porta, como para acompanhar o industrial à saída, mas este acrescentou:

– Tinha ainda mais alguma coisa para lhe dizer, Senhor Gerente. Receio muito que isto o importune, sobretudo hoje, mas é já a segunda vez que venho falar-lhe nestes últimos tempos e de cada vez esqueci-me de lhe falar no assunto. Se continuo a adiar, deixará sem dúvida de ter qualquer interesse. Ora, seria pena, porque talvez, no fundo, o que tenho para lhe comunicar talvez lhe seja útil.

Antes de K. ter conseguido responder, o industrial aproximou-se dele e com o indicador dobrado bateu-lhe suavemente no peito enquanto murmurava:

– O senhor tem um processo, não é verdade?

K. recuou e exclamou de imediato:

– Foi o director interino quem lho disse?

– Claro que não – retorquiu o industrial –, de onde quer que ele o saiba?

– E o senhor? – perguntou K., recuperando a calma.

– Sei de vez em quando o que se passa no tribunal – disse o industrial. – Isto tem justamente que ver com o que lhe queria comunicar.

– Tanta gente está relacionada com o tribunal! – disse K., de cabeça baixa, enquanto conduzia o industrial para a sua secretária.

Tornaram a sentar-se como antes, e o industrial disse:

– Infelizmente não posso comunicar-lhe grande coisa. Mas neste género de negócios não se deve negligenciar nada. Além disso, tenho vontade de o ajudar de uma maneira ou de outra, por modesta que seja a minha ajuda. Até aqui éramos bons amigos nos negócios, não é verdade? Então, cá vai.

K. quis desculpar-se do seu comportamento aquando da conversa anterior, mas o industrial não se deixou interromper; entalou a pasta debaixo do ombro para indicar que estava com pressa, e prosseguiu:

– Ouvi falar do seu processo a um tal Titorelli. É pintor; Titorelli é somente o seu nome de artista, ignoro o nome verdadeiro. Há já vários anos que me leva de vez em quando pequenos quadros ao meu escritório, pelos quais lhe dou sempre uma espécie de esmola... porque é quase mendigo.

Aliás, são lindos quadros, paisagens de charnecas, entre outras. Estas compras... porque os dois apanhámos o hábito... sucediam-se sem estorvos. Mas as visitas tornaram-se um pouco frequentes de mais; repreendi-o, pusemo-nos a falar; perguntava a mim mesmo como é que a sua pintura bastava para fazê-lo viver e soube, para minha grande surpresa, que os retratos constituíam a sua principal fonte de rendimentos. Contou-me que trabalhava para o tribunal. Para que tribunal? perguntei. E ele pôs-se a falar-me do tribunal. Poderá sem dúvida melhor do que ninguém imaginar o espanto em que me mergulharam estas histórias. Desde então, em cada visita, tenho notícias do tribunal, e assim, a pouco e pouco, compreendo melhor o que lá se passa. Devo dizer que Titorelli é falador e que devo muitas vezes interrompê-lo, por um lado porque me conta certamente também mentiras, mas sobretudo porque um homem de negócios como eu, que é abalado pelos seus próprios problemas, não pode preocupar-se muito com coisas que lhe são alheias. Mas continuemos... Acabo justamente de pensar que Titorelli

poderia eventualmente trazer-lhe alguma ajuda, conhece muitos juízes e embora não tenha grande influência pessoal, pelo menos pode aconselhá-lo acerca dos meios de aceder a diversas personagens influentes. E mesmo se estes conselhos não fossem em si de um interesse decisivo, acho que não deixarão de ter uma grande importância em seu poder. Porque o senhor é quase um advogado. Eu digo sempre: o gerente K. é quase um advogado! Oh, não me preocupo com o seu processo. Então, quer ir falar com Titorelli? Com a minha recomendação, ele fará sem dúvida tudo quanto lhe seja possível. Creio realmente que deveria ir. Não forçosamente hoje, claro: um dia destes, quando lhe calhar. Todavia, desejo acrescentar, não está de modo algum obrigado a ir falar-lhe, porque acabo de lho aconselhar. Pelo contrário, se julga poder dispensar Titorelli, melhor será seguramente deixá-lo de lado. Talvez já tenha um plano preciso, e Titorelli seria susceptível de o perturbar. Então neste caso, claro, não vá falar com ele. Além disso, deve custar muito fazer-se aconselhar por um sujeito desta qualidade. Enfim, é como o senhor quiser. Aqui está uma carta de recomendação e aqui a morada.

Decepcionado, K. pegou na carta e meteu-a no bolso. Mesmo no melhor dos casos, a vantagem que podia advir-lhe desta recomendação não estava à altura do dano sofrido pelo simples facto de que o industrial estava a par do seu processo e de que o pintor tinha espalhado a notícia. Teve realmente que fazer um esforço para dirigir duas ou três palavras de agradecimento ao industrial, que se encaminhava já para a porta.

– Irei falar-lhe – disse, quando se despediu no limiar da porta –, ou, antes, como agora estou muito ocupado, escrever-lhe-ei para combinar um encontro aqui no meu gabinete.

– Eu bem sabia – disse o industrial – que o senhor encontraria a melhor solução. Contudo, julgava que preferisse evitar mandar vir ao banco gente como este Titorelli e falar aqui do processo com ele. Também nem sempre é benéfico expedir cartas escritas pela sua mão a tais indivíduos. Mas sem dúvida pensou em tudo isto e sabe o que pode fazer.

K. aquiesceu e acompanhou o industrial até à antecâmara. Mas apesar da calma aparente, sentia-se muito inquieto quanto à sua sorte. Se tinha dito que escreveria a Titorelli fora de facto simplesmente para mostrar ao industrial que apreciava a sua recomendação no seu justo valor e que estava a reflectir num meio de se encontrar com Titorelli sem tardar; mas se tivesse julgado preciosa a intervenção de Titorelli, também não teria hesitado em escrever-lhe realmente. Ora, só a observação do industrial lhe fizera compreender os perigos a que aquilo o podia arrastar. Doravante, podia por pouco que fosse fiar-se na sua própria inteligência? Se era capaz de convidar, preto no branco, um indivíduo duvidoso para ir ao banco e, quando apenas uma porta o separava do director interino, para pedir-lhe conselho acerca do seu processo, não era possível, e até muitíssimo provável que não se apercebesse de outros perigos, ou que se precipitasse neles? Nem sempre haveria alguém ao seu lado para o avisar. E era justamente agora, em que devia mobilizar todas as suas forças para agir, que surgiam tais dúvidas sobre a sua própria lucidez, dele desconhecidas até então! As dificuldades que sentia para executar o seu trabalho no escritório iam também começar a afectar o seu processo? Para dizer a verdade, não percebia absolutamente nada de como pudera querer escrever a Titorelli para mandá-lo vir ao banco.

Ainda meneava a cabeça a pensar nisto, quando o adjunto lhe veio comunicar que três cavalheiros se achavam sentados num banco da antecâmara. Havia já muito tempo que esperavam ser recebidos por K. Quando o viram a falar com o adjunto, levantaram-se e cada qual procurava uma ocasião favorável para se adiantar aos outros junto de K. Uma vez que o

banco não mostrava consideração por eles, ao ponto de fazê-los perder o seu tempo na antecâmara, iam também mostrar-se sem consideração. «Senhor Gerente...», dizia já um deles. Mas K. tinha mandado o adjunto buscar-lhe o sobretudo e, enquanto o envergava com a sua ajuda, disse aos três visitantes:

– Queiram desculpar-me, meus senhores, não disponho infelizmente de tempo para os receber. Apresento-lhes as minhas desculpas, mas tenho um assunto urgente a tratar, e devo sair imediatamente. Os senhores mesmos viram quanto tempo acabo de estar retido. Poderiam ter a amabilidade de voltar amanhã, ou noutra altura? Ou então poderíamos eventualmente falar dos vossos negócios ao telefone? A não ser que desejassem dizer-me agora em duas palavras de que se trata e eu enviar-lhes-ei em seguida uma resposta escrita pormenorizada. O melhor seria, porém, voltarem proximamente. – As palavras de K. suscitaram um tal espanto naqueles cavalheiros, agora cientes de terem esperado em vão, que eles se entreolharam, boquiabertos. – Estamos então de acordo? – perguntou K., depois de se ter virado para o adjunto que lhe trouxera também o chapéu.

Através da porta aberta do gabinete de K. via-se a neve no exterior, que agora caía em grossos flocos. Por isso K. levantou a gola do sobretudo e abotoou-o até acima.

Neste instante, o director interino saiu da sala contígua, olhou a sorrir para K., vestido com o sobretudo, a falar com aqueles cavalheiros e perguntou:

– Vai sair, Senhor Gerente?

– Sim – disse K., endireitando-se –, tenho um assunto a tratar.

Mas o director interino tinha-se já voltado para os cavalheiros.

– E estes senhores? – perguntou. – Creio que já estão à espera há imenso tempo.

– Acabamos de chegar a acordo – disse K.

Mas já não havia maneira de segurar agora os cavalheiros; rodearam K. e declararam que não teriam aguardado horas se os seus negócios não fossem importantes e não devessem ser discutidos agora, e mais ainda, em pormenor, em privado. O director interino escutou-os um momento, enquanto observava K., que conservara o chapéu na mão, e lhe sacudia o pó em certos sítios.

– Meus senhores – disse ele por fim –, há uma solução muito simples. Se eu puder servi-los encarregar-me-ei de bom grado das conversações em vez do Senhor Gerente. Claro que é necessário que os seus negócios sejam discutidos imediatamente. Tal como os senhores, somos profissionais, e sabemos quanto o tempo dos homens de negócios é precioso. Se quiserem ter a bondade de entrar... – e abriu a porta que dava para a antecâmara do seu gabinete.

Como o director interino sabia bem apropriar-se de tudo o que K. devia abandonar por necessidade! Mas K. não deixava mais do que era verdadeiramente indispensável? Enquanto uma esperança vaga e muito ténue, devia admiti-lo, o fazia correr para junto de um pintor desconhecido, a sua reputação era abalada irremediavelmente. Teria sido sem dúvida melhor despir o sobretudo e reconquistar os favores dos dois cavalheiros, que sem dúvida ainda o aguardavam ao lado. E K. talvez o tivesse tentado, se não tivesse avistado no seu gabinete o director interino a procurar algo nas prateleiras, como se elas lhe pertencessem. Quando viu K., irritado, acercar-se da porta, exclamou:

– Ah, o senhor ainda não saiu! – Voltou para ele o rosto sulcado de rugas que pareciam indicar não a idade, mas a sua força, e recomeçou logo a procurar. – Procuro a cópia de um

contrato – disse –, o representante da companhia afirma que está consigo. Importa-se de me ajudar? – K. deu um passo, mas o director interino disse: – Obrigado, acabo de o encontrar.

Depois regressou ao seu gabinete com uma grande pasta de documentos, que continha não só a cópia do contrato, mas certamente muitos outros papéis.

«Não sou capaz de enfrentá-lo neste momento», disse para consigo K., «mas assim que tiver ultrapassado os meus problemas pessoais, será ele o primeiro a sentir-lhe os efeitos, e há-de sair-lhe caro.» Um pouco acalmado por esta ideia, K. encarregou o adjunto, que desde há algum tempo mantinha a porta do corredor aberta, de anunciar ao director, quando fosse possível, que tinha saído por causa de negócios, e deixou o banco, quase feliz por poder durante um momento consagrar-se mais inteiramente ao seu processo.

Dirigiu-se logo de carro para casa do pintor, que morava num arrabalde situado exactamente num local oposto ao do tribunal. Este bairro era ainda mais pobre, os prédios ainda mais sombrios e as ruas repletas de uma sujidade que escorria lentamente sobre a neve derretida. No prédio onde o pintor morava, só um batente da grande porta estava aberto e tinham feito um buraco na parede do lado do outro batente; no momento preciso em que K. se aproximava, jorrou dele um imundo líquido amarelo fumegante, diante do qual uma ratazana se pôs em fuga para o esgoto mais próximo. Ao fundo da escada, uma criancinha estava deitada de barriga para baixo a chorar, mas mal se ouvia, devido ao barulho ensurdecedor que provinha de uma oficina de latoeiro, do outro lado do alpendre. A porta da oficina estava aberta; três aprendizes reuniam-se em semicírculo à volta de uma peça que martelavam. Uma grande placa de folha-de-flandres pendurada na parede lançava uma luz alvacenta que passava entre dois aprendizes, iluminando-lhes as caras e os aventais. K. apenas olhou de relance; queria acabar o mais depressa possível, só fazer algumas perguntas ao pintor em duas ou três palavras, e regressar logo ao banco. Se conseguisse aqui nem que fosse o mínimo êxito, isso teria seguramente um efeito benéfico sobre o seu trabalho, ainda hoje, no banco. No terceiro andar, teve de moderar o passo, porque estava sem fôlego; os degraus, tal como os andares, eram excessivamente altos, e o pintor devia morar no sótão, numas águas-furtadas. O ar era também dos mais sufocantes: a escada estreita não dava para o pátio, estava cercada de paredes perfuradas aqui e ali por janelinhas esguias. No momento em que K. parou, algumas rapariguinhas saíram a correr de um apartamento, passaram à sua frente e subiram a escada a toda a velocidade, rindo. K. seguiu-as lentamente, alcançou uma delas que, por ter tropeçado, ficara para trás, e perguntou-lhe enquanto subiam juntos:

– Por acaso mora aqui um pintor que se chama Titorelli?

A rapariguinha, uma criança corcunda que teria quando muito treze anos, respondeu-lhe com uma cotovelada lançando-lhe um olhar de revés. Nem a sua juventude nem a sua deformidade haviam podido impedir que fosse já uma desavergonhada. Sem sequer sorrir, encarou K. gravemente, o olhar vivo e brejeiro. K. fingiu não reparar na sua atitude e perguntou:

– Conheces o pintor Titorelli?

Ela aquiesceu e perguntou por sua vez:

– Que lhe quer?

K. considerou útil reunir mais uma ou duas informações rápidas acerca de Titorelli:

– Quero que ele faça o meu retrato – disse.

– O seu retrato? – perguntou ela.

E abriu exageradamente a boca, depois deu uma pancadinha na mão de K., como se ele

tivesse dito qualquer coisa particularmente surpreendente ou deslocada, levantou com as duas mãos a pequena saia já curta, e correu o mais depressa que pôde a juntar-se às outras rapariguinhas, cujos gritos indistintos já se perdiam nas alturas. Mas no lanço seguinte da escada, K. encontrou-as todas juntas. A corcunda tinha-as manifestamente informado do que K. queria e elas aguardavam-no. Estavam de pé de ambos os lados da escada, encostadas à parede, a fim de que K. pudesse passar entre elas à vontade, e alisavam os aventais com as mãos. O olhar e a atitude exprimiam um misto de inocência e de depravação. A corcunda pôs-se à frente das outras que se reagruparam a rir atrás de K., e abriu a marcha. Foi graças a ela que K. encontrou logo a direcção correcta. Com efeito, ia continuar a subir a direito, mas ela indicou-lhe uma escada ao lado, que era preciso seguir para chegar à casa de Titorelli. Esta escada que levava a casa dele era ainda mais estreita, muito comprida, a direito; visível em toda a sua extensão, interrompia-se no topo mesmo em frente da porta de Titorelli. Esta porta muito bem iluminada, contrariamente ao resto da escada, recebia a luz por uma pequena lucarna oblíqua mesmo por cima, era de tábuas de madeira em bruto sobre as quais o nome Titorelli se achava pintado a vermelho em grossas pinceladas. K., seguido do seu cortejo, mal tinha chegado ao meio da escada quando a porta se entreabriu lá em cima, manifestamente por causa de todo aquele ruído de passos, e um homem, sem dúvida vestido unicamente com a sua camisa de noite, apareceu no vão. «Oh!», exclamou quando viu chegar aquela multidão, e as outras rapariguinhas juntaram-se atrás de K. para o fazer avançar mais depressa.

Mas ainda não tinham alcançado o topo e já o pintor abria completamente a porta e, com uma profunda reverência, convidou K. a entrar. Contudo, afastou as rapariguinhas e não deixou entrar nenhuma, apesar dos rogos e das tentativas para entrarem com ou sem a sua licença. Apenas a corcunda logrou deslizar sob o seu braço estendido, mas o pintor lançou-se em sua perseguição, agarrou-a pelas saias, fê-la valsar uma vez à sua volta, depois pousou-a em frente da porta com as outras, que não se tinham atrevido a transpor o limiar enquanto o pintor abandonara a entrada. K. não sabia que pensar, porque tudo tinha o ar de se passar amigavelmente. As rapariguinhas, próximo da porta, esticavam o pescoço, umas atrás das outras, gritavam ao pintor diversos gracejos que K. não compreendia, e o pintor também ria, enquanto quase fazia rodopiar a pequena corcunda pelos braços. Depois fechou a porta, inclinou-se mais uma vez diante de K., estendeu-lhe a mão e apresentou-se:

– Titorelli, pintor de Arte.

K. apontou com o dedo a porta atrás da qual as rapariguinhas murmuravam e disse:

– Elas parecem ser muito bem recebidas na casa.

– Ah, as marotas! – disse o pintor, procurando em vão abotoar o colarinho da camisa de noite.

Quanto ao resto, estava descalço, tendo como única outra peça de roupa umas amplas calças de linho amarelo-pálidas, apertadas por um cinto cuja ponta oscilava de um lado para o outro.

– Estas marotas são realmente incómodas – continuou, renunciando a ajustar a camisa de noite, cujo derradeiro botão acabava de saltar.

Foi buscar uma cadeira e convidou K. a sentar-se.

– Pintei uma delas um dia... nem sequer está aqui hoje... e desde então todas me perseguem. Quando cá estou, só entram com minha autorização, mas, mal saio, há pelo menos uma que se infiltra. Arranjaram um duplicado da minha chave, que emprestam umas às outras. Não se

pode imaginar como é incómodo. Por exemplo, volto para casa com uma dama de quem devo fazer o retrato, abro a porta com a minha chave e encontro, digamos, a pequena corcunda ali, junto da mesinha, a colorir os lábios de vermelho com um pincel, ao passo que os seus irmãos e irmãs, de quem a encarregaram de tomar conta, se passeiam de um lado para o outro e fazem porcarias em todos os cantos da sala. Ou então regresso tarde a casa, como me sucedeu ontem... por isso rogo-lhe que me desculpe o meu estado e a desarrumação da sala... portanto, regresso tarde e preparo-me para trepar para a cama; nesse momento algo me belisca a perna, olho para debaixo da cama e tiro de lá outra destas criaturas. Por que razão elas se amontoam todas assim à minha volta não sei, mas o senhor pôde observar há pouco que não procuro atraí-las. Claro que isto também me causa transtorno no meu trabalho. Se este estúdio não tivesse sido posto gratuitamente à minha disposição, já me teria mudado há imenso tempo.

Neste instante, uma vozinha, terna e timorata ao mesmo tempo, gritou atrás da porta:

– Titorelli, podemos entrar agora?

– Não – respondeu o pintor.

– Nem mesmo eu sozinha? – perguntou ela novamente. – Nem mesmo tu – disse o pintor.

Encaminhou-se para a porta e fechou-a à chave.

Entretanto, K. tinha percorrido a sala com o olhar; nunca lhe teria ocorrido a ideia de que pudessem chamar àquela miserável salita um estúdio. Mal podiam efectuar-se mais de duas passadas em comprimento e em largura. Tudo era de madeira: sobrado, paredes, tecto e entre as tábuas avistavam-se pequenas fendas. Em frente de K. havia encostada à parede uma cama cheia de lençóis e de cobertores de diversas cores. No meio da sala, num cavalete, estava dissimulado um quadro debaixo de uma camisa cujas mangas pendiam até ao chão. Atrás de K. ficava a janela, mas o nevoeiro impedia a visão para além do telhado coberto de neve do prédio vizinho.

Ao ouvir a chave rodar na fechadura, K. lembrou-se de que não queria demorar-se. Tirou, portanto, da algibeira a carta do industrial e entregou-a ao pintor dizendo:

– Este cavalheiro, um dos seus conhecidos, falou-me de si, e vim por conselho dele.

O pintor percorreu rapidamente a carta e atirou-a para cima da cama. Se o industrial não tivesse evocado muito precisamente Titorelli como um dos seus conhecidos, como um pobre que vivia das suas esmolas, ter-se-ia realmente podido julgar que Titorelli não o conhecia ou pelo menos não chegava a recordar-se dele. Para cúmulo, o pintor perguntou a seguir:

– Deseja comprar quadros ou que eu faça o seu retrato? K. encarou-o, com ar embaraçado. Qual seria ao certo o conteúdo daquela carta?

K. tinha considerado evidente que o industrial, na sua carta, informaria o pintor de que K. queria apenas interrogá-lo sobre o seu processo. Tinha vindo ali precipitadamente e por falta de reflexão! Mas agora era necessário responder ao pintor, de uma maneira ou de outra, e tendo lançado um olhar ao cavalete, perguntou-lhe:

– Está a trabalhar num quadro?

– Sim – disse o pintor, atirando para cima da cama, ao lado da carta, a camisa pousada no cavalete. – É um retrato. Um bom trabalho, mas ainda não está terminado.

O acaso era favorável a K.: a possibilidade de falar do tribunal oferecia-se-lhe literalmente, porque com toda a evidência era o retrato de um juiz. Apresentava aliás uma semelhança gritante com o quadro pendurado no escritório do doutor Huld. Certamente tratava-se aqui de outro juiz; era um homem gordo com espessa barba negra que, de cada lado,

lhe cobria as faces; além disso, em casa do advogado, era um quadro a óleo, enquanto aqui estava esboçado a pastel com pequenos traços pouco visíveis. Mas tudo o resto era idêntico, porque também aqui o magistrado apoiado nos braços da grande poltrona estava prestes a levantar-se com ar ameaçador. «Mas é um juiz», quase disse logo K.; conteve-se, no entanto, e aproximou-se do quadro como para estudá-lo em pormenor. Não conseguia perceber a alegoria de uma grande personagem que se erguia no centro, por cima do espaldar da grande poltrona, e perguntou ao pintor quem era.

– Tenho ainda de trabalhar nela mais um pouco – respondeu o pintor; tirou de uma mesinha um pastel e aflorou com ele os contornos da personagem, sem mesmo assim a tornar mais explícita aos olhos de K.

– É a Justiça – disse por fim.

– Agora reconheço-a – disse K. – Eis a venda nos olhos e aqui está a balança. Mas não tem asas nos calcanhares e não está prestes a começar a correr?

– Sim – retorquiu o pintor –, é por exigência que sou obrigado a pintá-la assim; deverá representar, ao mesmo tempo, a Justiça e a Vitória.

– Má combinação – disse K. sorrindo –, a Justiça deve permanecer imóvel, de outro modo, a balança põe-se a oscilar, e deixa de ser possível pesar equitativamente.

– Fiz como o meu cliente indicou – afirmou o pintor.

– Evidentemente! – disse K. que não quisera ofender ninguém com a sua observação. – O senhor pintou esta alegoria tal como ela é representada na verdadeira poltrona.

– Não – disse o pintor –, não vi nem a personagem nem a grande poltrona, faço apenas como me indicaram para pintar.

– Como assim?,– perguntou K., fingindo, de propósito, incompreensão. – E, no entanto, um juiz que está sentado na poltrona.

– Sim – disse o pintor –, mas não é um alto magistrado, nunca se sentou numa grande poltrona como esta.

– E, apesar disso, faz-se representar numa atitude tão solene? Porque se senta ali como um presidente de tribunal.

– Claro que sim, estes cavalheiros são vaidosos – disse o pintor. – Mas autorizam-nos superiormente a fazerem-se pintar assim. Têm o direito de se fazer retratar tal como lhes é prescrito. Infelizmente não podem avaliar-se, no quadro, pormenores do trajo e da poltrona, pois os trabalhos a pastel prestam-se mal para este género de tema.

– Sim – disse K. –, é singular que seja um pastel.

– O juiz assim o quis – retorquiu o pintor –, é para uma dama.

A vista do quadro parecia ter-lhe dado vontade de trabalhar; arregaçou as mangas, pegou em alguns pastéis, e K. observou como, sob a ponta trémula dos lápis, se formava uma sombra avermelhada em torno da cabeça do juiz e irradiava para as bordas do quadro. Aos poucos, este jogo de sombras rodeou a cabeça como uma coroa ou como o sinal de uma alta distinção. Mas com excepção de uma imperceptível coloração, tudo se mantinha claro em redor da alegoria da Justiça, e, a esta claridade, parecia sobressair com uma força especial: já quase não recordava a deusa da Justiça nem a da Vitória; era antes uma perfeita imagem da deusa da Caça agora. O trabalho do pintor fascinava K. mais do que este desejava; mas acabou apesar disso por se censurar por ter permanecido tanto tempo sem ter no fundo empreendido fosse o que fosse pela sua própria causa.

– Como se chama este juiz? – perguntou de súbito.

– Não tenho o direito de dizê-lo – respondeu o pintor, que estava debruçado para o quadro e negligenciava visivelmente o seu visitante, depois de ter começado por recebê-lo com tanta cortesia.

K. viu nisso um capricho e irritou-se, porque lhe fazia perder tempo.

– O senhor é um homem de confiança do tribunal, não é verdade? – perguntou.

O pintor pousou de imediato os lápis, endireitou-se, esfregou as mãos e fitou K. sorrindo.

– Vamos, diga-me antes a verdade – disse –, o senhor quer informações sobre o tribunal, como o indica, aliás, a sua carta de recomendação, e começou por falar-me nos meus quadros para me lisonjear. Mas não fico zangado, o senhor não podia saber que não é a maneira boa de me conquistar. Oh, por favor! – disse num tom incisivo, recusando ouvir as objecções que K. ia fazer-lhe. Depois continuou: – Aliás, a sua observação é perfeitamente justa, eu sou um homem da confiança do tribunal.

Interrompeu-se, como para deixar a K. o tempo de assimilar esta realidade. Ouviam-se de novo as rapariguinhas atrás da porta. Amontoavam-se sem dúvida à volta da fechadura; talvez também pudessem ver pelas fendas o interior da sala. K. renunciou a desculpar-se de uma maneira ou de outra, porque não queria distrair o pintor; mas também não queria que ele se tornasse demasiado arrogante e ficasse assim de certo modo inacessível; por isso perguntou-lhe:

– É um posto oficialmente reconhecido?

– Não – disse o pintor secamente, como se o impedissem de prosseguir.

Mas K. não queria que ele se calasse e insistiu:

– De facto, este género de postos não oficiais têm muitas vezes mais influência do que os que o são.

– É precisamente o meu caso – aquiesceu o pintor, franzindo as sobrancelhas. – Falei do seu caso ontem com o industrial, ele perguntou-me se queria ajudá-lo e eu respondi: «Que venha então falar comigo»; e regozijo-me agora por vê-lo acorrer tão depressa. Esta história parece obcecá-lo, o que não me admira nada. Mas não deseja primeiro tirar o sobretudo?

Apesar da sua intenção de ficar muito pouco tempo, K. acolheu de bom grado este convite do pintor. Achava que a atmosfera da sala se tornara aos poucos sufocante e fixara várias vezes com espanto um fogãozinho de ferro, apagado sem qualquer dúvida, posto a um canto: o calor da sala era inexplicável. Enquanto retirava o sobretudo e desabotoava também o casaco, o pintor desculpou-se:

– Preciso de calor. Aqui está muito confortável, não é verdade? Deste ponto de vista, a sala fica muito bem situada.

K. nada respondeu; de facto não era o calor que o indispunha, era antes aquele ambiente fechado que quase o impedia de respirar; havia sem dúvida muito tempo que a sala não era arejada. O pintor aumentou ainda mais este desagrado, convidando-o a sentar-se na cama, enquanto ele próprio se sentava na única cadeira da sala, diante do cavalete. Além disso, o pintor não parecia compreender porque ficara K. na borda da cama; pediu-lhe que se instalasse confortavelmente e, vendo a sua hesitação, foi ele próprio empurrá-lo para o meio dos lençóis e das almofadas. Depois regressou à sua cadeira e fez enfim a primeira pergunta concreta que fez esquecer a K. tudo o resto.

– Está inocente? – perguntou.

– Sim – disse K. Sentiu um verdadeiro prazer em responder a esta pergunta, tanto mais que era a título privado e não envolvia portanto qualquer responsabilidade. Ninguém o tinha ainda interrogado com tanta franqueza. Para saborear este prazer, acrescentou ainda: – Estou inteiramente inocente.

– Bom – disse o pintor, e inclinou a cabeça, com ar de reflectir. De súbito, levantou a cabeça e disse: – Se está inocente, então o caso é muito simples.

O olhar de K. ensombreceu; este pretenso homem de confiança do tribunal falava como uma criança.

– A minha inocência não simplifica em nada o processo – disse K., que não pôde deixar de sorrir e meneou lentamente a cabeça. – Tudo depende das inúmeras subtilezas em que o tribunal se perde. Ele acaba por descobrir um enorme erro ali onde nunca houve nada.

– Sim, sim, claro – disse o pintor, como se K. tivesse perturbado inutilmente o curso dos seus pensamentos. – Mas está realmente inocente?

– Oh, sim! – disse K.

– É o essencial – disse o pintor.

Nenhuma objecção podia influenciá-lo; todavia, mau grado a sua segurança, era difícil saber se produzia estas palavras por convicção ou por indiferença. Querendo assegurar-se primeiro disso, K. perguntou-lhe:

– O senhor conhece certamente o tribunal muito melhor do que eu; não sei mais do que o que ouvi dizer, mas por todo o género de pessoas. Contudo, todos pareciam de acordo num ponto: nenhuma acusação é lançada de ânimo leve; e quando emite uma acusação, o tribunal está firmemente convencido da culpabilidade do acusado e deixa-se muito dificilmente persuadir do contrário.

– Dificilmente? – perguntou o pintor lançando uma das mãos ao ar. – Nunca se pode persuadi-lo disso. Se eu pintasse todos os juízes, uns ao lado dos outros, aqui numa tela e se o senhor defendesse a sua causa diante desta tela, teria mais hipóteses de triunfar do que diante do verdadeiro tribunal.

«Sim», disse K. num aparte esquecendo-se de que queria apenas sondar o pintor.

Atrás da porta, uma rapariguinha recomeçou a perguntar:

– Titorelli, ele não se vai embora em breve?

– Calem-se – exclamou o pintor na direcção da porta –, não vêem que estou a conversar com o senhor?

Mas, sem se contentar com a resposta, a rapariguinha perguntou:

– Vais fazer-lhe o retrato? – E como o pintor não respondesse, ela acrescentou: – Peço-te que não lhe faças o retrato, ele é muito feio.

Gritos de aprovação perfeitamente incompreensíveis seguiram-se. O pintor saltou para a porta, entreabriu-a ao de leve – avistavam-se apenas as mãos juntas das rapariguinhas estendidas para ele em tom de súplica – e disse:

– Se não se calam, atiro-as todas pela escada abaixo. Sentem-se aí nos degraus e fiquem quietas. – Sem dúvida elas não obedeceram logo, porque ele teve de ordenar: – Sentadas nos degraus!

Só então se fez silêncio.

– Queira desculpar-me – disse o pintor quando voltou para junto de K. Este mal se tinha virado para a porta, deixando ao pintor o cuidado de decidir se o protegeria, e como. Também

não fez qualquer gesto quando Titorelli se inclinou para ele e lhe murmurou no canto da orelha, para não ser ouvido no exterior:

– Estas rapariguinhas também pertencem ao tribunal.

– Como? – perguntou K. afastando a cabeça para fitar o pintor.

Mas este voltou a sentar-se na sua cadeira e disse, meio a brincar, meio à guisa de explicação:

– Tudo pertence ao tribunal.

– Ainda não tinha notado – disse K., secamente.

Esta observação geral do pintor retirava da alusão às rapariguinhas todo o seu carácter inquietante. K. olhou mesmo assim um breve instante para a porta, atrás da qual elas estavam agora sentadas em silêncio. Apenas uma tinha feito passar uma palhinha através de uma fenda entre duas traves, e fazia-a movimentar lentamente.

– O senhor ainda não parece ter um bom conhecimento do tribunal – disse o pintor, as pernas afastadas e batendo com a ponta dos pés no sobrado. – Mas uma vez que está inocente, também não precisa de a conhecer. Apenas eu, sozinho, o poderei livrar de problemas.

– E como o fará? – perguntou K. – O senhor mesmo acaba de dizer que a justiça é inacessível às provas.

– Inacessível apenas às provas apresentadas ao tribunal – disse o pintor, erguendo o indicador, como se K. não tivesse notado uma subtil distinção –, mas não o é relativamente às provas produzidas oficiosamente, na sala de audiências, nos corredores ou neste estúdio.

O que o pintor agora explicava não lhe parecia mais inverosímil, isso concordava muito com o que K. tinha ouvido dizer a outras pessoas. Era até muito encorajador. Se, graças às relações pessoais, os juízes fossem realmente tão fáceis de manipular como o seu advogado lhe dissera, então as do pintor com os magistrados vaidosos poderiam ser de uma importância decisiva, e sobretudo não se devia subestimá-las. O pintor podia tomar lugar no grupo das pessoas de que K. se rodeava pouco a pouco. Outrora tinham elogiado no banco as suas qualidades de organizador; agora, que apenas podia contar consigo próprio, era uma boa ocasião de as pôr à prova. O pintor observou o efeito produzido em K. pela sua explicação, depois acrescentou num tom um pouco inquieto:

– Não está impressionado por ouvir-me falar quase como um jurista? É o resultado do meu contacto constante com esses senhores da justiça. Claro que ganho muito com isso, mas a perda da minha realização artística é enorme.

– Como é que então entrou em contacto com os magistrados pela primeira vez? – perguntou K., querendo primeiro ganhar a confiança do pintor, antes de tomá-lo realmente ao seu serviço.

– Foi muito simples – disse o pintor –, herdei este contacto. O meu pai era já pintor do tribunal. É um cargo hereditário. Não se pode confiá-lo a recém-chegados. Para pintar as diferentes categorias da hierarquia existem, com efeito, prescrições tão distintas e múltiplas e sobretudo tão secretas que ninguém as conhece para além de certas famílias. Por exemplo, naquela gaveta, tenho os cadernos do meu pai, que não mostro a ninguém. Mas só aquele que as conhece é capaz de retratar os juízes. Mesmo se os perdesse, teria ainda na cabeça regras bastantes para que ninguém pudesse disputar o meu posto. Cada juiz quer fazer-se pintar como os altos magistrados de outrora, e só eu sou capaz disso.

– Eis uma situação invejável – disse K., pensando no seu posto no banco –, a sua posição é

portanto inabalável?

– De facto, inabalável – disse o pintor inchando o torso. – Também por isso é que posso de vez em quando aventurar-me a ajudar um pobre diabo inculpado.

– E como procede? – perguntou K. como se não fosse a ele que o pintor acabava de tratar de pobre diabo.

Mas Titorelli não se desviou da conversa e acrescentou: – No seu caso, como está inteiramente inocente, eis como procederia....

Estas alusões repetidas à sua inocência começavam a irritar K. Tinha por vezes a impressão de que, com tais observações, o pintor colocava o desenlace favorável do processo como uma condição prévia à sua ajuda, o que, claro, a tornava inútil. Apesar destas dúvidas, K. não o interrompeu. Não queria renunciar à ajuda do pintor, estava decidido a isso, e esta ajuda não lhe parecia mais duvidosa do que a do advogado. K. preferia-a mesmo de longe, porque ela era oferecida de maneira mais anódina e mais franca.

O pintor tinha aproximado a sua cadeira da cama e continuou em voz baixa:

– Esqueci-me de começar por perguntar-lhe que tipo de absolvição deseja. Existem três possibilidades: a verdadeira absolvição, a absolvição aparente e o adiamento judicial dilatório. A verdadeira absolvição é claro a melhor, mas não tenho a mínima influência sobre este tipo de conclusão. Em meu entender, não existe nenhum indivíduo que possa influenciar uma verdadeira absolvição. Esta depende sem dúvida unicamente da inocência do acusado. Uma vez que o senhor está inocente, seria realmente possível que confiasse exclusivamente na sua inocência. Mas nesse caso não necessita da minha ajuda nem de ninguém.

Confundido ao princípio por esta exposição ordenada, K. respondeu, no entanto, em voz baixa como o pintor:

– Creio que o senhor está a contradizer-se.

– Como assim? – disse o pintor pacientemente, e encostou-se a sorrir ao espaldar da sua poltrona.

Este sorriso fez nascer em K. a impressão de que ele se preparava para expor as contradições inerentes não às ideias do pintor, mas aos próprios procedimentos da justiça. Contudo, não desistiu e disse:

– O senhor observou há pouco que o tribunal se conserva surdo aos argumentos de prova, a seguir limitou esta afirmação à justiça oficial e agora chega até a dizer que o inocente não precisa de ajuda perante o tribunal. Já aqui existe uma contradição. Disse também há pouco que podem influenciar-se pessoalmente os juízes, mas contesta agora que se possa alguma vez obter a verdadeira absolvição, como a designa, usando da influência pessoal. É a sua segunda contradição.

– Estas contradições são fáceis de resolver – disse o pintor. – Trata-se aqui de duas coisas diferentes, por um lado, o que a lei determina e, por outro, o que eu pessoalmente verifiquei: o senhor não deve confundi-las. Na lei... que para dizer a verdade eu não li... é estipulado que o inocente é absolvido, mas não diz que os juízes possam ser influenciados. Ora, verifiquei precisamente o contrário. Nunca ouvi falar de uma verdadeira absolvição, mas contaram-me numerosos jogos de influência. Claro que é possível que, nos casos de que tenho conhecimento, nunca tenha havido inocentes. Mas não é isso improvável? Num tão grande número de casos, nem um só inocente? Ainda criança, escutava atentamente o meu pai quando ele nos falava nos processos, em casa; os juízes que vinham ao seu estúdio falavam também da

justiça; nos nossos meios não se fala de outra coisa; assim que tive a possibilidade de ir eu mesmo ao tribunal, tirei sempre proveito disso; escutei uma multidão de processos nas suas fases importantes e acompanhei-os tanto quanto era possível assistir, mas sem ter conhecido uma única verdadeira absolvição, devo dizer.

– Então nem uma única absolvição – disse K., como se se dirigisse a si próprio e às suas esperanças. – Isso confirma a opinião que já tenho da justiça. Também deste lado, não há portanto nada a fazer. Um só carrasco poderia substituir todo o tribunal.

– Não se deve generalizar – disse o pintor, descontente –, afinal eu apenas falei na minha experiência pessoal.

– E já chega – disse K. –, a menos que tenha ouvido falar de absolvições nos tempos passados?

– Parece que, de facto, existiram absolvições deste género – respondeu o pintor. – Mas é muito difícil certificarmo-nos disso. As decisões finais do tribunal não são tornadas públicas, nem sequer são acessíveis aos juízes; por isso é que apenas restam lendas sobre os procedimentos judiciais passados. E, é certo, a maioria refere mesmo verdadeiras absolvições; podemos acreditar, mas não podemos provar a sua autenticidade. Todavia, não se devem negligenciar por completo estas lendas, elas comportam sem dúvida uma parte de verdade; são também muito belas; eu próprio pintei dois ou três quadros ilustrando-as.

– Simples lendas não modificam a minha opinião – disse K. – e também não se podem invocar tais lendas perante o tribunal, sem dúvida?

– Não, não podemos – disse o pintor.

– Então é inútil falar delas – retorquiu K., que estava por agora aberto a todas as opiniões do pintor, apesar de julgá-las inverosímeis e de elas contradizerem outras narrativas. Não tinha tempo para verificar tudo o que ele dizia, e ainda menos para refutá-lo. Se conseguisse decidir o pintor a ajudá-lo de um modo ou de outro, mesmo se isso não fosse determinante, teria alcançado o máximo. Assim, prosseguiu: – Deixemos de lado, portanto, a verdadeira absolvição; o senhor mencionou duas outras possibilidades.

– A absolvição aparente e o adiamento judicial dilatório. Só pode tratar-se destas duas categorias – disse o pintor. – Mas antes de falarmos delas, não quer tirar o casaco? Deve estar com muito calor.

– Sim – disse K.; toda a sua atenção se tinha concentrado nas explicações do pintor, mas agora que lhe lembravam o calor que fazia, o suor começou a perlar-lhe a testa. – É quase insuportável.

O pintor aquiesceu, com o ar de compreender muito bem o incómodo de K.

– Não se poderia abrir a janela? – perguntou K.

– Não – disse o pintor. – É apenas uma vidraça encaixada na parede, não se pode abrir.

K. deu então conta de que não cessara de aguardar o momento em que ele próprio, ou o pintor, iria de repente abrir por completo uma janela. Preparava-se mesmo para respirar o nevoeiro a plenos pulmões. A sensação de estar completamente privado de ar livre fez-lhe vertigens. Bateu com os dedos no edredão a seu lado e disse numa voz fraca:

– Mas é desconfortável e insalubre.

– Oh, não! – disse o pintor tomando a defesa da sua janela. – Como não se abre, conserva muito melhor o calor do que uma janela dupla, mesmo se for uma simples vidraça. E, se quero arejar, mas não é indispensável, pois o ar penetra por entre as fendas no meio das tábuas,

posso abrir uma das minhas portas, ou até as duas.

Um pouco tranquilizado por esta explicação, K. procurou com o olhar a segunda porta. Tendo notado isto, o pintor disse:

– Está atrás de si, tive de condená-la pondo a cama à frente. Só então K. viu a pequena porta na parede.

– Tudo aqui é demasiado pequeno para um estúdio – disse o pintor, como para se antecipar a uma eventual crítica de K. – Tive de instalar-me com os meios de bordo. Claro que a cama à frente da porta está muito mal colocada. Assim o juiz cujo retrato faço neste momento entra sempre pela porta atrás da cama, e dei-lhe uma chave, a fim de poder esperar-me aqui, no estúdio, quando estou ausente. Mas tem o costume de vir de manhã cedo, quando ainda estou a dormir. Claro que me arranca ao sono mais profundo, abrindo a porta atrás da cama. O senhor perderia todo o respeito pelos juízes se ouvisse as pragas com que o acolho quando ele salta por cima da cama, ao romper da aurora. Claro que podia tirar-lhe a chave, mas isso só faria agravar as coisas. Basta um pequenino esforço para fazer saltar as portas dos seus gonzos, aqui.

Durante todo este discurso, K. perguntou a si próprio se devia retirar o casaco, mas acabou por perceber que de outro modo seria incapaz de permanecer ali mais tempo; retirou portanto o casaco, mas pousou-o nos joelhos para poder vesti-lo de novo, assim que a conversa chegasse ao fim. Mal havia tirado o casaco, e logo uma das rapariguinhas exclamou: «ele acaba de tirar o casaco», e ouviam-nas todas a amontoar-se nas fendas para verem o espectáculo.

– As rapariguinhas julgam – disse o pintor – que vou fazer o seu retrato e que foi por isso que se despiu.

– Ah, bom! – disse K., saboreando muito pouco o gracejo, porque não se sentia muito melhor do que antes, embora estivesse agora sentado em mangas de camisa. Perguntou numa voz quase rabugenta: – Como designou as duas outras possibilidades?

Tinha esquecido as fórmulas.

– A absolvição aparente e o adiamento judicial dilatório – disse o pintor. – É o senhor a escolher. Pode obter as duas com a minha ajuda, mas não sem dificuldade, claro: a diferença, a este respeito, é que a absolvição aparente exige um esforço concentrado e pontual, e o adiamento judicial dilatório um esforço menor, mas prolongado. Comecemos, pois, pela absolvição aparente. Se é isso que deseja, escreverei numa folha de papel uma declaração da sua inocência. O texto deste género de atestado foi-me transmitido pelo meu pai; é absolutamente inatacável. Munido desta declaração, dou então uma volta pelos juízes que conheço. Começo, por exemplo, apresentando a declaração ao juiz de quem faço o retrato neste momento, quando ele vier posar esta noite. Apresento-lhe o documento, explico-lhe que o senhor está inocente e responsabilizo-me pela sua inocência. Mas isto não passa só de uma garantia formal, é uma verdadeira caução: compromete-me por completo.

No olhar do pintor lia-se como que uma censura à ideia de que K. queria fazê-lo suportar a responsabilidade de uma tal garantia.

– Seria muito simpático – disse K. – E o juiz acreditaria em si sem no entanto me absolver realmente?

– Como já disse – respondeu o pintor. – Aliás, não é absolutamente certo que todos acreditem em mim; vários juízes pedirão, por exemplo, que o faça comparecer pessoalmente.

Então, será necessário acompanhar-me. Para dizer a verdade, o processo já está meio ganho em tais casos, tanto mais que lhe indicarei, claro, exactamente a conduta a adoptar conforme o juiz. As coisas passam-se menos bem com os juízes que correm comigo à primeira tentativa... e isso também sucederá. Com esses, apesar das numerosas tentativas que não deixarei, claro, de efectuar, teremos de renunciar; mas também podemos renunciar porque um juiz sozinho não pode fazer inclinar a balança. Uma vez reunidas as assinaturas suficientes no fundo do seu atestado, vou apresentá-lo ao juiz encarregado de instruir o seu processo. Pode ser que obtenha também a sua assinatura, e nesse caso tudo vai ainda um pouco mais depressa do que habitualmente. Mas em geral desaparecem os obstáculos daqui em diante; é o momento em que o acusado fica mais confiante. É um facto singular mas verídico: as pessoas ficam mais confiantes neste período do que depois da absolvição. Já não é necessário nenhum esforço especial nesse momento. Com o atestado, o juiz dispõe da garantia de vários juízes, pode absolvê-lo com toda a tranquilidade e, uma vez despachadas diversas formalidades, fá-lo-á sem nenhuma dúvida, para me dar prazer a mim assim como a outros seus conhecimentos. Quanto a si, deixa o tribunal e está livre.

– Eis-me portanto livre – disse K. numa voz hesitante.

– Sim – disse o pintor –, mas livre somente na aparência ou, para melhor me exprimir, em liberdade temporária. Na verdade os pequenos magistrados, de que fazem parte aqueles que eu conheço, não têm o direito de pronunciar uma absolvição definitiva; apenas o supremo tribunal detém este direito, e a ele nem o senhor nem eu podemos aceder. Ignoramos como as coisas se passam lá e, diga-se de passagem, também não estamos interessados em saber. Os nossos juízes não dispõem portanto do direito eminente de libertá-lo da acusação, em contrapartida têm o direito de desvinculá-lo. Por outras palavras, quando é absolvido deste modo, fica momentaneamente subtraído à acusação; mas ela continua a planar por cima da sua cabeça e basta que a ordem venha do alto para ter logo efeito. Graças às minhas relações privilegiadas com o tribunal, permita também dizer-lhe como se manifesta concretamente, nas directivas destinadas às secretarias, a distinção entre a verdadeira absolvição e absolvição aparente. Aquando de uma verdadeira absolvição, os autos do processo devem ser inteiramente arquivados, desaparecem por completo; destrói-se não só a acusação, mas também o processo e a própria absolvição, destrói-se tudo. Não se passa a mesma coisa com a absolvição aparente. Os autos não foram modificados de forma alguma: apenas lhes incluíram a declaração de inocência, a absolvição e os considerandos. Por outro lado, ele não desaparece do processo judicial; como a circulação interna nas diferentes secretarias do tribunal nunca se deve interromper, é transmitido aos tribunais superiores, regressa aos tribunais inferiores e anda assim de um lado para o outro, com oscilações e interrupções mais ou menos importantes. Estes trajectos são imprevisíveis. Observado do exterior, parece às vezes que tudo ficou esquecido há muito tempo, os autos, perdidos, e que a absolvição é total. Os iniciados sabem bem que não. Nenhuns autos se perdem; a justiça não esquece. Um dia... sem que ninguém o espere... um juiz qualquer deita a mão ao auto de acusação, descobre que naquele caso preciso a acusação continua em vigor e ordena a detenção imediata. Admiti aqui que decorrera um longo período entre a absolvição aparente e a nova detenção; é possível e conheço casos deste género; mas é também de considerar que ao sair do tribunal o indivíduo absolvido volte para casa e que os mandatários já ali o aguardem para de novo o prender. Então, claro, nem pensar em viver como homem livre.

– E o processo recomeça desde o princípio? – perguntou K., quase incrédulo.

– Absolutamente – disse o pintor –, o processo recomeça desde o princípio; mas como antes, é de novo possível obter uma absolvição aparente. É preciso reunir novamente todas as suas forças e não desistir.

O pintor talvez tenha feito esta observação depois de ter verificado o ar um pouco abatido de K.

– Mesmo assim – perguntou K. como para prevenir desta vez outras revelações –, uma segunda absolvição não é mais difícil de obter do que a primeira?

– Não se pode adiantar nada de preciso a tal respeito – respondeu o pintor. – O senhor quer dizer sem dúvida que a segunda detenção influencia a sentença dos juízes num sentido desfavorável ao acusado? Tal não é o caso. Porque os juízes previram esta detenção desde a absolvição. Esta circunstância não intervém portanto. Pode suceder em contrapartida que, devido a uma multidão de outras razões, o humor dos juízes e a sua análise jurídica do caso tenham mudado; é então necessário que os esforços em vista de uma segunda absolvição sejam adaptados às novas circunstâncias e, em geral, tão trabalhosos como na primeira absolvição.

– Mas esta segunda absolvição também não é definitiva – disse K. desviando a cabeça, com ar enfastiado.

– Claro que não – disse o pintor –, a segunda absolvição é seguida da terceira detenção, a terceira absolvição da quarta detenção e por aí fora. É inerente à própria noção de absolvição aparente. – K. mantinha-se calado. – Visivelmente, o senhor não parece achar vantajosa a absolvição aparente – disse o pintor –, talvez o adiamento judicial dilatório lhe convenha mais. Quer que lhe explique ao certo em que consiste?

K. aquiesceu. O pintor tinha-se recostado na cadeira; a camisa de noite estava toda aberta, havia metido nela uma das mãos e acariciava o torso e as costelas.

– O adiamento judicial dilatório – disse o pintor, com o olhar fixo um instante em frente, como se buscasse a explicação perfeitamente adequada –, o adiamento judicial dilatório consiste em manter o processo na sua fase preliminar. Para consegui-lo, é preciso que o acusado e o seu auxiliar, mas sobretudo o seu auxiliar, se mantenham em contacto permanente com o tribunal. Repito-o, aqui não há necessidade de despender tanta energia como para obter uma absolvição aparente, mas é preciso estar muito mais vigilante. Não se deve perder de vista o processo, deve-se ir falar com o juiz competente em intervalos regulares assim como em certas circunstâncias especiais, e procurar por todos os meios conservar os seus favores; se não se conhecer o juiz pessoalmente, é preciso então fazê-lo influenciar por juízes nossos conhecidos, sem apesar disso dever permitir-se abandonar as conversas directas. Se não se negligenciar nada disto, pode-se ter a relativa certeza de que o processo não ultrapassará a sua primeira fase. Claro que o processo não se interrompe, mas o acusado tem quase tantas garantias de não ser condenado como se estivesse livre. Em relação à absolvição aparente, o adiamento judicial dilatório apresenta a vantagem de o futuro do acusado ser menos incerto; é poupado à angústia de uma detenção súbita e não tem de recear o facto de dever, no momento em que os seus outros assuntos menos o permitem, suportar os esforços e as emoções ligados à obtenção da absolvição aparente. Claro que o adiamento judicial dilatório apresenta também para o acusado certos inconvenientes não negligenciáveis. Ao dizer isto, não penso no facto de que, neste caso esboçado, o acusado nunca fica livre, porque no sentido restrito não o fica mais com uma absolvição aparente. Existe um outro inconveniente. O processo não pode

permanecer em suspenso sem motivos pelo menos aparentes. É portanto necessário que se passe alguma coisa perante o exterior. É preciso que sejam tomadas diversas medidas de vez em quando: o acusado deve ser interrogado, deve haver buscas, etc. No pequeno círculo onde foi artificialmente mantido, o processo deve circular incessantemente. Isto claro que provoca alguns dissabores ao acusado, mas também não vá ficar com uma ideia demasiado terrível. Tudo isto é aparente; os interrogatórios, por exemplo, são muito curtos; se por acaso não se dispuser de tempo ou de vontade para lá ir, podemo-nos desculpar; com certos juízes, podem mesmo tomar-se disposições muito tempo antes de comum acordo; trata-se no fundo, pois somos acusados, de nos apresentarmos ao juiz de vez em quando.

Durante estas últimas palavras, K. tinha posto o casaco no braço e tinha-se levantado.

– Lá está ele a levantar-se – ouviu-se gritar logo lá fora, atrás da porta.

– Vai-se já embora? – perguntou o pintor que também se levantara. – É seguramente o ar que o afasta. Lamento imenso. Tinha ainda muitas coisas para lhe dizer. Tive de resumir muito. Mas espero ter sido claro.

– Oh, sim! – disse K., que apanhara uma dor de cabeça com o esforço que fizera para o escutar.

Apesar desta confirmação, o pintor recapitulou mais uma vez o que dissera, como se desse a K. com que se consolar no caminho de regresso:

– Os dois métodos têm um ponto comum: impedem o acusado de ser condenado.

– Mas impedem-no também de ser verdadeiramente absolvido – murmurou K., como se sentisse vergonha de ter dado por isso.

– O senhor compreendeu o fundo do problema – disse o pintor rapidamente.

K. assentou a mão no sobretudo, sem chegar a decidir-se a enfiar o casaco. Teria preferido enrolar tudo numa bola e correr para o ar livre, o embrulho debaixo do braço. Mesmo as rapariguinhas não podiam incitá-lo a vestir-se, embora estivessem já a gritar prematuramente umas para as outras que ele estava a vestir-se. Interessado em saber a atitude de K. de uma maneira ou de outra, o pintor declarou:

– Sem dúvida que ainda não tomou a decisão respeitante às minhas propostas. Aprovo-o. Tê-lo-ia até dissuadido de decidir já. A diferença entre vantagens e inconvenientes é ínfima. É preciso pesar tudo minuciosamente. Mas também não se deve perder demasiado tempo.

– Voltarei em breve – disse K. e, subitamente resolvido, enfiou o casaco, pôs o sobretudo nos ombros e precipitou-se para a porta, atrás da qual as rapariguinhas desataram logo a gritar. K. julgava vê-las através da porta, tanto elas gritavam.

– Deverá cumprir a palavra – disse o pintor que não o acompanhara –, de outro modo irei eu próprio saber notícias suas ao banco.

– Então abra a porta – disse K. puxando violentamente a maçaneta que as rapariguinhas seguravam do outro lado, a julgar pela resistência.

– Está interessado em que elas o importunem? – perguntou o pintor. – Saia antes por aqui – e apontou a porta atrás da cama.

K. aceitou e deu um salto na direcção da cama. Mas em vez de abrir a porta, o pintor deslizou para debaixo da cama, e depois, uma vez aí, perguntou-lhe:

– Só um instante. Não quer ver um quadro que eu poderia vender-lhe?

K. não queria ser indelicado; o pintor tinha-se realmente interessado por ele e prometera continuar a ajudá-lo; devido ao seu aturdimento, ainda não encarara a questão de remunerar

esta ajuda. K. não podia agora mandá-lo passear, e deixou que lhe mostrasse o quadro, embora fremente de impaciência com a ideia de deixar o estúdio. O pintor tirou de debaixo da cama uma pilha de quadros sem moldura, cobertos por um pó tão espesso que, quando procurou dispersá-lo soprando, ele turbilhonou sob os olhos de K. e o impediu durante algum tempo de respirar.

– Paisagem de charneca – disse o pintor entregando-lhe o quadro.

Representava duas árvores insignificantes que se erguiam uma longe da outra na erva sombria. Em segundo plano havia um pôr do Sol com profusão de cores.

– Muito bonito – disse K. –, compro.

K. não prestara atenção à secura do seu tom e ficou feliz porque, em vez de tomá-lo a mal, o pintor apanhou no chão um segundo quadro.

– Este completa o precedente – disse o pintor.

Contudo, se fora concebido para completar o precedente, não se notava a mínima diferença relativamente ao primeiro quadro: havia também as árvores, a erva, e ao fundo o pôr do Sol. Mas K. não se importava.

– São belas paisagens – disse ele –, compro as duas, pendurá-las-ei no meu gabinete.

– O motivo parece agradar-lhe – disse o pintor, indo buscar um terceiro quadro –, é uma sorte eu ter mais um terceiro parecido.

Mas não se contentava em parecer-se com eles, era ainda exactamente a mesma paisagem de charneca. O pintor aproveitava-se às mil maravilhas da ocasião para vender quadros antigos.

– Também vou ficar com ele – disse K. – Quanto custam os três?

– Haveremos de falar nisso – disse o pintor –, o senhor está com pressa e, de qualquer modo, ficamos em contacto. Seja como for, regozijo-me que estes quadros lhe agradem, incluirei no lote todos os que tenho ali debaixo. Não há só paisagens campestres, pintei muitos. As pessoas rejeitam muitas vezes este género de quadros porque são demasido escuros, mas outras, a que o senhor pertence, têm uma predilecção pela melancolia.

Mas K. não estava com paciência para escutar o pintor indigente evocar as suas experiências profissionais.

– Enrole-me todos os quadros – exclamou, interrompendo o pintor no meio do seu discurso –, um empregado virá buscá-los amanhã.

– Não vale a pena – disse o pintor. – Espero arranjar-lhe um portador que vai acompanhá-lo já de seguida. – E inclinou-se enfim por cima da cama para abrir a porta. – Não tenha medo de subir para cima da cama – disse o pintor –, toda a gente que entra por aqui o faz.

Mesmo sem este convite, K. não teria quaisquer escrúpulos; tinha já posto um pé no meio do edredão, quando olhou através da porta aberta e retirou o pé.

– O que é aquilo? – perguntou ao pintor.

–Alguma coisa o surpreende? – perguntou este, surpreendido por sua vez. – São as Secretarias. Ignorava que também estavam aqui? Mas se há secretarias em quase todas as águas-furtadas porque haveriam de faltar justamente aqui?

O meu estúdio também faz na realidade parte delas, mas o tribunal pô-lo à minha disposição.

Não era tanto por ter encontrado também aqui secretarias que K. se espantara, era sobretudo de si próprio que ele se espantava, da sua ignorância a respeito do tribunal. A regra de

conduta fundamental para um acusado era, parecia-lhe, estar sempre preparado, nunca se deixar surpreender, não olhar ingenuamente à direita, enquanto o juiz se mantinha à sua esquerda, a seu lado – e não cessava justamente de infringir esta regra.

Estendia-se à sua frente um comprido corredor, emanando uma atmosfera que tornava a do estúdio refrescante por comparação. Estavam dispostos bancos de ambos os lados, exactamente como nas secretarias de onde K. proviera. Regras precisas pareciam reger o arranjo das salas. A esta hora, a frequência era bastante reduzida. Estava ali um homem, meio estiraçado, a cara metida nos braços em cima do banco, parecendo dormir; um outro estava de pé na penumbra, no extremo do corredor. K. passou por cima da cama, e o pintor seguiu-o com os quadros. Depressa encontraram um oficial de diligências – K. reconhecia agora todos eles pelo botão dourado que tinham nos fatos, no meio dos botões vulgares – e o pintor encarregou-o de acompanhar K. com os quadros. K. mais titubeava do que caminhava, e mantinha o lenço apertado contra a boca. Aproximavam-se já da saída quando as rapariguinhas se precipitaram ao seu encontro; também elas não lhe teriam portanto sido poupadas. Tendo com toda a evidência notado que a segunda porta do estúdio tinha sido aberta, haviam dado a volta para chegarem a este lado.

– Não posso acompanhá-lo mais – exclamou o pintor, a rir sob o assalto das rapariguinhas. – Adeus! E não reflicta durante muito tempo!

K. nem sequer se voltou. Na rua, tomou o primeiro carro que encontrou. Queria a todo o custo desembaraçar-se do oficial de diligências cujo botão dourado lhe atraía incessantemente o olhar, mesmo se ninguém mais, sem dúvida, o notasse. Por excesso de zelo, o oficial de diligências quis sentar-se junto do lugar do condutor, mas K. fê-lo descer dali. Passava há muito tempo do meio-dia quando K. chegou em frente do banco. Teria de bom grado deixado os quadros na viatura, mas receou ser obrigado, de um momento para o outro, a mostrá-los novamente ao pintor. Mandou-os portanto levar para o seu gabinete e fechou-os à chave na última gaveta da secretária, para que ficassem pelo menos ao abrigo dos olhares do director interino.

O comerciante Block.
Fim do mandato do advogado

Finalmente K. tinha apesar de tudo decidido retirar ao advogado o encargo da sua defesa. Claro que não conseguia eliminar todas as suas dúvidas sobre a justeza desta medida, mas a convicção da sua necessidade foi mais forte. No dia em que tencionava ir a casa do advogado, esta decisão tinha privado K. de uma grande parte da sua energia; trabalhou lentamente, teve de permanecer muito tempo no gabinete, e eram já mais de dez horas quando chegou enfim em frente da porta do advogado. Antes mesmo de tocar, perguntou a si próprio se não seria melhor anunciar-lhe que iria pôr termo ao seu mandato, por telefone ou por carta, pois pensava que uma conversa pessoal seria certamente mais penosa. K. acabou, porém, por não renunciar a ela; qualquer outra forma de dispensa dos seus serviços seria aceite em silêncio ou com duas ou três fórmulas de delicadeza; e se Leni não conseguisse respigar algumas informações, K. nunca saberia como o advogado acolheria o termo do mandato, nem as consequências que isso poderia ter para K., segundo a opinião não desprezável do advogado. Se, em compensação, o advogado estivesse sentado em frente de K. e o surpreendesse com o que lhe diria, K. não teria nenhuma dificuldade em decifrar tudo o que quisesse na sua fisionomia e no seu comportamento, mesmo se o advogado pouco se exprimisse. Não era, aliás, impossível que K. se deixasse convencer de que seria melhor, bem vistas as coisas, deixar a defesa nas suas mãos, e voltasse atrás na decisão.

Como de costume, o primeiro toque da campainha da porta do advogado foi em vão. «Leni poderia apressar-se um pouco mais», pensou K. Mas era já uma sorte que um outro residente não viesse intrometer-se, como fazia habitualmente, quer fosse um homem de roupão ou qualquer outro inoportuno. Enquanto premia uma segunda vez o botão, K. lançou uma olhadela à outra porta que, desta vez, permaneceu também fechada. Por fim, dois olhos apareceram atrás do ralo, na porta do advogado, mas não eram os de Leni. Alguém abriu, mas continuando a bloquear a porta e gritando logo «É ele!» para o interior, antes de a abrir completamente. K. tinha empurrado a porta, porque já ouvira atrás de si rodar a chave na fechadura do vizinho. Assim, quando enfim a porta se abriu à sua frente, engolfou-se literalmente no vestíbulo e pôde avistar Leni, a quem era destinado o grito de alerta de quem tinha aberto, agora a fugir em camisa pelo corredor que dava para as salas. Seguiu-a um breve instante com o olhar, depois voltou-se para quem tinha aberto a porta. Era um homenzinho seco e barbudo, trazia um castiçal na mão.

– O senhor é empregado aqui? – perguntou K.

– Não – respondeu o homem –, não sou da casa, o advogado defende simplesmente os meus interesses; estou aqui por uma questão jurídica.

– Sem casaco? – perguntou K. apontando com a mão o personagem sumariamente vestido.

– Oh, todas as minhas desculpas! – disse o homem iluminando-se com a vela, como se desse pelo facto naquele mesmo instante.

– Leni é sua amante? – perguntou K. friamente. Tinha as pernas um pouco afastadas e as mãos juntas atrás das costas, segurando o chapéu. A simples posse de um sólido sobretudo proporcionava-lhe um nítido sentimento de superioridade perante aquele homem insignificante.

– Ó meu Deus! – disse o outro, aterrorizado, levantando uma das mãos diante dos olhos –, não, não, em que está a pensar?

– Tem um ar de confiança – disse K. sorrindo –, mesmo assim, venha... – Com o seu chapéu, fez-lhe sinal para que o precedesse. – E como se chama? – perguntou K. pelo caminho.

– Block, sou o comerciante Block – disse o homenzinho virando-se para K. para se apresentar, mas K. não o deixou parar.

– É o seu nome verdadeiro? – perguntou K.

– Claro que sim – respondeu ele –, porque duvida?

– Pensava que poderia ter razões para ocultar o seu nome – disse K.

Experimentava um sentimento de liberdade que só se tem habitualmente no estrangeiro, quando se fala com gente simples sem revelar nada de si próprio, e falando serenamente do que lhes interessa, dando-lhes importância enquanto se fica livre de os abandonar quando apetecer. K. deteve-se próximo da porta do escritório do advogado, abriu-a e gritou ao comerciante, que tinha continuado a avançar docilmente:

– Não tão depressa! Alumie um pouco aqui.

K. pensava que Leni podia ter-se escondido ali; revistou todos os recantos, mas a sala estava vazia. Diante do retrato do juiz, K. deteve-o pelos suspensórios nas costas.

– Conhece este aqui? – perguntou, com o indicador apontado para cima.

O comerciante levantou a vela, e disse, piscando os olhos: – É um juiz.

– Um alto magistrado? – perguntou K. postando-se de lado para observar a impressão que o quadro causava ao comerciante. Este ergueu os olhos, com admiração. – É um alto magistrado – disse.

– Não é muito perspicaz – disse K. – É o mais humilde entre os mais humildes juízes de instrução.

– Agora me lembro – disse o comerciante baixando a vela –, também já ouvi dizer isso.

– Mas claro – exclamou K. –, esquecia-me de que tinha forçosamente ouvido dizer isso.

– Então porquê, então porquê? – perguntou o comerciante enquanto se dirigia para a porta, impelido pelas duas mãos de K.

Lá fora, no corredor, K. disse-lhe:

– Sabe, claro, onde está escondida a Leni?

– Escondida? – disse o comerciante. – Não, mas pode ser que esteja na cozinha a preparar a sopa do advogado. – Porque é que não o disse logo? – perguntou K.

– Preparava-me para o levar lá, mas o senhor chamou-me

– respondeu o comerciante, como se estivesse confuso por estas ordens contraditórias.

– Julga-se sem dúvida muito esperto – disse K. – Ora bem, leve-me lá.

K. nunca fora àquela cozinha; era enorme e com grande luxo de utensílios. O fogão, só por si, era três vezes maior do que os fogões habituais; quanto ao resto, não se via em pormenor, porque na altura uma única lâmpada pendurada próximo da entrada iluminava a divisão. Leni estava de pé, de avental branco como sempre, em frente do forno, e partia ovos numa caçarola pousada sobre um fogareiro a álcool.

– Boa noite, Josef – disse ela lançando-lhe um olhar.

– Boa noite – disse K. e com a mão indicou ao comerciante uma cadeira um pouco afastada para se sentar, o que ele fez. Pelo seu lado, K. aproximou-se por detrás de Leni, debruçou-se por cima do seu ombro e perguntou:

– Quem é este homem?

Leni cingiu K. com uma das mãos, ao passo que com a outra continuava a bater os ovos, e atraiu-o para ela dizendo:

– É um infeliz, um pobre comerciante, um tal Block. Repara bem nele!

Ambos voltaram a cabeça. O comerciante estava sentado na cadeira que K. lhe havia indicado; tinha apagado a vela, cuja luz era agora inútil e esmagara a mecha entre os dedos para impedi-la de fumegar.

– Tu estavas em camisa – disse K. forçando-a a conservar a cabeça em frente do fogão.

Ela calou-se.

– É teu amante? – perguntou K. Ela quis agarrar na terrina, mas K. tomou-lhe as duas mãos e disse: – Responde-me.

Leni disse-lhe:

– Vem ao escritório, vou explicar-te tudo.

– Não – disse K. –, quero que te expliques aqui.

Ela pendurou-se-lhe ao pescoço e quis beijá-lo, mas K. repeliu-a, dizendo:

– Não quero que me beijes agora.

– Josef – disse Leni fitando-o nos olhos, com ar suplicante, embora franco –, não me digas que tens ciúmes do Senhor Block. Rudi – disse ela depois virando-se para o comerciante –, vem ajudar-me, bem vês que suspeitam de mim, larga a vela.

Poderia pensar-se que ele não prestara atenção ao que Leni lhe dissera, mas tinha ouvido tudo perfeitamente.

– Também não estou a ver porque haveria de ter ciúmes – disse, sem grande convicção.

– De facto, também eu não estou a ver porquê – disse K. e encarou a sorrir o comerciante.

Leni desatou a rir e, aproveitando a desatenção de K. para se lhe pendurar no braço, murmurou:

– Deixa-o em paz, bem vês o género de homem que é. Ocupei-me um pouco dele, porque é um grande cliente do advogado, eis tudo. E tu? Queres falar agora já com o advogado? Está muito doente hoje, mas se quiseres, anunciar-te-ei mesmo assim. É uma coisa é certa, vais passar a noite comigo. Faz já imenso tempo que não nos vens visitar, até o advogado perguntou por ti. Não negligencies o processo! Também eu tenho de te dizer diversas coisas que soube. Mas primeiro tira o sobretudo!

Ajudou-o a desembaraçar-se, pegou-lhe no chapéu, correu a pendurar as suas coisas no vestíbulo, depois voltou a correr para se ocupar da sopa.

– Queres que comece por anunciar-te ou por levar-lhe primeiro a sopa?

– Começa por anunciar-me – disse K.

Estava contrariado: de início, tivera a intenção de discutir o seu caso em pormenor com Leni, designadamente a questão delicada do termo do mandato, mas a presença do negociante tinha-lhe retirado a vontade. Julgando, não obstante, o seu caso demasiado importante para deixar aquele pequeno comerciante interferir de maneira talvez decisiva, chamou Leni, que já se encontrava no corredor.

– Apesar de tudo, leva-lhe primeiro a sopa – disse –, pois deve recuperar as forças antes da nossa conversa, bem precisará.

– Então o senhor também é um cliente do advogado – murmurou o comerciante no seu canto, como para se certificar. Mas a sua pergunta foi mal recebida.

– Que tem a ver com isso? – disse K., e Leni acrescentou:

– Podes calar-te? Bom, então vou primeiro levar-lhe a sopa – disse a K., enquanto deitava a sopa numa tigela. – A única coisa a recear neste caso é que ele adormece logo de seguida; depois de comer adormece rapidamente.

– O que lhe vou dizer mantê-lo-á acordado – disse K. tentando de novo dar a entender que contava tratar de uma questão importante com o advogado.

Aguardava que Leni lhe perguntasse de que se tratava, para pedir-lhe conselho. Mas ela contentou-se em executar ponto por ponto as ordens recebidas. Quando passou em frente dele com a tigela, roçou-se suavemente de propósito e murmurou:

– Logo que ele acabe de comer a sopa, anunciar-te-ei para te ter novamente só comigo, logo que possível.

– Vai lá – disse K. –, vai lá.

– Sê um pouco mais simpático – disse ela, voltando-se mais uma vez com a tigela no limiar da porta.

K. acompanhou-a com o olhar; a sua decisão era agora definitiva: o advogado seria dispensado; aliás, sem dúvida fora melhor não ter podido falar com Leni antes; por não conhecer todo o caso, ela ter-lhe-ia seguramente desaconselhado o termo do mandato, até talvez o dissuadisse desta vez; ficaria então na dúvida e na inquietação, para acabar por, ao fim de certo tempo, executar a sua decisão, porque ela era definitiva. Quanto mais depressa a executasse, menos prejuízo haveria. Talvez, aliás, o comerciante tivesse algo para dizer a este respeito.

K. voltou-se; mal o comerciante deu conta disso, quis levantar-se.

– Fique sentado – disse K. aproximando uma cadeira dele. – É um antigo cliente do advogado? – perguntou K. – Sim – disse o comerciante –, um cliente muito antigo. – Há quantos anos é que ele defende os seus interesses?

– perguntou K.

– Ignoro o que é que quer perguntar com isso – disse o comerciante –, nos assuntos profissionais (sou comerciante de cereais) o advogado defende-me desde que tenho este negócio, há coisa de uma vintena de anos; e no meu próprio processo, ao qual sem dúvida alude, defende-me também desde o princípio, o que faz já mais de cinco anos. Sim, cinco anos passados – acrescentou, puxando por uma carteira velha –, tenho tudo aqui escrito: se quiser, posso dizer-lhe as datas exactas. Não é nada fácil fixá-las. O meu processo dura sem dúvida há muito mais tempo ainda, começou pouco depois da morte da minha mulher, e isso já faz mais de cinco anos e meio.

K. aproximou-se dele.

– Ele encarrega-se portanto também de casos vulgares? – perguntou.

Esta combinação entre os negócios e o direito parecia-lhe das mais tranquilizadoras.

– Certamente – disse o comerciante e acrescentou em voz baixa: – Diz-se mesmo que é mais competente neste domínio do que no outro. – Mas pareceu em seguida arrepender-se das suas palavras; assentou uma das mãos no ombro de K. e disse: – Suplico-lhe que não me traia.

K. bateu-lhe com a mão na perna para o tranquilizar e disse-lhe:

– Não, eu não sou um traidor.

– É que ele é rancoroso – disse o comerciante.

– Contra um cliente tão fiel, não fará seguramente nada – disse K.

– Oh, sim! – retorquiu o comerciante. – Quando fica irritado não faz nenhuma diferença; aliás eu não lhe sou realmente fiel.

– Como é isso? – perguntou K.

– Posso confiar em si? – perguntou o comerciante, com ar de dúvida.

– Acho que pode – disse K.

– Ora bem – disse o comerciante –, vou confessar-lhe uma parte do meu segredo; mas o senhor também deve confiar-me um segredo, de forma que estejamos em igualdade perante o advogado.

– É bem prudente! – disse K. – Vou confiar-lhe um segredo que lhe dará toda a tranquilidade. Em que consiste então a sua infidelidade?

– Ora bem – disse o comerciante hesitando e como se confessasse algo de desonroso –, tenho outros advogados além dele.

– Mas não é muito grave – disse K., um pouco decepcionado.

– Nestas circunstâncias, sim – retorquiu o comerciante que ainda sentia dificuldade em respirar depois da sua confissão, apesar de a observação de K. lhe aumentar a confiança. – É sobretudo proibido, quando se recorre a um advogado propriamente dito, chamar advogados às ocultas. Ora, é esse o caso, tenho cinco advogados nestas condições.

– Cinco! – exclamou K., admirado com o número –, cinco advogados além deste?

O comerciante aquiesceu:

– Ando mesmo em negociações com um sexto.

– Mas porque precisa de tantos advogados? – perguntou K.

– São todos necessários – disse o comerciante.

– Importa-se de me explicar? – perguntou K.

– De bom grado – disse o comerciante. – Antes de tudo, não quero perder o meu processo, nem vale a pena dizer. Por conseguinte, não devo negligenciar nada que possa servir-me; mesmo nos casos em que a esperança é quase nula, não devo renunciar. Por isso consagrei ao processo tudo o que possuo. Assim, retirei todo o dinheiro investido no meu negócio; dantes, os meus escritórios ocupavam quase um andar, hoje contento-me com uma salinha que dá para o pátio, onde trabalho com um aprendiz. Claro que não é só a falta de dinheiro, é sobretudo a falta de energia para trabalhar que provocou esta regressão. Se quisermos fazer alguma coisa pelo nosso processo, não nos podemos ocupar muito de outras coisas.

– Então trabalha pessoalmente no tribunal? – perguntou K. – É justamente sobre isso que desejava informar-me.

– Tenho poucas coisas para lhe contar – disse o comerciante. – Ao princípio, de facto, experimentei, mas depressa renunciei. É demasiadamente esgotante, e os resultados são mínimos. Para mim, em todo o caso, revelou-se impossível trabalhar lá e negociar ao mesmo tempo. O simples facto de ali permanecer sentado à espera é muito cansativo. Aliás, o senhor conhece pessoalmente a atmosfera das secretarias.

– Como é que sabe que eu lá estive? – perguntou K.

– Encontrava-me na sala de espera quando passou.

– Que acaso curioso! – exclamou K. com entusiasmo, esquecendo por completo o quanto o comerciante lhe parecera ao princípio ridículo. – Então viu-me! Encontrava-se na sala de espera quando passei. Sim, passei por lá uma vez.

– O acaso não é assim tão grande – disse o comerciante –, estou lá quase todos os dias.

– Daqui em diante deverei sem dúvida ir lá mais vezes – disse K. – Mas não serei acolhido com tanto respeito como da primeira vez. Levantaram-se todos. Devem ter-me confundido com um juiz.

– Não – disse o comerciante –, foi o oficial de diligências que cumprimentámos dessa vez. Que o senhor era um acusado, isso já nós sabíamos. As novidades deste género espalham-se muito depressa.

– Então estavam já ao corrente – disse K. –, mas nesse caso a minha conduta talvez lhes tenha parecido arrogante. Não houve comentários?

– Não – retorquiu o comerciante –, pelo contrário. Mas são disparates.

– Que género de disparates? – perguntou K.

– Porque faz essa pergunta? – disse o comerciante, com ar contrariado. – Não parece conhecer ainda as pessoas de lá e vai talvez interpretar mal as minhas palavras. Não se esqueça de que, no decurso desses longos processos, não cessamos de ouvir coisas para as quais a razão não é suficiente; muitas vezes, estamos simplesmente demasiado cansados e preocupados; à falta de melhor, viramo-nos para a superstição. Falo dos outros, mas eu não sou melhor. Uma destas superstições consiste para muitos em querer ler no rosto do acusado o desfecho do seu processo, em especial segundo o contorno dos lábios. Essas pessoas afirmaram, pois, que, pelo contorno dos seus lábios, o senhor seria seguramente condenado, e num futuro próximo. Repito-lhe que é um preconceito ridículo e, na maior parte dos casos, inteiramente contrariado pelos factos; mas quando se vive neste meio, é difícil escapar a este género de opiniões. Imagine qual possa ser a força desta superstição. Falou com alguém lá, não é verdade? Mas ele mal foi capaz de responder-lhe. Claro, os motivos de angústia não faltam em tal sítio, mas a forma dos seus lábios era uma entre outras. Contou-nos depois que julgava ter visto também nos seus lábios o sinal da sua própria condenação.

– Nos meus lábios? – perguntou K., pegando num espelho de bolso e mirando-se nele. – Não leio nada de especial nos meus lábios. E o senhor?

– Eu também não – disse o comerciante –, absolutamente nada.

– Como essa gente é supersticiosa! – exclamou K.

– Eu não lho tinha dito? – perguntou o comerciante.

– Passam então o tempo a visitarem-se e a trocar opiniões? – disse K. – Até aqui, mantive-me completamente afastado.

– Em geral, não se visitam – disse o comerciante –, seria impossível, pois são muitos. Aliás, têm poucos interesses em comum. Quando às vezes, num grupo, se julga ver surgir um interesse qualquer, depressa notamos que nos enganámos. Nenhuma acção em comum é possível contra o tribunal. Cada caso é examinado por si mesmo, porque a justiça é extremamente minuciosa. Nenhuma acção de litígio é, pois, possível; apenas um ou outro obtém por vezes algo, em segredo; é somente quando a coisa já foi obtida que os outros a sabem; ninguém sabe como sucedeu. Não existe portanto nenhuma solidariedade; claro que nos encontramos de vez em quando na sala de espera, mas quase não falamos. As superstições existem desde tempos imemoriais e propagam-se por si próprias.

– Vi esses cavalheiros na sala de espera – disse K. –, e a sua espera pareceu-me bem inútil.

– A espera não é vã – disse o comerciante –, o que é inútil é intervir no seu próprio processo. Já lhe disse que tenho neste momento cinco advogados além do doutor Huld. Seríamos tentados a julgar... eu próprio o julguei ao princípio... que poderia confiar-lhes

inteiramente o caso. Nada seria mais falso. É ainda mais difícil do que se só tivesse um. Não me compreende, certamente?

– Não – disse K., e para incitar o comerciante a falar mais devagar, pousou de modo apaziguador uma das mãos na dele – ; mas gostava de pedir-lhe que falasse um pouco mais lentamente, todas estas coisas são muito importantes para mim, e custa-me acompanhá-lo.

– Fez bem em lembrar-mo – disse o comerciante –, é verdade que o senhor é um dos novos, um neófito. O seu processo tem só seis meses, não é verdade? Sim, ouvi falar nele. Um processo tão recente! Eu, em compensação, reflecti nestas coisas muitas vezes, tornaram-se mais evidentes para mim.

– Sem dúvida que está contente por o seu processo já ter progredido tanto? – inquiriu K., não querendo perguntar directamente em que pé se encontravam os casos do comerciante. Mas não foi por isso que obteve uma resposta directa.

– Sim, faz cinco anos que arrasto o meu processo – disse o comerciante baixando a cabeça –, não é uma proeza qualquer.

Depois, calou-se por momentos. K. aguardava o regresso de Leni. Por um lado, não queria que ela voltasse, porque ainda tinha muitas perguntas a fazer e também não queria que Leni o surpreendesse a trocar confidências com o comerciante; mas por outro lado sentia-se irritado por vê-la, apesar da sua presença, passar todo aquele tempo junto do advogado, muito mais do que o necessário para lhe dar a sopa.

– Lembro-me ainda – prosseguiu o comerciante, e logo K. ficou atento –, lembro-me ainda da época em que o meu processo tinha pouco mais ou menos o mesmo tempo que o seu. Tinha apenas o doutor Huld nessa época, mas não estava muito contente com ele.

«Agora vou saber tudo», pensou K., e aquiesceu vivamente, como para encorajar o comerciante a dizer tudo o que valia a pena ser sabido.

– O meu processo – continuou – não avançava; claro que havia interrogatórios e eu ia lá todas as vezes, reunia documentos, apresentava todos os meus livros de contas ao tribunal, o que nem sequer era necessário, fiquei a sabê-lo depois; corria incessantemente para o escritório do advogado, ele apresentava também ao tribunal diversos requerimentos...

– Diversos requerimentos? – perguntou K.

– Claro – disse o comerciante.

– Eis uma coisa que muito me interessa – disse K. –, no meu caso, ele continua a trabalhar no primeiro requerimento. Ainda não fez nada. Agora estou a ver que me negligencia de maneira escandalosa.

– Que o seu requerimento não esteja terminado, pode ter diversos motivos válidos – disse o comerciante. – Aliás, a continuação demonstrou que os seus requerimentos não tinham servido para nada. Cheguei até a ler um, graças aos bons ofícios de um funcionário do tribunal. Era, por certo, erudito, mas destituído de conteúdo, na verdade. Sobretudo muito latim, que não compreendo, depois páginas e páginas de invocações ao tribunal, depois lisonjas destinadas a certos funcionários que, sem serem nomeados, eram fáceis de identificar por um iniciado; depois, o advogado cantava o seu próprio elogio, um elogio no qual se humilhava diante da justiça com odioso servilismo; por fim examinava antigos casos, supostamente análogos ao meu. Estas análises, tanto quanto eu estava à altura de as acompanhar, eram conduzidas com grande cuidado, aliás. Ao dizer isto, não procuro pronunciar-me sobre o trabalho do advogado; o requerimento que li não passava de um entre vários outros, mas em todo o caso, e

é do que vou falar-lhe agora, nunca constatei que tenha feito qualquer progresso.

– Que género de progresso aguardava ao certo? – perguntou K.

– A sua pergunta é perfeitamente razoável – disse o comerciante a sorrir –, é muito raro, neste género de processos, poder conseguir qualquer progresso, mas então não o sabia. Sou comerciante e era-o então ainda mais do que agora: queria progressos tangíveis, era necessário que todo o caso se encaminhasse para um fim, ou conhecesse pelo menos um progresso regular. Em vez disso, apenas havia audições, que às vezes se repetiam; eu tinha as respostas todas preparadas, como uma ladainha; várias vezes por semana, enviados do tribunal vinham à minha loja, ao meu apartamento, a qualquer sítio, desde que eu lá estivesse; claro que era embaraçoso (hoje em dia o telefone incomoda-me menos); a existência do meu processo começara a espalhar-se entre as minhas relações de trabalho, mas sobretudo entre os meus próximos; era portanto maltratado de todos os lados, mas nada parecia indicar que mesmo a primeira sessão do tribunal estivesse prevista para breve. Dirigi-me, pois, ao escritório do advogado para me queixar. Ele forneceu-me longas explicações, mas recusou em absoluto agir como eu desejava; ninguém, segundo ele, podia influenciar a data da audiência; quanto a apresentar um requerimento neste sentido, como eu pedia, não havia precedentes e iria conduzir-nos, a ele e a mim, à nossa perda no processo. Disse para comigo que o que este advogado não queria ou não poderia fazer, um outro quereria e poderia. Procurei portanto outros advogados. Antecipo de imediato a sua pergunta: ninguém solicitou nem obteve que fosse fixada a data da audiência plenária; com uma excepção, à qual voltarei, a coisa é verdadeiramente impossível: portanto, neste ponto preciso o dou tor Huld não me enganou; mas quanto ao resto, não me arrependi de me ter dirigido a outros advogados. O doutor Huld pôde já contar-lhe muitas coisas sobre esses advogados, sem dúvida pintou-os como completamente desprezíveis, e é a verdade. Mas quando fala deles e se compara com eles, consigo próprio e com os outros colegas, comete um pequeno erro que desejo assinalar-lhe, mesmo de passagem. Para melhor os distinguir, designa sempre os advogados do seu meio pela fórmula «grandes advogados». Isto é falso; cada um, claro, pode dizer-se «grande» se lhe apetecer, mas na matéria só decide o uso em vigor nos tribunais. Ora, segundo este uso, existem, ao lado dos advogados particulares, os pequenos e os grandes advogados. Mas o doutor Huld e os seus colegas não passam de pequenos advogados; quanto aos grandes advogados... e apenas ouvi falar neles, nunca os vi... estão colocados muito mais acima na hierarquia, relativamente aos pequenos advogados, do que estes últimos relativamente aos tais advogados ocultos tão desprezados.

– Os grandes advogados? – perguntou K. – Mas quem são eles? Como os contactamos?

– Então nunca ouviu falar deles? – disse o comerciante. – Não há acusado que, depois de ter ouvido falar deles, não se ponha a sonhar durante um certo tempo. Mais vale não se iludir. Ignoro quem são os grandes advogados e é sem dúvida impossível contactá-los. Não conheço um único caso no qual se possa dizer com certeza que eles tenham intervindo. Defendem algumas pessoas, mas isso não depende da vontade do acusado; defendem apenas aqueles que querem. É, no entanto, necessário que o caso de que se ocupam tenha já transposto o tribunal de primeira instância. Além disso, mais vale não pensar no assunto, porque de outro modo começamos a achar tão repugnantes e inúteis as conversas com os outros advogados, os seus conselhos e as suas prestações que preferiríamos abandonar tudo, voltar para casa, meter-nos na cama e nunca mais ouvir falar disto. Mas nada seria mais estúpido, claro, e o repouso que

saboreássemos na cama seria de curta duração.

– Então o senhor não pensou nos grandes advogados? – perguntou K.

– Não por muito tempo – disse o comerciante, sorrindo de novo –, mas não podemos infelizmente esquecê-los completamente; a noite sobretudo é propícia a este género de pensamentos. Mas na ocasião queria resultados imediatos, e eis que fui procurar esses advogados ocultos.

– Ora aqui estão, sentados ao lado um do outro! – exclamou Leni, de volta com a tigela e de pé no limiar da porta.

Encontravam-se de facto sentados ao lado um do outro, o mínimo movimento teria bastado para que as suas cabeças chocassem; o comerciante que, para além da sua baixa estatura, tinha ainda as costas arqueadas, havia forçado K. a curvar-se, também, se quisesse ouvi-lo.

– Mais um pequeno instante! – gritou ele para Leni, procurando afastá-la, mantendo a mão pousada na do comerciante, e trémulo de impaciência.

– Ele queria que eu lhe contasse o meu processo – disse o comerciante a Leni.

– Conta, conta – disse ela.

Falava ao comerciante com ternura, mas também num tom de condescendência que desagradou a K.; dava agora conta de que aquele homem tinha valor, pelo menos possuía uma experiência que sabia comunicar. Leni julgara-o sem dúvida injustamente. Observou, com cólera, o modo como ela retirava da mão do Senhor Block o castiçal que ele não cessara de segurar durante todo este tempo, lhe enxugava a mão com o avental, depois se ajoelhava a seu lado para raspar um pouco de cera que tinha caído nas suas calças.

– Ia falar-me dos advogados ocultos – disse K., afastando sem qualquer comentário a mão de Leni.

– Que queres tu então? – perguntou Leni e, depois de ter dado uma palmadinha a K., continuou o seu trabalho.

– Sim, desses advogados – disse o comerciante ao mesmo tempo que passava a mão pela testa, como para reflectir.

K. quis ajudá-lo e disse:

– O senhor queria obter resultados imediatos e foi portanto procurar esses advogados.

– Isso mesmo – disse o comerciante, mas não foi mais longe.

«Talvez não queira falar diante de Leni», pensou K. e, dominando a impaciência em que estava para ouvir o resto imediatamente, não insistiu mais.

– Anunciaste-me? – perguntou a Leni.

– Claro – disse ela –, está à tua espera. Deixa agora Block; poderás falar-lhe mais tarde, de qualquer modo ele fica aqui. K. ainda hesitava.

– Fica aqui? – perguntou ao comerciante.

Queria ouvir a sua própria resposta; não queria que Leni falasse do comerciante como se ele ali não estivesse; estava cheio de uma irritação secreta contra Leni. Mas foi ela que respondeu em vez de Block:

– Ele dorme muitas vezes aqui.

– Ele dorme aqui? – exclamou K.

Tinha julgado que o comerciante ia contentar-se em o aguardar enquanto ele despachasse a conversa com o advogado, mas que depois partiriam juntos e poderiam falar exaustivamente com tranquilidade de todos os assuntos que o interessavam.

– Claro que sim – disse Leni –, nem toda a gente tem como tu, meu querido Joseph, o privilégio de ser recebido a qualquer hora pelo advogado. Não pareces surpreendido por o advogado ainda te receber às onze da noite, apesar da sua doença. Tens demasiada tendência para achar natural o que os teus amigos fazem por ti. Bom, os teus amigos e eu, em todo o caso, fazemo-lo de bom grado. O único agradecimento que quero e de que preciso é de saber que me amas.

«Que eu te ame?», começou K. por pensar; foi só então que disse para si: «Sim, amo.» Desprezando tudo o resto, apesar disso, respondeu:

– Recebe-me porque sou seu cliente. Se também para isso fosse necessária a ajuda de alguém, não poderia dar um passo sem ter de rogar e agradecer.

– Como ele está hoje de mau humor, não é verdade? – perguntou Leni ao comerciante.

«Agora sou eu o ausente», pensou K. e quase ficou também furioso com o comerciante quando este encareceu a indelicadeza de Leni dizendo:

– É ainda por outras razões que o advogado o irá receber. O seu caso é mais interessante do que o meu. Além disso, o seu processo vai ainda no princípio, sem dúvida ainda não está perdido, o advogado ainda se ocupa dele com prazer. Isto mudará mais adiante.

– Sim, sim – disse Leni, e Block a rir. – Como ele é falador! – Ao mesmo tempo virou-se para K.: – Mas sobretudo não acredites nele. É tão simpático como falador. É talvez por isso que o advogado não o pode aturar. Em todo o caso, só o recebe quando está bem-disposto. Já tive muito trabalho para modificar esta situação, mas é impossível. Imagina, às vezes anuncio Block, e ele só o recebe três dias mais tarde. Mas se Block não comparecer ao encontro quando o chama, então está tudo perdido, e é preciso anunciá-lo novamente. Por isso é que permiti que Block dormisse aqui; aliás, já aconteceu ele chamar-me a meio da noite para lhe falar. Block mantém-se portanto preparado também de noite. Em contrapartida, quando ele sabe que Block está aqui, o advogado revoga por vezes a sua ordem para o mandar entrar.

K. interrogou o comerciante com o olhar. Este aquiesceu e disse com a mesma franqueza que usara durante a conversa com K., talvez a sua humilhação o tivesse distraído:

– Sim, tornamo-nos pouco a pouco muito dependentes do nosso advogado.

– Não se queixa senão para disfarçar – disse Leni. – Porque gosta muito de dormir aqui; confessou-mo muitas vezes. – Dirigiu-se para uma porta pequena e empurrou-a. – Queres ver o seu quarto?

K. avançou até ao limiar e viu um quarto baixo, sem nenhuma janela, inteiramente ocupado por uma cama estreita. Era preciso passar por cima dos pés da cama para nos deitarmos. À cabeceira da cama havia um nicho na parede, onde se alinhavam com cuidado um candeeiro, um tinteiro e uma pena, assim como um monte de papéis, sem dúvida documentos relativos ao processo.

– Dorme no quarto da criada? – perguntou K. voltando-se para o comerciante.

– Leni arranjou-o para mim – respondeu o comerciante –, é muito cómodo.

K. fitou-o demoradamente; a primeira impressão que o comerciante lhe causara fora talvez justa; Block possuía muita experiência, porque o seu processo durava há imenso tempo, mas tinha-a pago bem cara. De súbito, a presença do comerciante tornou-se-lhe insuportável.

– Mete-o então na cama! – gritou K. para Leni, que parecia não compreender nada.

K. queria falar com o advogado e, com o seu despedimento, libertar-se ao mesmo tempo dele e também de Leni e do comerciante. Mas, antes mesmo de ter alcançado a porta, o

comerciante lançou-lhe em voz baixa:

– Senhor Administrador...

K. voltou-se, com ar severo.

– Esqueceu-se da sua promessa – disse Block, sentado na cadeira, os braços estendidos para K., com ar suplicante –, devia confiar-me também um segredo.

– É verdade – disse K. aflorando também com o olhar Leni que o observava atentamente. – Ora bem, ouça-me; para dizer a verdade, quase já não é um segredo. Vou falar com o advogado para pôr termo ao seu mandato.

– Ele dispensa-o! – exclamou o comerciante, e saltou da cadeira e começou a percorrer a cozinha, os dois braços no ar. Não parava de repetir: – Ele despede o advogado!

Leni ia lançar-se sobre K., mas esbarrou no comerciante, o que valeu a este último um bom murro. Ainda de punhos cerrados, ela correu atrás de K., mas ele levava já um bom avanço. Tinha entrado no quarto do advogado quando Leni o apanhou. Quase tinha já fechado a porta atrás de si, mas Leni, bloqueando-a com um pé, tomou-lhe um braço e quis puxá-lo para trás. Mas ele apertou-lhe o pulso com tanta força que ela teve de largá-lo, soltando um gemido. Não se atreveu a entrar no quarto, e K., por seu turno, fechou a porta à chave.

– Há já muito tempo que estava à sua espera – disse o advogado, metido na cama.

Pousou na mesinha-de-cabeceira um documento que lia à luz da vela, pôs os óculos e lançou a K. um olhar penetrante. Em vez de se desculpar, K. respondeu:

– Só me demorei um instante.

Como não era uma desculpa, o advogado contentou-se em dizer-lhe:

– De futuro, não o receberei a uma hora tão tardia. – Antecipa os meus desejos – disse K.

O advogado questionou-o com o olhar.

– Sente-se – disse.

– Já que o deseja – disse K. e avançou uma cadeira para junto da mesinha-de-cabeceira e sentou-se.

– Parecia-me que tinha fechado a porta à chave – disse o advogado.

– Sim – disse K. –, por causa de Leni.

Não tencionava poupar ninguém. Mas o advogado perguntou-lhe:

– Ela voltou a importuná-lo?

– Importunar? – perguntou K.

– Sim – disse o advogado a rir, o que lhe provocou um acesso de tosse; assim que passou, pôs-se de novo a rir. – De qualquer modo já notou que ela procura dar nas vistas? – perguntou enquanto dava palmadinhas na mão de K., que este último tinha por distracção pousado na mesinha-de-cabeceira e que retirou precipitadamente. – O senhor não lhe concede muita importância – disse, perante o silêncio de K. –, tanto melhor. Caso contrário, talvez tivesse de apresentar-lhe desculpas. É uma extravagância de Leni, que eu aliás lhe perdoei há muito tempo e de que não lhe falaria se não acabasse mesmo agora de fechar a porta à chave. Esta extravagância... o senhor é sem dúvida a última pessoa a quem eu julgaria dever explicá-la, mas tem um ar tão consternado... faço-o portanto: a sua extravagância é que Leni acha belos a maioria dos acusados. Prende-se a todos os acusados, ama-os e é, parece, para dizer a verdade, amada por todos; para me distrair, ela conta-me depois a história, se eu lho permitir. Tudo isto não me espanta tanto como o senhor o parece estar. Quando se sabe ver, achamos de facto que todos os acusados são belos. É um fenómeno singular, que emana de certo modo do

domínio das ciências naturais. Claro que a acusação não provoca uma modificação nítida da aparência do acusado, susceptível de ser determinada com precisão. Não obstante, não é como nos outros casos da justiça; a maior parte dos nossos clientes conserva os seus hábitos de vida e não são muito incomodados pelo processo, se estão nas mãos de um bom advogado. E, no entanto, os que têm experiência neste domínio são capazes de identificar um a um os acusados no meio de mil pessoas. Como assim?, irá perguntar-me. A minha resposta não vai satisfazê-lo muito: é que os acusados são precisamente os mais belos. Não pode ser a culpa que os torna belos, porque na realidade... como advogado devo pelo menos fazer este discurso... nem todos são culpados; também não pode ser a condenação futura que os torna já belos, porque nem todos serão condenados; isto apenas pode portanto derivar do processo judicial iniciado contra eles, e do qual de certo modo trazem o reflexo. Claro, há os que são particularmente belos. Mas são todos belos, mesmo esse miserável Block.

Quando o advogado terminou, a decisão de K. tornou-se inabalável, tinha até aquiescido ostensivamente com as últimas palavras do advogado, confirmando assim a sua opinião: este procurava sempre, e desta vez também, distraí-lo com todos os géneros de informações sem ligação com o seu caso e desviá-lo do essencial: ou seja, os progressos que tinha feito no seu processo. O advogado deve ter notado que K. lhe resistia mais do que o costume, porque se calou para dar a K. a possibilidade de, por sua vez, falar; depois, verificando que este permanecia calado, perguntou-lhe:

– Veio procurar-me hoje com um objectivo preciso?

– Sim – disse K. tapando um pouco a vela com a mão para ver melhor o advogado –, queria dizer-lhe que, a partir deste dia, lhe retiro a minha defesa.

– Terei compreendido bem? – perguntou o advogado soerguendo-se na cama e apoiando uma das mãos nas almofadas.

– Creio que sim – disse K., sentado muito hirto, como um caçador.

– Bom, podemos falar desse projecto – disse o advogado após um breve instante.

–Já não é mais um projecto – disse K.

– Admitamos – retorquiu o advogado –, mas mesmo assim nós não vamos precipitar nada.

Utilizara o termo «nós», como se tencionasse privar K. da sua liberdade e como se, de seu defensor, tivesse querido ficar seu conselheiro.

– Isto nada tem de precipitado – disse K., levantando-se com lentidão para ir postar-se atrás da cadeira –, é uma decisão maduramente reflectida, talvez mesmo de mais; a minha decisão é definitiva.

– Então, permita-me ainda mais algumas palavras – disse o advogado afastando o edredão e sentando-se na borda da cama.

As suas pernas cobertas de pêlos brancos tremiam de frio. Pediu a K. que lhe trouxesse um cobertor que estava em cima do canapé. K. foi buscar o cobertor e disse:

– Arrisca-se inutilmente a apanhar frio.

– A ocasião é suficientemente importante – disse o advogado envolvendo a parte superior do corpo no edredão e enrolando as pernas no cobertor. – O seu tio é meu amigo e o senhor também, o senhor tornou-se-me querido com o tempo. Confesso-o francamente. Não tenho de sentir vergonha.

Estas comovedoras palavras do velhote aborreceram muito K., porque o obrigavam a fornecer uma explicação pormenorizada que teria preferido evitar; além disso

desconcertavam-no – confessava-o a si próprio com toda a franqueza –, embora não pudessem demovê-lo da sua decisão.

– Agradeço-lhe a sua amizade – disse –, reconheço, aliás, que se ocupou do meu caso em toda a medida das suas possibilidades e do que lhe pareceu ser o meu interesse. Adquiri no entanto a convicção, nestes últimos tempos, de que isso não é suficiente. Nunca, claro, tentarei convencer da minha opinião um homem muito mais velho e mais experimentado do que eu; se por vezes tentei fazê-lo involuntariamente, queira desculpar-me; mas este caso, para retomar as suas próprias palavras, é suficientemente importante, e estou convencido de que é preciso intervir no processo com mais energia do que tem sido feito até agora.

– Compreendo-o – disse o advogado –, o senhor está impaciente.

– Não estou impaciente – disse K., um pouco irritado e cuidando menos da sua linguagem. – Pôde notar aquando da minha primeira visita com o meu tio que eu não me preocupava muito com o processo; se não mo lembrassem à força, por assim dizer, esquecia-o pura e simplesmente. Mas o meu tio insistiu em que eu lhe confiasse a minha defesa; fi-lo para lhe ser agradável. Deveria esperar-se então que eu achasse o processo ainda mais fácil de suportar do que antes, porque, afinal, se nos fazemos defender por um advogado, é para nos aliviarmos um pouco destas preocupações. Ora foi o inverso que aconteceu. Nunca o processo me preocupou tanto como desde que o senhor me defende. Quando estava só, não efectuava nenhuma diligência, mas quase não sentia o meu processo; agora, pelo contrário, com um defensor, tudo estava preparado para prosseguir, não cessei de aguardar a sua intervenção, mas nada aconteceu. Claro que me facultou diversas informações acerca do tribunal como ninguém mais, talvez, me teria podido proporcionar. Mas isso não é suficiente, agora que, de dia para dia, o processo toma literalmente posse de mim.

K. tinha afastado a cadeira e conservava-se de pé, as mãos nas algibeiras do casaco.

– Quando praticamos o nosso ofício durante um certo tempo – disse o advogado calmamente e em voz baixa –, nada de muito novo se passa. Quantos clientes, em estádios análogos do seu processo, se mantiveram de pé à minha frente como o senhor e me dirigiram palavras análogas.

– Bem – disse K. –, todos esses clientes não tinham menos razão do que eu. Isso não refuta o que eu disse.

– Eu não procurava refutá-lo – disse o advogado –, mas queria acrescentar que esperava vê-lo manifestar mais bom senso do que os outros, tanto mais que lhe forneci sobre o tribunal e sobre a minha actividade mais esclarecimentos do que aos meus outros clientes. Ora, sou forçado a verificar agora que apesar de tudo o senhor não teve suficiente confiança em mim. Não me facilita as coisas.

Como o advogado se humilhava diante de K.! E sem o respeito pela honra profissional, a qual devia ser seguramente o seu ponto mais sensível. Porque agia ele assim? Parecia no entanto um advogado muito ocupado e além disso um homem rico; uma baixa de rendimentos ou a perda de um cliente não deviam contar muito para ele. Encontrando-se ainda por cima mal de saúde, deveria ser o primeiro a preocupar-se em aligeirar a carga de trabalho. E todavia agarrava-se a K. Porquê? Era por simpatia pessoal pelo tio, ou então julgava o processo de K. realmente tão extraordinário que esperava distinguir-se graças a ele, quer em benefício de K. quer – nunca seria de excluir esta possibilidade – aos olhos dos seus amigos e da justiça? A sua atitude nada deixava adivinhar, ainda que K. o observasse sem cessar. Quase

se poderia julgar que mantivera propositadamente um rosto impassível à espera de ver o efeito do seu discurso. Mas interpretou sem dúvida o mutismo de K. como se fosse mais favorável para si, quando prosseguiu:

– Terá observado que, se tenho um grande escritório, não tenho nenhum empregado. Outrora as coisas eram diferentes, tempo houve em que alguns jovens juristas trabalhavam para mim; hoje trabalho sozinho. Isto resulta por um lado da evolução da minha actividade, porque estou cada vez mais circunscrito a casos do género do seu, e por outro do conhecimento sempre mais aprofundado que adquiri. Descobri que não podia confiar este trabalho a ninguém, se não quisesse prejudicar os meus clientes e as obrigações que tinha assumido. Mas a decisão de efectuar todo o trabalho sozi nho teve como consequência natural que tive de recusar quase todas as causas que me pediam para defender, e só pude aceitar aquelas que me interessavam mais... aliás, há imensos indivíduos, e até muito próximo daqui, que se precipitam sobre as mínimas migalhas que lhes deixo! E ainda por cima caí doente por excesso de trabalho. Não me arrependo da minha decisão, porém; talvez devesse recusar mais processos do que faço; mas revelou-se indispensável que me consagrasse inteiramente aos processos que tinha a meu cargo; o êxito tem recompensado os meus esforços. Um dia li uma bela definição que caracteriza perfeitamente a diferença que existe entre o advogado de casos vulgares e o advogado de casos como estes dos quais tenho mandato. O primeiro conduz o seu cliente, ao longo de uma linha de coser, até ao veredicto, mas o outro põe logo o cliente aos ombros e transporta-o até ao veredicto, e ainda mais além, sem o pôr no chão. É bem isso. Mas enganava-me quando dizia que nunca me arrependo deste imenso trabalho. Quando é inteiramente desconhecido, como no seu caso, ora bem, então, quase me arrependo.

Este discurso impacientou ainda mais K. do que o persuadiu. Julgou discernir no tom do advogado o que o esperava se cedesse; as vãs promessas iam recomeçar: alusões ao requerimento que avançava, aos oficiais de justiça mais acessíveis, mas também às imensas dificuldades que se interpunham – em suma, dir-lhe-iam pela centésima vez tudo o que ele já sabia até à exaustão, com vagas esperanças, e atormentá-lo-iam, com vagas ameaças. Era preciso impedi-lo desde já, e assim inquiriu:

– Que conta empreender no meu caso, se mantiver a defesa?

O advogado submeteu-se mesmo a esta pergunta francamente insultuosa e respondeu:

– Continuarei o que já empreendi por si.

– Eu bem pensava – disse K. –, é inútil insistir nisso.

– Vou efectuar ainda outra tentativa – disse o advogado, como se não fosse K. mas ele próprio quem tinha razões para se exaltar. – Porque tenho a impressão de que a má opi nião que tem da minha assistência, assim como de tudo o resto da sua atitude, derivam do facto de que, para um acusado, o tratam demasiado bem ou, mais exactamente, com indolência, com uma indolência aparente. Isto também tem uma razão; muitas vezes é melhor estar acorrentado do que livre. Mas mesmo assim gostaria de mostrar-lhe como outros acusados são tratados; talvez isto lhe sirva de lição. Vou convocar Block, abra a porta e sente-se aqui, ao lado da mesinha-de-cabeceira.

– Com muito prazer – disse K. procedendo como o advogado lhe pedira; continuava disposto a aprender. Mas para se precaver de qualquer eventualidade, perguntou ainda: – Registou bem que lhe retiro a minha defesa?

– Sim – disse o advogado –, mas hoje ainda poderá mudar de decisão.

Meteu-se novamente na cama, puxou o edredão até ao queixo e voltou-se para a parede. Depois tocou.

Quase ao mesmo tempo que o toque da campainha apareceu Leni, procurando com rápidas olhadelas saber o que se tinha passado; pareceu-lhe tranquilizador ver K. sentado serenamente ao lado da cama do advogado. Fez a K. um sinal com a cabeça, sorrindo; ele fitou-a friamente.

– Vai procurar Block – disse o advogado.

Mas em vez de ir procurá-lo, ela contentou-se em ir à porta e gritar «Block! Aqui ao quarto do advogado!». Depois, sem dúvida porque o advogado se mantinha virado para a parede e não se ocupava de nada, deslizou para trás da cadeira de K. Não parou então de incomodá-lo, debruçando-se no espaldar ou metendo a mão nos cabelos e acariciando-lhe as faces com muita ternura e cuidado. K. acabou por se esquivar pegando-lhe na mão que ela lhe abandonou após alguma resistência.

Block tinha acorrido ao ouvir o seu nome, mas ficara atrás da porta e parecia perguntar a si mesmo se devia entrar. Com as sobrancelhas franzidas e a cabeça inclinada, parecia aguardar um segundo apelo. K. teria podido encorajá-lo a entrar, mas como prometera a si próprio romper de uma vez por todas não só com o advogado, mas com tudo o que existia em sua casa, manteve-se imóvel. Também Leni se conservou calada. Block notou que pelo menos ninguém o afastava e entrou na ponta dos pés, rosto tenso, as mãos crispadas atrás das costas. Tinha deixado a porta aberta para uma retirada eventual. Não encarava K. mas fixava o espesso edredão debaixo do qual o advogado nem sequer era visível, tanto se aproximara da parede. Foi então que ouviram a sua voz:

– É Block? – perguntou.

Esta pergunta causou em Block, que já havia recuado vários passos, o efeito de uma pancada no peito seguida de uma pancada nas costas; titubeou, imobilizou-se numa profunda reverência e disse:

– Para o servir.

– Que queres tu? – perguntou o advogado. – Chegas em má hora.

– Não me chamaram? – perguntou Block dirigindo-se mais a si próprio do que ao advogado, de mãos estendidas para se proteger, e pronto a fugir.

– Chamaram-te – disse o advogado –, mas apesar disso chegas em má hora. – E após uma pausa acrescentou: – Tu chegas sempre em má hora.

Desde que o advogado começara a falar, Block deixara de olhar para a cama, tinha o olhar fixo algures num canto, como se a visão de quem falava fosse demasiado ofuscante para poder suportá-la. O advogado também não era fácil de escutar, porque falava encostado à parede em voz baixa e muito depressa.

– Quer que me vá embora? – perguntou Block.

– Agora que estás aí – disse o advogado –, fica!

Poderia julgar-se que o advogado não realizara o anseio de Block mas que o tinha ameaçado com o chicote, porque Block foi assaltado por verdadeiras tremuras.

– Estive ontem – disse o advogado – em casa do meu amigo terceiro juiz e orientei aos poucos a conversa para o teu caso. Queres saber o que ele disse?

– Oh, se faz favor! – replicou Block.

Como o advogado demorasse a responder, Block repetiu a súplica e inclinou-se, como se fosse ajoelhar-se. Mas K. falou-lhe com aspereza:

– Que estás tu a fazer? – exclamou.

Como Leni tivesse tentado calá-lo, ele agarrou-lhe a outra mão. Não existia nenhum amor neste aperto, e Leni suspirou várias vezes quando procurou libertar as mãos. Mas foi Block o punido pela exclamação de K., porque o advogado lhe perguntou:

– Quem é então o teu advogado?

– É o senhor – disse Block.

– E além de mim? – perguntou o advogado.

– Não há mais ninguém – retorquiu Block.

– Então não obedeces a mais ninguém – disse o advogado.

Block mostrou-se perfeitamente de acordo, fitou K. com um olhar desdenhoso e meneou vivamente a cabeça na sua direcção. Se esta atitude fosse transposta em palavras, ela traduzir-se-ia em insultos grosseiros. E dizer que K. quisera falar amistosamente do seu próprio caso com aquele indivíduo!

– Não te incomodarei mais – disse K., recuando a cadeira –, põe-te de joelhos ou então de gatas, faz o que te apetecer, pouco me importa.

Mas Block tinha apesar de tudo o sentido da honra, pelo menos relativamente a K., porque se atirou a ele gesticulando, de punhos cerrados, e gritou, o mais alto que ousava fazer próximo do advogado:

– Não tem o direito de falar-me assim, isso não é permitido. Porque me insulta? E além disso, diante do Senhor Advogado, onde somos tolerados, o senhor e eu, por pura compaixão? O senhor não vale mais do que eu, porque também é arguido e tem um processo. Mas se nem por isso deixa de ser um cavalheiro, então eu sou seu igual, até mesmo superior a si. E quero ser tratado como tal, particularmente por si. Mas se se considera privilegiado por estar sentado tranquilamente aqui e poder tranquilamente escutar enquanto eu, segundo a sua opinião, me ponho de gatas, permita-me que lhe recorde este velho adágio dos juristas: Para o suspeito, o movimento é preferível ao repouso, porque aquele que se repousa pode, sem o saber, encontrar-se sempre no prato de uma balança e ser pesado com os seus pecados.

K. nada respondeu: de olhar fixo, encarou simplesmente aquele homem extraviado. Que metamorfoses ele tinha sofrido apenas durante a última hora! Era o processo que o sacudia assim para aqui e para ali e o impedia de distinguir os amigos dos inimigos? Então não via que o advogado o humilhava de propósito e procurava unicamente exibir o seu poder diante de K., talvez para o submeter também a ele? Mas se Block era incapaz de dar por isso, ou se temia o advogado a tal ponto que não lhe servia de nada dar por isso, como era então suficientemente esperto ou temerário para enganar o advogado, e ocultar-lhe que recorria a outros advogados? E como se atrevia a atacar K. quando este estava em condições de trair desde já o seu segredo? Mas levando a audácia ainda mais longe, aproximou-se da cama do advogado e também ali começou a queixar-se de K.:

– Senhor Advogado – disse –, ouviu como este homem falou comigo? Ainda se podem contar as horas do seu processo, e eis que quer já dar-me lições, a mim que estou em processo há cinco anos. Chega até a insultar-me. Não sabe nada, e insulta-me, a mim que, na medida das minhas fracas forças, estudei em pormenor o que exigem a dignidade, o dever e os costumes do tribunal.

– Não te rales com ninguém – disse o advogado –, e faz o que te pareça justo.

– Claro – disse Block como para se exortar à coragem, e ajoelhou-se junto da cama depois

de ter lançado um breve olhar de lado. – Eis-me de joelhos, meu advogado – disse ele.

Mas o advogado manteve-se silencioso. Block acariciou prudentemente o edredão com uma das mãos. No silêncio que agora reinava, Leni, libertando-se das mãos de K., disse:

– Estás a magoar-me. Deixa-me. Vou ter com o Block.

E foi sentar-se na borda da cama. Block regozijou-se muito com a sua chegada, rogou-lhe logo em silêncio mas com ardentes gestos que interviesse a seu favor junto do advogado. Sentia visivelmente uma necessidade premente de escutar as revelações do advogado, mas talvez com o único fito de as fazer explorar pelos seus outros advogados. Leni sabia sem dúvida exactamente como manobrar o advogado: apontou a mão do advogado e avançou os lábios como para dar um beijo. Block executou logo o beija-mão, e reiterou-o mais duas vezes, a convite de Leni. Mas o advogado mantinha-se mudo. Então Leni inclinou-se para ele, revelando assim as belas formas do seu corpo dobrado para a frente e, debruçada contra o seu rosto, acariciou os compridos cabelos brancos do advogado. Isto acabou de facto por arrancar-lhe uma resposta:

– Hesito em dizer-lhe – disse o advogado, e viu-se que meneava um pouco a cabeça, talvez para melhor sentir a pressão da mão de Leni.

Block apurava o ouvido, de cabeça baixa, como se estivesse a transgredir uma ordem.

– Então porque hesitas? – perguntou Leni.

K. teve a sensação de estar a ouvir um diálogo muito afinado, já muitas vezes repetido e destinado a sê-lo ainda mais vezes, em cuja novidade apenas Block podia acreditar.

– Como se comportou ele hoje? – perguntou o advogado em vez de responder.

Antes de pronunciar-se a tal respeito, Leni baixou os olhos para Block e observou-o um curto instante, ao passo que ele erguia as mãos para ela e lhe suplicava esfregando-as uma contra a outra. Ela acabou por aquiescer gravemente, virou-se para o advogado e disse-lhe:

– Esteve calmo e assíduo.

Um velho comerciante, um homem de barba comprida, implorava a uma rapariga que interviesse a seu favor. Mesmo se tivesse talvez alguma ideia oculta, nada podia justificar isto aos olhos de outrem. Era quase humilhante assistir a isto. K. não compreendia como o advogado tinha podido pensar convencê-lo com esta exibição. Se não conseguira fazê-lo fugir antes, tê-lo-ia conseguido com este espectáculo. Tais eram portanto os efeitos do método do advogado, ao qual, por sorte, K. não ficara exposto o tempo suficiente: o cliente acaba por esquecer-se do resto do mundo, com a única esperança de arrastar-se até ao termo do processo seguindo esta via sem saída. Deixara de ser um cliente, era o cão do advogado. Se este último lhe ordenasse que rastejasse para debaixo da cama como numa casota e ladrasse, tê-lo-ia feito com alegria. Como se tivesse por missão reter exactamente tudo das palavras aqui trocadas para as denunciar junto das altas instâncias e fazer um relatório, K. escutava atenta e criticamente.

– O que fez ele durante todo o dia? – perguntou o advogado.

– Para não me incomodar no meu trabalho – disse Leni –, fechei-o no quarto da criada onde aliás ele fica habitualmente. Pela lucarna, pude de vez em quando verificar o que ele fazia. Esteve sempre ajoelhado na cama, tendo desdobrado no parapeito da janela os documentos que tu lhe emprestaste, e lia-os. Isto causou-me boa impressão; porque a janela só se abre para uma conduta de arejamento e não dá quase nenhuma luz. Contudo, Block lia; isto mostrou-me como ele é dócil.

– Regozijo-me por sabê-lo – disse o advogado. – Mas fez uma leitura inteligente?

Durante esta conversa, Block não cessara de agitar os lábios; formulava visivelmente as respostas que esperava escutar da boca de Leni.

– A isso – disse Leni – não posso eu seguramente responder com certeza. Em todo o caso, vi que fazia uma leitura aprofundada. Passou todo o dia a ler a mesma página seguindo as linhas com o dedo. De cada vez que olhei para o interior, suspirava, como se a leitura lhe causasse muita aflição. Os documentos que lhe emprestaste devem ser difíceis de compreender.

– Sim – disse o advogado –, é verdade que são. Também não creio que ele compreenda grande coisa. Destinam-se apenas a dar-lhe uma ideia da dificuldade do combate que travo em sua defesa. E por quem ando eu a travar este difícil combate? Por... é quase ridículo dizê-lo... por Block. É preciso que ele também aprenda a captar o significado disto. Esteve a estudá-los sem interrupção?

– Quase sem interrupção – respondeu Leni –, apenas uma vez me pediu que lhe desse água para beber. Então passei-lhe um copo através da lucarna. Depois, às oito horas, deixei-o sair para dar-lhe alguma coisa para comer.

Block lançou a K. um breve relance de olhos, como se os elogios de que era objecto devessem impressionar também K. Tinha agora um ar cheio de esperança, os seus movimentos eram mais livres e deslocou-se um pouco, sempre de joelhos. O efeito glacial das palavras que o advogado então proferiu foi mais acentuado.

– Tu cantas-lhe elogios – disse o advogado. – Mas só consegues tornar mais difícil o que tenho para dizer. Porque as palavras do juiz não foram favoráveis a Block nem ao seu processo.

– Não foram favoráveis? – perguntou Leni. – Como é isso possível?

Block fitava-a com ar tenso, como se a julgasse capaz de virar a seu favor as palavras proferidas pelo juiz, há já imenso tempo.

– Não foram favoráveis – disse o advogado. – Mostrou-se mesmo desagradavelmente impressionado quando comecei a evocar Block. «Não me fale de Block», disse ele. «É meu cliente», disse eu. «O senhor deixa-se enganar», disse ele. «Não considero a sua causa perdida», disse eu. «O senhor deixa-se enganar», repetiu ele. «Não creio», disse eu. «Block é assíduo no seu processo e acompanha o seu caso em pormenor. Mora quase em minha casa para estar sempre ao corrente. Nem sempre se encontra semelhante zelo. Por certo é uma personagem desagradável, tem maus modos e é porco; mas do ponto de vista do processo, é irrepreensível.» Eu disse «irrepreensível», exagerando de propósito. A isto ele respondeu-me: «Block é simplesmente matreiro. Adquiriu uma grande experiência e serve-se dela para fazer arrastar o processo. Mas a sua ignorância ainda ultrapassa a sua esperteza. Que diria se soubesse que o seu processo ainda não começou, se lhe dissessem que o toque de sineta que anuncia a abertura ainda não soou.» Acalma-te, Block – disse o advogado, porque Block estava a começar a levantar-se sobre os seus joelhos vacilantes e ia visivelmente solicitar uma explicação. Era a primeira vez que o advogado lhe dirigia directamente várias palavras seguidas. Com olhos cansados, fitava o vazio ou mais baixo, na direcção de Block, que voltou a cair lentamente de joelhos sob este olhar. – Esta declaração do juiz não tem nenhuma importância para ti – disse o advogado. – Pára portanto de te sobressaltares com cada palavra. Se continuas, não te revelarei mais nada. Não se pode começar uma frase sem que ela

seja encarada como sendo o teu veredicto que vai ser pronunciado. Deverias ter vergonha diante do meu cliente! O pior ainda é que abalas a sua confiança em mim. Que queres tu então? Continuas vivo, continuas sob a minha protecção. Temores insensatos! Leste não sei onde que em vários casos o veredicto surge de improviso e que é pronunciado num momento arbitrário, por uma pessoa arbitrária. Isso é verdade, mas com inúmeras reservas, e não é menos verdade que os teus temores me repugnam e que vejo neles uma falta da confiança necessária. Que disse eu então? Citei a declaração de um juiz. Tu sabes que as opiniões acerca do processo judicial se acumulam até o tornar impenetrável. Este juiz, por exemplo, situa o início do processo judicial num momento que não é o meu. É uma divergência de opinião, nada mais. Num certo estádio do processo, um antigo costume exige que seja tocada uma sineta. Segundo este juiz é então que o processo começa. Não posso expor-te agora todos os argumentos contrários, não compreenderias nada; contenta-te em saber que eles são numerosos.

Perplexo, Block acariciava com os dedos a pele do tapete do quarto; o temor que lhe inspirava a declaração do juiz fazia-lhe momentaneamente esquecer a sua submissão pe rante o advogado; já só pensava em si mesmo e revolvia em todos os sentidos as palavras do juiz.

– Block – disse Leni num tom de censura, endireitando-o ligeiramente pela gola do casaco. – Deixa lá essa pele e escuta o advogado.

Na catedral

K. recebeu por missão mostrar alguns monumentos a um importante correspondente italiano do banco, que estava pela primeira vez nesta cidade. Era uma missão que teria certamente considerado como uma honra noutras circunstâncias, mas de que se encarregou a contragosto, agora que apenas podia salvaguardar a sua reputação no banco à custa de imensos esforços. Cada hora que era obrigado a passar fora do escritório causava-lhe preocupação; mesmo se era incapaz de utilizar o seu tempo de escritório como outrora e passava inúmeras horas a manter apenas uma aparência de verdadeiro trabalho, ficava ainda mais preocupado quando não estava no escritório. Imaginava então o director interino que, tendo estado sempre à espreita, entrava de vez em quando no seu gabinete, sentava-se à sua mesa, folheava os seus papéis, recebia e tomava-lhe clientes com os quais K. quase estabelecera laços de amizade ao longo dos anos, e desencantava até talvez erros aos quais K. se via agora exposto por todos os lados no seu trabalho, e que já não podia evitar. Assim, de cada vez que lhe confiavam um assunto no exterior, mesmo uma pequena viagem, fosse qual fosse a importância destas missões – e como por acaso, elas tinham-se tornado frequentes nestes últimos tempos –, suspeitava sempre que queriam afastá-lo algum tempo do escritório para examinarem o seu trabalho ou, pelo menos, que não julgavam a sua presença indispensável. Teria podido recusar facilmente a maior parte dessas tarefas, mas não ousava fazê-lo porque, se os temores tivessem o mínimo fundamento, recusar equivalia a admitir o seu receio. Por isso aceitava essas tarefas com uma indiferença aparente, e uma vez, devendo efectuar durante dois dias uma cansativa viagem de negócios, chegou mesmo a ocultar uma grave constipação para não se arriscar a que o impedissem de partir invocando o tempo outonal chuvoso que reinava então. Quando voltou dessa viagem com horríveis dores de cabeça, soube que no dia seguinte devia ir passear o correspondente italiano. Grande foi a tentação de recusar pura e simplesmente, sobretudo porque o trabalho que lhe confiavam não tinha nenhuma relação com os negócios do banco; desempenhar esta obrigação mundana com o correspondente era sem dúvida muito importante em si, mas não para K.; sabia bem que apenas êxitos profissionais lhe permitiriam manter-se e que na sua ausência, mesmo se contra todas as expectativas lograsse encantar o italiano, isso não serviria absolutamente para nada; não queria ficar afastado do escritório, um dia que fosse, porque muito receava nunca mais ser autorizado a voltar; sabia pertinentemente que este temor era exagerado, mas preocupava-o apesar de tudo. Para dizer a verdade, era quase impossível neste caso preciso inventar uma objecção válida; o seu conhecimento da língua italiana, embora limitado, era suficiente. Mas os rudimentos de história da arte que adquirira em tempos foram o factor determinante: haviam tido conhecimento deles no banco com uma boa parte de exagero, porque durante um tempo, e aliás por razões exclusivamente profissionais, ele fora membro da Associação para a Salvaguarda dos Monumentos Artísticos da Cidade. Ora, conforme constava, o italiano era amador de arte; a escolha de K. para guiá-lo tinha-se pois imposto.

Foi numa manhã de tempestade e de chuva grossa que K., contrariado pelo dia que o aguardava, chegou ao escritório logo às sete horas, a fim de despachar pelo menos um pouco de trabalho antes de aquela visita o obrigar a largar tudo. Estava muito cansado, porque tinha passado metade da noite a estudar uma gramática italiana, a fim de se preparar um pouco; a janela, onde tinha demasiada tendência para ir sentar-se nestes últimos tempos, atraía-o mais

do que a secretária, mas resistiu e meteu-se ao trabalho. Infelizmente o adjunto entrou logo a seguir e anunciou que o Senhor Director tinha mandado saber se o Senhor Administrador já ali estava; porque se tal fosse o caso, pedia-lhe o favor de ir à sala de recepção, pois o senhor italiano já lá se encontrava. «Vou imediatamente», disse K. enquanto metia um pequeno dicionário na algibeira; levou debaixo do braço um álbum dos monumentos da cidade que tinha preparado para o estrangeiro e dirigiu-se para a sala da direcção, atravessando o gabinete do director interino. Sentia-se feliz por ter chegado tão cedo ao escritório e por poder estar imediatamente disponível, o que, sem dúvida, ninguém realmente esperava. Claro que o gabinete do director interino estava ainda vazio, como a meio da noite, sem dúvida o amanuense devia tê-lo também chamado para a sala de recepção, mas sem êxito. Quando K. entrou, os dois cavalheiros levantaram-se das suas profundas poltronas. O director, manifestamente encantado com a sua chegada, dirigiu-lhe um sorriso amistoso e fez logo as apresentações; o italiano deu a K. um vigoroso aperto de mão e, a rir, chamou a alguém madrugador, K. não compreendeu exactamente de quem ele falava; além disso, era uma palavra estranha, tendo necessitado de um breve instante para lhe adivinhar o sentido. Respondeu com algumas palavras bem-educadas que o italiano acolheu com uma nova gargalhada enquanto alisava por diversas vezes com mão nervosa o seu espesso bigode azul-grisalho. Tinha-se perfumado, manifestamente, quase se era tentado a aproximar para cheirar. Logo que se sentaram, teve início uma pequena conversa preliminar; K. apercebeu-se então com um imenso embaraço que pouco compreendia o italiano. Quando ele falava mais devagar, K. compreendia quase tudo, mas isso era excepcional; na maior parte do tempo, saía-lhe da boca um autêntico dilúvio de palavras, e ele meneava a cabeça como se sentisse prazer. Além disso, de cada vez que assim falava, embarcava numa espécie de dia lecto que já nada tinha de italiano para K., mas que o director, não contente por compreendê-lo, falava também; K. teria por certo podido prever a coisa, porque o italiano vinha do Sul de Itália, onde o director também tinha passado alguns anos. K. notou em todo o caso que lhe seria pouco mais ou menos impossível fazer-se entender pelo italiano, cujo francês também não era compreensível; além disso, o seu bigode ocultava-lhe o movimento dos lábios, cuja visão talvez o tivesse ajudado a compreendê-lo. Começando a prever muitos dissabores, K. renunciou por agora a tentar compreendê-lo – em presença do director que tinha tanta facilidade, teria sido um esforço inútil – e contentou-se em observar, com um ar desgostoso, o italiano bem refastelado na sua poltrona, mas sempre à vontade, e que agarrava de vez em quando o seu elegante casaco curto, erguia os braços e agitava as mãos com agilidade tentando descrever algo que K., inclinado para diante, os olhos fixos nessas mãos, não conseguia porém captar. Finalmente, como não tinha mais nada que fazer do que acompanhar maquinalmente com o olhar o vaivém das réplicas, K. sentiu voltar o cansaço inicial e surpreendeu-se horrorizado prestes a levantar-se por inadvertência e dar meia volta para se ir embora. Enfim, o italiano olhou para o relógio e levantou-se, com um salto. Depois de se ter despedido do director, foi postar-se mesmo ao lado de K., tão próximo que este teve de recuar a poltrona para se poder mexer. O director, lendo seguramente no olhar de K. a sua angústia perante esta prática do italiano, intrometeu-se na conversa e isto, com tanta inteligência e delicadeza que se julgaria que ele se contentava em acrescentar pequenos conselhos quando na realidade explicava a K., resumindo-as, todas as frases do italiano, que não se cansava de o interromper. K. soube por seu intermédio que o italiano ainda tinha alguns assuntos a despachar e que só disporia no

total, infelizmente, de pouco tempo; não tendo de modo algum a intenção de ver todas as curiosidades em passo de corrida, decidira antes – claro, se K. estivesse de acordo, a decisão pertencia-lhe – visitar apenas a catedral, mas a fundo. Sentia-se encantado por poder fazer esta visita na companhia de um homem tão sábio e tão amável – era K. quem assim era designado, mas fazia tudo para não ouvir as palavras do italiano e captar no ar as do director – e solicitava-lhe, se a hora lhe conviesse, encontrarem-se dentro de duas horas, cerca das dez, na catedral. Esperava poder garantir estar ali ele próprio a essa hora. K. respondeu duas ou três palavras de circunstância, o italiano apertou primeiro a mão do director, depois a de K., depois novamente a do director, e seguido pelos dois homens encaminhou-se para a porta, desviando-se já um pouco, mas sem no entanto parar de falar um só instante. K. ficou ainda um curto momento junto do director, que parecia particularmente indisposto hoje. Julgando dever-lhe desculpas, este disse – estavam de pé perto um do outro, como pessoas próximas – que tivera primeiro a intenção de ser ele próprio a acompanhar o italiano, mas que afinal – e não deu motivos mais precisos – tinha preferido mandar K. Se não compreendia o italiano ao princípio, K. não devia deixar-se embaraçar, aquilo aprendia-se muito depressa, e mesmo se K. não entendesse grande coisa, isso não era muito grave, porque o italiano não se preocupava muito em ser compreendido. Aliás, K. possuía um espantoso domínio do italiano e sem dúvida resolveria brilhantemente a situação. Ditas estas palavras, K. foi dispensado. Utilizou o tempo que lhe restava para anotar com o auxílio do dicionário as raras palavras de que necessitava para a visita da catedral. Era um trabalho dos mais fastidiosos; empregados traziam o correio, colegas entravam por diversas questões; ao verem K. ocupado, ficavam em frente da porta e só se retiravam depois de terem sido atendidos; enfim, o director interino não perdeu esta ocasião para o incomodar: entrou várias vezes no gabinete de K., tirou-lhe das mãos o dicionário e folheou-o, manifestamente sem motivo; apareciam também clientes, quando a porta se abria, na penumbra da antecâmara, e inclinavam-se hesitantes, porque queriam chamar a atenção, mas não tinham a certeza de ser vistos – toda esta agitação gravitava em redor de K. enquanto ele redigia a lista das palavras que necessitava, depois procurava-as no dicionário, depois anotava-as, depois exercitava-se a pronunciá-las e por fim tentava aprendê-las de cor. Mas a sua boa memória de outrora parecia tê-lo abandonado por completo; por vezes era invadido por uma tal raiva contra o italiano que lhe causava esta fadiga que encafuava o dicionário debaixo dos papéis, com a firme intenção de não se preparar mais, depois dava conta de que não podia andar de um lado para o outro diante das obras-primas da catedral sem abrir a boca, e tornava a pegar no dicionário, dominado por um furor redobrado.

Às nove e meia, exactamente no momento em que ia sair, o telefone tocou; era Leni que lhe dava os bons-dias e queria saber notícias suas; K. agradeceu-lhe rapidamente e fez-lhe ver que era impossível iniciar qualquer conversa, porque devia ir à catedral.

– À catedral? – perguntou Leni.

– Sim, à catedral.

– E porquê à catedral? – perguntou Leni.

K. tentou explicar-lhe em poucas palavras, mas mal começara, quando Leni disse bruscamente:

– Eles andam a apoquentar-te.

K. não podia suportar os sinais de simpatia que não solicitara e com os quais não contava; despediu-se em duas palavras mas quando ia pousar o auscultador acrescentou, metade para

si, metade para a rapariga, que deixara de ouvir:

– Sim, eles andam a apoquentar-me.

Mas fazia-se tarde, já quase se arriscava a chegar atrasado. Foi de táxi e, tendo-se lembrado no último momento do álbum que não tivera ocasião de entregar mais cedo, levou-o consigo. Pô-lo nos joelhos e tamborilou com os dedos, nervosamente, durante todo o trajecto. A chuva tinha abrandado, mas fazia frio, humidade e estava escuro: não veriam grande coisa na catedral, em contrapartida a grave constipação de K. ia sem dúvida piorar nitidamente, depois de passar algum tempo de pé nas lajes frias.

A praça da catedral estava deserta; K. recordou-se de que já em criança ficara impressionado pelo facto de nesta praça estreita as cortinas de quase todas as casas estarem corridas.

Para dizer a verdade, face ao tempo daquele dia, isso compreendia-se melhor do que habitualmente. Também no interior da catedral tudo parecia deserto, claro que ninguém tinha tido a ideia de lá ir àquela hora. K. percorreu as duas naves colaterais e apenas viu uma velhota, envolvida num xaile espesso que contemplava de joelhos uma imagem da Virgem. De longe, avistou ainda um sacristão que desaparecia a coxear por uma porta na parede. K. era pontual, tinha entrado exactamente quando batiam as onze horas, mas o italiano ainda ali não estava. K. regressou à entrada principal, ficou aí um certo tempo, indeciso, depois deu a volta à catedral debaixo de chuva para verificar se o italiano não estaria eventualmente à espera numa entrada lateral. Não o encontrou em parte alguma. O director tinha entendido mal a hora do encontro? Mas também como não entender mal aquele homem? Seja como for, K. devia pelo menos esperar uma meia hora. Cansado, quis sentar-se e voltou à catedral; achou num degrau um pedacinho de tecido parecido com um tapete, levou-o com a ponta do pé para diante de um banco situado ali próximo, agasalhou-se no sobretudo, levantou a gola e sentou-se. Para se distrair, abriu o álbum, folheou-o um instante, mas depressa teve de interromper-se porque começou a escurecer tanto que levantando a vista mal pôde distinguir um pormenor na nave lateral mais próxima.

Ao longe, um grande candelabro triangular brilhava em cima do altar-mor; K. não teria podido afirmar com certeza se já tinha visto aquelas velas. Talvez tivessem acabado apenas de acendê-las. Os sacristães movimentam-se sorrateiramente por profissão, passam despercebidos. Ao voltar-se por acaso, K. viu, não longe dele, uma grande vela fixada num pilar, que ardia igualmente. Era muito belo, mas de todo insuficiente para iluminar os retábulos, na maior parte pendurados por cima dos altares laterais, nas trevas; a obscuridade ficava mais reforçada. O italiano mostrava-se tão razoável como descortês ao não aparecer, não teria nada para ver; teria de contentar-se em perscrutar fragmentos de alguns quadros com a lâmpada eléctrica de K. Para ver o que isso dava, K. foi a uma pequena capela lateral, subiu dois ou três degraus até uma balaustrada de mármore pouco elevada e debruçou-se para iluminar o retábulo com a lâmpada. A claridade vacilante da lamparina do Santíssimo Sacramento colocado à frente incomodava. A primeira coisa que viu K. ou antes que adivinhou, foi um grande cavaleiro de armadura que estava representado na orla do quadro. Mantinha-se apoiado na espada, que tinha plantada à sua frente no solo nu – em que apenas espigavam aqui e ali algumas hastes de erva. Parecia observar atentamente uma cena que se desenrolava à sua frente. Espantava que ele permanecesse assim imóvel sem se aproximar. Talvez estivesse destinado a estar de guarda. K. não via um quadro há muito tempo e

contemplou demoradamente o cavaleiro, embora fosse incessantemente obrigado a piscar os olhos, porque não suportava a luz verde da sua lâmpada. Quando depois a passeou pelo resto do quadro, descobriu uma talha de túmulo de factura tradicional; o quadro era aliás recente. Voltou a meter a lâmpada na algibeira e regressou ao seu lugar.

Agora era sem dúvida inútil esperar pelo italiano, mas devia chover torrencialmente no exterior, e como o frio não era tão penetrante como receara, K. decidiu por enquanto ficar. Não longe dele encontrava-se o grande púlpito, cujo dossel estava ornamentado por duas simples cruzes douradas, dispostas obliquamente, cujas extremidades se cruzavam. A parede exterior da balaustrada e a passagem que a ligava ao pilar que suportava o púlpito estavam recobertos por ornatos de folhagem verde ao qual se prendiam anjinhos, alguns animados, outros, imóveis. K. foi postar-se em frente do púlpito e examinou-o de todos os lados; a pedra fora trabalhada com minúcia, a profunda obscuridade que reinava entre as folhas e atrás delas parecia ter sido lá capturada e mantida prisioneira; K. pousou a mão num dos buracos e apalpou a terra com precaução; havia ignorado até então a existência deste púlpito. Foi então que reparou, por acaso, atrás da fila de bancos seguinte, num sacristão que ali estava de pé, vestido com um hábito preto de longas pregas, uma caixa de rapé na mão esquerda, a observá-lo. «Que quer então este homem?», pensou K. «Acha-me suspeito? Quer gorjeta?» Mas quando viu que K. tinha reparado nele, o sacristão apontou numa direcção imprecisa a sua mão direita, dois dedos da qual ainda apertavam uma pitada de tabaco. O seu gesto era quase incompreensível; K. aguardou mais um breve instante, mas o sacristão não cessava de mostrar qualquer coisa com a mão e insistia com movimentos de cabeça.

– Que quer ele então? – perguntou K. em voz baixa, porque não ousava gritar aqui.

Depois tirou do bolso o seu porta-moedas e seguiu ao longo do banco seguinte para alcançar o homem. Mas este fez logo com a mão um gesto de recusa, encolheu os ombros e afastou-se a coxear. Fora com uma forma de andar parecida com esta claudicação precipitada que, criança, K. se esforçara por imitar um homem a cavalo. «Um velho senil», pensou, «tem apenas cabeça para fazer o seu serviço na igreja. Como pára de andar, quando eu paro e como me espia para ver se vou segui-lo!» K. acompanhou a sorrir o velhote ao longo de toda a nave lateral, pouco mais ou menos junto do altar-mor; o velhote não cessava de mostrar algo com o dedo, mas K. não se voltou, de propósito, porque este gesto tinha por único objectivo impedi-lo de seguir o velhote. Finalmente K. renunciou pura e simplesmente a caminhar no seu encalço, não querendo nem inquietá-lo demasiado nem fazê-lo fugir completamente, no caso de o italiano se decidir a aparecer.

Quando entrou na nave central para voltar ao lugar onde tinha deixado o álbum, avistou encostado a uma coluna quase junta aos bancos do coro do altar um pequeno púlpito, muito simples, de pedra pálida e nua. Era tão pequeno que se assemelhava quase, de longe, a um nicho ainda vazio, destinado a receber uma estátua. Na balaustrada, o pregador não podia seguramente recuar um passo que fosse. Além disso, a abóbada de pedra do púlpito partia muito mais em baixo do que o costume e, embora destituída de ornamentos, a sua curvatura impedia um homem de altura média de ficar direito, obrigando-o a debruçar-se constante mente por cima da balaustrada. O conjunto parecia concebido para torturar o pregador; não se podia compreender para que servia aquele púlpito, quando se dispunha de outro, tão grande e tão artisticamente decorado.

Apesar disso, K. não teria sem dúvida notado este pequeno púlpito se uma lâmpada, como

aquelas que se acendem habitualmente pouco antes de um sermão, não tivesse sido pendurada em cima. Ia haver um sermão? Naquela igreja vazia? K. desceu o olhar para a escada que subia em caracol até ao púlpito, abraçando o pilar; era tão estreita que se julgaria feita não para servir a um homem, mas à decoração do pilar. E, no entanto, ali K. teve um sorriso de admiração, um padre estava de pé sob o púlpito, a mão assente no corrimão, preparado para subir, e fitava-o. Depois fez um sinal ligeiro com a cabeça; K. persignou-se logo, inclinando-se, o que deveria ter feito antes. O padre ganhou um pouco de balanço e subiu ao púlpito, com pequenos passos rápidos. Ia realmente iniciar o sermão? Talvez o sacristão não fosse assim tão louco e tivesse querido dirigir K. para o pregador, o que, para dizer a verdade, era indispensável naquela igreja vazia. Apesar disso ainda havia algures uma velhota em frente de uma imagem da Virgem, que também devia ter ido ali. E se ia haver sermão, porque é que o órgão não o anunciava? Mas o órgão mantinha-se silencioso, lançando apenas com intermitências uma fraca claridade lá no alto, nas trevas.

K. perguntou a si mesmo se não devia afastar-se o mais depressa possível; se o não fizesse desde já, não teria oportunidade durante o sermão, teria então de ficar até ao fim; perdia tanto tempo do escritório; há muito tempo que deixara de ser obrigado a esperar pelo italiano; olhou para o relógio: eram onze horas. Mas podia realmente haver um sermão? K. podia só por si constituir uma assembleia? E se fosse um estrangeiro que pretendesse simplesmente visitar a igreja? No fundo, ele não era outra coisa. Era loucura pensar que ia haver um sermão, agora, às onze horas, num dia de semana, com um tempo detestável. O padre – aquele jovem de rosto glabro era um padre, sem qualquer dúvida – estava a subir a escada, certamente com a única intenção de apagar a lâmpada que tinha acendido por engano.

Mas não foi o caso; pelo contrário, o padre verificou a lâmpada e fê-la brilhar com um pouco mais de intensidade, depois voltou-se lentamente para a balaustrada e agarrou com as duas mãos o rebordo anguloso. Permaneceu de pé um certo tempo nesta posição, olhando em seu redor sem mexer a cabeça. K. tinha dado vários passos atrás e apoiou os cotovelos no banco do primeiro espaço entre as vigas. Sem saber exactamente onde, avistou vagamente algures o sacristão que se baixara tranquilamente sobre si mesmo dobrando a espinha, como se tivesse acabado a sua tarefa. Que calma reinava agora na catedral! Mas K. ia ter de perturbá-la, porque não tencionava ficar; se era dever do padre pregar a uma certa hora, independentemente das circunstâncias, que ele o fizesse, consegui-lo-ia muito bem sem o auxílio de K., do mesmo modo que a presença de K. não acrescentaria seguramente nada à força do seu sermão. K. pôs-se portanto lentamente a caminho, nas pontas dos pés, às apalpadelas ao longo do banco, chegou à vasta nave central e caminhou por ela sem ser incomodado; apenas as lajes ecoavam a cada passo, mesmo leve, eco repercutido pelas abóbadas, fraco mas constante, amplificando-o regularmente. K. sentia-se um pouco abandonado, a caminhar sozinho entre os bancos vazios, talvez sob o olhar atento do padre, além disso, a dimensão da catedral parecia-lhe no limite do que era humanamente suportável. Chegado ao seu lugar inicial, agarrou, sem se deter, ao passar, no álbum que tinha ali deixado e levou-o. Já tinha quase ultrapassado os últimos bancos e aproximava-se do espaço livre que o separava da saída, quando ouviu pela primeira vez a voz do padre. Uma voz forte e exercitada. Como ela invadia a catedral, pronta a acolhê-la! Mas não era à assembleia dos fiéis a quem o padre se dirigia; era perfeitamente claro e sem dúvida possível, chamava:

– Josef K. !

K. estacou de imediato e fixou o solo à sua frente. Neste instante, ainda era livre; podia ainda avançar e escapar-se por uma das três pequenas portas de madeira, não longe dele na penumbra. Isto significaria que não tinha ouvido, ou então que tinha ouvido, mas não queria preocupar-se com isso. Em contrapartida, se se voltasse, ficava apanhado, porque era reconhecer que tinha ouvido, que o apelo se dirigia mesmo a ele, e que contava obedecer. Se o padre tivesse gritado mais uma vez, K. teria seguramente partido, mas como tudo ficara silencioso enquanto também K. aguardava, acabou por virar ligeiramente a cabeça, porque queria ver o que o padre estava a fazer. Encontrava-se tranquilamente de pé no seu púlpito, mas era claro que havia notado o movimento de cabeça de K. Seria participar num jogo de escondidas pueril não se voltar agora completamente. K. assim procedeu e, com o dedo, o padre fez-lhe sinal para que se aproximasse. Uma vez que daqui em diante tudo se podia desenrolar abertamente, correu até ao púlpito com grandes passadas, movido pela curiosidade e pelo desejo de ser breve. Chegado à altura dos primeiros bancos, deteve-se, mas o padre julgou a distância ainda demasiada, estendeu a mão e, apontando o indicador para baixo, indicou-lhe um lugar mesmo em frente do púlpito. K. obedeceu de novo; neste lugar, precisava de inclinar a cabeça muito para trás a fim de poder ver o padre.

– Tu és Josef K. – disse o padre com um grande movimento da mão, sobre a balaustrada.

– Sim – retorquiu K., pensando na franqueza com que dissera sempre o seu nome, até há pouco; desde há algum tempo, este nome pesava-lhe, e até pessoas que encontrava pela primeira vez o conheciam; como era agradável começar por apresentar-se e só depois ser conhecido!

– Tu és acusado – disse o padre.

– Sim – respondeu K. –, foi o que me deram a saber.

– Então tu és aquele que procuro – disse o padre. – Eu sou o capelão das prisões.

– Ah, bom! – disse K.

– Mandei-te convocar – disse o padre – para te falar.

– Ignorava-o – explicou K. – Vim aqui para mostrar a catedral a um italiano.

– Não te ocupes com pormenores secundários – disse o padre. – Que tens tu na mão? É um livro de orações?

– Não – respondeu K. –, é um álbum com os monumentos da cidade.

– Larga-o – disse o padre.

K. atirou-o ao chão tão violentamente que ele se abriu e deslizou alguns segundos, as páginas todas amarrotadas.

– Sabes que o teu processo está mal parado? – perguntou o padre.

– É também a minha opinião – retorquiu K. – Tenho tido muito trabalho, mas até aqui sem resultado. É verdade que continuo sem terminar o requerimento.

– Como encaras o seu fim? – perguntou o padre.

– Dantes, julgava que tudo acabaria bem – disse K. – Agora, por vezes duvido de mim próprio. Ignoro como isto acabará. Tu sabes?

– Não – disse o padre –, mas receio que acabe mal. Consideram-te culpado. Talvez o teu processo nunca ultrapasse o tribunal de primeira instância. Por enquanto, consideram o teu crime provado.

– Mas não sou culpado – disse K. – É um engano. Como é que um homem pode ser culpado, seja como for? Aqui, somos todos seres humanos, tanto um como o outro.

– É verdade – disse o padre –, mas é o que dizem todos os culpados.

– Também tu tens um preconceito contra mim? – perguntou K.

– Não tenho nenhum preconceito contra ti – retorquiu o padre.

– Agradeço-te – disse K. – Mas todos aqueles que estão envolvidos no processo judicial têm um. E até o comunicam a pessoas estranhas a ele. A minha posição torna-se cada vez mais difícil.

– Estás enganado acerca dos factos – disse o padre. – O veredicto não surge de imediato, o processo judicial transforma-se aos poucos em sentença.

– É então isso – disse K., baixando a cabeça.

– Qual vai ser a tua próxima diligência no teu caso? – perguntou o padre.

– Vou continuar à procura de auxílio – disse K. levantando a cabeça para ver o que pensava disto o padre. – Ainda existem certas possibilidades que não explorei.

– Procuras demasiado auxílio no exterior – disse o padre em tom de censura –, sobretudo junto das mulheres. Então não vês que não está aí o verdadeiro auxílio?

– Por vezes, e mesmo muitas vezes, poderia dar-te razão – disse K. –, mas nem sempre. As mulheres têm um grande poder. Se pudesse incitar duas ou três mulheres que conheço a trabalharem juntas para mim, ganharia certamente a causa. Sobretudo com este tribunal onde só há por assim dizer mulherengos. Mostra-se ao longe uma mulher ao juiz de instrução e para chegar a tempo ele derrubará a secretária e o acusado pelo caminho.

O padre inclinou a cabeça sobre a balaustrada, era a primeira vez que o topo do púlpito parecia forçá-lo a baixar-se. Que género de tempo poderia estar lá fora? Já não era um dia sombrio, era já noite escura. Nenhum vitral da grande vidraça lançava a mínima claridade sobre a obscuridade da parede. E eis que o sacristão se punha a apagar uma após outra as velas colocadas no altar-mor.

– Estás zangado? – perguntou K. ao padre. – Ignoras talvez que género de tribunal serves. – Não obteve resposta. – Mas apenas se trata da minha experiência – disse K. No alto, o silêncio persistia. – Não queria ofender-te – disse K.

Foi então que o padre deixou escapar este grito:

– Não distingues dois passos à tua frente?

Era um grito de cólera mas ao mesmo tempo o grito de quem vê alguém cair e, também invadido pelo medo, tem a imprudência de gritar involuntariamente.

Permaneceram ambos muito tempo silenciosos. O padre não podia certamente distinguir K. na escuridão que reinava em baixo, ao passo que K. o via nitidamente à luz da pequena lâmpada. Porque não descia o padre? Não tinha feito o sermão, contentara-se simplesmente em comunicar a K. informações que, melhor vistas, mais se arriscavam a prejudicá-lo do que a ser-lhe úteis. Mas as suas boas intenções pareciam fora de dúvida; não era impossível, se descesse, que K. ficasse de acordo com ele; não era impossível que desse a K. um conselho decisivo e aceitável, indicando-lhe por exemplo, não como influenciar o processo, mas como sair dele, contorná-lo, viver fora do processo. Esta possibilidade devia existir, K. muitas vezes pensara nela nestes últimos tempos. Ora, se o padre tinha dela conhecimento, talvez a desvendasse se lhe pedisse, apesar de pertencer ao tribunal e embora, reprimindo a bonomia natural, tivesse chegado a elevar a voz contra K. quando este atacara o tribunal.

– Não queres descer? – disse K. – Tu não tens sermão a pregar. Desce para o pé de mim.

– Agora posso descer – disse o padre, que talvez estivesse arrependido do grito. Enquanto

desprendia a lâmpada, acrescentou: – Devia primeiro falar-te de longe. De outro modo deixo-me facilmente influenciar e esqueço-me do meu dever.

K. esperava-o junto à escada. Mal o padre começara a descer os primeiros degraus, logo ele lhe estendeu a mão.

– Tens algum tempo que possas dedicar-me? – perguntou K.

– Tanto quanto for necessário – retorquiu o padre, enquanto tirava a pequena lâmpada suspensa. Mesmo de perto, a sua atitude conservava uma certa solenidade.

– És muito amável – disse K. Percorreram juntos a nave lateral mergulhada nas trevas. – Tu és uma excepção entre todos os que pertencem ao tribunal. Inspiras-me mais confiança do que todos os que conheço, e são muitos. Posso falar francamente contigo?

– Não te enganes – disse o padre.

– E em que então eu me enganaria? – perguntou K.

– Enganas-te acerca do tribunal – disse o padre –, os textos que servem de preâmbulo à lei evocam este erro: Diante da Lei há um porteiro. Um homem do campo chega junto desse porteiro e pede para entrar. Mas o porteiro declara que por agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem reflecte, depois pergunta se então poderá entrar mais tarde.

«É possível», diz o porteiro, «mas não agora.» Como a porta da Lei estava como sempre aberta, o porteiro afasta-se e o homem debruça-se para olhar para o interior, através da porta. Ao ver isto, o porteiro começa a rir e diz: «Se te atrai assim tanto, experimenta entrar, apesar da minha proibição. Mas cuidado: eu sou poderoso. E não passo do último de todos os porteiros. Porque, de sala para sala, há porteiros, cada um mais poderoso do que o anterior. Mesmo a mim, a simples vista do terceiro já se torna insuportável.» O homem do campo não contava com semelhantes dificuldades; pensa ele que, todavia, a lei deve ser sempre acessível e para todos, mas agora que examina de mais perto o porteiro no seu manto de peles, com o grande nariz pontiagudo, a longa e fina barba negra à tártaro, acaba por decidir que prefere aguardar que lhe dêem licença para entrar. O porteiro dá-lhe uma banqueta e fá-lo sentar ao lado da porta. Fica ali sentado durante dias e anos. Faz numerosas tentativas para que o deixem entrar e aborrece o porteiro com os seus pedidos. O porteiro submete-o por vezes a pequenos interrogatórios, faz-lhe perguntas sobre a sua terra e sobre muitas outras coisas, mas são perguntas que não testemunham qualquer simpatia, como as que fazem os grandes senhores; e a conclusão é sempre a mesma: ainda não pode deixá-lo entrar. O homem, que efectuou inúmeros preparativos para a sua viagem, utiliza tudo, seja qual for o valor, para corromper o porteiro. Este último aceita tudo, mas diz ao mesmo tempo: «Aceito só para que tu não fiques com a impressão de ter negligenciado fosse o que fosse.» Durante estes numerosos anos, o homem observa o porteiro quase sem interrupção. Esquece os outros porteiros, e este, em primeiro lugar, parece-lhe ser o único obstáculo à sua entrada na Lei. Amaldiçoa a fatalidade, em voz alta durante os primeiros anos, depois envelhece e contenta-se em resmungar com os seus botões. Torna-se senil e como, durante todos estes anos passados a estudar o porteiro, também reparou nas pulgas na sua gola de peles, suplica mesmo às pulgas que o ajudem a fazer o porteiro mudar de opinião. Enfim, a vista diminui-lhe, e já não sabe se a obscuridade se espalha real mente em seu redor ou se são apenas os seus olhos que o enganam. Mas distingue na obscuridade uma luz que resplandece sem cessar através da entrada da Lei. Agora já não tem muito mais tempo de vida. Antes da sua morte, tudo o que viveu durante todo este tempo resume-se na sua mente numa pergunta que ainda não formulou

ao porteiro. Faz-lhe sinal, porque já não consegue endireitar o corpo hirto. O porteiro é obrigado a inclinar-se para ele, porque as diferenças de altura modificaram-se muito em detrimento do velho: «Que queres tu saber ainda?», pergunta o porteiro, «tu és insaciável.» «Toda a gente se esforça por alcançar a lei», diz o homem, «como é que ninguém, excepto eu, solicitou a entrada durante todos estes anos?» O porteiro apercebe-se de que o fim do homem está próximo, e como é quase surdo, berra-lhe ao ouvido para se fazer ouvir. «Ninguém mais podia obter a autorização de entrar, porque esta entrada se destinava só a ti. Agora, vou-me embora e fecho-a.»

– O porteiro enganou, pois, este homem – disse logo K., fascinado pela história.

– Não te precipites – disse o padre –, não aceites uma opinião qualquer sem a teres examinado. Contei-te a história como os textos a descrevem. Em parte nenhuma está em causa o logro.

– Mas é bem evidente – disse K. –, e a tua primeira interpretação era muito correcta. O porteiro só fez esta revelação libertadora no momento em que ela já não podia ter qualquer utilidade para o homem.

– A pergunta não lhe tinha sido feita até então – respondeu o padre –, pensa também que ele era apenas porteiro e que nessa condição cumpriu o seu dever.

– Porque julgas que ele cumpriu o seu dever? – perguntou K. – Não o cumpriu. O seu dever era talvez afastar todos os estranhos, mas a esse homem ele deveria tê-lo deixado entrar, porque a entrada era-lhe destinada.

– Tu não respeitas suficientemente os textos e deformas a história – disse o padre. – A história comporta de facto duas declarações importantes do porteiro respeitantes à entrada na Lei, uma ao princípio, a outra no fim. A primeira passagem diz que a ele «por agora não lhe é permitido entrar» e a segunda: «esta entrada é destinada só a ti». Se existisse contradição entre estas duas declarações, então terias razão, e o porteiro teria ludibriado este homem. Pelo contrário, a primeira declaração anuncia mesmo a segunda. Quase poderia dizer-se que o porteiro exorbitou do seu dever quando deixou o homem entrever a possibilidade de uma entrada posterior. Parece que, nessa época, o seu único dever era repelir este homem. E, de facto, numerosos comentadores dos textos admiram-se por o porteiro ter chegado a fazer esta alusão, porque parece cioso de exactidão e exerce estritamente a sua função. Durante inúmeros anos, não abandona o seu posto e só fecha a porta mesmo no fim; está muito consciente da importância do seu cargo, porque diz «sou poderoso»; respeita os seus superiores, porque diz «não passo do último porteiro»; quando se trata de cumprir o seu dever, não se deixa nem enternecer nem encolerizar, porque é dito do homem que ele «aborrece o porteiro com as suas perguntas»; não é falador, porque durante todos aqueles anos contenta-se, como está escrito, em fazer «perguntas que não testemunham qualquer simpatia»; é incorruptível, porque ao falar de uma prenda, declara: «Aceito só para que tu não fiques com a impressão de ter negligenciado fosse o que fosse»; en o seu aspecto exterior indica um carácter miudinho, com o seu grande nariz pontiagudo e a sua longa e fina barba preta à tártaro. Pode haver porteiro mais fiel ao seu dever? Mas outras características muito favoráveis àquele que solicita a entrada existem na personalidade do porteiro, as quais ajudam apesar de tudo a compreender que ele tenha podido ir um pouco além do seu dever quando assinalou uma possibilidade ulterior. De facto não poderia negar-se que é um pouco ingénuo e, consequentemente, um pouco presunçoso. As palavras que profere sobre o seu

poder e sobre o dos outros porteiros assim como sobre a sua vista, que declara não poder suportar... estas palavras, dizia eu, podem ser justas em si, mas o tom em que as profere nem por isso deixa de indicar menos que as suas concepções são prejudicadas pela sua ingenuidade e pela sua arrogância. Os comentadores dizem a este respeito: A justa concepção de uma coisa e a sua má compreensão não se excluem totalmente. Mas é preciso admitir em todo o caso que esta ingenuidade e esta arrogância, mesmo se se exprimem sob aparências muito inofensivas, enfraquecem não obstante a forma como ele guarda a porta; são falhas no carácter do porteiro. A isto vem acrescentar-se que o porteiro parece senhor de um temperamento amável; está longe de assumir permanentemente o seu cargo. Desde os primeiros instantes, diverte-se ao convidar o homem a entrar, apesar da proibição formal; depois, não o manda embora; pelo contrário, dá-lhe, tal como está escrito, uma banqueta e manda-o sentar ao lado da porta. A paciência com que suporta as perguntas do homem durante todos aqueles anos, os pequenos interrogatórios, as prendas que aceita, a elegância com que tolera que o homem amaldiçoe em voz alta, ao lado dele, o infeliz acaso que destinou o porteiro àquele posto... tudo isto parte de um sentimento de piedade. Nenhum outro porteiro teria agido assim. E por fim, inclina-se para o homem, chamado por um sinal, dando-lhe a oportunidade de fazer uma derradeira pergunta. Apenas uma leve impaciência, porque o porteiro sabe que tudo acabou, se exprime nas suas palavras: «tu és insaciável». Há mesmo pessoas que vão ainda mais longe neste sentido e entendem que a frase «tu és insaciável» exprime uma espécie de admiração benévola, embora carregada de condescendência. Em todo o caso, a personagem do porteiro aparece assim a uma luz diferente da que tu julgavas.

– Conheces a história melhor do que eu e há mais tempo – disse K. Permaneceram silenciosos um breve instante. Depois K. acrescentou: – Tu crês, pois, que o homem não foi enganado?

– Compreende-me bem – disse o padre –, mostro-te apenas as opiniões que existem a este respeito. Tu não és obrigado a prestar grande atenção às opiniões. Os textos são imutáveis e as opiniões não passam muitas vezes de uma expressão do desespero que este facto inspira. Neste caso preciso, há até uma opinião segundo a qual foi o próprio porteiro o enganado.

– Essa opinião vai realmente um pouco longe – disse K. – Como a justificam?

– A partir da ingenuidade do porteiro – respondeu o padre. – Diz-se que ele não conhece o interior da lei, mas apenas o caminho que deve percorrer incessantemente em frente da entrada. A ideia que ele tem do interior é julgada pueril, e supõe-se que ele próprio receia o que quer fazer recear àquele homem. Sim, receia-o mais do que o homem, porque este quer a todo o custo entrar, mesmo depois de ter ouvido falar dos temíveis porteiros no interior; o porteiro, em contrapartida, não quer entrar, pelo menos em parte alguma isso está em questão. Outros pretendem que ele, por certo, já devia ter ido, pois foi alistado ao serviço da lei, o que apenas pôde ocorrer no interior. Ao que se pode responder que ele pode muito bem ter sido nomeado porteiro por uma voz proveniente do interior e que em todo o caso não poderia avançar muito lá dentro, pois já a vista do terceiro porteiro lhe é insuportável. Além disso, a história também não diz que ele tenha contado algo sobre o interior durante todos aqueles anos, com excepção da observação acerca dos porteiros. Isto poderia estar-lhe proibido, mas também nada disse sobre esta proibição. Tudo isto conduz a concluir que nada sabe do aspecto e da natureza do interior, e engana-se a tal respeito. Mas diz-se que também se engana acerca do homem do campo, porque lhe está subordinado sem o saber. Que trata o homem

como subordinado, tem-se a prova no número de pormenores que ainda talvez estejam presentes na tua memória. Mas a fazer fé nesta opinião, o facto de que na realidade seja ele o subordinado ressalta com a mesma evidência. Em primeiro lugar, o homem livre é superior àquele que está sujeito. Se se senta no banco ao lado da porta e aí passa a vida inteira, é por vontade sua, a história não menciona nenhuma imposição. Quanto ao porteiro, está sujeito ao seu posto pela sua função, não tem o direito de afastar-se, e segundo todas as aparências, também não tem o direito de entrar, mesmo que queira. Além disso, embora esteja ao serviço da lei, o seu serviço limita-se a esta entrada, e portanto ao homem a quem esta entrada se destina. É também por esta razão que lhe está subordinado. Pode presumir-se que durante imensos anos, durante toda uma vida de homem, ele de certo modo apenas preencheu uma função inútil, porque é dito que é um homem que chega, portanto um homem adulto, o que implica que o porteiro teve de esperar muito tempo antes que se realizasse o objectivo da sua existência, isto é, tanto tempo quanto tivesse decidido o arbítrio do homem que, afinal, veio de livre vontade. Mas o fim do seu serviço também está determinado pela vida do homem: fica-lhe, pois, subordinado até ao fim. E o acento tónico não cessa de ser posto no facto de que o porteiro não parece saber algo de tudo isto. Mas não param aqui, porque, segundo esta opinião, o porteiro é vítima de uma ilusão ainda mais grave, que tem que ver com a natureza da sua função. De facto, no fim, ele fala da entrada dizendo: «Agora, vou-me embora e fecho-a», mas ao princípio é dito que a porta da lei está aberta como sempre; ora, se ela fica sempre aberta... sempre, isto é, qualquer que seja a longevidade do homem para quem foi feita... então o porteiro também não poderá fechá-la. Aqui as opiniões divergem quanto a saber se o porteiro, ao anunciar que vai fechar a porta, entende simplesmente dar uma resposta, ou acentuar os deveres da sua função, ou ainda mergulhar o homem no derradeiro momento na tristeza e no arrependimento. Mas muitos estão de acordo para dizer que ele não poderá fechar a porta. Julgam até que pelo menos no fim, ele está mesmo subordinado ao homem no que sabe, porque este apercebe a luz deslumbrante que trespassa a porta da Lei, quando por definição o porteiro volta sem dúvida as costas à entrada, e não diz nada que sugira que ele haja notado a mínima alteração.

– Aqui temos uma demonstração válida – disse K., que repetira para si mesmo a meia voz certos trechos das explicações do padre. – A demonstração é válida e também creio agora que o porteiro é vítima de uma ilusão. Mas nem por isso renuncio à minha opinião inicial, porque elas se sobre põem em parte. Pouco importa que o porteiro veja claramente ou seja enganado. Disse que o homem era vítima de uma ilusão. Se o porteiro vê claramente, poderia duvidar-se, mas se o porteiro foi enganado, então a sua ilusão deve necessariamente referir-se ao homem. É verdade que então o porteiro já não engana ninguém, mas é tão ingénuo que lhe deveriam tirar logo a sua função. Penso de facto que a ilusão de que o porteiro é vítima não o prejudica em nada, mas prejudica infinitamente o homem.

– É aí que tu encontras uma opinião oposta – disse o padre. – Alguns pretendem de facto que a história não permite a ninguém julgar o porteiro. Seja qual for a maneira como a considerarmos, não deixa de estar ao serviço da Lei, pertence portanto à Lei, o que o subtrai ao juízo dos homens. Também não se deve julgar o porteiro subordinado ao homem. Estar manietado pela sua função, nem que fosse à entrada da Lei, vale infinitamente mais do que viver em liberdade no mundo. O homem acaba de aceder à Lei, o porteiro já lá se encontra. Foi a Lei que o colocou no seu posto; pôr em causa a sua dignidade seria duvidar da Lei.

– Não estou de acordo com essa opinião – disse K. meneando a cabeça –, porque se a perfilharmos somos obrigados a acreditar que são verdadeiras todas as palavras do porteiro. Ora, tu já demonstraste amplamente que isso era impossível.

– Não – retorquiu o padre –, não somos obrigados a acreditar que tudo é verdadeiro, basta considerá-lo necessário.

– Triste opinião – disse K. – É erigir a mentira em ordem universal.

K. disse isto para concluir, mas não era o seu juízo derradeiro. Estava por de mais fatigado para abranger esta história em todas as suas consequências; ela provocava também raciocínios inabituais, coisas irreais mais feitas para serem discutidas entre si pelos funcionários do tribunal do que por ele. Esta história muito simples tinha-se tornado indistinta, queria desembaraçar-se dela, e o padre deu então prova de uma grande delicadeza, e permitiu-lho, ao acolher em silên cio esta observação de K., embora ele próprio fosse certamente de opinião contrária.

Caminharam algum tempo em silêncio; K. permanecia muito perto do padre sem saber, naquelas trevas, onde se encontrava. A lâmpada que segurava na mão tinha-se apagado há imenso tempo. Em dado momento, uma estatueta, um santo de prata refulgiu mesmo à sua frente, apenas com o seu brilho prateado, depois fundiu-se logo na escuridão. Para não depender inteiramente do padre, K. perguntou-lhe:

– Não estamos próximo da entrada principal?

– Não – disse o padre –, estamos longe. Queres ir-te já embora?

K. não pensava nisso nesse momento preciso, mas apressou-se a responder:

– Com certeza, devo ir-me embora. Sou gerente num banco, aguardam-me, vim apenas para mostrar a catedral a um correspondente estrangeiro.

– Ora bem – disse o padre estendendo-lhe a mão –, vai. – Mas não me oriento sozinho no escuro – disse K.

– Avança à esquerda na direcção da parede – disse o padre –, depois segue ao longo dela e irás encontrar uma saída.

O padre mal tinha recuado dois ou três passos quando K. gritou numa voz muito forte:

– Por favor, espera ainda!

– Eu espero – disse o padre.

– Não esperas mais nada de mim? – disse K.

– Não – retorquiu o padre.

– Acabas de mostrar-te tão simpático – disse K. –, explicaste-me tudo, mas agora deixas-me partir, como se eu não fosse nada para ti.

– Mas deves ir-te embora – disse o padre.

– Sim... – disse K. – Contudo, deves compreendê-lo.

– Começa então tu próprio por compreender quem eu sou – disse o padre.

– Tu és o capelão das prisões – disse K. acercando-se; o seu regresso de imediato ao banco não era tão indispensável como pretendera, podia ainda ali ficar.

– Isso significa portanto que pertenço ao tribunal – disse o padre. – Que teria eu então a esperar de ti? O tribunal não espera nada de ti. Recebe-te quando tu vens e deixa-te partir quando te vais embora.

Fim

Na véspera do seu trigésimo primeiro aniversário – eram perto das nove da noite, a hora em que as ruas ficam silenciosas – dois cavalheiros apresentaram-se no domicílio de K. De sobrecasaca, pálidos e gordos, usando chapéus altos que pareciam inamovíveis. Após terem trocado algumas cortesias em frente da porta do apartamento para saberem quem seria o primeiro a entrar, repetiram o mesmo cerimonial com mais exagero diante da porta de K. Sem que a visita lhe tivesse sido anunciada, estava sentado numa cadeira próximo da porta, também ele vestido de preto, a calçar luvas novas que envolviam estreitamente os seus dedos, na atitude de alguém que aguarda visitas. Levantou-se logo e fitou os cavalheiros com curiosidade.

– São portanto os senhores que me destinaram? – perguntou.

Os cavalheiros aquiesceram designando-se mutuamente, de chapéu alto na mão. Confessou a si próprio que estava à espera de outra visita. Aproximou-se da janela e lançou mais um relance de olhos à rua escura. Quase todas as janelas, do outro lado, estavam também às escuras, e as cortinas muitas vezes descidas. No mesmo andar, por detrás de uma janela iluminada, duas crianças brincavam juntas num parque e, ainda incapazes de se deslocarem, procuravam tocar-se com as suas maõzinhas. «Mandam-me velhos actores de segunda categoria», disse de si para si K. olhando para trás dele mais uma vez para se convencer disso. «Querem despachar-me por baixo preço.» Bruscamente, K. voltou-se para eles e perguntou:

– Em que teatro representam?

– Em que teatro? – perguntou o primeiro cavalheiro ao colega, com ar perplexo, com os cantos dos lábios a tremer. O outro fez um gesto, tal como um mudo às voltas com um organismo rebelde. «Não os prepararam para serem interrogados», pensou K., e foi buscar o chapéu.

Logo que chegaram à escada, os cavalheiros quiseram tomá-lo pelo braço, mas K. disse-lhes:

– Esperem que cheguemos à rua, não estou doente.

Mas mal ficaram diante da porta da entrada, eles tomaram-lhe o braço como ele ainda nunca tivera a experiência quando caminhava com alguém. Mantinham os ombros colados atrás dos seus e em vez de dobrar os braços, enrolavam-nos ao longo dos seus, apertando-lhe as mãos numa captura metódica, exercitada e irresistível. K. avançava no meio deles, o corpo rígido e tenso; os três formavam agora uma tal unidade que, se derrubassem um, os teriam derrubado todos juntos. Era uma unidade como as que só podem formar as coisas inanimadas.

Sob os candeeiros da iluminação pública, K. esforçou-se muitas vezes por ver os companheiros mais nitidamente do que o pudera fazer na penumbra do seu quarto, mas de tão perto era difícil. «Talvez sejam tenores», pensou à vista dos seus espessos queixos duplos. A limpeza das suas caras desagradava-lhe. Ainda se via literalmente a mão que lhes tinha lavado o canto dos olhos, esfregado o lábio superior, limpo as pregas do queixo.

Tendo reparado nisto, K. imobilizou-se e logo os outros dois fizeram o mesmo; estavam perto de um largo arejado e deserto, ornado de maciços de flores.

– Porque foi precisamente a vocês que eles mandaram? – disse ele, e era mais um grito do que uma pergunta.

Os cavalheiros, aparentemente, não sabiam que responder; aguardavam, deixando oscilar o braço desocupado, como fazem os enfermeiros quando um doente quer descansar.

– Não irei mais longe – disse K. para ver a reacção.

A isto os cavalheiros não tinham necessidade de responder, bastava-lhes manter o abraço e tentar soerguer K. para fazê-lo avançar, mas K. resistiu. «Já não terei muita necessidade das minhas forças, vou utilizar agora todas as de que disponho», pensou. Lembrou-se das moscas que procuram libertar-se do visco deixando nele as suas patinhas arrancadas. «Estes cavalheiros vão ter trabalho.»

Foi então que, à frente deles, a Menina Bürstner saiu de uma rua e subiu para a praça por uma pequena escadaria. Não era de todo certo que fosse ela, embora fosse grande a semelhança. Aliás, K. não se preocupava muito que fosse realmente a Menina Bürstner; apenas a inutilidade da sua resistência o impressionou de súbito. Não havia nada de heróico em resistir, em criar agora dificuldades àqueles cavalheiros, em tentar, ao defender-se, saborear um derradeiro arremedo de vida. Meteu-se a caminho, e um pouco da alegria que assim proporcionou aos cavalheiros passou para ele. Agora permitiam-lhe decidir o itinerário, e escolheu seguir as pisadas da jovem à frente deles, não que tivesse querido alcançá-la, não que quisesse vê-la o mais tempo possível, mas para não se esquecer do aviso que ela constituía para si: «A única coisa que posso fazer agora», disse para consigo, e o ritmo dos seus passos pautado pelo dos outros três certificou-o nos seus pensamentos, «a única coisa que posso fazer é conservar até ao fim o meu sangue-frio e o meu espírito analítico. Sempre desejei possuir uma vintena de mãos para agarrar todo o universo, e isto, com um objectivo discutível. Estava enganado; devo mostrar agora que mesmo um processo de um ano não me serviu de lição? Devo afastar-me como um homem incapaz de compreender? Será preciso que possam contar que no início do processo eu queria terminá-lo e que chegado agora ao seu termo, quero recomeçá-lo? Não quero que digam isto. Fico reconhecido por me terem dado, para me escoltarem pelo caminho, cavalheiros meio mudos, falhos de inteligência, e que me tenham deixado o cuidado de dirigir-me a mim mesmo as palavras que se impõem.» Entretanto, a jovem tomara por uma ruela transversal, mas K. podia doravante passar sem ela, e abandonou-se aos seus companheiros. Em perfeita harmonia, os três transpuseram uma ponte em pleno luar; os cavalheiros obedeciam ao seu mínimo impulso; quando se dirigiu ligeiramente para o parapeito, eles voltaram-se também como um só bloco. As águas que cintilavam fremindo sob o luar dividiam-se em redor de uma pequena ilha onde árvores e arbustos formavam uma espécie de massa compacta de verdura. Abaixo deles, agora invisíveis, estendiam-se alamedas de saibro com bancos confortáveis onde K. se deitara e repousara durante muitos verões.

– Não tinha a mínima intenção de parar – disse ele aos companheiros, envergonhado por vê-los tão condescendentes.

Nas costas de K., o primeiro pareceu dirigir ao segundo uma leve censura por causa desta paragem devida a um equívoco, depois continuaram.

Passaram subindo por algumas ruas onde havia polícias postados aqui e além, ou então faziam a sua ronda, por vezes ao longe, por vezes muito perto. Um polícia de bigode farfalhudo, a mão assente no punho do sabre, acercou-se intencionalmente deste grupo um pouco suspeito. Os cavalheiros detiveram-se; o polícia parecia prestes a abrir a boca, quando K. puxou violentamente os cavalheiros para a frente. Voltou-se por prudência de vez em

quando para ver se o polícia não os seguia; mas quando ficaram separados dele por uma esquina da rua, K. pôs-se a correr, e os cavalheiros tiveram de segui-lo, se bem que muito ofegantes.

Saíram assim rapidamente da cidade, que naquela direcção desembocava quase sem transição no campo. Havia uma pequena pedreira abandonada e deserta próximo de uma casa de aspecto ainda muito citadino. Foi aí que os cavalheiros pararam, ou porque este local fosse o seu objectivo desde o princípio, ou fosse porque se sentissem demasiado esgotados para continuarem a correr. Largaram K., que aguardou em silêncio; tiraram os chapéus altos e, enquanto observavam a pedreira, enxugaram com os lenços o suor da testa. Em todo o lado brilhava o luar, com aquele natural e aquela calma que mais nenhuma outra luz possui.

Após uma troca de cortesias para saber quem teria de executar as tarefas seguintes – parecia que os cavalheiros haviam recebido as suas ordens sem distribuição precisa – um deles aproximou-se de K. e tirou-lhe o casaco, o colete e, para acabar, a camisa. K. estremeceu involuntariamente, e o cavalheiro deu-lhe uma pequena pancadinha nas costas para reconfortá-lo. Depois dobrou cuidadosamente os pertences de K., como se faz com as coisas de que iremos voltar a servir-nos, mesmo se não for no imediato. Para não deixar K. imóvel e exposto à frescura nocturna, tomou-lhe o braço e caminhou de um lado para o outro com ele, ao passo que o outro cavalheiro procurava na pedreira um sítio conveniente. Quando o encontrou, fez um sinal, e o outro cavalheiro conduziu para lá K. Era próximo da parede; havia ali um bloco que se tinha soltado. Os cavalheiros fizeram com que K. se sentasse no chão, encostaram-no na pedra e puseram-lhe a cabeça em cima. Apesar de todo o trabalho que tiveram e de toda a complacência que ele lhes manifestou, a atitude de K. continuava pouco natural e muito pouco verosímil. O primeiro cavalheiro pediu então ao outro que lhe deixasse um instante o cuidado de colocar K. em posição, mas isto não melhorou muito as coisas. Acabaram por deixar K. numa postura que nem sequer era a melhor das que haviam arranjado até então. O mesmo cavalheiro abriu então a sua sobrecasaca e, de uma bainha pendurada num cinturão que lhe apertava o colete, retirou uma faca de talhante comprida e afiada, com lâmina dupla; segurou-a no ar e examinou as duas lâminas à luz. As cortesias repugnantes recomeçaram, o primeiro passou por cima de K. a faca ao segundo, e este passou-lha em sentido inverso. K. sabia muito bem, agora, que o seu dever teria sido apossar-se da faca que passava de mão em mão por cima de si, e traspassar-se. Mas não fez nada disso, e girou o pescoço ainda livre olhando em seu redor. Não podia mostrar-se inteiramente à altura, não podia fazer todo o trabalho das autoridades; o responsável deste último erro era quem lhe tinha recusado o resto das forças necessárias para aquele acto. O seu olhar caiu sobre o último andar da casa que ficava contígua à pedreira. Como uma luz subitamente acesa, os batentes de uma janela abriram-se; ao longe, no alto, uma figura humana frágil e indecisa debruçou-se de súbito para diante e estendeu os braços ainda mais longe. Quem era? Um amigo? Um ser bondoso? Um ser compadecido? Alguém que queria ajudar? Era alguém solitário? Eram todos? Havia ainda algum socorro? Havia objecções esquecidas? Claro que havia. Bem pode a lógica ser inabalável mas não resiste a alguém que quer viver. Onde estava o juiz que ele nunca vira? Onde estava o alto tribunal ao qual nunca acedera? Elevou as mãos afastando os dedos.

Mas na garganta de K. pousaram-se as mãos de um dos cavalheiros, enquanto o outro lhe enterrava a faca no coração e a revolvia duas vezes. Com olhos desfalecidos, K. viu ainda,

muito perto do rosto, os cavalheiros encostados um ao outro, face com face, a observarem o cumprimento da sentença.

– Como um cão! – disse ele; era como se a vergonha devesse sobreviver-lhe.

Fragmentos

A amiga de B.

Nos dias seguintes, foi quase impossível a K. trocar nem que fossem apenas duas ou três palavras com a Menina Bürstner. Tentou acercar-se de várias maneiras, mas ela conseguiu sempre evitá-lo. Quando saía do escritório ia logo para casa e ficava no quarto sem acender a luz, sentado no canapé, com a única ocupação de vigiar o vestíbulo. Se por acaso a criada passava e fechava a porta do quarto aparentemente vazio, ele levantava-se pouco depois para tornar a abri-la. De manhã, levantava-se uma hora mais cedo do que o costume, na esperança de encontrar a Menina Bürstner sozinha quando ela partia para o seu escritório. Mas nenhuma destas tentativas resultou. Então escreveu-lhe, ao mesmo tempo para casa e para o escritório, uma carta onde procurava justificar uma vez mais o seu comportamento, oferecia todas as reparações possíveis, prometia nunca mais ultrapassar os limites que ela lhe fixasse e rogava-lhe simplesmente que lhe concedesse uma única conversa, tanto mais que ele nada podia empreender junto da Senhora Grubach antes de ter falado com ela; enfim, informava-a de que, durante todo o dia do domingo seguinte, ficaria a aguardar no seu quarto por um sinal dela que lhe permitisse esperar ver o seu rogo satisfeito, ou explicando-lhe pelo menos por que era impossível, embora ele lhe tivesse prometido uma total submissão. As cartas não foram devolvidas, mas delas também não resultou nenhuma resposta. Em contrapartida, houve, no domingo, um sinal assaz explícito. De manhã cedo, K. notou através do buraco da fechadura um movimento invulgar no vestíbulo, cuja explicação não se fez esperar. Uma jovem professora de Francês, era aliás uma alemã e chamava-se Montag, frágil, pálida e um pouco coxa que até então tinha vivido sozinha, mudara-se para o quarto da Menina Bürstner. Durante horas, viram-na a arrastar a perna através do vestíbulo. Faltava sempre um pouco de roupa, ou uma toalhinha ou um livro esquecidos que era preciso ir buscar de propósito e levar para o seu novo quarto.

Quando a Senhora Grubach trouxe o pequeno-almoço – desde que ela tinha provocado a cólera a K., não confiava a mínima tarefa à criada –, K. não pôde impedir-se de dirigir-lhe a palavra pela primeira vez desde há cinco dias.

– Porque há hoje todo este barulho no vestíbulo? – perguntou enquanto se servia do café. – Não poderiam pôr-lhe cobro? É obrigatório escolher o domingo para fazer a limpeza?

Sem levantar os olhos para a Senhora Grubach, reparou apesar disso que ela soltara uma espécie de suspiro de alívio. Mesmo nestas perguntas, no entanto, severas de K., ela via um perdão, ou um início de perdão.

– Ninguém anda a fazer a limpeza, Senhor K. – disse ela –, é só a Menina Montag que se muda para o quarto da Menina Bürstner e leva o que é seu para lá.

Não acrescentou mais nada, mas esperou para ver como K. reagiria à sua resposta, e se lhe permitiria continuar a falar. Mas K. pô-la à prova: mexeu o café com a colher, com um ar sonhador, sem uma palavra. Depois ergueu os olhos para ela e disse:

– Doravante vai renunciar às suas antigas suspeitas sobre a Menina Bürstner?

– Senhor K. – exclamou a Senhora Grubach, que aguardava esta pergunta, estendendo para K. as duas mãos unidas –, na última vez, levou muito a mal uma observação anódina. De modo

algum eu pensava ofendê-lo, nem a si nem a quem quer que fosse. Conhece-me há tempo suficiente para ficar convencido disso. Não imagina quanto sofri nestes últimos dias. Eu caluniar os meus hóspedes! E o senhor, Senhor K., estava persuadido disso! E dizia que eu devia expulsá-lo! Expulsá-lo!

Com esta última exclamação, já sacudida pelas lágrimas, ela tapou a cara com o avental e começou a soluçar.

– Vamos, não chore, Senhora Grubach – disse K. olhando pela janela; só pensava na Menina Bürstner e no facto de ela acolher uma jovem desconhecida no seu quarto. – Vamos, não chore – repetiu voltando-se novamente para o interior, onde a Senhora Grubach continuava a chorar. – Eu também não tinha levado a mal no outro dia. Ambos fomos vítimas de um mal-entendido. Este género de coisa pode acontecer a velhos amigos. – A Senhora Grubach olhou por cima do avental para ver se K. lhe perdoava realmente. – Vejamos, asseguro-lhe – disse K. e porque, a julgar pela atitude da Senhora Grubach, o capitão nada tinha deixado transpirar, ousou acrescentar: – Acredita sinceramente que eu poderia ter uma desavença consigo por causa de uma jovem que me é estranha?

– É justamente isso, Senhor K. – disse a Senhora Grubach que, para desgraça sua, logo que se sentia um pouco livre, se apressava a cometer um deslize. – Não parava de me perguntar: porque é que o Senhor K. se interessa tanto pela Menina Bürstner? Porque se zanga comigo por causa dela, quando sabe que a mínima palavra de censura da sua parte me impede de dormir? No entanto não disse nada sobre a Menina Bürstner que não tivesse visto com os meus próprios olhos.

K. não respondeu, teria sido obrigado, desde a primeira palavra, a correr com ela do quarto, o que não desejava. Contentou-se em beber o seu café e em fazer sentir à Senhora Grubach que estava a mais. Lá fora, ouviam-se de novo os passos arrastados da Menina Montag que percorria o vestíbulo.

– Está a ouvir? – perguntou K., com um gesto na direcção da porta.

– Sim – disse a Senhora Grubach suspirando –, propus ajudá-la e também fazê-la ajudar pela minha criada, mas é teimosa, quer ser ela a transportar tudo. Interrogo-me sobre a Menina Bürstner. Acho muitas vezes penoso ter a Menina Montag como hóspede, mas a Menina Bürstner chega ao ponto de metê-la no seu quarto.

– Isso não deve preocupá-la – disse K. enquanto esmagava os restos de açúcar no fundo da chávena. – Há algum inconveniente?

– Não – disse a Senhora Grubach –, no fundo, é uma sorte para mim, pois permite-me recuperar um quarto e lá meter o meu sobrinho, o capitão. Já receava que ele o tivesse incomodado nestes últimos dias, em que tive de alojá-lo ao lado, no salão. Ele não tem cuidado nenhum.

– Que ideia – disse K. levantando-se –, de modo nenhum! Parece julgar-me de uma sensibilidade excessiva porque estas deambulações da Menina Montag... lá vai ela agora no sentido inverso... são-me insuportáveis.

A Senhora Grubach sentiu-se completamente impotente.

– Devo dizer-lhe, Senhor K., que deixe para mais tarde o resto da sua mudança? Se o desejar, faço isso imediatamente.

– Mas ela vai mudar-se para o quarto da Menina Bürstner! – disse K.

– Sim – disse a Senhora Grubach, não vendo exactamente onde K. pretendia chegar.

– Então nesse caso – disse K. –, ela é obrigada a levar as suas coisas.

A Senhora Grubach contentou-se em aquiescer. Este embaraço mudo, que tinha todas as aparências de uma provocação, irritou ainda mais K. Pôs-se a andar pelo quarto, da janela à porta, retirando assim à Senhora Grubach a possibilidade de se afastar, o que ela teria sem dúvida feito, de outro modo.

K. tinha já efectuado uma vez a ida e volta até à porta quando bateram. Era a criada que anunciou que a Menina Montag desejava dizer algumas palavras ao Senhor K., e pedia-lhe que fosse à sala de jantar, onde ela o aguardava.

K. ouviu a criada, com ar sonhador, depois voltou-se, com um olhar quase escarnecedor, para a Senhora Grubach, apavorada. Este olhar parecia dizer que K. previra há muito tempo o convite da Menina Montag, e que ela era da mesma qualidade dos barulhos que tivera de aturar naquele domingo de manhã por causa dos hóspedes da Senhora Grubach. Indicou à criada para dizer que ele ia já, depois foi ao guarda-fatos para mudar de casaco; à laia de resposta à Senhora Grubach, que resmungava em voz baixa contra aquela importuna, pediu-lhe que fizesse o favor de levar já a bandeja do pequeno-almoço.

– Mas o senhor não comeu quase nada – disse a Senhora Grubach.

– Leve-a, já lhe disse! – exclamou K.; tinha a impressão de que a Menina Montag, de qualquer modo, se intrometia em tudo, tornava-se antipática.

Quando atravessou o vestíbulo, lançou um olhar de relance em direcção à porta fechada do quarto da Menina Bürstner. Não era, porém, para ali que estava convidado, mas para a sala de jantar; abriu a porta toda para trás sem bater.

A sala era comprida mas estreita, com uma única janela. Havia apenas lugar à justa para ali terem podido colocar de viés dois aparadores nos cantos, de cada lado da porta, sendo o espaço restante ocupado pela comprida mesa da sala de jantar que ia quase da porta até à grande janela, tornada quase inacessível. A mesa já estava posta, e os talheres eram numerosos, porque ao domingo quase todos os hóspedes tomavam ali a sua refeição do meio-dia.

Quando K. entrou, a Menina Montag que estava à janela foi ao seu encontro seguindo ao longo da mesa. Cumprimentaram-se em silêncio. Depois a Menina Montag, espetando um pouco de mais o queixo como sempre, disse-lhe:

– Ignoro se o senhor me conhece.

K. encarou-a, franzindo o sobrecenho.

– Claro – disse ele –, há imenso tempo que mora em casa da Senhora Grubach.

– Mas o senhor não se interessa muito por esta pensão, creio – disse a Menina Montag.

– Não – disse K.

– Não quer sentar-se? – disse a Menina Montag.

Em silêncio, recuaram cada qual uma cadeira na extremidade da mesa e sentaram-se em frente um do outro. Mas a Menina Montag levantou-se logo a seguir para ir buscar a sua malinha de mão, que tinha deixado no parapeito da janela; arrastou a perna ao longo de toda a sala. Uma vez regressada, fazendo balouçar ligeiramente a malinha de mão, disse:

– Queria apenas dizer-lhe algumas palavras da parte da minha amiga. Ela queria vir pessoalmente, mas hoje está um pouco adoentada. Pede-lhe desculpa e que me escute em vez dela. Aliás, não teria podido dizer-lhe mais nada além do que vou dizer-lhe. Pelo contrário, creio poder dizer-lhe mais, tendo em conta a minha relativa neutralidade. Não é da mesma

opinião?

– Que haveria então para dizer? – respondeu K., farto de ver os olhos da Menina Montag constantemente dirigidos para os seus lábios.

Ela arrogava-se consequentemente um poder sobre o que ele ia dizer.

– É claro que a Menina Bürstner me recusa a conversa privada que lhe pedi.

– É isso – disse a Menina Montag –, ou antes, de maneira nenhuma, o senhor apresenta as coisas de uma forma demasiadamente fria. Em geral, as conversas privadas não são coisas que se aceitem ou que se recusem. Mas pode acontecer que as julguemos inúteis, o que é o caso. Depois da sua observação, posso falar livremente. Pediu à minha amiga por escrito ou verbalmente que aceitasse uma conversa consigo. Ora a minha amiga sabe, pelo menos deve supô-lo, qual será o objecto desta entrevista, e por isso está convencida, por motivos que ignoro, que não serviria a ninguém que ela efectivamente ocorresse. Além disso, falou-me apenas vagamente do assunto ontem e à pressa; acrescentou que, como uma tal ideia lhe ocorreu por um simples acaso, esta conversa não devia ter interesse para si, e que o senhor não precisaria de explicação especial para compreender logo, ou pelo menos daqui a pouco, a absurdidade de tudo isto. Respondi que ela talvez tivesse razão, mas que, por exigência de absoluta clareza, eu julgaria preferível transmitir-lhe uma resposta explícita. Propus-me realizar esta tarefa e, após algumas hesitações, a minha amiga consentiu. Espero agora ter agido como o senhor também deseja; porque a mínima incerteza num assunto, por fútil que seja, é sempre dolorosa, e se, como no caso presente, podemos afastá-la sem dificuldade, melhor será então fazê-lo já.

– Agradeço-lhe – disse logo K.

Levantou-se lentamente, fitou a Menina Montag, depois a mesa, depois a janela – a casa fronteira estava iluminada pelo sol – e dirigiu-se para a porta. A Menina Montag deu alguns passos no seu encalço, como se tivesse alguma desconfiança. Mas em frente da porta, tiveram ambos de recuar, porque ela se abriu, e o capitão Lanz entrou. K. via-o de perto pela primeira vez. Era um homem alto, de uns quarenta anos, de rosto tisnado e cheio. Fez uma curta reverência, que se dirigia também a K., depois aproximou-se da Menina Montag e beijou-lhe respeitosamente a mão. Tinha muito desembaraço nos seus movimentos. A sua cortesia para com a Menina Montag contrastava vivamente com a maneira como K. a tinha tratado. Todavia, a Menina Montag não parecia zangada com K., porque ele julgou notar que ela queria apresentá-lo ao capitão. Mas K. não queria ser apresentado, não seria capaz da mínima amabilidade para com o capitão ou a Menina Montag; em seu entender aquele beija-mão tinha-o ligado a pessoas que, sob a aparência de inofensivas e desinteressadas, o queriam manter afastado da Menina Bürstner. Mas não foi a única coisa que K. julgou observar, observou também que a Menina Montag tinha escolhido um bom método, mas de dois gumes. Exagerava a importância das relações entre a Menina Bürstner e K., exagerava sobretudo a importância da conversa solicitada e procurava ao mesmo tempo voltar as coisas de tal maneira que se ficava com a impressão de que era K. que exagerava tudo. O porvir desenganá-la-ia, K. não queria exagerar nada, sabia que a Menina Bürstner era uma pequena dactilógrafa que não poderia resistir-lhe muito tempo. E recusava ter em consideração o que a Senhora Grubach lhe tinha contado acerca da Menina Bürstner. Mergulhado nestas reflexões, abandonou a sala quase sem se despedir. Queria regressar logo ao seu quarto, mas uma risada da Menina Montag que ouviu atrás dele na sala de jantar deu-lhe a ideia de que talvez pudesse fazer uma

surpresa aos dois, à Menina Montag e ao capitão. Olhou à sua volta, de ouvido apurado, para se assegurar de que ninguém viria incomodá-lo; a calma reinava nas salas à volta, ouvia-se apenas a conversa na sala de jantar e, no corredor que conduzia à cozinha, a voz da Senhora Grubach. A ocasião parecia favorável; K. aproximou-se da porta da Menina Bürstner e bateu levemente. Como nada se mexesse, bateu de novo, mas continuava a não haver resposta. Estava a dormir? Ou estava realmente adoentada? Ou então recusava-se a responder porque suspeitava que só K. podia bater tão levemente? K. supôs que ela se recusava a responder, e bateu com mais força; depois, como não obtivesse sucesso, acabou por abrir prudentemente a porta, não sem ter o sentimento de fazer uma coisa repreensível e, além disso, inútil. Não havia ninguém no quarto. Aliás, já não se parecia muito com aquele que K. conhecera. Havia agora encostadas à parede duas camas colocadas uma atrás da outra; perto da porta, três cadeirões estavam cobertos por um montão de vestidos e de outra roupa, um guarda-vestidos estava aberto. A Menina Bürstner tinha sem dúvida saído enquanto a Menina Montag fazia a K. grandes discursos na casa de jantar. K. não ficou muito perturbado, pois já não esperava encontrar de novo a Menina Bürstner tão facilmente; quase tinha feito esta tentativa, com o único fito de provocar a Menina Montag. Mas foi para ele mais doloroso avistar, quando ia fechar a porta, a Menina Montag e o capitão a conversarem. Talvez estivessem ali desde que K. abrira a porta; tendo o cuidado de não darem a impressão de que estavam a observá-lo, fala vam em voz baixa e contentavam-se em seguir os gestos de K., como quem olha distraidamente à sua volta durante uma conversa. Mas K. sentiu todo o peso destes olhares; apressou-se a regressar ao seu quarto seguindo ao longo da parede.

O procurador

Mau grado o conhecimento dos homens e a experiência do mundo que adquirira durante os seus longos anos de actividade no banco, K. dedicara sempre uma estima especial ao grupo de clientes habituais que encontrava numa cervejaria para jantar, e nunca negara no seu foro íntimo que fosse para ele uma grande honra pertencer a este grupo. Compunha-se quase exclusivamente de juízes, de procuradores e de advogados; alguns jovens funcionários e alguns amanuenses de advogado eram também admitidos, mas sentavam-se no extremo da mesa e tinham só o direito de intervir nos debates quando lhes dirigiam perguntas precisas. E na maioria das vezes, estas perguntas tinham por único fito divertir a assistência; o procurador Hasterer, em particular, que habitualmente era o vizinho de K., gostava de humilhar assim aqueles jovens. Quando pousava a sua grande mão peluda no meio da mesa, os dedos afastados, e se virava para o extremo da mesa, toda a gente apurava o ouvido. E quando alguém, lá ao fundo, pegava na pergunta, mas não conseguia interpretá-la, ou então contemplava com ar pensativo o fundo do seu copo de cerveja ou, ainda, em vez de falar, se contentava em fazer estalar o maxilar ou então – e era o pior – emitia num fluxo ininterrupto de palavras uma opinião errada ou não autorizada, os velhos cavalheiros voltavam-se nas suas cadeiras a sorrir, e só então pareciam começar a sentir-se à vontade. As verdadeiras discussões sérias entre especialistas estavam-lhes reservadas.

K. tinha sido apresentado a este grupo por um advogado que era o conselheiro jurídico do seu banco. Em determinada época, K. fora obrigado a conversar com ele no seu gabinete até altas horas da noite, o que o levara naturalmente a jantar com o advogado na mesa que este frequentava e a saborear aquela companhia. Aqui só via gente instruída, respeitada e, num certo sentido, poderosa, cuja distracção consistia em esforçar-se por resolver questões difíceis e sem grande relação com a vida normal. Não podia intervir, claro, mas tinha assim a ocasião de aprender muitas coisas que poderiam também servir-lhe cedo ou tarde no banco, e podia além disso estabelecer com o tribunal laços pessoais que eram sempre úteis. Mas o grupo também pareceu acolhê-lo com agrado. Depressa adquiriu o estatuto de especialista em negócios, e – embora com um toque de ironia – consideravam a sua opinião neste domínio como fazendo autoridade. Não era raro que dois convivas cujos juízos diferiam sobre uma questão de Direito pedissem a K. a sua opinião, de maneira que o nome de K. reaparecia incessantemente nos argumentos, nos contra-argumentos, e era invocado nas análises mais abstractas, cuja meada K. há muito tinha perdido. Em compensação, muitas coisas esclareceram-se aos poucos para ele, tanto mais que dispunha ao seu lado de um bom conselheiro na pessoa do procurador Hasterer, que igualmente estabelecera consigo laços de amizade. K. acompanhava-o muitas vezes à noite a casa. Mas necessitou de muito tempo para se habituar a caminhar de braço dado ao lado daquele homem gigantesco que teria podido muito bem dissimulá-lo muito discretamente nas pregas da sua grande capa.

Aos poucos, porém, encontraram-se tantas vezes juntos que todas as diferenças de cultura, de profissão e de idade se esbateram. Relacionavam-se como se fossem desde sempre inseparáveis; e se, nas suas relações, parecia por vezes aflorar uma aparência de superioridade, não era a de Hasterer, mas a de K., cuja experiência prática era muitas vezes corroborada pelos factos, porque fora adquirida no terreno, o que é impossível do topo de um tribunal.

Claro que esta amizade depressa foi conhecida de todos os clientes habituais; esqueceram-se quase por completo de quem tinha apresentado K. ao grupo; em todo o caso, era Hasterer que o protegia agora, e se o seu direito de sentar-se ali fosse posto em causa, ele podia legitimamente invocar Hasterer. K. adquiriu assim uma posição privilegiada, porque Hasterer era tão respeitado como temido. A força e o virtuosismo do seu pensamento jurídico eram absolutamente admiráveis; mas se deste ponto de vista muitos daqueles cavalheiros se achavam pelo menos em pé de igualdade com ele, nenhum, porém, manifestava neste aspecto um entusiasmo apaixonado quando ele defendia a sua opinião. K. tinha a impressão de que Hasterer, à falta de convencer o seu adversário, inspirava-lhe pelo menos temor; o seu indicador esticado, por si só, fazia com que muitos batessem em retirada. Acontecia então como se o adversário se esquecesse de que estava na companhia de velhos conhecidos e de colegas, de que se tratava afinal somente de questões teóricas e de que na realidade nada podia suceder-lhe – apesar de tudo isto, ele calava-se, e um simples aceno de cabeça era já uma prova de coragem. Era um espectáculo quase doloroso, quando, encontrando-se o adversário sentado no outro extremo da mesa, Hasterer verificava que não haveria maneira de chegarem a acordo a tal distância, afastava o prato ainda repleto e levantava-se lentamente para ir ter com o homem em questão. As pessoas sentadas na proximidade deitavam então a cabeça para trás, a fim de lhe observarem o rosto. Estes não passavam, por certo, de incidentes relativamente raros; apenas, por assim dizer, as questões jurídicas podiam assim excitá-lo, e principalmente as respeitantes aos processos que ele tinha dirigido ou ainda dirigia. Quando não se tratava deste género de questões, era simpático e calmo, o seu riso era afável e a sua paixão era beber e comer. Podia até acontecer que não escutasse a discussão geral, que se virasse para K., assentasse o braço no espaldar da sua poltrona, que lhe pedisse em voz baixa novidades do banco e que depois lhe falasse do seu próprio trabalho ou ainda das relações femininas, que lhe davam quase tantas preocupações como o tribunal. Não o viam falar assim a qualquer outro membro do grupo e, de facto, quando queriam pedir alguma coisa a Hasterer – tratava-se a maior parte das vezes de reconciliá-lo com um colega –, iam muitas vezes primeiro procurar K. para lhe rogar que servisse de intermediário, o que ele sempre fazia de bom grado e facilmente. Sem explorar aliás a este respeito as suas relações com Hasterer, era muito cortês e muito modesto perante todos e, coisa mais importante ainda do que a cortesia e a modéstia, sabia distinguir entre os níveis hierárquicos dos diferentes cavalheiros e lidar com cada um segundo a sua condição. É verdade que Hasterer não cessava de instruí-lo acerca deste capítulo; aquelas eram as únicas regras que Hasterer nunca violava, mesmo nos debates mais animados. Era também por isso que, ao dirigir-se aos jovens cavalheiros do extremo da mesa que não possuíam quase nenhuma promoção, ele falava como se não houvesse ninguém e como se, em vez de serem indivíduos diferenciados, eles formassem apenas um bloco compacto. Ora, eram justamente estes cavalheiros que lhe manifestavam o maior respeito, e quando perto das onze horas se levantava para regressar a casa, havia logo um para ajudá-lo a vestir o seu grosso sobretudo e um outro que lhe abria a porta inclinando-se até ao chão, e que continuava assim, evidentemente, até K. abandonar a sala após Hasterer.

Quando nos primeiros tempos, K. acompanhava um pouco Hasterer no seu caminho, ou inversamente, estas noites foram seguidas de um convite para entrar em casa de Hasterer e passar um breve momento com ele. Ficavam então muitas vezes uma hora a saborear álcool e

charutos. Hasterer interessava-se tanto por estes serões que nem quis renunciar a eles quando alojou em casa, durante algumas semanas, uma mulher chamada Helene. Era uma mulher forte de certa idade de tez amarelada e caracóis negros à volta da testa. K. viu-a primeiro sempre na cama; ficava habitualmente deitada sem o mínimo embaraço, a ler um romance-folhetim sem se ocupar da conversa dos cavalheiros. Quando a hora avançava, espreguiçava-se, bocejava e, à falta de poder atrair de outro modo a atenção, atirava com o fascículo do seu romance a Hasterer. Este levantava-se então a sorrir, e K. despedia-se. Mas mais tarde, quando Hasterer começou a fartar-se de Helene, ela começou a perturbar seriamente as reuniões. Agora aguardava-os completamente vestida e, em geral, com um traje que sem dúvida julgava muito elegante e de alto preço, mas que não passava na realidade de um velho vestido de baile remendado, enfeitado com algumas filas de franjas compridas que davam nas vistas devido à fealdade. K. não sabia ao certo com o que se parecia aquele traje: recusava-se, por assim dizer, a encará-la e permanecia sentado durante horas, de olhos baixos, enquanto ela percorria a sala bamboleando-se, ou se sentava junto dele; mais tarde, como a sua posição continuava a tornar-se precária, procurou mesmo em desespero de causa fazer ciúmes a Hasterer parecendo preferir K. Era por puro desespero e não por malícia que se debruçava na mesa com as costas nuas, arredondadas e rechonchudas, e aproximava o rosto de K. para forçá-lo assim a levantar os olhos. Obteve apenas a recusa de K., na vez seguinte, de entrar em casa de Hasterer; e quando acabou por voltar, decorrido algum tempo, Helene já tinha sido mandada embora definitivamente; K. aceitou a notícia com toda a naturalidade. Nessa noite, os dois homens ficaram muito tempo juntos e, por desafio de Hasterer, beberam à sua fraternidade; quando regressou a casa, K. sentia-se quase um pouco aturdido pelo fumo e pela bebida.

Logo na manhã seguinte, o director do banco observou no decorrer de uma conversa de trabalho que lhe parecia ter visto K. na véspera à noite. Salvo erro da sua parte, K. caminhava de braço dado com o procurador Hasterer. O director parecia achar isto tão singular que nomeou a igreja – o que, para dizer a verdade, correspondia também à exactidão habitual – perto da qual esse encontro ocorrera, próximo da fonte. Se tivesse querido descrever uma miragem, não teria podido exprimir-se de outro modo. K. explicou-lhe, então, que o procurador era seu amigo e que haviam realmente passado em frente da igreja na véspera à noite. O director sorriu, com um ar admirado, e convidou K. a sentar-se. Era um daqueles instantes que tornavam o director muito caro aos olhos de K., instantes em que, naquele homem fraco, doente, sempre a tossir, esmagado pelas mais altas responsabilidades, surgia uma certa preocupação pelo bem-estar de K. e pelo seu futuro; por certo, à semelhança de outros empregados que tinham tido a mesma experiência com o director, podia ver-se nesta solicitude e delicadeza, apenas um bom meio, ao consagrar-lhes dois minutos, de garantir durante anos os serviços de empregados de valor – mas, fosse como fosse, K. ficava subjugado pelo director durante esses instantes. Talvez também o director não falasse com K. como falava com os outros; não que esquecesse a sua superioridade hierárquica, tratando K. de igual para igual – o que era a sua prática regular nas suas relações profissionais –, no entanto, desta vez, justamente, parecia ter esquecido a posição de K. e falava-lhe como a uma criança, ou como a um adolescente inexperiente que ingressa pela primeira vez num emprego e que, por uma razão incompreensível, suscita a simpatia do director. K. não teria sem dúvida tolerado aquele tom a ninguém, nem mesmo ao director, se a solicitude não lhe tivesse

parecido autêntica ou se pelo menos a eventualidade de uma tal solicitude, como ela se manifestava naqueles momentos, não o houvesse mantido por completo sob o seu encanto. K. reconhecia a sua fraqueza; talvez resultasse do facto de ter realmente guardado um lado infantil neste aspecto, porque nunca usufruíra da solicitude do seu próprio pai, falecido muito novo; tinha deixado a casa muito jovem, e mais rechaçara do que atraíra a ternura da mãe, que ainda vivia, meio cega, na mesma cidadezinha, e a quem visitara há cerca de dois anos pela última vez.

– Desconhecia essa amizade – disse o director, e apenas um sorriso amistoso adoçou a severidade destas palavras.

Indo a casa de Elsa

Uma noite, pouco antes de partir, K. recebeu uma chamada telefónica ordenando-lhe que fosse imediatamente à secretaria do tribunal. Desaconselhavam-no a desobedecer. As suas observações inauditas, dizendo que os interrogatórios eram inúteis, que não obtinham qualquer resultado e nada podiam obter, que se recusava a lá ir no futuro, que não levaria em nenhuma conta os convites que lhe fossem dirigidos por telefone ou por escrito, e que poria na rua os emissários – todas estas observações haviam sido consignadas por escrito e já muito o tinham prejudicado. Porque se recusava então a ser dócil? Não se esforçavam por pôr ordem no emaranhado do seu processo, sem olharem ao tempo nem à despesa? Queria deliberadamente fazer obstrução e que chegassem a tomar medidas de força que lhe tinham sido poupadas até ali? A presente convocatória era uma derradeira tentativa. Ficava livre de agir à sua vontade, com a condição de não se esquecer de que o alto tribunal não podia deixar-se cair no ridículo.

Ora, K. tinha anunciado a sua visita a Elsa para essa noite, e nem que fosse por este motivo era-lhe impossível ir ao tribunal; claro, sentia-se feliz por poder justificar a sua falta de comparência, mesmo se não contasse recorrer alguma vez a esta justificação e não teria ido muito provavelmente ao tribunal, mesmo na ausência de qualquer obrigação nessa noite.

Todavia, seguro da sua razão, perguntou ao telefone o que sucederia se não fosse.

– Saberemos encontrá-lo – responderam.

– E serei punido por não ter ido de livre vontade? – perguntou K. a sorrir, na expectativa do que ia ouvir.

– Não – responderam.

– Perfeito – disse K. –, que razões teria então eu para obedecer à convocatória de hoje?

– Em geral, não procuramos desencadear contra o próprio os meios poderosos de que o tribunal dispõe – disse a voz, que enfraqueceu, depois ficou inaudível.

«É uma grave imprudência», pensou K. retirando-se, «mas é preciso tentar descobrir os poderosos meios em questão.»

Sem hesitar, fez-se conduzir a casa de Elsa. Bem instalado no canto da viatura, as mãos nas algibeiras do sobretudo – começara já a esfriar –, observou a animação que reinava nas ruas. Pensava com uma certa satisfação nas dificuldades consideráveis que causava ao tribunal, se este se reunisse realmente. Não tinha declarado expressamente se iria ou não ao tribunal; o juiz aguardava-o portanto, talvez até toda a assembleia o aguardasse, mas, para desagrado da galeria, K. faltaria ao encontro. Sem se deixar perturbar pelo tribunal, ia onde queria. Durante um momento, não teve a certeza se não teria dado por distracção a morada do tribunal ao condutor, gritou-lhe portanto a morada de Elsa; ele aquiesceu; era a única morada que lhe tinha sido indicada. K. esqueceu então a pouco e pouco o tribunal e, como no passado, o banco ocupou-lhe de novo todos os pensamentos.

Querela com o director interino

Uma manhã, K. sentiu-se muito mais fresco e resistente do que habitualmente. Não pensava no tribunal; mas quando a ideia o atravessava, parecia-lhe que, graças a um dispositivo oculto que seria preciso naturalmente procurar às apalpadelas na obscuridade, se poderia apanhar, extirpar e desmantelar aquela organização de dimensões impossíveis de apurar. O seu estado excepcional incitou mesmo K. a convidar o director interino para o seu gabinete, a fim de falarem juntos de um negócio que era urgente há já algum tempo. O director interino, em tais ocasiões, procedia sempre como se as suas relações com K. não se tivessem modificado nada durante os últimos meses. Entrava calmamente, como no tempo da sua constante rivalidade, ouvia calmamente a exposição de K., manifestava a sua simpatia com breves observações familiares, até com um ar de camaradagem, e, sem necessariamente fazê-lo de propósito, semeava a confusão no espírito de K. pelo simples facto de que nada podia distraí-lo do negócio em causa e que estava pronto a consagrar-se-lhe literalmente até ao mais profundo do seu ser, ao mesmo tempo que, perante este modelo de consciência profissional, os pensamentos de K. se punham logo a divagar e constrangiam-no a abandonar quase sem resistência o negócio ao director interino. Um dia, as coisas correram tão mal que, no fim, K. deu conta de que o director interino se levantara de súbito e regressara ao seu gabinete sem dizer uma palavra. K. ignorava o que se tinha passado; podia ser que a conversa tivesse acabado como habitualmente, mas podia ser também que o director interino a tivesse interrompido porque K. o tivesse ofendido sem dar por isso, ou porque tivesse proferido frases aberrantes, ou ainda porque o director interino tivesse adquirido a convicção de que K. não o escutava e se preocupava com outra coisa. Era mesmo possível que K. tivesse tomado ou que o director interino lhe tivesse arrancado uma decisão ridícula, que agora se apressava a executar para prejudicar K. Além disso, nunca mais este negócio foi falado, por K. não querer avivar-lhe a sua lembrança e o director interino ficar mais reservado sobre o assunto; não houve aliás nenhuma continuação visível, pelo menos no imediato. Fosse como fosse, K. não ficara aborrecido com este incidente: assim que se apresentava uma ocasião propícia e ele se sentia mais ou menos em forma, dirigia-se à porta do director interino para falar-lhe ou convidá-lo para o seu gabinete. Já não era o momento de esquivar-se dele, como fazia dantes. Já não esperava alcançar proximamente um êxito decisivo que o libertaria de todas as preocupações e restabeleceria ao mesmo tempo as suas antigas relações com o director interino. K. via bem que não podia renunciar; se cedesse, como os factos talvez exigissem, corria o risco de talvez nunca conseguir recuperar. Não devia deixar crer ao director interino que estava acabado, não devia permanecer tranquilamente sentado à sua secretária, apoiado nesta convicção; devia perturbar-lhe a calma, devia aperceber-se tantas vezes quanto possível que K. estava vivo e que, como tudo o que vive, era susceptível de surpreendê-lo um dia com novos recursos, mesmo se agora parecia muito inofensivo. Por certo, K. dizia para consigo às vezes que com este método apenas lutava pela sua honra, porque, no seu estado de fraqueza, não podia servir-lhe para nada opor-se constantemente ao director interino, reforçar o seu sentimento de poder, e permitir-lhe estudar a situação do momento, para tomar medidas perfeitamente adaptadas. Mas K. não teria podido mudar de atitude, estava cheio de ilusões sobre si próprio, sentia-se por vezes seguro de poder medir-se com o director interino, com toda a tranquilidade, as experiências mais infelizes não lhe serviam de lição; ali onde dez

tentativas tinham falhado, julgava poder triunfar na décima primeira, mesmo se as coisas tivessem girado uniformemente em seu desfavor. Quando após uma confrontação deste género, se via esgotado, a transpirar, de cabeça vazia, ignorava se eram a esperança ou o desespero que o haviam impelido para o gabinete do director interino; mas na vez seguinte, tornava a não haver qualquer ambiguidade; só a esperança o impelira para a porta do director interino.

Era o que sucedia hoje. O director interino entrou no mesmo instante, depois ficou de pé perto da porta, limpou a luneta, como adquirira há pouco o hábito, e fitou K.; depois, para não dar muito a impressão de apenas se ocupar dele, examinou o resto da sala. Dir-se-ia que aproveitava a ocasião para verificar a sua acuidade visual. K. suportou os seus olhares, sorriu até um pouco e convidou o director interino a sentar-se. Quanto a ele, instalou-se na sua poltrona, aproximou-a o mais que pôde do director interino, tirou logo da mesa os papéis necessários e começou o relatório. O director interino, de início, mal pareceu escutá-lo. A tampa da secretária de K. estava rodeada por uma pequena grade de abas esculpidas. Toda esta secretária tinha um trabalho admirável e a grade também estava perfeitamente fixada à madeira. Mas o director interino fez como se acabasse de reparar que havia uma folga e procurou eliminar este defeito batendo rapidamente com o indicador na grade. K. quis logo interromper o relatório, mas o director interino recusou, declarando que escutava e compreendia tudo em pormenor. Mas enquanto K. não conseguia de momento arrancar-lhe a mínima observação sobre o caso, a cercadura parecia exigir medidas especiais, porque o director interino pegou no seu canivete, fez da régua de K. alavanca e procurou levantar a grade, sem dúvida para poder enfiá-la mais facilmente. K. tinha incluído no seu relatório uma proposta inteiramente nova, da qual esperava o maior efeito sobre o director interino; quando chegou a esta proposta, não pôde interromper-se, a tal ponto o seu próprio trabalho o absorvia, ou antes, a tal ponto sentia prazer em sonhar, coisa cada vez mais rara, que tinha ainda uma palavra a dizer naquele banco, e que as suas ideias tinham a força de justificá-lo. Talvez até estivesse ali a melhor forma de defesa, não só no banco mas também no seu processo, bem melhor talvez do que qualquer outra defesa que havia tentado ou considerado. Prosseguindo a sua leitura sem descanso, K. não tinha oportunidade de dissuadir expressamente o director interino de mexer assim na grade; por duas ou três vezes apenas durante a sua leitura passou a mão livre ao longo da grade, num gesto apaziguador, para mostrar assim quase inconscientemente ao director interino que aquela cercadura não tinha nenhum defeito e que, mesmo se tivesse, era por agora mais importante e também mais conveniente escutá-lo do que empreender a mínima reparação deste género. Mas, como sucede muitas vezes com os indivíduos enérgicos, nos quais apenas o intelecto é activo, este trabalho manual começava a apaixonar o director interino; um pedaço da grade estava agora pura e simplesmente solto e era necessário voltar a fixar as hastes nos buracos correspondentes. Esta operação era mais difícil que todas as precedentes. O director interino teve de se levantar e tentar fixar com as duas mãos a grade na tampa da secretária. Mas, apesar da energia dispensada, a manobra falhou. Durante a sua leitura – que havia aliás ilustrado com inúmeras observações improvisadas – K. dera vagamente conta de que o director interino se tinha levantado. Sem nunca perder completamente de vista a actividade anexa do director interino, havia não obstante suposto que os seus gestos estavam mais ou menos relacionados com a sua exposição; também ele, portanto, se levantou, e entregou um papel ao director interino, apontando com o dedo um número. Entretanto, o director interino, tendo-se apercebido de que

a pressão das mãos não bastava, decidira prontamente sentar-se com todo o seu peso na grade. Desta vez, resultou, as hastes entraram nos buracos, rangendo; mas, sob o efeito da precipitação, uma haste dobrou-se e, num sítio, a parte superior, muito frágil, partiu-se em duas.

– Madeira de fraca qualidade – disse o director interino, contrariado; desceu da secretária e pousou [...]

A casa

Sem ter ao princípio uma intenção precisa, K. tinha tentado em diversas ocasiões saber onde ficava a sede do serviço de onde emanara a primeira citação a si respeitante. Não teve nenhuma dificuldade em sabê-lo: assim que lhes perguntou, Titorelli e Wolfhart indicaram-lhe o número exacto da casa. Em seguida, com o sorriso que reservava sempre para os planos secretos, não submetidos à sua aprovação, Titorelli completou esta informação, afirmando que este serviço não desempenhava a mínima função, transmitia apenas o que lhe ordenavam e constituía somente o órgão menor do grande ministério público cujo acesso estava vedado às partes envolvidas. Se se tivesse, pois, um pedido a formular junto do ministério público – havia sempre um sem-número deles, mas nem sempre era prudente apresentá-los – era preciso então dirigir-se ao serviço subalterno já citado, mesmo se nunca se pudesse aceder assim ao verdadeiro ministério público, nem fazer-lhe chegar os seus pedidos.

Conhecendo já o carácter do pintor, K. evitou contradizê-lo, e, sem perguntar mais nada, contentou-se em aquiescer e em tomar boa nota das suas palavras. Como já muitas vezes nestes últimos tempos, teve novamente a impressão de que, quando se tratava de o atormentar, Titorelli excedia em muito o advogado. A única diferença era que K. não se encontrava tão à mercê de Titorelli e que poderia desembaraçar-se dele quando desejasse, sem mais cerimónias; além disso, Titorelli era muitíssimo falador, mesmo tagarela, embora não como anteriormente; enfim, K. estava completamente à altura de, também ele, atormentar Titorelli.

E não deixou de o fazer a este propósito, evocando por diversas vezes aquela casa, parecendo esconder algo a Titorelli, como se tivesse conseguido nesses serviços relações ainda demasiado incertas para poderem ser reveladas sem perigo; em compensação, se Titorelli procurasse obter algo de concreto, K. mudava bruscamente de assunto e parava de falar durante imenso tempo. Este género de pequenos êxitos regozijava-o; imaginava então conhecer muito melhor esta gente próxima do tribunal; imaginava poder já brincar com eles, imiscuir-se quase no meio deles, aceder, pelo menos alguns instantes, a uma melhor visão de conjunto, igual àquela de que eles beneficiavam, empoleirados no primeiro degrau do tribunal. Se acabasse por perder aqui a sua posição subalterna, que importância tinha? Mesmo neste caso, restava uma possibilidade de salvação ali, bastava esgueirar-se no meio daquela gente; se, devido à sua posição inferior ou por outro motivo, eles não pudessem auxiliá-lo no seu processo, podiam apesar de tudo acolhê-lo entre eles e ocultá-lo; melhor ainda, se procedesse depois com suficiente ponderação e em segredo, não poderiam recusar-se a servi-lo assim, mas não a Titorelli, sobretudo, de quem se tornara íntimo e benfeitor.

K. não acalentava porém todos os dias semelhantes esperanças; em geral permanecia lúcido e evitava negligenciar ou saltar por cima da mínima dificuldade; mas às vezes – em geral à noite, quando estava num estado de total esgotamento depois do trabalho –, procurava consolar-se nos mais ténues incidentes do dia, até mesmo nos mais ambíguos. Deitava-se então habitualmente no canapé do escritório – porque já não podia abandonar o escritório sem ter descansado uma hora no canapé – e nos seus pensamentos, encadeava observação após observação. Não se limitava estritamente às pessoas relacionadas com o tribunal e, meio adormecido, elas misturavam-se todas; esquecia então o imenso trabalho do tribunal, tinha a impressão de ser o único acusado e que todos os outros se assemelhavam, como os funcionários e os juristas nos corredores de um tribunal, tendo mesmo os mais estúpidos o

queixo descaído para o peito, os lábios arrepanhados e o olhar fixo, como se perdidos em graves reflexões. Depois os hóspedes da Senhora Grubach apareciam sempre, estavam em formação cerrada, lado a lado, como um coro de acusadores. Havia imensos desconhecidos entre eles, porque há muito tempo que K. deixara de ocupar-se dos assuntos da pensão. Mas o grande número destes desconhecidos comprometiam-no para entrar em contacto com o grupo, o que era por vezes obrigado a fazer quando aí procurava a Menina Bürstner. Percorria assim com o olhar o grupo, e de súbito dois olhos completamente estranhos lançavam-lhe um olhar faiscante e retinham-no. Era então incapaz de encontrar a Menina Bürstner, mas quando em seguida, para evitar qualquer erro, procurava mais uma vez, encontrava-a mesmo no meio do grupo, os braços à volta de dois cavalheiros que estavam ao seu lado. Este espectáculo não o preocupava muito, tanto mais que não tinha nada de novo; pelo contrário, era a recordação indelével de uma fotografia da beira-mar que vira um dia no quarto da Menina Bürstner. Todavia este espectáculo afastava K. do grupo, e, ainda que voltasse várias vezes ao mesmo local, percorria agora de ponta a ponta o edifício do tribunal. Entendia-se sempre muito bem em todas as salas; corredores perdidos, que nunca pudera ver, pareciam-lhe familiares, como se tivesse sempre ali morado; imprimiam-se-lhe incessantemente pormenores no cérebro com uma dolorosa nitidez; um estrangeiro, por exemplo, passeava numa antecâmara, estava vestido de toureiro; a jaqueta parecia ter sido cortada à faca, o colete engomado muito curto que lhe rodeava o corpo era de renda grossa amarelecida, e sem interromper um instante o passeio, este homem deixava-se incansavelmente ver por K. De costas curvadas, K. deambulava à volta dele e observava-o esbugalhando os olhos. Conhecia todos os motivos da renda, todos os defeitos das franjas, todos os movimentos do colete, e não se cansava de observá-lo. Ou, antes, já estava farto há muito tempo, melhor ainda, nunca quisera olhar para ele, mas sentia-se fascinado. «A que mascarada os países estrangeiros nos sujeitam!», pensava, esbugalhando ainda mais os olhos. E ficara a seguir aquele homem até ao momento em que se voltara no canapé e mergulhara o rosto no estofo de couro.

Viagem a casa da mãe

De repente, durante o almoço, recordou-se de que devia ir fazer uma visita à mãe. A Primavera estava já quase no seu termo e havia portanto três anos que não a via. Ela tinha-lhe pedido recentemente que fosse visitá-la quando fizesse anos; apesar de numerosos afazeres, satisfizera este pedido e tinha-lhe até prometido passar cada um dos seus aniversários em casa dela, promessa a que, porém, já faltara por duas vezes. Em contrapartida, desta feita, em vez de esperar pelo aniversário, que calhava no entanto duas semanas mais tarde, ia lá deslocar-se imediatamente. Claro que dizia para consigo que não existia motivo especial para partir logo; pelo contrário, as notícias regulares que recebia de dois em dois meses de um primo que tinha um comércio nesta cidadezinha e geria o dinheiro que K. lhe mandava para a mãe, eram mais tranquilizadoras do que nunca. Sem dúvida a mãe estava a perder a vista, mas K. contava com isso há anos, após as afirmações dos médicos; o seu estado geral, pelo contrário, tinha melhorado; algumas maleitas da velhice haviam desaparecido em vez de se agravarem, em todo o caso ela queixava-se menos. Segundo o primo, isto talvez resultasse do facto de que nos últimos anos – aquando da sua visita K. observara já quase com desgosto ligeiros sintomas – ela tornara-se de uma grande devoção religiosa. O primo tinha-lhe descrito de um modo muito expressivo a maneira como a idosa, que dantes se arrastava com dificul dade, caminhava agora com passos seguros amparada ao seu braço quando a conduzia à igreja ao domingo. E K. podia confiar no primo, porque ele era por natureza precipitado e exagerava mais o negativo do que o positivo nos seus relatos.

Fosse como fosse, K. tinha decidido ir lá; entre outros dissabores, tinha há pouco verificado em si mesmo um lado choramingas, quase uma espécie de moleza que o impelia a ceder a todos os desejos – enfim, neste caso preciso, esta fraqueza resultava pelo menos numa boa causa.

Aproximou-se da janela, para arrumar um pouco as ideias, depois mandou servir o almoço, enviou o empregado anunciar a sua partida à Senhora Grubach e buscar a sua mala, na qual era pedido à Senhora Grubach que metesse o que lhe parecesse necessário, depois deu à Senhora Kühne algumas instruções para o tempo em que estivesse ausente do escritório, quase não se encolerizou quando a Senhora Kühne, com uma incorrecção que se tornara hábito, escutou as instruções, de cara virada para o lado, como se soubesse exactamente o que devia fazer e apenas tolerasse estas ordens como uma formalidade, e para terminar foi ao gabinete do director. Como K. tinha solicitado dois dias de férias para ir visitar a mãe, o director perguntou-lhe, claro, se ela estava doente. «Não», disse K. sem outra explicação. Estava de pé no meio da sala, as mãos cruzadas atrás das costas. Franzindo a testa, reflectia. Tinha apressado os seus preparativos de partida? Não seria melhor ficar? Que ia lá fazer? Era por sentimentalismo que lá queria ir? E também por sentimentalismo, se ia talvez perder aqui algo de importante, a ocasião de intervir que podia surgir em qualquer dia, a qualquer hora, pois fazia semanas que o processo parecia suspenso e que quase nenhuma notícia precisa lhe aparecera? E não ia, além disso, assustar a velha senhora, o que naturalmente não era sua intenção, mas podia muito bem acontecer contra a sua vontade, pois tantas coisas aconteciam contra a sua vontade nestes tempos. E a mãe não desejava mesmo nada vê-lo. Anteriormente, os convites insistentes da mãe renovavam-se regularmente nas cartas do primo, mas isso cessara há muito. Não era, pois, por causa da mãe que partia, a coisa era clara. Contudo, se

partia alimentando uma qualquer esperança para si próprio, então conduzia-se como um verdadeiro imbecil, e, no desespero que disso resultaria, a sua imbecilidade encontraria lá a sua recompensa. Mas como se todas estas dúvidas não fossem suas, e estranhos tivessem procurado insuflar-lhas, K. despertou por assim dizer do seu torpor, mantendo a decisão de partir. Entretanto, o director tinha-se debruçado para um jornal, por acaso ou, coisa mais provável, por solicitude para com K.; levantou também os olhos, estendeu a mão a K. e, sem fazer outras perguntas, desejou-lhe boa viagem.

K. ficou depois à espera do empregado, andando de um lado para o outro no seu gabinete, mandou passear quase sem uma palavra o director interino que entrou várias vezes para se informar dos motivos da sua partida e, assim que teve enfim a mala, apressou-se a descer para apanhar o carro que tinha mandado chamar. Encontrava-se já na escada quando, no derradeiro momento, o empregado Kullych apareceu no topo, segurando na mão um princípio de carta pela qual queria com toda a evidência solicitar as suas instruções. K. repeliu-o com um gesto da mão, mas, com a sua costumeira estupidez, este indivíduo de grande cabeça loura não percebeu o sinal e correu atrás de K. como um louco, dando saltos perigosos e agitando o pedaço de papel. K. ficou tão furioso que, quando Kullych o alcançou na grande escada, tirou-lhe a carta das mãos e rasgou-a. Quando K. se voltou no carro, Kullych estava de pé no mesmo sítio; sem dúvida continuava sem compreender o seu erro, e seguia-o com o olhar a afastar-se, enquanto a seu lado o porteiro tirava respeitosamente o boné. K. continuava, portanto, a ser um dos primeiros empregados do banco; se se lembrasse de negá-lo, o porteiro diria o contrário. E mesmo que a contradissesse, a mãe tomava-o sempre pelo director do banco, e isto desde há anos. Para ela nunca soçobraria, fossem quais fossem os golpes infligidos à sua reputação. Talvez fosse um bom presságio que, mesmo antes de partir, ele tivesse adquirido a convicção de poder ainda arrancar uma carta das mãos de um empregado que até tinha ligações com o tribunal, e rasgá-la sem apresentar as mínimas desculpas. Contudo, não pudera fazer o que teria feito com mais vontade: dar a Kullych dois estalos sonoros nas suas faces pálidas e redondas.

Apêndice

Na edição de O Processo *preparada por Max Brod em 1925, além de inúmeras divergências mais ou menos profundas nos capítulos comuns à edição de 1997, figuravam ainda trechos que esta última entendeu afastar. Por isso é em Apêndice que eles são agora apresentados, com a certeza de que o seu contributo valorativo é inegável.*

A noite no teatro

Caía uma chuva fina quando deixaram o teatro. Já cansado pela peça e pela má representação, K. sentiu-se completamente abatido com a ideia de que deveria ainda hospedar o tio. Estava muito interessado, precisamente nesse dia, em falar com F. B.; talvez se apresentasse uma ocasião de encontrá-la, e se o tio ali estivesse seria impossível. Ainda havia um comboio à noite que poderia apanhar, mas decidi-lo a partir nessa mesma noite, quando o processo do sobrinho tanto o preocupava, nem sonhar. Apesar da sua pouca esperança, tentou no entanto:

– Meu tio – disse –, receio realmente ter em breve necessidade da tua ajuda. Não vejo ainda exactamente para quê, mas será seguramente necessário.

– Podes contar comigo – respondeu o tio. – No fundo não cesso de pensar na maneira como poderíamos ajudar-te.

– Continuas a ser sempre o mesmo – disse K. –, mas não queria indispor a minha tia quando te pedir para voltares.

– O teu caso – disse o tio – tem mais importância do que estes pequenos dissabores.

– Não sou da tua opinião – disse K. – Seja como for, não quero afastar-te da minha tia, sem necessidade, e prevejo que precisarei de ti nos próximos dias; entretanto não queres regressar?

– Amanhã?

– Sim, amanhã – disse K. – Ou mesmo agora. No comboio da noite. Seria o mais prático.

A casa

(...)

Permaneceu muito tempo nesta posição, e desta vez descansou inteiramente. Continuava a reflectir sem dúvida, mas no escuro, e sem que nada o incomodasse. Era em Titorelli que gostava mais de pensar. Titorelli estava sentado numa cadeira; K. conservava-se de joelhos em frente dele, passava-lhe a mão pelos braços e amimava-o de mil maneiras. Titorelli sabia onde K. queria chegar, mas procedia como se o ignorasse, o que atormentava um pouco K. Mas por seu lado K. sabia que no fim de contas obteria tudo o que queria: Titorelli era um carácter ligeiro, um ser fácil de conquistar ao qual faltava o sentido exacto do dever, e era até incrível que a justiça confiasse neste homem. Se a couraça tivesse um defeito em algum sítio, era ali, K. compreendeu-o. Não se deixou enganar pelo riso descarado que Titorelli, de cabeça alta, dirigira para onde não havia ninguém; manteve o pedido e aventurou-se ao ponto de acariciar as faces de Titorelli. Não punha nisso nenhuma paixão excessiva mas antes alguma negligência; tendo a certeza de ganhar, fazia durar o prazer. Como era simples enganar o tribunal! Titorelli, como se tivesse obedecido a uma lei natural, acabou enfim por inclinar-se para K., e fechou lentamente os olhos com uma expressão de amizade para lhe mostrar que estava pronto a aceder ao seu pedido; estendeu-lhe a mão e pegou vigorosamente na que K. pôs na sua. K. levantou-se um pouco emocionado, sentia naturalmente a solenidade do minuto, mas Titorelli já não admitia a solenidade; passando-lhe o braço por detrás das costas, levava-o a toda a velocidade. Num instante chegaram ao tribunal; saltavam os degraus de quatro em quatro, não só trepando mas também descendo, voando de baixo para cima, e de cima para baixo, sem nenhum esforço, leves como um esquife sobre as ondas. E no momento preciso em que K. olhava para os seus pés e chegava à conclusão de que esta bela maneira de se mover não podia já pertencer à baixa existência que ele levara até então, até àquele momento, sobre a sua cabeça inclinada operou-se a metamorfose. A luz que, no instante anterior, chegava ainda de trás, alterou-se e de súbito chegou pela frente: uma catarata resplandecente de luz. K. levantou os olhos, Titorelli dirigiu-lhe um sinal com a cabeça e fê-lo rodar nos calcanhares. K. achou-se no corredor do tribunal, mas tudo estava ali mais tranquilo e mais simples. Nenhum pormenor singular impressionava já os olhos; abraçou tudo com um olhar, soltou-se de Titorelli e seguiu o seu caminho. Levava nesse dia um fato novo comprido de cor escura, voluptuosamente leve e quente. Sabia o que lhe tinha acontecido, mas sentia-se tão feliz que não queria confessá-lo ainda. Num canto do corredor, onde grandes janelas estavam abertas de um lado, encontrou num montão os seus antigos fatos, a jaqueta preta, as calças às riscas de cerimónia, e por cima, estendida, a sua camisa de mangas largas.

Viagem a casa da mãe

(...)

Por outro lado era muito bom, naturalmente, que K. odiasse Kullych, e não apenas Kullych, mas também Rabensteiner e Kaminer. Acredita que sempre os odiou; foi só quando eles apareceram no quarto da Menina Bürstner que começou a notá-lo, mas o seu ódio é mais antigo. E nos últimos tempos K. sofre quase com este ódio, porque não pode realizá-lo; como os dominar? São os empregados do escalão mais baixo, e os últimos dos nulos; não avançarão, excepto à força de antiguidade e, mesmo pela antiguidade, mais lentamente do que outro qualquer, por isso é praticamente impossível levantar-lhes obstáculos; nenhuma mão estranha saberia erguer no seu caminho obstáculo igual à estupidez de Kullych, à preguiça de Kaminer. A única coisa que se poderia empreender contra eles seria provocar o seu despedimento, seria até muito fácil, bastariam algumas palavras de K. ao director, mas K. recua diante desta solução. Talvez a adoptasse se o director interino, que favorece abertamente ou em segredo tudo o que K. detesta, devesse intervir em seu favor; mas, facto estranho, eis a excepção, o director interino, aqui, quer como K.

Um sonho

Joseph K. sonhava:

Estava um dia lindo; ia passear. Mas mal tinha dado dois passos encontrou-se no cemitério. Havia ali alamedas complicadas que serpenteavam da maneira mais incómoda, mas deslizou sobre uma delas, como numa corrente rápida, com um equilíbrio perfeito. Avistou ao longe uma campa recentemente tapada junto da qual quis parar. Aquela colina exercia uma espécie de atracção sobre ele e pensava que nunca conseguiria lá chegar muito depressa. Mas, por momentos, mal a distinguia; ficava-lhe oculta por panejamentos cujos panos se contorciam e batiam violentamente uns contra os outros; não se viam os porta-bandeiras mas, em redor daquela campa, parecia reinar uma grande alegria.

Estava ainda a olhar de longe quando vislumbrou subitamente a mesma colina junto da alameda, ao seu lado e atrás dele. Apressou-se a saltar para a relva. Como a alameda continuava escorregadia debaixo do pé que nela se apoiava, tropeçou e caiu de joelhos mesmo em frente da campa. Dois homens do outro lado da colina, seguravam, cada qual do seu lado, uma pedra tumular; mal K. apareceu atiraram para o chão a pedra que se implantou tão rígida como se ali tivesse sido cimentada. Saiu logo de uma moita uma terceira personagem que K. reconheceu de imediato como sendo um artista. Estava vestido apenas com calças e uma camisa mal abotoada; na cabeça trazia uma boina de veludo; na mão segurava um lápis vulgar com o qual, aproximando-se, se pôs a descrever figuras no ar.

Em seguida escreveu no topo da pedra; a pedra era muito alta, ele não precisou de baixar-se, mas foi obrigado a inclinar-se para a frente, porque a colina, sobre a qual não queria caminhar, o separava desta pedra. Manteve-se portanto na ponta dos pés e apoiou-se com a mão esquerda à superfície da pedra. Graças a um trabalho particularmente hábil conseguiu obter letras de ouro com o seu lápis vulgar; escreveu: «Aqui jaz ... » Cada uma das letras aparecia pura, nítida e bela, bem gravada e de um ouro perfeito. Quando escreveu as duas palavras, voltou os olhos para K.; K., muito curioso dos progressos da inscrição, não se inquietou com o homem, apenas contemplava a pedra. O homem entregou-se de novo efectivamente ao dever de continuar, mas não pôde, não se sabe que dificuldade se lhe opunha, deixou cair o lápis e voltou-se novamente para K. Desta vez, K. fitou-o e notou que ele se achava num grande embaraço, mas não podia dizer qual a causa. A sua vivacidade precedente tinha desaparecido por completo. O próprio K. sentiu-se embaraçado; trocaram olhares impotentes; havia ali um qualquer maligno mal-entendido que nenhum dos dois podia dissipar. A pequena sineta da capela do cemitério pôs-se a tocar neste momento, fora da hora; mas como o artista agitou a mão no ar, calou-se. Passado um momento, recomeçou; muito suavemente desta vez, depois, sem sinal especial, parou imediatamente: dir-se-ia que queria simplesmente experimentar a voz. K. não conseguiu consolar-se da [deplorável] situação do artista; começou a chorar e soluçou durante muito tempo, o rosto nas mãos. O artista esperou que K. se acalmasse, depois, não achando como escapar, decidiu-se a continuar o seu trabalho. O primeiro traço que inscreveu foi um alívio para K., mas o artista só conseguiu visivelmente acabá-lo com a maior dificuldade; a escrita já não era aliás tão bela, parecia carecer sobretudo de ouro, o traço era pálido e incerto mas a letra saiu muito grande. Era um J, ia ser terminado quando o artista bateu furiosamente com o pé no chão; a terra voou por todo o lado. K. compreendeu enfim o gravador: já não era altura de retê-lo; cavava agora com

todos os dedos a terra, que quase não oferecia nenhuma resistência; tudo parecia pronto; a fina camada de terra estava ali só por pura ilusão; um grande buraco de paredes a pique abria-se-lhe imediatamente por baixo, no qual K. se enfiou, derrubado de costas por uma corrente ligeira. Ora, enquanto mergulhava no coração daquele abismo insondável, a nuca ainda direita, o seu nome desenhou-se no topo como um relâmpago com imensos arabescos na pedra. Enlevado por este espectáculo, despertou.

Índice

Ficha Técnica
Breve notícia bibliográfica
Detenção
Conversa com a Senhora Grubach, depois com a Menina Bürstner
Primeiro interrogatório
Na sala de audiências deserta O estudante – as Secretarias
O flagelador
O tio – Leni
O advogado. O industrial. O pintor
O comerciante Block. Fim do mandato do advogado
Na catedral
Fim
Fragmentos
- A amiga de B.
- O procurador
- Indo a casa de Elsa
- Querela com o director interino
- A casa
- Viagem a casa da mãe
- Apêndice
- A noite no teatro
- A casa
- Viagem a casa da mãe
- Um sonho